

**ONGS, EDUCAÇÃO POPULAR E PROTAGONISMO JUVENIL: UM ESTUDO DA
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA NOVA VIDA NO MUNICÍPIO DE SAPÉ –PB**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

JEANE TRANQUELINO DA SILVA

ONGs, EDUCAÇÃO POPULAR E PROTAGONISMO JUVENIL:
um estudo da Associação Comunitária Nova Vida no município de Sapé –PB

João Pessoa-PB
2023

JEANE TRANQUELINO DA SILVA

ONGs, EDUCAÇÃO POPULAR E PROTAGONISMO JUVENIL:
um estudo da Associação Comunitária Nova Vida no município de Sapé –PB

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, do Centro de Educação, da Universidade Federal da Paraíba, Campus I, para a obtenção do título de Doutora em Educação.

Linha de Pesquisa: Educação Popular
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Aline Maria Batista Machado

João Pessoa - PB
2023

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586o Silva, Jeane Tranquilino da.

ONGs, educação popular e protagonismo juvenil : um estudo da Associação Comunitária Nova Vida no município de Sapé-PB / Jeane Tranquilino da Silva. - João Pessoa, 2023.

218 f. : il.

Orientação: Aline Maria Batista Machado.
Tese (Doutorado) - UFPB/CE.

1. Educação popular. 2. Organizações Não Governamentais (ONGs). 3. Protagonismo juvenil. 4. Organizações sociais - Município de Sapé (PB). I. Machado, Aline Maria Batista. II. Título.

UFPB/BC

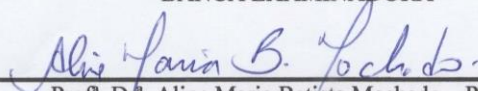
CDU 37.018.8(043)

JEANE TRANQUELINO DA SILVA

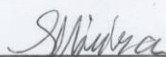
ONGs, EDUCAÇÃO POPULAR E PROTAGONISMO JUVENIL:
um estudo da Associação Comunitária Nova Vida no município de Sapé –PB

Tese aprovada em 31 de agosto de 2023.

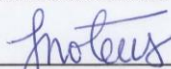
BANCA EXAMINADORA



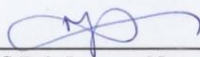
Prof.^a Dr.^a Aline Maria Batista Machado – PPGE/UFPB
(Orientadora-Presidente da Banca)



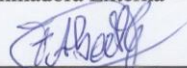
Prof.^a Dr.^a Maria do Socorro de Souza Vieira – PPGSS/UFPB
(Examinadora Interna – Titular)



Prof.^o Dr. Jose Mateus do Nascimento – IFRN
(Examinador Externo – Titular)



Prof.^a Dr.^a Jeovana Nunes Ribeiro - UFMA
(Examinadora Externa – Titular)



Prof.^o Dr. Fernando Antonio Abath Luna Cardoso Cananéa- PROFARTES/UFPB
(Examinador Interno- Titular)

Prof.^o Dr. Pedro José Santos Carneiro Cruz – PPGE/UFPB
(Examinador Interno – Suplente)

Prof.^a Dr.^a Sandra Maria Gadelha de Carvalho– PPGE/UECE
(Examinadora Externa – Suplente)

Dedico ao meu pai Manoel Lopes (*in
memorian*) e a dona Nena (minha mãe),
minha inspiração diária!

Gostaria de ser lembrado como
alguém que amou o mundo,
as pessoas,
os bichos,
os passáros,
a terra,
a água, a vida.
(Paulo Freire)

AGRADECIMENTOS

Ao divino criador, Pai, Filho, Espírito Santo, que me habitando, enche-me diariamente do sopro de vida, de sonhos, de esperança para seguir com alegria na luta por mais vida para mim e para todos, com os quais me comprometo, me aproximo, tornando-me mutuamente responsável. Gratidão ao meu Padre Cícero e minha mãe das Dores. Quantas vezes pedi sua intercessão para conquistar esse momento. Meu coração é só alegria!

Gratidão ao Deus do universo por me fazer participar de sua grande criação.

À minha família, pai, mãe, irmãos. Por serem minhas raízes. Por darem sentido a minha existência. Por me ensinarem a não desistir e à revelia das condições, permanecer com fé. Especialmente, agradeço a meu pai, que não estando mais neste plano, mas habitando-me fez-me forte, por meio de lições contraditórias, fez-me forte. E a minha doce mãe, por me ensinar que a caminhada só tem sentido se tiver amor.

Aos meus irmãos, Ronaldo Lopes da Silva, Daniel Silva do Nascimento e Valéria Cristina, cada um com seu jeitinho fizeram meus dias mais felizes e coloridos, sou grata por tê-los sempre ao meu lado, mostrando seu amor e sua torcida por minhas conquistas!

Um agradecimento muito especial a minha irmã, Maria Alda Tranquelino, minha amiga, parceira, companheira, minha brisa suave nos momentos de agonia, sou imensamente feliz em tê-la sempre ao meu lado. “Por onde for quero ser seu par”! Te amo! Gratidão por estar sempre comigo!

Aos meus sobrinhos, Eduardo Gomes e Eduarda Cândido, com sua ternura e brincadeiras acalmaram e esquentaram meu coração, amo vocês!

Às minhas amigas, Rosalinda, Aline Praxedes e toda turma 39 do doutorado, por estarem comigo nessa caminhada, incentivando, apoiando e compartilhando das alegrias e desafios dessa trajetória.

Aos meus amigos, Pedro Lôbo, Luciéllo, William, Júnior, Martha e André Nunes. Vocês encheram de amor e alegria meus dias e tornaram mais fáceis e dóceis o percurso do doutorado. Ah! Como eu amo vocês!

À toda equipe Gepedups pela partilha do conhecimento, pela satisfação de fazer Educação Popular para além do campo da educação, pelo espaço de crescimento que construímos! Vamos trabalhar muito juntos ainda. E isto me enche de alegria!

A minha querida orientadora, Prof^ª. Dr^ª. Aline Maria Batista Machado, pessoa maravilhosa, grande profissional, ser humano incrível. Uma grande amiga e parceira nessa

caminhada, sem a qual não teria aprendido que sonhar é possível e acreditar no meu potencial e continuar minha caminhada esperançosa e comprometida. Não conseguiria, jamais, agradecer em palavras. Gratidão! Você será eternamente minha inspiração!

A todos os educadores, educandos e a coordenação da ONG Associação Comunitária Nova Vida (ACNV), pela estrada que construímos juntos, por colocarem as mãos no meu trabalho e juntas e juntos construirmos esse processo tão importante para mim, espero que ele seja frutífero para vocês. Especialmente a Jailton, Elione e Amanda com quem aprendi muito pela disponibilidade e amorosidade no fazer comprometido com a a educação transformadora.

Um agradecimento especial a Rosalinda, amiga e parceira nesse doutorado que me permitiu por diversas vezes ocupar seu cantinho, sua casa, meu refúgio para os trabalhos de pesquisa de campo, em várias momentos durante a pesquisa precisei pernoitar por Sapé por ocasião da minha pesquisa e sempre me acolheste. Ah amiga! Se soubesses o quanto contribuíste para que eu seguisse esta estrada. Te agradeço demais por tudo, minha gratidão!

A banca examinadora, nas pessoas de Prof^o Dr. Jose Mateus do Nascimento, Prof^a. Dr^a. Maria do Socorro de Souza Vieira e Prof^a. Dr^a. Jeovana Nunes Ribeiro. Pela leitura atenta, pelo saber partilhado, por me ajudarem a ir além. Cada palavra fez diferença na construção do presente trabalho. Gratidão!

A minha querida amiga Rosemay, com qual partilhei diversos conflitos e inquietações em torno da presente tese e sempre contribuiu de maneira atenciosa para minha reflexão crítica e sistemática em torno da construção do texto. Gratidão!

Ao meu querido professor Eduardo Jorge, meu amigo e parceiro nessa caminhada tão desafiante do doutorado, especialmente em tempos de pandemia, ser humano incrível, amigo fiel. Eu te amo tanto e agradeço pelo nosso encontro nessa vida! Suas palavras de incentivo e reflexão foram extremamente importantes na minha formação enquanto pesquisadora, educadora popular e gente! Sua presença é sempre uma luz no meu caminho. Gratidão.

A vida, por cada pessoa, por cada saber, por me sentir aprendendo sempre. Que meu fazer contribua para gerar mais vida e um mundo verdadeiramente humano e fraterno.

RESUMO

O termo ONG (Organização Não Governamental) nasceu na década de 1940. Segundo Landim (1993) foi criado pela ONU (Organização das Nações Unidas) no final da Segunda Guerra Mundial, para designar entidades não oficiais que recebiam ajuda financeira de órgãos públicos para executar projetos de interesse social. No Brasil emergem entre as décadas de 1950 e 1960, mas ganharam força a partir de 1990, período em que os governos neoliberais incentivaram a participação da sociedade civil pra atuar nas questões sociais, favorecendo a capacidade de atuar nessas instituições. Essa relação favoreceu a minimização do próprio Estado da esfera social, e ganharam importância as ONGs por meio de políticas de parceria estruturadas com o poder público. Essas entidades atuam em diversas áreas e, a despeito de suas contradições, geralmente colaboram com o desenvolvimento da cidadania e expansão da democracia, em alguns momentos auxiliando a gestão pública com o intuito de minimizar os problemas existentes no país. A presente tese tem como objetivo geral analisar a ONG Associação Comunitária Nova Vida (ACNV) a fim de explicar se contribuem para o protagonismo juvenil nas lutas e organizações sociais no município de Sapé- PB a partir dos princípios da Educação Popular. Os objetivos específicos visam: Identificar quais os princípios da Educação Popular estão presentes nas ações da ONG; Sistematizar as contribuições da ONG que possibilitam o protagonismo juvenil nos espaços de conquista por políticas públicas; Analisar quais os procedimentos metodológicos utilizados nas ações da ONG; Analisar os impactos e conquistas do protagonismo juvenil promovido pela ONG nos jovens participantes; Analisar o perfil socioeconômico dos sujeitos da pesquisa. Para tanto, esta pesquisa está ancorada em autores como: Freire (1996, 2001 e 2016), Gohn (2003, 2013 e 2014), Machado (2009 e 2012), Landim (1993) Calado (2016), Marx (2010) e nas legislações que discutem ONGs, Protagonismo Juvenil e Educação Popular. Metodologicamente nos fundamentamos no Materialismo Histórico Dialético para melhor compreender as contradições na ONG ACNV no contexto da totalidade social. Trata-se de uma pesquisa explicativa, com abordagem qualitativa, do tipo estudo de caso. Como instrumentos de coletas de dados foram utilizadas a observação participante, a análise documental, e entrevistas semiestruturadas com educadores, educandos e coordenação pedagógica da ONG ACNV. Com relação à análise dos dados, utilizamos a técnica Análise de Conteúdo preconizadas por Bardin(2011). De modo geral os resultados revelaram que o protagonismo dos adolescentes e jovens nos espaços de participação de conquista e luta pelas políticas públicas, uma educação contextualizada, assim como a criticidade e o diálogo são alguns dos elementos presentes nas ações da ONG ACNV que contribuem para o fortalecimento do Protagonismo juvenil numa perspectiva de educação popular. Portanto, nossa tese defende que a ONG Associação Comunitária Nova Vida (ACNV) promove o protagonismo juvenil fundamentada nos princípios da Educação Popular.

Palavras-Chave: Organizações Não Governamentais-ONGs; Protagonismo Juvenil; Educação Popular.

ABSTRACT

The term NGO (Non Governmental Organization) was born in the 1940s. According to Landim (1993), it was created by the UN (United Nations), at the end of World War II, to designate non-official entities that received financial aid from public bodies, to carry out projects of social interest. In Brazil, NGOs emerged between the 1950s and 1960s, gaining strength from the 1990s onwards, a period in which neoliberal governments encouraged the participation of civil society to act on social issues, favoring the ability to act in these institutions. This relationship favored the minimization of the State itself from the social sphere, and NGOs gained importance through structured partnership policies together with the public power. These entities operate in different areas and, despite their contradictions, generally collaborate with the development of citizenship and the expansion of democracy, also helping public management with the aim of minimizing the existing problems in the country. This thesis has the general objective of analysing the NGO Associação Comunitária Nova Vida (ACNV) in order to explain whether it contribute to youth protagonism in struggles and social organizations in the municipality of Sapé-PB based on the principles of Popular Education. The specific objectives aim to: Identifying which principles of Popular Education are present in the NGO's actions; Systematize the contributions of the NGO that make possible the youth protagonism in the spaces of conquest by public policies; Analyze which methodological procedures are used in the NGO's actions; Analyze the impacts and achievements of youth protagonism promoted by the NGO on the young participants; Analyze the socioeconomic profile of the research subjects. Therefore, this research is anchored in authors such as: Freire (1996, 2001 and 2016), Gohn (2003, 2013 and 2014), Machado (2009 and 2012), Landim (1993) Calado (2016), Marx (2010) and in legislation that discusses NGOs, Youth Protagonism and Popular Education. Methodologically, we base ourselves on Dialectical Historical Materialism to better understand the contradictions in the field of NGOs, specifically the NGO ACNV in the context of social totality. This is an explanatory research with a case study based qualitative approach. As instruments for data collection, participant observation, document analysis, and semi-structured interviews with educators, students and the pedagogical coordination of the NGO ACNV were used. With regard to data analysis, we used the Content Analysis technique recommended by Bardin (2011). In general, the results revealed that the protagonism of adolescents and young people from the NGO Associação Comunitária Nova in spaces of participation in conquest and struggle for public policies, a contextualized education, as well as criticality and dialogue are some of the elements of popular education present in the ACNV NGO actions that contribute to the strengthening of youth protagonism in a popular education perspective. Therefore, this thesis argues that the NGO Associação Comunitária Nova Vida (ACNV) promotes youth protagonism in struggles and social organizations in the municipality of Sapé based on the principles of Popular Education

Keywords: Non-Governmental Organizations-NGOs; Youth Protagonism; Popular Education.

RESUMEN

El término ONG (Organización No Gubernamental) nació en la década de 1940. Según Ladim (1993), el término fue creado por la ONU (Naciones Unidas), al final de la Segunda Guerra Mundial, para designar entidades no oficiales que recibieron ayuda financiera de organismos públicos para la realización de proyectos de interés social. En Brasil, las ONG surgieron entre las décadas de 1950 y 1960, pero ganaron fuerza a partir de la década de 1990, período en el que los gobiernos neoliberales fomentaron la participación de la sociedad civil para actuar en los asuntos sociales, favoreciendo la capacidad de actuación de estas instituciones. Esta relación favoreció la minimización del propio Estado desde el ámbito social, y las ONG ganaron protagonismo a través de políticas estructuradas de colaboración con el poder público. Estas entidades operan en diferentes áreas y, a pesar de sus contradicciones, generalmente colaboran con el desarrollo de la ciudadanía y la expansión de la democracia, en ocasiones ayudando a la gestión pública con el objetivo de minimizar los problemas existentes en el país. Esta tesis tiene como objetivo general: analizar la ONG Associação Comunitária Nova Vida (ACNV) para explicar si esta contribuye al protagonismo juvenil en las luchas y organizaciones sociales del municipio de Sapé-PB a partir de los principios de la Educación Popular. Los objetivos específicos son: Identificar cuales principios de la Educación Popular están presentes en las acciones de la ONG; Sistematizar los aportes de las ONG que viabilicen el protagonismo juvenil en los espacios de conquista por las políticas públicas; Analizar qué procedimientos metodológicos se utilizan en las acciones de la ONG; Analizar los impactos y logros del protagonismo juvenil promovido por la ONG en los jóvenes participantes; Analizar el perfil socioeconómico de los sujetos de investigación. Por tanto, esta investigación se ancla en autores como: Freire (1996, 2001 y 2016), Gohn (2003, 2013 y 2014), Machado (2009 y 2012), Landim (1993) Calado (2016), Marx (2010) y en legislación que habla de ONG, Protagonismo Juvenil y Educación Popular. Metodológicamente, nos basamos en el Materialismo Histórico Dialéctico para comprender mejor las contradicciones en el campo de las ONG, específicamente la ONG ACNV en el contexto de la totalidad social. Se trata de una investigación explicativa con enfoque cualitativo del tipo estudio de caso. Como instrumentos de recolección de datos se utilizaron la observación participante, el análisis de documentos y entrevistas semiestructuradas a educadores, estudiantes y la coordinación pedagógica de la ONG ACNV. En cuanto al análisis de datos, se utilizó la técnica de Análisis de Contenido recomendada por Bardin (2011). En general, los resultados revelaron que el protagonismo de los adolescentes y jóvenes de la ONG Associação Comunitária Nova en espacios de participación en la conquista y lucha por las políticas públicas, una educación contextualizada, así como la criticidad y el diálogo son algunos de los elementos de la educación popular presentes en las acciones de la ONG ACNV que contribuyen al fortalecimiento del protagonismo juvenil en una perspectiva de educación popular. Por lo tanto, nuestra tesis sostiene que la ONG Associação Comunitária Nova Vida (ACNV) promueve el protagonismo juvenil en las luchas y organizaciones sociales del municipio de Sapé a partir de los principios de la Educación Popular.

Palabras llave: Organizaciones No Gubernamentales-ONGs; Protagonismo Juvenil; Educación Popular.

LISTA DE SIGLAS

ACNV- Associação Comunitária Nova Vida
CAGEPA -Companhia de Água e Esgotos da Paraíba
CEBs- Comunidades Eclesiais de Base
CF- Campanha da Fraternidade
CMDCA- Conselho Municipal da criança e do adolescente;
CREA- Centro de Referência de Assistência Social
EJA- Educação de Jovens e Adultos
ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente
EJ- Estatuto da Juventude
GEPMSEP-Grupo de Estudos e Pesquisa em Movimentos Sociais e Educação Popular
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
MHD- Materialismo Histórico e Dialético
MOBRAL- Movimento Brasileiro de Alfabetização
ONG- Organização Não Governamental
PAMEN- Pastoral do Menor
PST- Projeto Sal da Terra
PPGEB- Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira
PPGEdu- Programa de Pós-Graduação em Educação
UFAL- Universidade Federal de Alagoas
UFC- Universidade Federal do Ceará
UFPB- Universidade Federal da Paraíba
UFPE- Universidade Federal de Pernambuco
UFPI- Universidade Federal do Piauí
UFRN- Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFBA- Universidade Federal da Bahia
UFS- Universidade Federal de Sergipe
UFMA- Universidade Federal do Maranhão
UFC- Universidade Federal do Ceará

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01: Roda de diálogo sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA.....	70
Imagem 02: Roda de diálogo sobre os 31 anos Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA.....	71
Imagem 03: Sede da ONG Associação Comunitária Nova Vida e alguns membros do quadro profissional.....	77
Imagem 04: Encontro com os jovens.....	85
Imagem 05: Turma de alfabetização de crianças.....	114
Imagem 06: Famílias atendidas pela insituição junto com suas crianças.....	115
Imagem 07: Crianças atendidas pela ONG no início de sua Fundação.....	116
Imagem 08: Banda de Música da ACNV no Grito dos Excluídos.....	118
Imagem 09: Participação do grupo percussão no evento da ACNV.....	118
Imagem 10: Participação Protagonismo Intermunicipal Remar.....	145
Imagem 11: Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA).....	145
Imagem 12: Protagonismo Intermunicipal Remar.....	146
Imagem 13: Participação na Conferência Municipal da Criança e do Adolescente.....	146
Imagem 14: Ação no Semáforo sobre Trabalho Infantil.....	147
Imagem 15: Participação do Selo UNICEF (Jovem Ana Raquel) na mesa de abertura.....	150
Imagem16: Pirâmide etária.....	164

Nuvem 01: Categoria Educação Popular.....	176
Nuvem 02: Categoria ONG.....	180
Nuvem 03: Categoria Protagonismo juvenil.....	181
Nuvem 04: Categoria Participação.....	183

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Categorias.....	56
----------------------------	----

LISTA DE DIAGRAMAS

Diagrama 1– Categorias empíricas.....	91
Organograma 01: Organograma da Instituição.....	120

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Quantitativo dos trabalhos de tese defendidos nos Programas de Pós-Graduação em Educação na região Nordeste no período de 2015 a 2019.....	36
Tabela 2: Quantitativo dos trabalhos de tese defendidos no período de 2015 a 2019 nos Programas de Pós- Graduação em Educação na região Nordeste que dialogam com nossa temática.....	38

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Demonstrativo de teses que abordam temáticas relacionadas a Educação Popular entre os anos de 2015-2019 no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPB.....	39-41
---	-------

Quadro 2: Demonstrativo de teses defendidas entre os anos de 2015-2019 no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRN.....	42
Quadro 3: Demonstrativo de teses defendidas entre os anos de 2015-2019 no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFAL.....	44
Quadro 4: Demonstrativo de teses entre os anos de 2015-2019 no Programa Pós- Graduação em Educação da UFPI.....	45
Quadro 5: Demonstrativo de teses entre os anos de 2015-2019 no Programa Pós-Graduação em Educação da UFPE.....	46
Quadro 6: Demonstrativo de teses defendidas entre os anos de 2015-2019 no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFC.....	48
Quadro 7: Demonstrativo de teses entre os anos de 2015-2019 no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFBA.....	49
Quadro 8: Estrutura e critérios para Observação.....	67
Quadro 9: Perfil dos sujeitos entrevistados - educadores e coordenador pedagógico.....	83
Quadro 10: Cronograma das entrevistas virtuais.....	84
Quadro 11: Perfil dos sujeitos – Adolescentes.....	86
Quadro 12: Cronograma das entrevistas com os educandos e educandas.....	87
Quadro 13: Codificação das categorias.....	90
Quadro 14: Categorias empíricas e unidades temáticas.....	93

SUMÁRIO

PRIMEIROS PASSOS.....	17
1.CAMINHOS QUE SE ENTRECruzAM.....	21
1.1 O encontro com a Associação Comunitária Nova Vida	28
1.2 Descobertas acerca das ONGs, Protagonismo Juvenil e Educação Popular.....	33
1.3 Com quem escolhi caminhar: aportes teórico-metodológicos	49
1.4 A ONG ACNV enquanto locus de investigação e os sujeitos da pesquisa	73
2.TRILHANDO CAMINHOS POR TEMPOS HISTÓRICOS: as ONGs no Brasil e o surgimento da Associação Comunitária Nova Vida- ACNV	92
2.1 Trajetória histórica das ONGs no Brasil.....	93
2.2 Considerações sobre a definição e os tipos de ONGs	102
2.3 A ONG Associação Comunitária Nova Vida: historicidade, estrutura organizacional e projetos sócioeducativos.....	106
3 OS CAMINHOS DA EDUCAÇÃO POPULAR NO BRASIL	122
3.1 Bases históricas da Educação Popular no Brasil	128
3.2 Os elementos constituintes da Educação Popular	132
3.3 Ensaando passos de uma ação protagonista numa perspectiva de Educação Popular na ONG ACNV.....	138
4 ACRESCENTANDO PASSOS: PROTAGONISMO JUVENIL NO BRASIL.....	148
4.1 A construção histórica do conceito Protagonismo Juvenil	150
4.2 A presença do protagonismo juvenil na Legislação Nacional	155
5. POSSIBILIDADES E APRENDIZAGENS DESSE CAMINHO: REVELANDO O PROTAGONISMO JUVENIL DA ONG ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA NOVA VIDA	167
5.1 A Educação Popular na concepção dos Educadores e Educandos da ONG ACNV	168
5.2 ONG: revelando a ação educativa da ACNV	173
5.3 Protagonismo Juvenil: alguns passos para sua efetivação.....	177
5.4 Participação dos adolescentes e jovens da ACNV nos espaços de conquista das políticas públicas: impactos e conquistas	185
(IN) CONCLUSÕES DO CAMINHO	193
REFERÊNCIAS	197
Anexo 1 - Certidão de aprovação da pesquisa junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/UFPB	206
Anexo 2 - Aprovação junto ao Comitê de Ética	207
Anexo 4: Carta proposta para o secretário de Educação do município de Sapé	213
APÊNDICES	215
Apêndice 1 – Carta de anuência.....	216
Apêndice 2- Questionário Online aplicado aos Educadores.....	217

PRIMEIROS PASSOS

Nas situações limites, mais além das quais se acha o “inédito viável”, às vezes perceptível, às vezes não, se encontram razões de ser para ambas as posições: a esperança e a desesperançosa. (FREIRE, 2016, p. 15).

A frase expressa bem a atualidade do momento atípico que vivíamos no decorrer da construção desta tese, sobretudo em “manter a esperança viva” nas situações limites, visto que passávamos por uma das piores crises econômicas, sanitárias, sociais, culturais e políticas da história do Brasil. Este momento, portanto, nos proporciona recordar o que assistimos durante longa data: o intenso e rápido processo de consolidação das forças reacionárias e neoconservadoras, aliadas por ações fascistas e genocidas no governo do então preidente Jair Messias Bolsonaro.

No ano de 2019 o mundo viveu uma crise pandêmica sem precedentes na história gerada pelo *Coronavírus* COVID-19¹, que matou milhares de pessoas diariamente em todo o mundo, associada a outras manifestações da crise. Como nos diz Calado (2021), uma crise socioambiental, ética, religiosa, entre outras, que exigem de nós um ato revolucionário diário de manter viva a nossa esperança.

Num sistema capitalista cada vez mais excludente, e uma conjuntura de muitos desafios com o surgimento da COVID-19 vivenciamos o desvelamento das desigualdades sociais na pauta de muitas discussões. Esse foi o cenário encontrado no início da escrita da presente tese. O que fazer diante desse cenário? Foram muitos os questionamentos, dúvidas, incertezas, inquietações e medo do futuro! Sobre esse último, concordamos plenamente com Silva (2021, p.2), quando diz que “o medo que sentimos é algo normal; o anormal é permitirmos que ele abafe a esperança e mate a confiança em um mundo mais fraterno e humano”.

De fato, somos tomados por uma angústia que beira ao desespero. Cabe ressaltar que são nesses momentos de crises que devemos nos refugiar na esperança e na luta, pois, conforme afirma Freire (2016, p. 14), “a desesperança nos imobiliza e nos faz sucumbir no fatalismo em que não é possível juntar as forças indispensáveis ao embate recriador do mundo”. Portanto, é preciso cultivar a esperança, ser esperançoso!

¹ A pandemia de COVID-19 no Brasil teve início em 26 de fevereiro de 2020 após a confirmação de que um homem de 61 anos de São Paulo, ao retornar da Itália, testou positivo para o SARS-CoV-2, causador da COVID-19. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Pandemia_de_COVID-19_no_Brasil, acesso em 02 de abril de 2021.

Pensar que as crises econômicas, sociais e políticas não é algo novo no sistema capitalista, menos ainda no Brasil. Como nos diz Freire (2016), a esperança é necessidade ontológica do ser humano, mas pondera também que seria ingenuidade pensar que somente a esperança bastaria para transformar o mundo: *Ela [a esperança] só, não ganha a luta, mas sem ela a luta fraqueja e titubeia* (FREIRE, 2016, p. 15). Assim sendo, temos conosco a convicção de que anunciar a esperança não significa negar a realidade, mas mostrar que a presença da esperança é imprescindível para iniciar o embate, o confronto contra aqueles e aquelas que acreditam na história enquanto fatalidade.

É preciso pensar na história como campo de possibilidades! Enquanto sujeito histórico e social, que se comunica, que transforma, que cria, que reflete, que resiste e que realiza sonhos, acreditamos na história como tempo de possibilidades e, portanto, grávida de *novos possíveis*.

Daí a precisão na fala de Freire: “*não sou esperançoso por pura teimosia, mas por imperativo existencial e histórico.*” (Idem, p.14).

Compreendemos que nossa esperança precisa estar ancorada numa práxis para a sua concretude, num movimento de ação e reflexão da humanidade sobre o mundo para transformá-lo. Pois, sabemos que sem a práxis é impossível transformar a realidade, tampouco superar a contradição opressor e oprimido. É por isso que “não há esperança na pura espera, nem tampouco se alcança o que se espera na espera pura, que vira, assim, espera vã” (FREIRE, 2016, p.15).

E assim, nesse movimento entre a ação e a reflexão da ação, busco contribuir com a Educação Popular como docente e pesquisadora. Nossa pesquisa é fruto de uma vivência e de uma experiência profundamente marcada pela nossa inserção junto aos movimentos sociais e aos processos formativos pautados na Educação Popular, eles têm contribuído historicamente para o desenvolvimento integral dos sujeitos, apoiados em princípios, métodos e utopias que concretizam nossa esperança na construção de um projeto societário justo e solidário. Perseguimos esse horizonte que “comporta uma tríplice tarefa: a de irmos forjando, desde o chão do cotidiano, desde aqui e agora, um novo modo de produção, um novo modo de consumo e um novo modo de gestão societal”. (CALADO, 2016, p. 52).

Na constituição desse cenário dos meus primeiros passos na construção de um trabalho científico doutoral, fica evidenciada minha angústia com o momento pandêmico vivido, com as milhares de vítimas da COVID19 e com o descaso com a população brasileira pelo governo de Jair Messias Bolsonaro, presidente do Brasil (2018-2022),enfrentamos um cenário desesperançador!

Sabemos que os desafios nos transformam e ficamos mais fortes após vencermos cada

desafio e cada obstáculo que a vida nos impõe! A ordem, portanto, é não deixar que nos roubem a esperança! Continuemos firmes, plantando sementes teimosas de esperança, na certeza que muito em breve colheremos dias melhores!

Torna-se oportuno levarmos em consideração a atual conjuntura, o novo período inaugurado com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para a presidência da República, cuja a posse se deu em Janeiro de 2023. Além das expectativas de mudança com a sua vitória, um novo período político, democrático foi inaugurado no Brasil. Nessa perspectiva, seguimos esperando um país justo e democrático.

No capítulo a seguir, abordaremos sobre a nossa justificativa pessoal e acadêmica no tocante ao nosso objeto de pesquisa, trazendo o contexto na qual a mesma segue se delineando, bem como os aspectos estruturais de seu desenho (problemática, hipótese, objetivos e metodologia) da referida tese: ***ONGs, EDUCAÇÃO POPULAR E PROTAGONISMO JUVENIL: um estudo da Associação Comunitária Nova Vida no município de Sapé –PB.***

Fonte: Produção pessoal pelo aplicativo *wordart*, 2021.
Disponível em: <https://wordart.com/create>

1.CAMINHOS QUE SE ENTRECruzAM

“o caminho se faz ao caminhar”

Falar dos caminhos que se entrecruzam na minha trajetória pessoal, acadêmica, profissional é, para mim, um exercício de reconhecimento das minhas limitações e superações, mas sobretudo das minhas conquistas! Início esse processo situando o lugar social de minha fala, onde situo a minha aproximação pessoal e profissional com o tema e objeto de estudo.

Quero iniciar a partir do meu lugar, do meu chão, onde resido há mais de 30 anos conhecido como rua Bela Vista, no município de Mamanguape, na Paraíba. Um pedaço de sítio em um bairro periférico, marcado pela ausência de políticas públicas como: saneamento básico, pavimentação, irregularidade na coleta de lixo e falta de abastecimento de água pela Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (CAGEPA), situação que leva diariamente muitas famílias a recorrerem para o abastecimento de carros pipas para suas residências, esses carros da prefeitura abastecem a comunidade, um problema crônico que as autoridades políticas não conseguem resolver por falta de vontade política, manter uma comunidade litorânea abastecida por carros pipas em pleno século XXI.

Essa realidade provocou na comunidade sentimentos de indignação e revolta, tendo motivado momentos de protestos e mobilizações que reivindicavam uma tomada de decisão por parte das autoridades competentes, mas que infelizmente não tiveram êxito. Até o presente momento, a comunidade sofre com a ausência desse serviço de abastecimento de água potável tratada.

Os movimentos eclesiais e pastorais, desde cedo, fizeram parte da minha vida, contribuíram na formação da minha consciência crítica e do meu papel na sociedade. Por isso, em vários momentos estive auxiliando nessas ações junto aos órgãos competentes na busca de melhores condições de vida para o povo e na luta pela conquista de políticas públicas para todos.

No espaço eclesial, passei a frequentar o grupo de catequese aos 9 anos de idade, e, logo depois, assumi o terço em família que acontecia nas casas, por ocasião do mês de maio. As celebrações da palavra eram realizadas todos os domingos embaixo de uma árvore ou na capelinha da comunidade. Ainda muito jovem e sem muita experiência, junto com o grupo de jovens da comunidade, participava das procissões, romarias, terços e novenas. Celebrávamos “um novo jeito de ser igreja”, partilhando as experiências de fé vividas em comunidade pela via da simplicidade, enfrentando os desafios de cada dia. Com a ajuda do Pe. Assis e do Pe. José

Floren (párocos da Paróquia São Pedro e São Paulo onde faço parte), nossa comunidade foi sendo gestada e se tornando uma célula viva das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)². No estado da Paraíba, as Comunidades Eclesiais de Base tiveram importante participação nas lutas dos movimentos sociais no campo e na cidade.

A música do Pe. Leôncio Asfuncy é emblemática para esse movimento: “Igreja é povo que se organiza, gente oprimida buscando a libertação”. Essa configuração de Igreja consiste em comunidades e pessoas que se reúnem em torno não só da fé e da reflexão sobre os problemas dos pobres e excluídos, mas também da luta pelos direitos negados, os quais nos impedem de viver com dignidade.

Começou ali o meu envolvimento nos movimentos eclesiais e sociais e o desejo de mudança. A partir daí fomos nos organizando em pequenos grupos para discutir os problemas do bairro como: falta de água, calçamento, escola, coleta de lixo, dentre outros.

Na caminhada formativa das CEBs, o aprendizado se dá através de uma construção coletiva, da apreensão da realidade e da vivência de uma espiritualidade cristã que se concretiza na práxis. Na atualidade compreendemos que,

Hoje, passada a euforia inicial e tomando a devida distância, podemos constatar que as CEBs estão na raiz de vários movimentos sociais e têm contribuído para a formação de muitas lideranças no campo social e político. Foram responsáveis também pela formação de lideranças leigas no interior da Igreja, que assumiram o jeito de viver e celebrar a fé de uma maneira nova (DORNELAS, 2006, p.3).

As CEBs tornaram-se um espaço de referência na minha formação, no sentido de contribuir para uma consciência crítica em torno de como funciona a sociedade e como me situo nesse contexto enquanto sujeito em processo permanente de busca, fazendo a “leitura do mundo”, o desvelamento da realidade e intervindo nesse contexto, buscando uma transformação. Viver em comunidade, significa solidarizarmos uns com os outros na luta contra todas as formas de injustiça e tudo que impede viver a vida em plenitude! Vivem em comunidade, significa partilharmos as alegrias da vida, as dificuldades e sobretudo contruímos juntos alternativas de superação das dificuldades, esse é o modelo de igreja no qual acreditamos e lutamos para que se instaure entre nós!

Queremos uma igreja que esteja em comunhão com as comunidades eclesiais de base,

² As Comunidades Eclesiais de Base em 1968 eram apenas experiências incipientes, mas amadureceram e multiplicaram-se sobretudo em alguns países. Em comunhão com seus bispos e com o pediam Medellín, converteram-se em centros de evangelização e em motores de libertação e de desenvolvimento (CELAM, 1979).

as pastorais, os serviços, as comunidades, a humanidade e a casa comum, interpelando-os (despertando em nós) a uma evangelização de proximidade e cuidado com a vida em todas as suas dimensões, uma igreja aberta a todos e todas, ao planeta, aos povos, raças, culturas e credos.

Em 1998 recebi um convite para me filiar ao Partido dos Trabalhadores – PT, e com ele iniciou-se a minha militância partidária. Integrei o quadro de filiados e dirigentes municipais, tive a oportunidade de aprofundar a reflexão sobre outra sociedade possível e a construção da cidade que queríamos. A concretização do nosso sonho era direcionada pela via partidária, buscamos contribuir para a construção de um projeto municipal através de candidaturas que representantassem as pautas populares!

Nesse espaço de militância partidária, conheci o Deputado Frei Anastácio, referência na luta pela Reforma Agrária, principalmente no estado da Paraíba. Por intermédio dele, participei da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST³). Junto com eles e elas, na luta cotidiana, busquei assumir a “opção preferencial pelos pobres”, construindo assim, uma experiências muito rica nesses movimentos de luta pela terra.

Cada marcha realizada pelo movimento de luta pela terra era uma firme expressão do compromisso em defesa dos excluídos, dos direitos sociais e em busca da promoção humana e da cidadania. Aprendi muito nessa caminhada, com cada uma dessas experiência! Como nos diz Freire (2016) “ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, sem aprender a refazer, a retocar o sonho por causa do qual a gente se põe a caminhar.” (p. 213).

Ainda em 1998, participei do curso “Educadores Populares”, esse curso pertencia a grade de cursos oferecidos pelo Instituto Centro de Formação Missionária (CFM⁴), em Serra Redonda – Paraíba, uma proposta de formação de jovens do meio popular, localizado no sítio Isídoro no município de Serra Redonda na Paraíba, vários assessores oriundos de movimentos sociais e professores da Universidade Federal da Paraíba faziam parte do quadro de assessoria destes cursos, dentre eles Alder Júlio Ferreira Calado⁵, responsável pelo módulo de realidade

³ Movimento de ativismo político e social brasileiro criado nos anos de 1970. Originado da oposição ao modelo de reforma agrária imposto pelo regime militar, busca fundamentalmente a redistribuição das terras improdutivas.

⁴ O Centro de Formação Missionária está localizado no Sítio Isídoro, em Serra Redonda. Resultou da marcante experiência do Seminário Rural, criado em 1981. Após ser desautorizado pelo Vaticano, através do Papa Paulo VI, o “Seminário Rural” transformou-se num Centro de Formação Missionária, com o objetivo de formar jovens.

⁵ Alder Júlio Ferreira Calado é licenciado em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru (1972), Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (1979) e Doutorado em Anthropologie et Sociologie du Politique - Université de Paris VIII (1991). Acompanha a trajetória de Movimentos

social. Nessa experiência formativa participavam vários jovens de diferentes estados do Nordeste. O tempo de formação de 4 anos ajudou a fortalecer ainda mais a minha identidade de educadora e a minha compreensão de Educação Popular.

As práticas de um(a) educador(a) popular foram elementos fundantes dessa formação que tinha como base a orientação pedagógica do educador Paulo Freire. Lembro que Alder Júlio, grande referência na Educação Popular, sempre enfatizava que o verdadeiro educador ou educadora não se faz pelo discurso, mas pela prática, a relação entre discurso e prática encontra-se intrinsecamente ligados. Para Freire (1996), “a reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação Teoria/Prática sem a qual a teoria pode ir virando blablablá e a prática, ativismo”(p.12).

Com Alder Júlio pude compartilhar momentos de aprendizados profundos, seu testemunho ético, político e social de extrema amorosidade nos ensinava a práxis de um verdadeiro educador popular. Essa aprendizagem foi intensificada ainda mais porque, concomitantemente ao curso, iniciei a graduação em Pedagogia na Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Na graduação, pesquisando sobre o tema “Evasão Escolar na EJA⁶: causas e desafios da permanência desse público”, que consistia num estudo de caso cujo objetivo principal era “compreender quais as causas e desafios da permanência dos sujeitos na EJA na escola regular de ensino público do município de João Pessoa”. Através deste trabalho de conclusão de curso iniciei a minha aproximação com o campo da EJA na educação. Esse trabalho foi muito significativo pois me permitiu assumir a docência pela primeira vez junto aos alunos da EJA no ensino noturno, e observar os desafios compartilhados por esses sujeitos para chegarem à sala de aula.

Aos poucos fui me aproximando do universo acadêmico, com muito receio do novo, mas percebi que na condição de educadora/educanda necessitava viver essa experiência acadêmica da melhor forma possível, de modo que pudesse contribuir enquanto pedagoga na formação de outros sujeitos de forma integral, respeitando seus saberes e construindo novos saberes na relação entre discente e docente.

Sociais no Nordeste, desde meados dos anos de 1960. Desenvolveu atividades de assessoria de formação em Serra Redonda (PB) desde 1981, junto a jovens do meio popular rural e urbano.

⁶ A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis da educação básica do país. Essa modalidade é destinada a jovens e adultos que não deram continuidade em seus estudos e para aqueles que não tiveram o acesso ao Ensino Fundamental e/ou Médio na idade apropriada.

Todo saber implica um processo de aprendizagem e formação; e, quanto mais desenvolvido, formalizado e sistematizado é um saber, como acontece com as ciências e os saberes contemporâneos, mais longo e complexo se torna o processo de aprendizagem, o qual, por sua vez, exige uma formalização e uma sistematização adequada (TARDIF, 2014, p.35).

Assim, o novo saber a que o autor se refere vincula-se a algo que já existe, considerando que não parte do abstrato. Contudo, precisa ser permanentemente (re)contextualizado. Nessa compreensão, entendemos que os processos de aprendizagem são alimentados e retroalimentados, permitindo uma (re)organização de saberes e práticas docentes.

Em 2007, tive uma experiência como educadora no Projeto Sal da Terra (PST⁷) – Educação e Solidariedade. Esta constituiu-se numa experiência de Educação de Jovens e Adultos que teve como objetivo contribuir no processo de alfabetização de algumas pessoas da própria comunidade que, por várias razões, não tiveram oportunidade de frequentar a escola. A turma funcionava no Centro Pastoral Pe. José Floren, um espaço cedido pela igreja católica da comunidade. A maioria dos educandos eram trabalhadores da cana-de-açúcar. Nesse período, as usinas da região haviam pressionado os trabalhadores que não eram alfabetizados a ingressarem na escola e se alfabetizarem, a fim de facilitar o preenchimento das fichas de trabalho, essa era uma das motivações do retorno desse público à sala de aula.

Estudar em salões comunitários deixava-os mais a vontade para esse retorno aos estudos. A necessidade desses alunos me inspirava a buscar estratégias pedagógicas que contribuíssem de forma significativa para suas motivações de aprendizagem. O cotidiano em sala de aula era exigente e exigia disposição para o diálogo e sensibilidade para colher os saberes diversos trazidos para a sala de aula, frutos da vivência e da trajetória de vida! Como nos diz Freire (1987, p. 68), “não há saber mais ou saber menos: há saberes diferentes”. O processo dialógico permitia construir um ambiente de valorização desses saberes e juntos seguimos construindo e aprendendo outros saberes! Nossas aulas eram espaços de grandes descobertas, (des)construções, enfim, de grandes aprendizagens. As vivências cotidianas com eles e com elas foram elementos fundamentais na minha formação enquanto educadora.

No início de 2006 foi criado o Campi IV da Universidade Federal da Paraíba, no Litoral Norte, no município de Mamanguape, uma conquista muito importante para todos da região. Particularmente, proporcionou-me uma maior aproximação com a academia através do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação, Etnia e Economia Solidária (GEPEEES), coordenado

⁷ Projeto de Alfabetização de Jovens e Adultos que tem como objetivo escolarizar jovens, adultos e idosos moradores das comunidades periféricas da cidade de João Pessoa e municípios circunvizinhos.

pelos professores Paulo Palhano e José Mateus do Nascimento, no qual pude participar de espaços de debates, estudos e eventos científicos que foram amadurecendo nossa intenção de pesquisadora e fortalecendo os conceitos de Educação Popular.

Em 2010 passei no concurso para servidora pública municipal dos municípios de Rio Tinto e Jacaraú como professora da educação básica. No primeiro ano atuei na educação infantil, experiência bastante desafiadora, e gratificante, sobretudo quando o comprometimento de “ensinar com amorosidade” (Freire, 1996) estar empregando em nosso fazer docente.

A experiência em sala de aula com a educação infantil mais uma vez me desafiava, tendo em vista que essa fase é carregada de subjetividades e particularidades. Aprender mais sobre esse público, suas necessidades e potencialidades, foi fortalecendo a minha prática pedagógica e nutrindo a minha identidade enquanto educadora.

Concomitante a minha docência na educação básica, fui me tornando educadora popular junto aos movimentos sociais e populares, às práticas e aos processos formativos orientados pela Educação Popular, e com os mestres e mestras que tive o privilégio de encontrar na vida, a exemplo de: Alder Júlio Ferreira Calado, Raimundo Nonato de Queiroz, José Comblin, Alfredinho, Almedinha, João Batista Magalhães, Aline Maria Batista Machado e José Francisco de Melo Neto, entre tantos outros atuantes no espaço acadêmico, eclesial e pastoral, com os quais tive uma aprendizagem profunda e uma experiência de muita amorosidade com a vida e a liberdade. Eles e elas alimentaram em mim o desejo de buscar um mundo melhor e o desejo de *ser mais!*

Nesse caminhar, pude participei como educadora de uma das ações pastorais da igreja católica denominada de Pastoral do Menor (PAMEN). O surgimento da PAMEN ocorreu a partir da Campanha da Fraternidade (CF) em 1987 com o tema “*Quem acolhe um menor a mim acolhe*”, e desde então se espalhou pelo país intensificando ações e projetos em defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Participei como educadora de uma turma de crianças e adolescentes no bairro onde moro em Mamanguape. Realizávamos diversas oficinas pedagógicas com o objetivo de discutir as seguintes temáticas: identidade, direitos e deveres, trabalho infantil, tipos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, afetividade, dentre outras. Pouco tempo depois, realizamos um debate sobre o papel e a importância da implementação do Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente no Município de Mamanguape, e ainda participamos efetivamente da primeira eleição para a formação do Conselho Tutelar da cidade.

Aos poucos conseguimos um forte envolvimento das crianças e dos adolescentes nas ações em defesa e na luta pelas políticas públicas em favor desse público. Com esse grupo,

desenvolvemos o projeto protagonismo nas escolas, nas comunidades e em outras instituições que atuavam com crianças e adolescentes, participamos de programas na rádio local divulgando os projetos e ações, e ainda atuamos junto à Rede Margaridas nessa caminhada de luta em defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes. Criamos muitas articulações e laços! Nossos encontros foram entrecruzados de muitas aprendizagens!

Essas experiências foram importantes fontes de aprendizagens sobre a Educação Popular e de inquietações sobre o tema, o que me levou a ingressar no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), no curso de mestrado. O desejo de aprender mais e de buscar uma formação que fortalecesse a minha identidade enquanto educadora popular me levaram a construir um projeto de pesquisa para participar da seleção, na linha de pesquisa Educação Popular, por coerência com a toda minha trajetória. A Educação Popular e as inspirações do legado freireano sempre me apontaram que eu poderia “ser mais” e as pistas foram me indicando o caminho a seguir!

No percurso do mestrado (2015-2017) pesquisei sobre o processo formativo dos educadores e das educadoras da EJA e os desafios desses profissionais com o público da EJA no Projeto Sal da Terra (PST), que atualmente institucionalizou-se ONG. O lócus da investigação foi o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil (Sintricon), no município de João Pessoa, onde aconteciam os encontros de formação quinzenal com educadores e educadoras.

Com a dissertação intitulada: *Projeto Sal da Terra: um estudo de caso acerca da experiência de formação continuada com Educadores(as) da Educação de Jovens e Adultos* (SILVA, 2017), buscamos compreender como se dava o processo de formação continuada com os educadores da EJA no Projeto Sal da Terra em João Pessoa - PB.

Como problema desta pesquisa, adotamos a seguinte questão: Como se dá o processo de formação continuada para educadores(as) da EJA no Projeto Sal da Terra João Pessoa – PB? Nesse desafio, tem-se como objetivo geral: analisar o processo de formação desenvolvido pelo Projeto Sal da Terra com educadores de jovens e adultos e identificar os princípios da Educação Popular, tais como Práxis, Conscientização, Participação e Contextualização. Embora se fale muito em formação de professores, percebe-se que o número de pesquisas realizadas na área da educação popular ainda é ínfimo e que as discussões a respeito ainda se encontram muito tímidas.

Quando se trata especificamente da Educação popular na formação de professores na modalidade da Educação de Jovens e Adultos, é notável a ausência de pesquisas sobre essa temática. Durante a pesquisa foi possível inferir que o PST tem contribuído na formação de

mais de 500 educadores(as), oportunizando experiências teórico-práticas no campo da EJA, com ações inspiradas nos princípios freireanos, além de um crescimento individual e profissional comprovado nos depoimentos das educadoras.

Após a importante experiência do mestrado para a minha trajetória como pesquisadora da educação popular, ingressei no doutorado, na mesma linha de pesquisa no programa de pós-graduação em Educação da UFPB. Minha pesquisa foi aprofundada junto a inserção no Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular, Serviço Social e Movimentos Sociais - GEPEDUPSS, o qual me proporciona, desde o ano de 2016, grandes aprendizados, levando-me a enxergar com um olhar crítico e curioso a realidade social em que estou inserida, sobretudo, numa perspectiva de transformá-la.

A somatória dessas experiências junto aos movimentos sociais ratificam o nosso compromisso com a temática. É o ponto de partida que agora constitui-se como trabalho de pesquisa do nosso doutorado em educação a partir dos nossos esforços em investigar a ONG Associação Comunitária Nova Vida (ACNV), à luz dos princípios da Educação Popular.

1.1 O encontro com a Associação Comunitária Nova Vida

Delineamos nosso campo de pesquisa a partir do compromisso social e da trajetória que temos junto aos movimentos sociais e populares. Nossa proposta surge da memória histórica dos encontros e fóruns dos quais participávamos sobre os direitos das crianças e dos adolescentes, sejam nos encontros diocesanos da Pastoral do Menor, ou em nível estadual com a Associação Comunitária Nova Vida (ACNV) que sempre se destacava do conjunto dos outros grupos pastorais, dada a sua abrangência e profundidade nas ações que desenvolvia, sempre muito atuante no município de Sapé - PB na luta em defesa e na conquista de políticas públicas para as crianças e os adolescentes.

Atualmente a ACNV é reconhecida como uma Organização Não Governamental (ONG), conforme cita o seu Projeto Político Curricular:

A Associação Comunitária Nova Vida (ONG – Localizada no município de Sapé) é uma associação civil, sem fins econômicos, de direito privado, caráter beneficente de assistência social e promoção humana. Fundada em 1996 por Irmã Lúcia e algumas famílias que participavam da comunidade Eclesial de Base. Desenvolvendo atividades sócio educativa na linha de defesa dos direitos das crianças, adolescentes e familiares dos bairros mais pobres da cidade de Sapé. O principal objetivo da instituição é promover ações na defesa dos direitos de crianças, adolescentes, familiares e comunidade em situação de vulnerabilidade social no município de Sapé-PB (PPP, 2018, p.08).

Embora não possamos homogeneizar as ações das ONGs, pode-se dizer que, de modo geral, essas organizações no Brasil atuam em diversas áreas, colaborando com o desenvolvimento da cidadania, expansão da democracia e práticas de políticas compensatórias, auxiliando a gestão pública com o intuito de minimizar os problemas sociais existentes no país.

As discussões em torno da temática ONG são bastante contraditórias, uma vez que a maioria delas atua em parceria com o Estado na formulação de políticas públicas, outras por sua vez, especialmente as denominadas progressistas atuam junto as camadas populares e, movimentos sociais na perspectiva de fortalecer a construção de projeto contra hegemônico de sociedade que rompa com as estruturas capitalistas. Esse tema será melhor discutido no próximo capítulo deste estudo.

Verificamos em nossos estudos que as análises sobre as ONGs vêm privilegiando uma abordagem mais voltada ao plano político-institucional, com ênfase especial na posição que ocupam essas instituições no debate em torno da sociedade civil. As formulações de caráter mais alinhado ao marxismo clássico de viés estruturalista observam tais organizações como uma mera ferramenta de controle do poder econômico em tempos neoliberais, que fragmentam o social, o político e o econômico, despolitizando e desmobilizando a classe trabalhadora. As análises mais dialógicas, porém, reconhecem, em alguma medida, a importância das ONGs num momento histórico-social específico da luta pela democratização do Brasil, revelando as conexões de algumas dessas organizações com os movimentos sociais e populares (LANDIM, 2002).

Nesse contexto, também vimos que as experiências em Educação Popular estão presentes em ONGs de cunho mais progressistas, pastorais sociais, centros de formação, movimentos sociais, dentre outras organizações. Entre estes, escolhemos como campo da nossa pesquisa a ONG Associação Comunitária Nova Vida (ACNV), no município de Sapé na Paraíba.

A nossa aproximação com a experiência da ACNV aconteceu durante a minha trajetória de militante na Pastoral do Menor, órgão pastoral da Arquidiocese da Paraíba existente em muitos municípios desde a década de 1990, e o fato dessa instituição ter mais de 25 anos e nunca ter sido objeto de estudo. A relevância do estudo dessa temática também passa pelo contributo aos estudos e pesquisas que trabalham com a perspectiva da Educação Popular e discussões em torno dos processos educativos não formais existentes na Paraíba nas ONGs .

Conforme o Projeto Político Curricular da ACNV (2018), as crianças e os adolescentes são público alvo, e no que tange à participação nas atividades da instituição, o público juvenil tem desempenhado um importante papel nas lutas e reivindicações por políticas públicas nas

organizações sociais existentes no município.

Sabemos que a instituição da ACNV atende diversos públicos, como: crianças, adolescentes e seus familiares, cabe ressaltar que nosso trabalho, encontra-se focado nos adolescentes, público-alvo da nossa investigação. Tendo em vista que o Projeto *PROTAGONISMO AÇÃO E CIDADANIA*- atende a faixa etária dos adolescentes (entre 12 à 18 anos), uma vez que é nesse trabalho que se discute as questões acerca do protagonismo. Em diálogo com uma das educadoras tivemos conhecimento que o referido projeto vem sendo desenvolvido na instituição desde 2013, vejamos o relato a seguir:

desde 2013 a gente trabalhava com o protagonismo com os adolescentes, levando para as escolas do município, realizando diversas campanhas sobre os direitos, sobre o ECA, através do trabalho com o público juvenil e do projeto que trazia como título: *PROTAGONISMO*, inclusive, este Projeto foi premiado no Programa Criança Esperança de 2020. (Educador 1)

Desse modo, a relevância em pesquisar o público dos adolescentes dentre as ações da instituição surgiram a partir das seguintes motivações: são eles e elas que participam do Projeto *PROTAGONISMO, AÇÃO E CIDADANIA*; são os adolescentes que participam dos Conselhos Municipais, Estaduais e Fóruns de políticas públicas para esse segmento, espaços estes que possibilitam uma participação ativa dos adolescentes no processo de elaboração e de luta pelas políticas públicas e ainda, por percebermos a ausência de pesquisas, na área da educação, que discutam a temática das Ongs articuladas com a Educação Popular e Protagonismo Juvenil.

Portanto, o protagonismo juvenil constitui o foco da nossa pesquisa, visto que as ações desenvolvidas pela organização têm estimulado fortemente este público para uma organização e participação ativa na vida da comunidade e da sociedade espaços de luta e conquistas de políticas públicas. Coube a nós investigar sob qual perspectiva está sendo fomentada o protagonismo nessa instituição.

Ao discutir a questão do protagonismo, importante destacar como nossos caminhos foram sendo entrecruzados a trajetória da ACNV com minha trajetória de vida e de militante da causa das crianças e dos adolescentes. Ela iniciou como educadora e militante na Pastoral do Menor, órgão pastoral da Arquidiocese da Paraíba existente em muitos municípios desde a década de 1990, na qual participei por mais de uma década como educadora de uma turma de crianças e adolescentes no bairro onde resido, no município de Mamanguape.

Realizávamos diversas oficinas temáticas sobre: identidade, direitos e deveres, trabalho infantil, tipos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, afetividade, além de campanhas de mobilização e sensibilização sobre os direitos das crianças e dos

adolescentes. Essa convivência nos fez refletir acerca do Protagonismo Juvenil e sua conexão com a Educação popular

O meu envolvimento, portanto, com essa temática, não se deu de forma aleatória, mas por meio da minha história de vida, e de *encontros* nos caminhos que entrecruzam essa história com os diversos espaços e processos formativos que contribuíram na (re)construção das minhas identidades como mulher negra, pedagoga, educadora e pesquisadora, entendendo que “ninguém nasce feito, é experimentando-nos no mundo que nós nos fazemos” (FREIRE, 2001, p.43). Esse conjunto de experiências supracitadas contribuíram para a construção do nosso campo de investigação e objeto de estudo.

No tocante as ONGs ao reconhecer a heterogeneidade desse fenômeno, configuradas ora no campo dos movimentos sociais, ora no campo das instituições que compõem o chamado “Terceiro Setor”, compreendemos a necessidade de entender e analisar suas contradições no contexto da totalidade social. Colocamo-nos diante desse cenário com o intuito de pesquisar a ONG ACNV no município de Sapé - PB, analisar, interpretar e sistematizar os marcos dessa experiência formativa com os adolescentes, e seus desdobramentos pessoais, sociais e profissionais.

Ao longo da sua história, a ACNV tem desenvolvido diversas ações educativas e processos de lutas em favor de políticas públicas junto ao público de crianças e adolescentes das periferias do município de Sapé, e através de um conjunto de práticas educativas, contribuído na construção de um conhecimento crítico e reflexivo que favorecem a participação desses adolescentes em espaços de poder. Conforme aponta Gadotti *apud* Gohn (2013, p. 35), “o conhecimento por si só não é libertador, o será se estiver associado a um compromisso político em favor dos excluídos”.

É com esse compromisso que ousamos neste estudo ouvir as vozes dos sujeitos, buscar uma aproximação entre o concreto e o abstrato, e colher os frutos da materialidade dos processos educativos que vêm contribuindo com o protagonismo juvenil desses adolescentes. Partindo dessas palavras iniciais do contexto educacional vivenciado pela ONG ACNV, a presente tese buscará dialogar com duas perspectivas: A ONG ACNV e, dentro dela, a especificidade do Protagonismo Juvenil, e sob qual perspectiva o protagonismo juvenil vêm sendo desenvolvido na instituição para o fortalecimento da luta em defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes no município de Sapé no Estado da Paraíba.

Diante do exposto, nosso desafio passa pela seguinte questão norteadora: ***A Associação Comunitária Nova Vida contribui com o protagonismo juvenil no município de Sapé –PB por meio da Educação Popular?*** Desse modo, a presente pesquisa apresenta como **objetivo**

geral: analisar a ONG ACNV, a fim de explicar se contribui para o protagonismo juvenil nas lutas e organizações sociais no município de Sapé – PB a partir dos princípios da Educação Popular. E diante deste, os seguintes **objetivos específicos:**

- ✓ Identificar quais os princípios da Educação Popular estão presentes nas ações da referida ONG;
- ✓ Sistematizar as contribuições da ONG que possibilitam uma ação de protagonismo juvenil nos espaços de conquista por políticas públicas;
- ✓ Apontar e refletir acerca dos procedimentos metodológicos utilizados nas ações da ONG;
- ✓ Evidenciar os impactos e conquistas do protagonismo juvenil promovido pela ONG na vida dos jovens participantes.
- ✓ Analisar o perfil social dos sujeitos da pesquisa (coordenação pedagógica, educadores e educandos(jovens));

Além dos dispositivos legais e decretos que fundamentam as ONGs e as Políticas públicas para crianças, adolescentes e Juventudes no Brasil, ancoram nossa pesquisa outros documentos normativos como o Estatuto da Criança e do Adolescente e da Juventude, bem como autores que aprofundam e problematizam estudos no campo das ONGs, Protagonismo Juvenil e Educação Popular, entre eles: Freire (1996 e 2016), Gohn (2003 e 2014), Machado (2009 e 2012), Landim (1993) e Calado (2016), entre outros.

Apresentaremos, na sequência, a forma como estruturamos a organização textual da presente tese:

Neste **primeiro capítulo, Caminhos que se entrecruzam**, encontram-se os passos iniciais referentes a nossa justificativa pessoal e acadêmica no tocante ao objeto de pesquisa, trazendo um panorama dos caminhos que se entrecruzaram para a escolha da presente pesquisa em articulação com a nossa trajetória pessoal e com a relevância dessa temática para a academia através dos levantamentos realizados acerca da produção do conhecimento nos Programas de Pós-Graduação em Educação na região Nordeste. Ainda nesse capítulo, apresentaremos com quem escolhi caminhar, aportes teórico-metodológicos, abordagem, instrumentos de coleta e produção de dados e procedimentos de análise.

No **segundo capítulo, Trilhando caminhos por tempos históricos: as ONGs no Brasil e o surgimento da Associação Comunitária Nova Vida- ACNV**, trazemos uma reflexão sobre o contexto histórico da presença das ONGs no Brasil e seus desdobramentos no sistema capitalista, considerando que este é também um exercício de olhar para o cenário mundial e para a maneira como o tema vem sendo configurado no contexto da totalidade social.

Ainda neste capítulo, apresentaremos a historicidade e organicidade da ONG Associação Comunitária NovaVida (ACNV).

No **terceiro capítulo, intitulado: Os caminhos da Educação popular no Brasil**, apresentaremos as bases históricas da Educação Popular no Brasil e caminharemos na direção de analisar as trilhas que se encontram entre a Educação Popular e Protagonismo Juvenil.

No **quarto capítulo, Acrescentando passos: protagonismo juvenil no Brasil**, discutiremos a construção histórica da expressão protagonismo juvenil no Brasil e a presença do Protagonismo Juvenil nas Legislações Nacionais, a partir dos dispositivos legais, tais como a Constituição Federal (CF) , Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Estatuto da Juventude e no item **trilhando na busca de ações protagonistas juvenis**, iremos analisar as propostas político pedagógicas desenvolvidas na ONG ACNV na perspectiva do protagonismo juvenil no município de Sapé na Paraíba.

No **quinto capítulo das análises, Possibilidades e aprendizagens desse caminho: revelando o protagonismo juvenil da ONG Associação Comunitária Nova Vida**, trazemos os resultados encontrados em nossa pesquisa, evidenciando criticamente nossas análises face ao objeto de estudo.

E por fim, nas **(In) conclusões desse caminho**, sintetizamos o que foi abordado ao longo da trajetória apontando questões pertinentes aos desdobramentos da tese e finalizo expressando um pouco sobre o que levo desta experiência doutoral.

No próximo tópico, trazemos as primeiras descobertas acerca das ONGs, Protagonismo Juvenil e Educação Popular, evidenciando as pesquisas já realizadas nesse campo e qual o atual estado desse objeto de estudo.

1.2 Descobertas acerca das ONGs, Protagonismo Juvenil e Educação Popular

No intuito de corroborar e justificar a relevância da presente pesquisa, recorreremos a uma revisão na literatura com o objetivo de nos apoiarmos nos aportes teóricos para refletir e responder a questões postas pela pesquisa, estabelecendo um diálogo acerca das ONGs, Educação Popular e Protagonismo Juvenil.

Como metodologia, adotamos investigar as produções em educação que têm relação direta com o nosso objeto de estudo ou que dialogam com a temática. Achamos pertinente pesquisar as produções apenas no campo da educação, por se tratar do campo de pesquisa onde a presente tese está inserida.

A partir das questões que norteiam a presente tese, realizamos no mês de fevereiro de

2021, um levantamento de pesquisas em Educação que se relacionassem com o nosso trabalho, utilizando os descritores “ONGs”, Educação Popular” e “Protagonismo Juvenil”, nos Programas de Pós-Graduação em Educação nas Universidades Federais do Nordeste, nos campi situados nas capitais dos Estados dessa região brasileira focalizada, considerando os resumos, uma síntese dos principais resultados e/ou argumentos de cada tese, tendo como objetivo encontrar publicações em teses defendidas que dialogassem com nosso objeto de estudo.

A escolha da região Nordeste se deu a partir de dois motivos: o primeiro por ser a região em que nosso estudo está inserido, visto que a ONG ACNV está localizada nessa região a qual, de acordo com o Ipea (2015), apresenta 80,1% do total de seus municípios nas duas faixas mais altas da vulnerabilidade social; além disso, a Educação Popular, sistematizada por Paulo Freire, também surgiu e foi forjada nessa região⁸.

O recorte temporal foi de 2015 a 2019 e, como procedimento inicial, realizamos um levantamento nos sites dos programas de Pós-Graduação em Educação da referida região, utilizando como critério a leitura das temáticas e, por ocasião do surgimento de dúvidas, a leitura dos resumos e das palavras-chave nos trabalhos de doutorado cuja temática viesse a se aproximar de nossa busca.

Iniciamos nossa pesquisa, partindo de palavras chaves que apontassem no contexto das pesquisas em Educação, começando assim pela combinação “ONGS e Educação Popular”, o que nos permitiu compreender como esta temática vem sendo discutida no campo da educação. Em seguida, restringimos nossa busca às pesquisas envolvendo “ONGs e Protagonismo”, encerrando por fim, com trabalhos que num contexto micro (ou seja, mais especificamente focado) envolvessem “ONGs com Educação Popular e/ou Protagonismo Juvenil”.

Ao pesquisar as palavras chaves e realizar as leituras dos resumos, organizei os trabalhos em tabelas para melhor ilustrar os achados da pesquisa. Na tabela 1, sistematizamos o levantamento dos trabalhos de doutorado pesquisados disponíveis nos sites dos Programas de Pós-Graduação no campo da educação na região Nordeste.

Evidenciamos que a nossa opção pelos trabalhos em nível de doutorado deu-se em virtude deste estudo tratar-se de uma Tese de doutorado, inserida no Programa de Pós Graduação em Educação na Universidade Federal da Paraíba.

⁸ FÁVERO, Osmar. Paulo Freire: Primeiros tempos. Disponível em :<http://dhnet.org.br/educar/40horas/favero_paulo_freire_primeiros_tempos.pdf> Acesso em: 15 de Dez. de 2020. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação popular. São Paulo: Brasiliense, 2012.

Ao relacionar questões da Educação popular com Protagonismo Juvenil e ONGs, vemos que os estudos ainda são insuficientes, especialmente no campo da Educação, no âmbito dos estudos acadêmicos já realizados, verifica-se um número incipiente de trabalhos.

Esse mapeamento nos possibilitou conhecer o que vem sendo produzido no campo da Educação sobre o protagonismo juvenil que dialoga com o nosso objeto de estudo, de modo que, a partir desse levantamento, foi possível afirmar a quantidade ainda tímida de trabalhos que discutem a temática da presente tese.

Na tabela 01, apresentamos o levantamento acerca das publicações em nível de tese no campo da educação nos programas de Pós-Graduação em Educação na região nordeste.

Tabela 1: Quantitativo dos trabalhos de tese defendidos nos Programas de Pós-Graduação em Educação na região Nordeste no período de 2015 a 2019

UF	Universidade	Progr ma	Quantitativ o de teses
PB	Universidade Federal da Paraíba – UFPB	PPGE	123
PE	Universidade Federal de Pernambuco – UFPE	PPGE	127
RN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN	PPGEd	124
SE	Universidade Federal do Sergipe – UFS	PPGEd	80
AL	Universidade Federal de Alagoas – UFAL	PPGE	63
M A	Universidade Federal do Maranhão – UFMA	PPGE	-
BA	Universidade Federal da Bahia -UFBA	PPGE	194
CE	Universidade Federal do Ceará – UFC	PPGEB	21
PI	Universidade Federal do Piauí – UFPI	PPGED	71
TOTAL			803

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir dos dados disponíveis nos sítios eletrônicos dos Programas, 2021.

Observamos na tabela 1 que no período de 2015 a 2019 foram produzidas 803 teses de doutorado. Analisando o quadro foi possível constatar que alguns programas apresentam um

alto número de produções, em detrimento dos demais, e ainda com relação ao campi do estado do Maranhão não localizamos no Programa de Pós-Graduação em Educação o curso de doutorado.

De modo a avançar na compreensão desses dados, sobretudo nas causas das disparidades de produções entre os campi, encontramos em nossas buscas a dissertação de Soares (2016) que apresenta um estudo sobre o mapeamento dos Programas de Pós-Graduação em Educação no Nordeste, no qual buscamos alguns indícios de respostas as nossas indagações.

A referida autora fala sobre o surgimento das Pós-Graduações em Educação na região, apontando que o primeiro curso de mestrado da região Nordeste foi fundado no estado da Bahia, no ano de 1971, e posteriormente o curso de doutorado, razão pela qual se justifica o maior número de teses concentrado nesse estado.

Ainda segundo a autora, os demais programas surgiram entre as décadas de 1970 e 1990, e no início do século XXI: na Paraíba e no Ceará, no ano de 1977, seguidos pelos estados de Pernambuco e do Rio Grande do Norte, em 1978, e posteriormente, no ano de 1991, no estado do Piauí. Já em Sergipe o programa foi implantado em 1994, e no início do século XXI, mas precisamente no ano de 2001, surgiram os programas nos estados de Alagoas e do Maranhão. Com relação ao campi do Maranhão, não encontramos no Programa de Pós-Graduação em Educação o curso de doutorado, e em virtude da ausência dessa informação no site, não pudemos expor, ficando sistematizadas as produções de teses em educação dos demais estados da região Nordeste.

A apreciação desses dados a partir do levantamento realizado na região Nordeste no tocante as produções em Educação nos Programas de Pós-Graduação, nos trazem um panorama que nos possibilitou algumas inferências, entre as quais se destacam:

- exiguidade de pesquisas sobre Educação Popular, Protagonismo Juvenil e ONGs, fazendo essa intersectorialidade entre essas três categorias. Os pesquisadores não discutem essas temáticas nos programas das regiões pesquisadas, denunciando não ser foco de interesse.
- A partir dos dados coletados na tabela 1, foi possível observar que dos 803 trabalhos pesquisados, apenas 04 tratam da questão do protagonismo, 24 tratam de Educação Popular, 01 sobre as questões referentes às ONGs e 01 relaciona Educação Popular e ONG. Isso evidencia a escassez de pesquisadores e pesquisas no campo da educação que tratam da nossa temática em estudo;
- na região Nordeste, detectou-se ainda a ausência de pós-graduação em Educação, em nível de doutorado, como pudemos comprovar na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), fomos informada no período da pesquisa (2021) que o curso do doutorado encontrando-se

em fase de implementação;

- em se tratando das temáticas que se aproximam do objeto de estudo da presente pesquisa – *PROTAGONISMO JUVENIL ONGS E EDUCAÇÃO POPULAR* – as produções encontradas versam sobre diversos temas, como demonstra a tabela 2, contudo, existe uma lacuna no tocante ao nosso tema de pesquisa;
- nas temáticas pesquisadas sobre a questão do protagonismo, percebe-se a existência de uma maior preocupação com o protagonismo das mulheres, dos indígenas, dos sujeitos sem recorte para o público juvenil;
- nas temáticas que se aproximam do objeto desta pesquisa, as *ONGs não trabalham com o Protagonismo Juvenil na perspectiva da Educação popular*. Os trabalhos relacionam-se com outros descritores, evidenciando, assim, a ausência de pesquisas nesse campo;
- Os números mostram que as pesquisas que interseccionam as duas frentes, ONGs e Educação Popular, são ínfimas, sendo necessário empregar mais esforços em pesquisas e estudos que tratem dessas temáticas;
- no campo das Ciências Humanas em Educação o estudo da temática ONGs e Protagonismo é pouco abordada; e ainda, percebemos uma exiguidade de pesquisas interseccionando ONGs, Protagonismo Juvenil e Educação Popular.

Embora se identifiquem algumas aproximações entre as pesquisa mapeadas e o objeto de estudo desta investigação, os títulos delas enunciam que não há uma única pesquisa que trate das ONGs, Protagonismo Juvenil e Educação Popular, no recorte temporal aqui proposto.

Partindo dos dados observados, percebe-se que as pesquisas voltadas para essa temática ainda necessitam de um maior investimento, para se conhecer esse universo e as potencialidades dessa conexão no mundo das pesquisas.

Evidenciamos através dos resultados do nosso levantamento que a temática do *Protagonismo juvenil*, ainda ocupa um espaço reduzido nas discussões educacionais, seja em nível nacional, seja em nível local, reforçando a carência de estudos que direcionem um olhar sob ela, em seus diversos aspectos, uma vez que se percebe que esse conceito sobre o protagonismo historicamente foi sendo reconfigurado e tratado, quase sempre, como uma perspectiva neoliberal, daí nosso interesse em refletir sua atuação eventualmente presente nas ações da ONG na perspectiva da Educação popular.

Os resultados desse levantamento nos Programas de Pós Graduação em Educação na região nordeste, com recorte temporal de 2015 a 2019, será detalhado nas tabelas a seguir, nas quais apresentaremos o quantitativo de produções em nível de tese e as temáticas abordadas.

Tabela 2: Quantitativo dos trabalhos de tese defendidos no período de 2015 a 2019 nos Programas de Pós- Graduação em Educação na região Nordeste que dialogam com nossa temática

Trabalhos Pesquisados	Protagonismo	Educação Popular	ONG	Educação Popular e ONG	Protagonismo Juvenil e Educação Popular
803	04	24	01	01	0

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir dos dados disponíveis nos sítios eletrônicos dos programas, 2021.

A tabela 2 revela o quantitativo das produções encontradas nos programas que de alguma forma tangenciavam o nosso objeto de pesquisa. Na busca realizada, direcionamos a procura a partir dos descritores ONG, protagonismo juvenil e Educação Popular, refinando as buscas de acordo com os títulos e observando os resumos dos trabalhos, todavia, ressaltamos os que de fato se aproximaram de nosso objeto de pesquisa.

No levantamento que realizamos na região Nordeste nos Programas de Pós-Graduação em Educação encontramos um total de 803 trabalhos de teses em que apenas 4 trabalhos tratavam da questão do protagonismo, mas não conseguimos identificar neles a discussão em torno da questão do protagonismo juvenil.

No tocante, as ONGs, identificamos apenas 01 trabalho que se referia ao fortalecimento da identidade através das ações promovidas pela ONG, e 24 trabalhos que abordavam a temática da Educação Popular.

Após ter acesso ao resumo, vemos que a EP é abordada sob diversas perspectivas, desde a questão de campanhas, como, por exemplo, a campanha “De pé no chão também se aprende a ler”, passando pela dimensão da modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA), programas e experiências de projetos de extensão, mas nenhuma das teses pesquisadas faziam referência a ONGs que trabalham com protagonismo juvenil numa perspectiva de Educação Popular.

Esse mapeamento evidenciou nos programas de Pós-Graduação em Educação das Universidades Federais na região Nordeste a pouca incidência da discussão da temática das ONGs, especialmente aquelas que trabalham com Educação Popular.

Do resultado do levantamento apresentado acima, subdividimos os achados em quadros, de acordo com as produções encontradas em cada programa e a relação direta ou aproximada com o objeto de pesquisa desta tese.

No quadro a seguir apresentaremos as teses que abordam temáticas relacionadas a

Educação Popular durante o período de 2015-2019, no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPB.

Quadro 1: Demonstrativo de teses que abordam temáticas relacionadas a Educação Popular entre os anos de 2015-2019 no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPB

Ano	Temática	Autor	Total de produções
2019	A Educação Popular na casa dos sonhos em Santa Rita Paraíba	PEREIRA, Nelma Rejane Olinto de Oliveira	De um total de 123 teses analisadas na UFPB, 17 abordam o tema da Educação Popular e 1 com o tema do protagonismo .
2019	Práticas pedagógicas em classes multisseriadas: inserção da educação popular no currículo das escolas do campo	COSTA, Lucielio Marinho da	
2019	<i>Educação Popular</i> e Programa Mais Educação: tessituras de uma educação integral na grande João Pessoa	LIMA, Francisco das Chagas Galvão de	
2018	Vozes de uma história interdita: a Educação Popular e os direitos humanos na práxis da Ceplar 1960-1964	MARINHO, David Glasiel Azevedo	
2017	A Educação Popular na Arquidiocese da Paraíba (1966-1985)	PEREIRA, Vanderlan Paulo de Oliveira	
2017	Elementos para uma teoria enunciativa da educação popular	ALCÂNTARA, Marcos Angelus Miranda de	
2017	Incubação de empreendimento solidário uma metodologia da educação popular.	COSTA, Francisco Xavier Pereira da	
2017	Tradição gloriosa: Lyceu Parahybano uma história de protagonismos (1886-1923)	MIRANDA, Itacyara Viana	
2017	Discursos da educação popular contemporânea: encontros com Michel Foucault e Paulo Freire	BRUTSCHER, Volmir Jose	

2016	A construção do vínculo afetivo no cuidado em saúde à luz da educação popular	AMARAL, Mateus do	
2016	Educação popular e formação em saúde na perspectiva do palhaço cuidador: estudo com base em um projeto de extensão	COSTEIRA, Aldenildo Araújo de Moraes	
2016	Educação popular na graduação em medicina: aprendizados, desafios e possibilidade	MORAIS, Maria do Socorro Trindade	
2016	Agenda temática da educação popular para o século XXI: uma leitura crítica das produções de educação da UNESCO (2010-2015)	CARNEIRO, Daniela Gomes de Brito	
2016	O processo de aproximação da educação popular com as práticas de educação em saúde no SESC e o seu significado	NASCIMENTO, Vânia Barbosa	
2015	Educação Popular e identidade: navegando com a associação artístico-cultural de Cabedelo	CANANÉA, Fernando Antonio Abath Luna Cardoso	
2015	Cenopoesia, a arte em todo ser: das especificidades artísticas às interseções com a educação popular	DANTAS, Maria Josevania	
2015	Educação popular e ensino de história local: cruzando conceitos e práticas	SOUSA, Israel Soares de	
2015	Agir crítico em nutrição: uma construção pela educação popular	CRUZ, Pedro José Santos Carneiro	

Fonte: Quadro elaborado pela autora. As respectivas teses encontram-se disponíveis no Banco Digital de Teses e Dissertações. Disponível em: <<http://bdtd.ibict.br/vufind/>>. Acesso em Jan. 2021.

O quadro 1 traz uma síntese dos trabalhos de tese defendidos entre 2015 e 2019 no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal da Paraíba, campus

I, com 123 trabalhos pesquisados. O número de trabalhos sobre a temática da Educação Popular é significativo (18 trabalhos), e os aspectos focalizados são bastante diversos, a saber: práticas pedagógicas em classes multisseriadas, programas de educação integral, experiências da CEPLAR e da Arquidiocese da Paraíba, empreendimentos solidários, formação em saúde e Produções da UNESCO.

Em relação ao descritor ONG, identificamos apenas 1 trabalho de tese nesse período sob o viés da Educação Popular, o que demonstra a fragilidade das discussões envolvendo a temática, especialmente as que trabalham com protagonismo juvenil numa perspectiva de Educação Popular, visto que a maioria dos trabalhos encontrados mencionam outras abordagens.

Destacamos nesse cenário de produções do PPGE-UFPB o trabalho de tese do autor Cananéa (2015), a qual aborda a “Educação Popular e identidade: navegando com a associação artístico-cultural de Cabedelo”. O referido autor desenvolve uma pesquisa sobre a associação artístico-cultural, localizada no município de Cabedelo, na Paraíba, a mesma se configura enquanto ONG que visa o fortalecimento da identidade cultural das pessoas através de ações desenvolvidas nessa instituição fundamentadas na perspectiva da Educação Popular.

Evidenciamos que, mesmo o trabalho apresentando a categoria pesquisada da Educação Popular e ONG, o mesmo não aborda a questão do protagonismo juvenil, o que denota que pesquisas sobre esse objeto são inexistentes no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, e constitui um campo aberto de pesquisas, além de nos provocar indagações sobre sua ausência.

Partindo dos descritores Educação Popular, protagonismo juvenil e ONGs, entre os anos de 2015 e 2019, localizamos alguns trabalhos que tangenciavam o nosso objeto de estudo, sendo a Educação Popular a temática mais recorrente entre estas descobertas. Ressaltamos ainda que, embora saibamos que a autora Machado (2009) tem publicado nesse Programa em foco uma tese intitulada “Organizações Não-Governamentais – ONGs: trajetórias, concepções e práticas em educação popular”, ela não faz parte do nosso recorte temporal (2015-2019).

A partir da realização do levantamento do estado da arte no PPGE da UFPB, constatamos que embora se identifiquem algumas aproximações entre as pesquisas mapeadas e o objeto de estudo desta investigação, os títulos delas enunciam que não há uma única pesquisa que trate dessas ONGs, Protagonismo Juvenil e Educação Popular, no recorte temporal aqui proposto. Partindo dessas análises, percebe-se que poucas pesquisas com a temática ONG, sob o viés da Educação Popular vem sendo produzidas, e no tocante a intersecção dessas duas temáticas com o Protagonismo Juvenil são inexistentes, sendo portanto um trabalho inovador.

Quadro 2: Demonstrativo de teses defendidas entre os anos de 2015-2019 no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRN

Ano	Temática	Autor	Total de produções
2019	Movimento de educação e cultura popular no Brasil dos anos 1960: resistência desfeita	SPINELLI, Pablo Cruz.	De um total de 124 teses analisadas na UFRN, apenas 02 abordam o tema da Educação Popular.
2018	Os acampamentos da campanha “De pé no chão também se aprende a ler” e as relações dialógicas com a comunidade local	PRANTO, Aliny Dayany Pereira de Medeiros	

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir dos dados disponíveis no Banco Digital de Teses e Dissertações. Disponível em: <<http://bdt.d.ibict.br/vufind/>>. Acesso em Jan. 2021.

No quadro 2, identificamos um total de 124 trabalhos de teses no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), e desse total apenas 02 trabalhos abordam temáticas relacionadas ao objeto de estudo da nossa tese: Spinelli (2019) e Pranto (2018).

Spinelli (2019), desenvolve uma pesquisa com foco no Movimento de educação e cultura popular no Brasil dos anos 1960: resistência desfeita, Neste trabalho o autor defende a tese de que os movimentos de cultura e educação popular da década de 1960, no Brasil, traduziram-se em uma resistência ao pensamento hegemônico, vindo do Norte, o qual reduzia os sujeitos populares e seus saberes à condição de ignorantes e “folclóricos”. E tem como objetivo buscar no passado a compreensão daqueles Movimentos, no esforço de possibilitar a visualização de certos resquícios do passado que tenham relevância como experiência de riqueza social e acadêmica. A partir do popular e do local, os movimentos de cultura e educação popular da década de 1960, superaram as barreiras da invisibilidade e se alçaram ao plano da história global, ao começarem a se tornar protagonistas de sua própria história, até a chegada do golpe militar de 1964.

Pranto (2018), por sua vez, discute os acampamentos da campanha “Pé no chão também se aprende a ler”, ambas apresentam a temática da Educação Popular. Contudo, neste trabalho o autor analisa as relações dialógicas ocorridas entre as comunidades locais dos bairros das Rocas e Quintas e os acampamentos escolares da Campanha “De pé no chão também se aprende a ler”, em Natal, Rio Grande do Norte, iniciativa que ocorreu na Prefeitura de Natal, visando à erradicação do analfabetismo na capital potiguar. Como sabemos essa campanha foi uma ação

desenvolvida por Paulo Freire e sua equipe na cidade de Angicos, iniciativa que ganhou repercussão mundial. Tal proposta teve oito fases, iniciando com escolinhas isoladas e sendo ampliada com a construção de acampamentos escolares cobertos de palha de coqueiro. Também foram acrescidos à Campanha, a formação de professores, as bibliotecas volantes e fixas, além de diversas ações que visavam à promoção da cultura popular. Ao refletir sobre a importância da campanha o autor faz referência ao amplo trabalho de alfabetização que ocorreu durante o período da campanha e os processos de formação docente alicerçadas na perspectiva da Educação popular. Todo esse trabalho se encerra em 1964, com o golpe militar.

Quadro 3: Demonstrativo de teses defendidas entre os anos de 2015-2019 no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFAL

Ano	Temática	Autor	Total de produções
2019	A relação entre Estado e as organizações não governamentais no contexto alagoano (1990-2018): percepções dos profissionais da sociedade civil organizada	CARDEA L, Janine Oliveira	De um total de 63 teses analisadas na UFAL, só 01 aborda o tema ONG

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir dos dados disponíveis no Banco Digital de Teses e Dissertações, 2021. Disponível em: <<http://bdtd.ibict.br/vufind/>>. Acesso em Jan. 2021.

Em relação ao quadro 3, foram identificados 63 trabalhos de tese no Programa de Pós-Graduação em Educação de Alagoas (UFAL), destes identificamos apenas 01 trabalho de tese nos últimos 5 anos (2015-2019) que trata da temática ONG, o que reforça a relevância da presente tese. Nosso levantamento constatou que a temática protagonismo com recorte no público juvenil não constitui foco de pesquisa no campo da educação.

Dentre os trabalhos identificados, encontramos o de autoria de Cardeal (2019). Seu trabalho de tese discute quais as implicações da relação com o Estado para as Organizações Não Governamentais no contexto alagoano, de acordo com as percepções dos profissionais da sociedade civil organizada. Nesse sentido, o objetivo central da sua tese é investigar, a partir dos significados construídos pelos sujeitos da pesquisa, o enfraquecimento do papel das referidas instituições no que diz respeito às parcerias estabelecidas com o poder público, como essa parceria entre estado e ONG acontecem e quais suas implicações na ação direta destas instituições.

A referida autora investiga se interessa as Organizações Não Governamentais (ONGs) – inseridas no Terceiro Setor – cujo enfoque está relacionado com o campo da educação, portanto em espaços que ofertam processos educativos de caráter não escolarizado, estabelecer relações com o Estado para o fortalecimento de suas ações? Nota-se, que existe uma preocupação em

garantir a identidade da instituição e esse trabalho de pesquisa busca investigar justamente essa parceria entre Estado e ONG. Com especial atenção, a referida tese analisou essa relação na tessitura social alagoana, identificando as implicações desta aproximação para o processo de enfraquecimento das instituições não governamentais.

Quadro 4: Demonstrativo de teses entre os anos de 2015-2019 no Programa Pós- Graduação em Educação da UFPI

Ano	Temática	Autor	Total de produções
2017	EDUCAÇÃO POPULAR, EPISTEMOLOGIA TRANSGRESSORA E CIÊNCIA DESCOLONIAL: reinventar o conhecimento e a universidade	SILVA, Maria do Socorro Pereira da	De um total de 71 teses analisadas na UFPI, só 01 aborda o tema da Educação Popular.

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir dos dados disponíveis no Banco Digital de Teses e Dissertações, 2021. Disponível em: <<http://bdtd.ibict.br/vufind/>>. Acesso em Jan. 2021.

Verificamos ainda, a partir da busca ilustrada no quadro 4, os resultados dos trabalhos encontrados no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí (UFPI), num total de 71 trabalhos de teses, identificamos apenas 1 que dialoga com um de nossos descritores, a “Educação Popular”.

O trabalho da autora Silva (2017) traz a temática: Educação Popular, Epistemologia Transgressora e Ciência Descolonial: reinventar o conhecimento e a Universidade, que apresenta significativas contribuições para a teoria da Educação Popular.

Silva (2017), verifica que o sistema educacional brasileiro fundou-se pela negatividade dos direitos das classes populares à Educação, contexto que se aprofundou com a invisibilidade dos saberes e dos conteúdos da realidade social desses sujeitos, em razão da hegemonia da ciência eurocêntrica. Seu trabalho enfatiza que a Educação Popular é uma prática social e educativa protagonizada nas lutas anticolonial, antipatriarcal e anticapitalista.

A autora apresenta o contexto histórico e político do surgimento da Educação Popular no Brasil e como esta contribuiu para a produção de práticas educativas fundamentadas entre saberes acadêmicos e saberes populares, na reinvenção do conhecimento e da universidade, na construção de uma sociedade de justiça social. Contudo, diante do paradigma eurocêntrico centrado no produtivismo para o capital a autora apresenta as contradições desse processo.

Com base nessas reflexões e estudos, a autora conclui sua tese afirmando que: a Educação Popular possibilita a construção de práticas educativas fundamentadas entre saberes acadêmicos e saberes populares que incidem no processo de reinvenção do conhecimento e da universidade, possibilitando princípios para produção de um pensamento alternativo de educação, de ciência e de sociedade, bem como de justiça social, apesar da hegemonia do paradigma eurocêntrico.

Verificamos a partir da busca ilustrada no quadro acima que, apesar da diversidade de temas em torno dos descritores que se aproximam de nosso objeto de estudo, nenhuma das pesquisas abordam a temática da nossa pesquisa, embora algumas se aproximem do nosso objeto de estudo, em nenhum trabalho tratam, especificamente da temática protagonismo juvenil e ONGs.

Quadro 5: Demonstrativo de teses entre os anos de 2015-2019 no Programa Pós-Graduação em Educação da UFPE

Ano	Temática	Autor	Total de produções
2016	Contribuições da experiência rastafári ao campo da educação popular	NASCIMENTO, Gisele Wanessa do	De um total de 127 teses analisadas na UFPE, apenas 2 abordam o tema da Educação Popular.
2017	Estudar para “ser” quem? Escolarização, educação popular e processos de subjetivação entre estudantes do Recife e do sertão de Pernambuco	MOREIRA, Gilberto de Araújo	

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir dos dados disponíveis no Banco Digital de Teses e Dissertações. Disponível em: <<http://bdtd.ibict.br/vufind/>>. Acesso em Jan. 2021.

Examinando os dados do quadro 5 do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), identificamos um total de 127 trabalhos de teses, em que apenas 02 trazem a discussão da temática Educação Popular, uma das categorias presentes em nosso objeto de estudo, esses descritores são assinalados nos trabalhos de Nascimento (2016) e Moreira (2017).

O trabalho de Nascimento (2016); traz o estudo sobre as contribuições da experiência rastafári em que o campo da educação popular, com o objetivo de identificar e analisar quais os princípios e estratégias balizam o estar juntos de sujeitos rastafáris e como sua experiência pode contribuir para construir/reforçar valores contra-hegemônicos no campo da educação popular.

A partir das leituras que realizamos no resumo da tese da autora ela se utiliza do método etnográfico, fazendo uma imersão no campo de pesquisa a fim de extrair maiores resultados dessa experiência da filosofia rastafari. Ela realiza um trabalho de pesquisa de campo por meio

de um estudo de caso através da narrativa de indivíduos da filosofia rastafári.

A autora defende ainda no decorrer de seu trabalho que a experiência destes sujeitos pode contribuir com o campo da educação popular na medida que abrem espaços para a "criatividade", podendo com isso, alcançar mais sujeitos de movimentos sociais. Sujeitos esses que podem incorporar em suas vidas um paradigma de educação que vai além da instrução, uma educação que tem como causa o indivíduo, seja na sua individualidade, seja na coletividade, ou seja, a Educação Popular constitui um campo propício e fecundo para a realização desse tipo de experiência, durante todo o trabalho a autora busca comprovar essa tese.

Ao realizar uma leitura do resumo da tese de Moreira (2017), verificamos que ele investigou a seguinte temática: Estudar para “ser” quem? Escolarização, educação popular e processos de subjetivação entre estudantes do Recife e do sertão de Pernambuco. Seu objetivo foi analisar como as tensões e processos de articulação/negociação entre os discursos de educação escolar, da educação popular e da cultura popular contemporânea incidem nos processos de (re)constituição de identidades de jovens da região metropolitana e do sertão pernambucanos.

O autor conclui sua pesquisa afirmando que a cultura contemporânea; traz valores e referências de grupos específicos como família, grupos sociais diversos, local de origem e de moradia e elementos da mídia. Esse cenário oferece um ambiente hegemônico de constantes antagonismos e transformações, no qual os sujeitos se fixam em posições temporárias.

Diante destas tensões, os estudantes tendem em prolongar suas trajetórias escolares, sendo passíveis de tensões entre os discursos, e com muita fragilidade de escolha de assumir sua identidade.

Podemos dizer que temáticas que perpassam por nossa discussão não estiveram presentes nas produções identificadas no programa em foco. Nesse sentido, percebemos que a temática das ONGs tem sido um tema pouco estudado no campo da Educação, e que abordá-la na perspectiva da Educação Popular, interseccionando com a temática do protagonismo juvenil, se configura um trabalho pertinente para estudos e pesquisas.

Quadro 6: Demonstrativo de teses defendidas entre os anos de 2015-2019 no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFC

Ano	Temática	Autor	Total de produções
2018	Uruco de artes: os sentidos das experiências de educação popular para jovens rurais	OLINDA, Ercília Maria Braga de;	De um total de 21 teses analisadas na UFC, só 01 aborda o tema da Educação Popular.

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir dos dados disponíveis no Banco Digital de Teses e Dissertações, 2021. Disponível em: <<http://bdtd.ibict.br/vufind/>>. Acesso em Jan. 2021.

Em relação aos trabalhos de teses do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará (UFC), sistematizados no quadro 6, foram encontrados 21 trabalhos, dos quais identificamos apenas 01 trabalho que dialoga com nosso objeto de estudo, diz respeito ao trabalho de Olinda (2018), no qual discute a temática da Educação Popular no campo da arte.

Analisando o resumo da tese de Olinda (2018), foi possível identificar que a mesma se insere no campo da arte e faz uma interface entre a Educação Popular e a Sociologia da Juventude e traz os seguintes objetivos: sistematizar a história do Grupo Uruongo de Artes a partir das narrativas de seus fundadores, identificando as atividades realizadas, analisando a dimensão político-pedagógica e humanizadora; identificar os grupos, eventos e relações mais importantes na formação das subjetividades dos/as jovens; analisar a repercussão da atuação juvenil para a Comunidade do Chico Gomes, e para as relações intergeracionais, centrando nas seguintes esferas: familiar, escolar e profissional.

A pesquisa concluiu a importancia de refletir sobre os lugares de aprender e ensinar mediados pelo trabalho coletivo. Segundo a autora possibilitou ainda, perceber que existem juventudes rurais comprometidas com seu território e com a preservação de sua cultura, e que nem todos/as os/as jovens querem sair do campo. A autora enfatiza ainda, o campo das artes como um espaço de oportunidades e potencialidades para se explorar a relação da juventude com o território.

Quadro 7: Demonstrativo de teses entre os anos de 2015-2019 no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFBA

Ano	Temática	Autor	Total de produções
2019	CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO POPULAR COMUNITÁRIA: a concepção mediação de saberes científicos no contexto sociocultural de escolas populares	GUERRA, Denise Moura de Jesus	De um total de 172 teses analisadas na UFBA, só 01 aborda o tema da Educação Popular.

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir dos dados disponíveis no Banco Digital de Teses Dissertações, 2021. Disponível em: <<http://bdtd.ibict.br/vufind/>>. Acesso em Jan. 2021.

No quadro 7, apresentamos as produções encontradas no Programa de Pós- Graduação em Educação da Bahia, no qual identificamos um total de 172 produções teses. Onde foi possível observar que as maiores produções em número de teses estão localizadas nesse programa, contudo, no que tange à temática do nosso objeto, detectamos que nenhuma das produções está concentrada na vertente de nossa pesquisa.

Considerando o número alto de trabalhos, aplicamos o filtro a partir dos descritores “Educação Popular”, “Protagonismo” e “ONGs”, identificamos apenas 01 trabalho de autoria de Guerra (2019) que traz como tema: Ciências e educação popular comunitária: a concepção mediação de saberes científicos no contexto sociocultural de escolas populares, o qual menciona a temática da Educação Popular.

Buscando identificar sob qual perspectiva o trabalho apresenta a categoria da Educação popular, realizamos a leitura do resumo da tese, no qual verificamos que a autora discute a concepção-mediação dos saberes científicos no contexto de escolas populares comunitárias, partindo do pressuposto da positividade da ciência nas sociedades contemporâneas. E nesse cenário, a autora elabora uma discussão densa acerca de suas degenerências e enfatiza a possibilidade de interconexão do conhecimento científico com outros saberes, ao mesmo tempo em que reflete, explicita e analisa uma experiência pedagógica na qual as professoras compreendem o sentido social do seu trabalho e se instituem como organizadoras de situações educativas, o que contribui para ratificar o caráter emancipatório da educação e da ciência.

A pesquisa conclui enfatizando a vivência dos professoras e estudantes numa busca pela incorporação crítica de conteúdos científicos, a valorização do conhecimento do senso comum, o levantamento de questões que afligiam a comunidade, as discussões e tomada de decisão acerca das ações a serem dinamizadas no grupo.

Tendo em vista o recorte que fizemos em nossa pesquisa no estado da arte pela região nordeste, nos programas de Pós Graduação em Educação, conforme vimos demonstrando através dos quadros, percebemos a ausência do quantitativo das produções no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe (UFS), isto porque, não encontramos nenhum trabalho que dialogasse com nossa pesquisa, por isso, julgamos não ser necessário expor, contudo vale salientar que identificamos no programa 48 trabalhos de tese.

Como mencionado no início das exposições analíticas das pesquisas realizadas nos programas de pós-graduação da região Nordeste, identificamos que existe o curso em nível de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), no entanto, o curso do Doutorado em Educação não havia sido implantado até o momento desta pesquisa, conforme informações obtidas no site da referida instituição.

A pesquisa que realizamos acerca das publicações no campo da Educação sobre as “ONGs” e “Protagonismo Juvenil”, apresenta-se como sendo ainda um desafio, no entanto, é possível encontrar diversos trabalhos pelas lentes da Sociologia, Serviço Social, Antropologia e História, campos da ciência que tradicionalmente pesquisam essa temática, evidenciada em artigos, monografias, dissertações e teses. Porém, o nosso desafio é contribuir na discussão das ONGs no campo da educação, especialmente sob o viés da Educação Popular, espaço da ciência em que a nossa tese está inserida, e que visa oferecer reflexões para outros estudiosos e estudiosas desse campo, bem como tecer contribuições para aqueles e aquelas que desenvolvam pesquisas ou atuem nos espaços das ONGs.

A partir do levantamento realizado nos Programas de Pós-Graduação da região Nordeste, destaca-se a importância de pesquisar as temáticas em questão em nosso estudo: ONGs e protagonismo juvenil sob o viés da Educação Popular, como forma de oportunizar reflexões e estudos no campo acadêmico que evidenciem as contribuições dessas instituições no processo de formação dos sujeitos, uma vez que a partir do nosso estudo ficou evidenciando no estado da arte a ausência de pesquisas nesse campo, necessitando de mais investimentos por se tratar de temáticas ainda pouco pesquisadas, como pudemos comprovar

1.3 Com quem escolhi caminhar: aportes teórico-metodológicos

Sabemos que na caminhada de qualquer estudo científico a questão metodológica é de fundamental importância. Por isso, estamos sempre buscando caminhos que possam contribuir para uma maior aproximação com o objeto, no sentido de conhecê-lo em suas singularidades, no contexto da totalidade social. Um caminho de idas e vindas! Na condição de investigadora,

devemos ter disposição para fazer um movimento dinâmico em direção ao conhecimento.

Nesse sentido, Triviños (1987, p. 142) adverte que “o investigador deve avaliar as circunstâncias e buscar o melhor caminho”. Uma vez que o percurso de uma investigação é dinâmico e sempre permeado de buscas e incertezas, não se pode conduzir na bagagem conceitos preestabelecidos, isso porque eles serão elaborados e reelaborados ao longo do percurso.

Assim, poderão ser revistos, dependendo do contato com o campo e com a revisão literária no decorrer da construção da tese. Um verdadeiro labor, com ritmo próprio e particular de cada pesquisador (a). “A pesquisa é um labor artesanal, que se não prescinde da criatividade, se realiza fundamentalmente em conceitos, preposições, métodos e técnicas, linguagem esta que se constrói com um ritmo próprio e particular” (MINAYO, 2002, p. 25).

Nessa direção, nosso trabalho vai ganhando contorno à medida que são articulados os conhecimentos teóricos aos empíricos na perspectiva da construção de novos conhecimentos, novas descobertas e novos saberes, norteadas pelo seguinte pensamento: “Pesquise para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade” (FREIRE, 1996, p.32).

Nessa construção textual que envolve os acontecimentos no campo das ONGs, consideramos a reflexão crítica da realidade, as contradições que permeiam as relações humanas e sociais e as possibilidades de transformação social como elementos indispensáveis em nossas análises. Sendo assim, recorreremos ao método dialético pelo potencial que ele nos oferece de interpretação crítica da realidade e materialista da história. Como alternativa metodológica, almejamos trilhar caminhos que nos permitam compreender e interpretar o fenômeno das ONGs em um modelo de economia global que incorpora os efeitos de uma sociedade capitalista e um modelo societário marcado por situações de extrema desigualdade social.

Os caminhos a serem percorridos para a construção desta pesquisa se estruturam na compreensão de uma abordagem qualitativa. No campo educacional brasileiro a abordagem qualitativa se apresenta como uma configuração recente, consolidada em outros países, a exemplo da Alemanha, pelas Ciências Sociais, mas no Brasil ainda é um campo que vem se consolidando (WELLER; PFAFF, 2018).

Nesse universo de pesquisas científicas, especialmente na área das Ciências Humanas, a pesquisa qualitativa em educação tem sido um caminho metodológico que nos permite uma maior diversidade de instrumentos de coleta de informação, uma ampla relação entre sujeito-pesquisador/sujeito-pesquisado e o campo investigado, oportunizando uma melhor

interpretação e compreensão dos fenômenos sociais.

Essa abordagem ganhou espaço no cenário educacional brasileiro de forma mais efetiva na década de 1970, como sendo uma alternativa possível de construção de um novo paradigma em oposição à tradicional forma dominante de pesquisas baseadas em modelos quantitativos das Ciências Exatas. Esse modelo de pesquisa destaca-se por possibilitar a utilização de diversas técnicas e instrumentos que contribuem para a compreensão de um dado fenômeno social (GHEDIN; FRANCO, 2008).

É importante destacar que na década de 1970 três bases teóricas influenciaram a pesquisa qualitativa: o enfoque estrutural funcionalista, o enfoque fenomenológico e o enfoque histórico-cultural que emprega o método materialista dialético (LARA; MOLINA, 2011). Cabe enfatizar esse último enfoque uma vez que, segundo Trivinos (1987), a pesquisa de caráter histórico-estrutural, dialético:

não ficou só na compreensão dos significados que surgiam de determinados pressupostos. Foi além de uma visão relativamente simples, superficial, estética. Buscou as raízes deles, as causas de sua existência, suas relações, num quadro amplo do sujeito como ser social e histórico, tratando de explicar e compreender o desenvolvimento da vida humana e de seus diferentes significados no devir dos diversos meios culturais (p.130).

De acordo com Godoy (1995, p. 61-63), *do ponto de vista metodológico, a melhor maneira, para se captar a realidade é aquela que possibilita ao pesquisador colocar-se no papel do outro*, vendo o mundo pela visão dos pesquisados. A abordagem qualitativa permite ao pesquisador ou pesquisadora essa possibilidade de captar a realidade bem como uma maior aproximação com seu objeto de estudo. Nesse sentido, a presente pesquisa se caracteriza como abordagem qualitativa, do tipo estudo de caso, por se tratar de uma experiência singular. Richardson (1999, p. 23) define que a pesquisa qualitativa:

consiste na escolha adequada de métodos e teorias convenientes; no reconhecimento e análise de diferentes perspectivas; nas reflexões dos pesquisadores a respeito de suas pesquisas como parte do processo de produção do conhecimento; e na variedade de abordagens e métodos.

A partir dessa abordagem entendemos que esse tipo de pesquisa não se baseia em critério numérico, podendo apoiar-se em combinações de métodos quantitativos e qualitativos, na perspectiva de compreender o fenômeno investigado em suas várias dimensões no contexto natural, buscando compreender a totalidade dos processos, nos quais está envolvido o fenômeno.

Portanto, do ponto de vista da finalidade, nosso estudo é explicativo, “tendo como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos” (GIL, 2006, p. 44). Assim sendo, mais do que explicar os fatos sociais, nosso estudo visa explicar a razão, o porquê desses fatos, do ponto de vista da abordagem é qualitativo, e do ponto de vista do método, dialético:

O materialismo dialético apóia-se na ciência para configurar sua concepção do mundo. Resumidamente, podemos dizer que o materialismo dialético reconhece como essência do mundo a matéria que, de acordo com as leis do movimento, se transforma, que a matéria é anterior à consciência e que a realidade objetiva e suas leis são cognoscíveis. Estas idéias básicas caracterizam, essencialmente, o materialismo dialético (TRIVIÑOS, 1987, p. 23).

Almejamos, a partir da leitura da realidade concreta dos fatos que determinam a ONG ACNV, aprofundar nosso estudo e reflexão a partir do método dialético, visto que ele “fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais, etc.” (GIL, 2008, p. 14).

O Materialismo Histórico Dialético caracterizado como uma teoria política, sociológica e econômica desenvolvida por Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895) no século XIX, auxilia na análise das inúmeras modificações ocorridas no século XIX, propiciadas pela revolução industrial e suas novas configurações, baseadas na força de produção da burguesia e na exploração da mão de obra da classe trabalhadora por parte da classe burguesa.

O contexto da revolução industrial ganha a centralidade que de fato lhe cabe para a compreensão de como o capital passa a controlar a produção de mercadorias e da vida das pessoas. Nesse contexto político, social e econômico é Marx quem trará um método inovador para essa teoria crítica, o método dialético.

A teoria da dialética elaborada por Hegel, compreendia que a elaboração teórica é o princípio da prática social. Para ele, primeiro viria a teoria; depois, a prática, dentro de um convívio dinâmico no cotidiano. Já para Karl Marx, com base na leitura da dialética de Hegel, ele vai demonstrar sua crítica apresentando os limites de interpretação das transformações do mundo, conforme trecho a seguir na conhecida passagem do posfácio da segunda edição de *O Capital*:

A mistificação que a dialética sofre nas mãos de Hegel não impede que ele tenha sido o primeiro a apresentar suas formas gerais de movimento de

maneira abrangente. Com ele, a dialética está de cabeça para baixo. Ela deve ser invertida, para que se revele o núcleo racional dentro da ganga mística. (Marx, 2011, p. 102)

Marx não chegou a desenvolver, sistematicamente, o seu método. Limitou-se, em princípio, a aplicá-lo. Ao inverter a lógica de Hegel, ele parte do real, dos acontecimentos concretos para, só então, elaborar um conhecimento. Dessa maneira, a existência precede a consciência, a prática vem antes da teoria. A concepção hegeliana de dialética é de natureza idealista, ou seja, admite a hegemonia das ideias sobre a matéria. Essa concepção foi objeto de crítica de Karl Marx e Frederick Engels, apresentando bases materialistas, contrapondo a concepção da hegemonia das ideias.

O materialismo histórico dialético será entendido por Gil (2006) como um método de interpretação da realidade fundamentado em três grandes princípios:

A unidade dos opostos: Todos os objetos e fenômenos apresentam aspectos contraditórios, que são organicamente unidos e constituem indissolúvel unidade dos opostos. Os opostos não se apresentam simplesmente lado a lado, mas estão em constante luta entre si. A luta dos opostos constitui a fonte do desenvolvimento da realidade.

Quantidade e qualidade: Quantidade e qualidade são características imanescentes a todos os objetos e fenômenos e estão inter-relacionados. No processo de desenvolvimento, as mudanças quantitativas graduais geram mudanças qualitativas e essa transformação opera-se por saltos.

Negação da negação. A mudança nega o que é mudado e resultado, por sua vez, é negado, mas esta segunda negação conduz a um desenvolvimento e não a um retorno ao que era antes (p. 31-32).

Esses princípios abrem caminho para a interpretação do mundo e da realidade social, estabelecendo relações entre uma autonomia específica como teoria e uma autonomia relativa como prática. Se o mundo é dialético, é preciso um método, uma teoria de interpretação que consiga servir de instrumento para a sua compreensão. Para Kosik (1976), a dialética é o pensamento crítico que se propõe a compreender a “coisa em si” e sistematicamente se pergunta como é possível chegar à compreensão da realidade. Por isso, é o oposto da sistematização doutrinária ou da romantização das representações comuns. Ela fornece os pressupostos necessários para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade.

O método dialético desenvolvido por Karl Marx e aprofundado pelos seus epígonos (Lukács, Labriola, Korsch, Kosik, Nildo Viana, entre outros) tem como finalidade analisar dialeticamente a realidade, a partir de categorias e sínteses de múltiplas determinações. Estas se modificam a partir de condições históricas determinadas no momento da análise,

considerando a realidade como um todo dinâmica. Ao perceber que todos são parte do funcionamento da sociedade, não faz sentido pensar a realidade sem intenção de transformá-la.

Dessa forma, Kosik (1976) explica que o método dialético constitui-se enquanto percurso teórico metodológico voltado para a interpretação do conjunto de processos em que a realidade social é vista, sendo, portanto, um fenômeno em movimento no contexto da totalidade. Pensada como um conjunto de partes articuladas, num processo permanente de constituição e determinação recíproca, sendo imprescindível a compreensão da realidade, no contexto da totalidade da sociedade capitalista. Daí ser impossível compreender criticamente uma parte sem capturar as relações que ela mantém com a sua totalidade.

Conforme observa Konder (2008), a totalidade é muito mais do que a soma das partes, existe nela um movimento dialético, contraditório, transformador, por isso nossa análise sobre ela é provisória, pois sempre haverá algo que escapa de nossas sínteses.

Outro autor que corrobora com suas ideias a respeito do método dialético é Trivinos (1987, p. 23):

O materialismo dialético reconhece como essência do mundo a matéria que, de acordo com as leis do movimento, se transforma, que a matéria é anterior à consciência e que a realidade objetiva e suas leis são cognoscíveis. Estas ideias básicas caracterizam, essencialmente, o materialismo dialético.

Baseada em nossos estudos sobre a temática da pesquisa e por estarem ancoradas nos pressupostos epistemológicos do materialismo histórico e dialético, vulgarmente conhecido como marxismo, é que as principais categorias analíticas que orientam o presente estudo são: totalidade, contradição e historicidade.

Quanto às categorias empíricas elencadas, ONGs, Educação Popular, participação e protagonismo juvenil. Sobre as categorias analíticas e empíricas, Minayo (1998, p. 94) diz que:

As primeiras são aquelas que retêm historicamente as relações sociais fundamentais e podem ser consideradas balizas para o conhecimento do objeto nos seus aspectos gerais. Elas mesmas comportam vários graus de abstração, generalização e de aproximação. As segundas são aquelas construídas com finalidade operacional, visando ao trabalho de campo (a fase empírica) ou a partir do trabalho de campo. Elas têm a propriedade de conseguir apreender as determinações e as especificidades que se expressam na realidade empírica.

Assim sendo, as escolhas dessas categorias são imprescindíveis num trabalho científico, são elas que irão balisar todo processo de investigação, oferecendo-nos elementos de análise e sistematização da pesquisa. As categorias analíticas, após serem delimitadas, traduzem os

pilares da e para a reflexão conceitual, tanto no trato com a literatura quanto no contato com os dados de campo, e as categorias empíricas surgidas a partir das (informações, observações, experiências vividas, resultado das entrevistas) confrontam-se às teorias, permitindo uma conexão entre esses dois campos, num movimento dialético que permite uma análise rigorosa acerca do objeto pesquisado. A seguir apresentaremos uma figura que ilustra nossas categorias.

FIGURA 01– CATEGORIAS



Fonte: Ilustração construída pela autora, 2021.

Partindo desses pressupostos, entendemos que a categoria *totalidade* será imprescindível para a compreensão das relações sociais no conjunto das ações que a ACNV estabelece com os adolescentes numa perspectiva de protagonismo juvenil. Sendo assim, a totalidade social é necessária para repensar as mais diversas esferas da sociabilidade numa sociedade burguesa e os processos intrínsecos às relações sociais, sendo ela o fio condutor para pensar os fenômenos sociais de forma ampla que expressam a realidade.

A categoria de totalidade significa (...) de um lado, que a realidade objetiva é um todo coerente em que cada elemento está, de uma maneira ou de outra, em relação com cada elemento e, de outro lado, que essas relações formam, na própria realidade objetiva, correlações concretas, conjuntos, unidades, ligados entre si de maneiras completamente diversas, mas sempre determinadas (LUKÀCS, 1967, p. 240).

A propósito, não podemos pensar que o princípio da totalidade, como categoria metodológica, possa dar conta de interpretar a realidade como um todo, considerando que a realidade social é dinâmica e infinita. Significa, então, dizer que a realidade social é concebida como um todo orgânico, estruturado, no qual não se deve entender um elemento, um aspecto, uma dimensão sem perder a sua relação com a totalidade social. De acordo com Konder (2008),

para compreender a realidade é preciso partir do observável rumo à essência, das partes para o todo, isto é, dos diferentes níveis da totalidade do ser social, assim como do todo para as partes, a fim de entender a realidade em sua dinâmica material, histórica e dialética.

No marxismo, as categorias *totalidade e contradição* são consideradas inseparáveis para a compreensão da realidade: “a totalidade sem contradições é vazia e inerte, as contradições fora da totalidade são formais e arbitrárias” (KOSIK, 1976, p. 60). Para Kuenzer (1998, p. 65): “a contradição consiste em captar o movimento, a complexidade do real, com suas múltiplas determinações, abrangendo os contrários dialeticamente, buscando compreender onde e como se incluem/excluem, desaparecem ou originam uma nova realidade”.

Assim sendo, no decorrer da pesquisa buscamos compreender os conflitos e contradições da ACNV mediante a realidade capitalista multifacetada em constantes transformações que atinge o contexto global, nacional e local e, em particular, o município de Sapé-PB.

Enquanto categoria ontológica, a *historicidade* é compreendida como um processo de criação e recriação das necessidades humanas, assim sendo, o contraponto passado e presente é essencial para explicar e compreender o movimento da realidade social, cujas “configurações estáveis, normais, estáticas, sincrônicas, representam momentos, sistemas e estruturas da mudança dinâmica, modificação, transformação, historicidade, devir” (IANNI, 1996, *apud* MACHADO, 2009, p. 22). Trata-se de levar em consideração a historicidade como um requisito fundamental de interpretação crítica da realidade.

Investigar a historicidade da Associação Comunitária Nova Vida seus processos constitutivos, ações educativas e elos de ligação entre educadores e educandos, exige um expressivo esforço de análise, pois sabemos que esses processos estão situados no cotidiano expressos em diferentes cenários, determinados e determinantes do e pelo ser social, tendo nos processos formativos a tarefa de contribuir na formação da consciência crítica de forma dinâmica, histórica, contraditória, totalizante e transformadora, elementos que precisam ser considerados em nossa investigação.

No que diz respeito às categorias empíricas *ONGs, Educação Popular, protagonismo juvenil e participação*, foi constituída pela coleta de informações, através de entrevistas semiestruturadas e da observação participante com os sujeitos envolvidos na pesquisa, as quais apresentaremos a seguir e no capítulo 5 faremos nossas análises sobre os dados.

A categoria *ONG* surgiu enquanto fenômeno social desde os anos de 1970, porém a nomeação organização não-governamental surgiu no final da década de 1980. Embora esse termo tenha sido utilizado na década de 1940 pela ONU, era destinado às entidades executoras de projetos humanitários, interesse público e, principalmente, às organizações de cooperação

internacional (LANDIM, 1993).

Segundo Gohn (2003), o termo ONG criado pela ONU na década de 1940, recebiam recursos financeiros para execução de projetos de interesse social na perspectiva de uma filosofia de trabalho intitulada “desenvolvimento de comunidade”. A partir da década de 1980 esses grupos e instituições que executavam os vários projetos de interesse social foram paulatinamente se autoidentificando como ONG.

Alguns autores datam o surgimento das ONGs no Brasil desde a época colonial, através dos trabalhos dos grupos religiosos da época. Para Cananéa (2015), as ONGs começaram a existir no Brasil no contexto de regimes militares, acompanhando padrões característicos da sociedade brasileira em que o período autoritário convive com o surgimento de uma nova sociedade organizada que busca de autonomia em relação ao Estado, e a sociedade civil tende a confundir-se por si só como oposição política. Nesses anos de ameaça aos direitos das liberdades individuais e de expressão, as ONGs sempre tiveram um papel importante de resistência.

Quando falamos em *Educação Popular*, compreendemos essa categoria como um fenômeno sociocultural e uma concepção de educação libertadora, que contribui na formação da consciência crítica da classe trabalhadora, analisa as contradições existentes na sociedade e e constrói estratégias de superação em vista da transformação social. Como fenômeno sociocultural, ela faz referência a uma multiplicidade de práticas com características diversas e complexas que têm em comum uma intencionalidade transformadora.

À luz desses princípios, pretendemos elucidar a essência do fenômeno estudado, de modo que possamos sair do campo da aparência e entender como de fato acontecem as ações protagonizadas pela ACNV, se realmente favorecem o protagonismo juvenil e sob qual perspectiva o Protagonismo Juvenil vem sendo desenvolvido e ainda sob qual perspectiva de Educação Popular suas ações estão sendo pautadas, pois como sabemos existem várias concepções acerca dela.

Sobre isto, é importante esclarecer que nosso trabalho está ancorado na perspectiva de Educação popular sistematizada por Paulo Freire, a qual Calado (2014) entende:

como um processo formativo permanente, protagonizado pela classe trabalhadora e seus aliados, continuamente alimentados pela utopia em permanente construção de uma sociedade economicamente justa, socialmente solidária, politicamente igualitária e culturalmente diversa, em um processo coerentemente marcado por práticas, procedimentos, dinâmicas e posturas correspondentes ao mesmo horizonte (p. 361).

A concepção de Educação Popular apresentada pelo autor nos remete a perspectiva de uma educação Freireana, a qual constitui em uma educação emancipadora, crítica e libertadora, oposta à educação domesticadora/dominadora, bancária e falsamente neutra. No campo de acirradas contradições sociais, decorrentes dos contextos de desigualdade e exclusão social, emerge a perspectiva crítica de educação que possibilita contribuir para um processo de mudança pessoal e social, que desvele a realidade social na perspectiva de construir de forma colaborativa um *inédito- viável*, e conseqüentemente, um outro modelo de sociedade.

No que diz respeito a categoria *Educação Popular* nem sempre é bem compreendida, por isso é fundamental conhecer o que pensam os educadores acerca dessa categoria e analisar os seus elementos eventualmente presentes no processo formativo da ONG ACNV junto aos jovens na perspectiva de protagonismo juvenil desenvolvida na instituição. Nessa direção, ancoramo-nos no pensamento de Freire sobre educação que a compreende como “um esforço no sentido da mobilização e da organização das classes populares com vistas à criação de um poder popular” (FREIRE, 2002, p. 74). E, acrescenta, “como um paradigma educacional, cuja metodologia visa atuar com o povo e nunca para o povo” (p.83).

Quanto à categoria *participação*, ela é fundamental para se pensar as ações das ONGs sob o viés da Educação Popular. Contudo, existe uma variedade de perspectiva em torno dessa categoria que iremos discorrer posteriormente. Nesse momento, tratemos da participação social, porém, esta não deve ser descaracterizada e reduzida ao discurso neoliberal da cooperação solidária entre cidadãos e “sim à luta pela transformação social, ou seja, a transformação do próprio sistema capitalista, visto que nele não é possível a hegemonia das classes subalternas” (MACHADO, 2009, p. 126).

Considerando a situação de vulnerabilidade dos jovens em função da violação de seus direitos, que resulta em pobreza/miséria, violência doméstica, exploração sexual, trabalho desprotegido, dependência química e envolvimento com infração, a participação do público juvenil na esfera social e política constitui um exercício importante desses adolescentes nos espaços de poder e de decisão em busca de políticas públicas que visem a uma melhor qualidade de vida e conseqüentemente uma mudança na sua história.

Buscaremos dialogar com essa categoria no decorrer do nosso trabalho na perspectiva de compreendê-la como uma das mais significativas estratégias de desenvolvimento da cidadania ativa, aqui entendida como o exercício reflexivo crítico às práticas desses sujeitos comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

No tocante, a categoria *Protagonismo Juvenil*, examinamos o conceito trabalhado pelo autor Antônio Carlos Gomes Costa, que traz a seguinte definição:

Uma modalidade de ação é a criação de espaços e condições capazes de possibilitar aos jovens envolverem-se em atividades direcionadas à solução de problemas reais, atuando como fonte de iniciativa, liberdade e compromisso. [...] O cerne do protagonismo, portanto, é a participação ativa e construtiva do jovem na vida da escola, da comunidade ou da sociedade mais ampla. (COSTA, 2001, p.179).

Para o autor, o protagonismo juvenil é uma das possibilidades dos jovens participarem de espaços que contribuam para a reflexão crítica dos seus problemas e a busca de alternativas para resolvê-los. Em síntese, o exercício do protagonismo abre novas possibilidades de interação, configurando-o como prática político-pedagógica privilegiada, enquanto oportunidade de empoderamento e de fortalecimento desse público em sua capacidade de buscar soluções para as dificuldades e tomar decisões sobre sua vida, gerando mudanças significativas em seu modo de ser e se colocar no mundo.

A palavra protagonista é formada por duas raízes gregas: **proto**, que significa o primeiro, aquele que combate na primeira fila, ocupa o primeiro lugar, o personagem principal, e **agonistes**, significa o lutador (SILVA, MORAES, 2007).

A palavra protagonismo representa também a participação juvenil em atividades que visam à construção e implementação de saídas para solucionar os problemas do dia a dia enfrentados por esse público, estimulando conhecimentos que possibilitam elaborar estratégias de superação dos problemas sociais gerados por uma sociedade capitalista desigual e injusta na qual vivemos. Durante nossa pesquisa buscamos refletir sobre quais perspectivas estão ancoradas as práticas de Protagonismo Juvenil na ONG ACNV.

Diante do exposto, compreendemos que a materialidade fenomênica dos contextos históricos, sociais, culturais, econômicos e políticos, na qual se insere a ONG Associação Comunitária Nova Vida em mais de duas décadas de história, exigiu de nós um esforço de investigação dos processos desenvolvidos ao longo desses anos junto aos adolescentes e jovens na luta em defesa dos direitos da criança e do adolescente, através de ações educativas e dos movimentos de mobilização, campanhas, participação em conselhos, congressos e fóruns. Essa trajetória nos motivou nessa caminhada de busca, e estamos cientes que para chegarmos a sua compreensão foi necessário fazer não só um esforço, mas também um *détour* (palavra de origem francesa que na língua portuguesa significa desvio) (Kosik, 1976), para compreender as nuances do fenômeno.

Compreendemos o fenômeno das ONGs como um movimento de ações coletivas das classes populares ou não, organizadas por diferentes setores da sociedade, e que, portanto,

representam uma força social, passível de conquistas, derrotas e rupturas. Assim sendo, consideramos passível de uma análise crítica o objeto da ACNV no contexto da totalidade social a partir do método dialético, levando em consideração suas múltiplas definições para o alcance da compreensão da realidade. Entendemos que o caminho entre a “caótica representação do todo e a rica totalidade de multiplicidade das determinações das relações coincide com a compreensão da realidade” (Kosik, 1976, p.36).

Nesse percurso, ao tratar sobre a compreensão da realidade do fenômeno, Kosik (1976) analisa que é preciso partir do observável rumo à essência, das partes para o todo, isto é, dos diferentes níveis da totalidade do ser social, assim como do todo para as partes, a fim de entender a realidade em sua dinâmica material, histórica e dialética.

Considerando-se as obras aqui referenciadas como Triviños (1987), Ludke e André (1986), Richardson (1999); e Lara e Molina (2011) que apresentam as tipologias de pesquisa qualitativa, dentre as quais identificamos nossa pesquisa como um estudo de caso, definida por esses autores como um tipo de pesquisa que analisa o objeto aprofundadamente.

A respeito da nossa escolha pelo estudo de caso, ressaltamos que não à toa percorremos esse caminho metodológico, visto que, como nossa pesquisa foi desenvolvida na ONG Associação Comunitária Nova Vida, no município de Sapé, a qualifica como um “estudo de caso”, de abordagem qualitativa. Logo, aproximamo-nos dessa abordagem de pesquisa à medida que buscamos compreender a dinâmica entre o cenário do caso e os sujeitos da pesquisa (educadores e os educandos).

Segundo André (2005, p. 16), o “estudo de caso não é um método específico de pesquisa, mas uma forma particular de estudo”, que tem como característica principal o tipo de conhecimento derivado do caso, isto é, o que se apreende ao estudar numa determinada situação.

Ao escolher um caso em particular, busca-se explorar em profundidade o objeto em seu contexto concreto, a fim de compreender as condições específicas em que ele acontece e, assim, elaborar conhecimentos existentes sobre o fenômeno estudado.

A singularidade de um caso particular de estudo tem relação com o que ele tem de “interesse próprio”, de “único”, de “particular” e de “valor em si mesmo” (LÜDKE e ANDRÉ, 1986, p. 17). No caso da ACNV, a singularidade está no fato de ser uma instituição que vem desenvolvendo ao longo de mais de duas décadas diversas ações e lutas em defesa de políticas públicas para as crianças e adolescentes do município de Sapé-Paraíba. Uma instituição com vínculos históricos com pastorais e movimentos sociais, com potencial qualitativo de autonomia e protagonismo dos sujeitos, destacando-se no cenário Municipal, Estadual e Nacional.

O estudo de caso está imbuído de uma realidade totalizante e o seu conhecimento em

profundidade é passível de generalizações e possibilidades de compreender um fenômeno em sua totalidade. Por isso, ao contrário de algumas críticas em relação ao estudo de caso que pressupõem a impossibilidade de generalização dessa estratégia de estudo, Yin (2001, p. 29) argumenta que:

Os estudos de caso, da mesma forma que os experimentos, são generalizáveis a proposições teóricas, e não a populações ou universos. Nesse sentido, o estudo de caso, como experimento, não representa uma ‘amostragem’, e o objetivo do pesquisador é expandir e generalizar teorias (generalização analítica) e não enumerar frequências (generalização estatística).

Por conseguinte, o estudo de caso permite contribuições a um campo de pesquisa como a possibilidade de despertar no leitor a emergência de novas relações e variáveis, ou seja, de ampliar suas experiências (André, 2005). E assim, priorizando o caráter qualitativo do problema de nossa pesquisa, optamos por utilizar o método dialético para direcionar nossos estudos, no que tange o fenômeno social investigado, procurando apreender o “singular”, o “específico”, a “parte” de uma totalidade para buscar a apreensão do fenômeno com profundidade.

Sabendo que apenas uma técnica não nos seria suficiente para coletar os dados de nossa pesquisa, apoiamo-nos em Flick (2013), a fim de realizar uma triangulação dos seguintes instrumentos: A entrevista semiestruturada, as análises dos documentos da ONG ACNV relacionados à identidade da instituição, tal como o Projeto Político Pedagógico; documentos relacionados à prática pedagógica, questionários e observação participante.

Essa perspectiva de triangulação em pesquisa permite o uso de múltiplos instrumentos na coleta de dados, como possibilidade de circundar nosso objeto de estudo, compreendendo seu grau de complexidade. De modo que, utilizamos nesta tese diferentes instrumentos enquanto recursos de aproximação ao nosso objeto de pesquisa, considerando que, para Flick (2013, p. 208), a triangulação na pesquisa qualitativa contribui para a promoção da qualidade da pesquisa, essa perspectiva nos foi bastante eficiente na coleta e produção dos dados.

O uso desses diferentes instrumentos para obtenção de dados permite apreender o objeto de estudo em sua quase totalidade, estabelecer comparações, visualizar contradições e, assim, obter maior validade das informações.

Sobre essa multiplicidade de recursos que o pesquisador ou pesquisadora pode lançar mão no exercício da investigação, Flick (2013) denomina de triangulação de técnicas. De acordo com o referido autor, ela possibilita diferentes formas de aproximação com o objeto (ACNV) e com os colaboradores da pesquisa (educadores, coordenação pedagógica e educandos adolescentes). Para Trivinos (2008), essa técnica da triangulação tem por objetivo:

abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo. Parte de princípios que sustentam que é impossível conceber a existência isolada de um fenômeno social, sem raízes históricas, sem significados culturais e sem vinculações estreitas e essenciais com uma macrorrealidade social. Tais suportes teóricos, complexos e amplos, não tornam fáceis os estudos qualitativos (p. 38).

Tanto no percurso da coleta de dados como no processo de análise buscaremos apreender e analisar os elementos que se referem aos objetivos delineados, buscando averiguar as percepções, comportamentos e ações dos sujeitos, representados pelas entrevistas, questionários, observações e documentos recolhidos na pesquisa tais como: legislações, documentos da ONG, fotografias, blog, página de facebook, Instagram, etc.

Por meio das contribuições de Minayo (2013), buscamos refletir acerca da coerência entre os instrumentos escolhidos e a natureza de nosso objeto. Destacamos as concepções da autora sobre os conceitos de entrevista e observação participante. No que se refere aos aspectos da entrevista, ela diz que:

(...) é acima de tudo uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador, destinada a construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes tendo em vista este objetivo (Minayo, 2013, p.107).

Dentre os vários tipos de entrevista, optamos pela entrevista semiestruturada, pois, segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 196): “O entrevistador tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada. É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. Em geral, as perguntas são abertas e podem ser respondidas dentro de uma conversação informal”. Assim sendo, a técnica da entrevista semiestruturada permite uma estreita relação entre o pesquisador e os colaboradores da pesquisa, sendo empregadas algumas categorias teóricas de análise que, a priori, são: ONGs, Educação Popular, protagonismo juvenil e participação, com as quais pretendemos consolidar a coleta de dados para atender aos nossos objetivos por meio do tratamento adequado das informações coletadas no campo empírico para responder aos objetivos da pesquisa.

Para Flick (2009), é importante “dar a chance ao entrevistado de introduzir tópicos próprios e novos na entrevista” (p.145), porém cabe ao pesquisador ou pesquisadora um olhar e uma escuta atenta, para não fugir da temática pesquisada, como também não bloquear possíveis respostas que possam contribuir na pesquisa, sendo necessário manter um equilíbrio.

Essa técnica tem como propósito cruzar as vozes e também dar vozes aos relatos de experiências dos educadores e dos educandos, bem como compreender a construção dos processos educativos de protagonismo vivenciada na instituição. Segundo Triviños (2009, p. 146),

A entrevista semiestruturada, em geral, é aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa.

Ainda sobre a entrevista semiestruturada, Lüdke e André (2005) asseguram que se trata de uma técnica de coleta de dados de suma importância na pesquisa qualitativa porque permite a captação imediata e correta da informação desejada. Além disso, permite correções, esclarecimentos e adaptações.

Como recurso na coleta de dados, as entrevistas semiestruturadas possibilitam eventuais indagações, levantamentos de dados e informações que possam contribuir para um melhor entendimento acerca do objeto pesquisado, bem como nos permite buscar subsídios através das falas dos sujeitos para uma maior compreensão do fenômeno pesquisado em suas particularidades. A entrevista semiestruturada procura aprofundar e estabelecer uma maior aproximação com os significados que emergem das experiências dos sujeitos.

Para uma maior aproximação com o objeto de investigação, adotamos a técnica da observação participante, uma vez que ela “consiste na participação real do conhecimento na vida da comunidade, do grupo ou de uma situação determinada” (Gil, 2006, p.113). Essa técnica, oferece a possibilidade de analisar melhor a realidade da ACNV através das observações sobre o fenômeno investigado, a qual nos possibilitará ainda, compreender as práticas pedagógicas dos educadores da ACNV no seu cotidiano.

Entendemos ainda que esse instrumento contribuirá para que possamos compreender nosso objeto de pesquisa no contexto onde encontra-se inserido de modo a perceber as relações culturais, sociais, políticas e educacionais que envolvem nosso objeto de estudo.

Com relação a observação participante, Flick (2009, p. 206) define como sendo:[...] “uma estratégia de campo que combina, simultaneamente, a análise de documentos, a entrevista de respondentes e informantes e a observação direta”. Esses recursos contribuem no diagnóstico mais próximo da realidade pesquisada. Interessante destacar, que mesmo num

contexto de pandemia e com atividades da instituição sendo realizadas de forma remota, foi possível utilizar esse instrumento pela variabilidade que ele possui no campo de pesquisa.

André (2010, p. 52) destaca que as observações possibilitam:

[...] capturar o sentido dos gestos, das expressões não verbais, das cores, dos sons e usar essas informações para prosseguir ou não nas observações, para aprofundar ou não um determinado ponto crítico, para fazer ou não certas perguntas numa entrevista, para solicitar ou não determinados documentos.

Nessa direção, compreendemos que a observação oferece a possibilidade de avaliar os caminhos, as técnicas e os instrumentos que optamos utilizar na pesquisa, no sentido de perceber a validade da utilização dos mesmos, ou prosseguir na busca de outros mais eficazes para que possamos alcançar os objetivos propostos.

Ela permite ao pesquisador ou pesquisadora captar fenômenos não registrados nos documentos, mas que podem ser percebidos e observados *in loco*, na situação concreta onde acontece o fenômeno. Weller e Pfaff (2013); alertam que, é de fundamental importância que seja elaborado um roteiro para observação o qual norteará a coleta de dados, sendo necessário um registro contínuo das observações. Sobre as sessões de observações, é importante serem sistematizadas e planejadas; para que possam alcançar com êxito os objetivos propostos na pesquisa.

Tomando como base Weller e Pfaff (2013), elaboramos para observação um pequeno roteiro, definindo alguns critérios, como: Quem observar? O que deve ser observado? Qual o local da observação? Quem são os sujeitos da observação? Essa estrutura nos possibilitou realizar as observações direcionando nosso olhar focada nos objetivos da pesquisa, para que pudéssemos coletar os dados necessários para atingirmos nossa meta e fugirmos das armadilhas que muitas vezes nos tiram do caminho num processo de observação participante em pesquisa.

Desse modo, elaboramos no quadro 12, que exibiremos abaixo, alguns pontos que nortearam nossas observações durante as atividades na ONG ACNV, as quais tiveram nossa participação, sejam elas de forma remota, uma vez que durante a pandemia algumas atividades aconteceram online, e realizamos a coleta de dados em algumas dessas ações, quer seja nas ações presenciais na sede da ONG, onde foi possível realizar as observações *in lócus*.

Quadro 8: Estrutura e critérios para Observação

SUJEITOS DA OBSERVAÇÃO	O QUE OBSERVAR?	LOCAL DA OBSERVAÇÃO	TÉCNICAS EM CAMPO
✓ Educadores ✓ Jovens ✓ Coordenação	• As Práticas pedagógicas das educadoras; • Atividades desenvolvidas na ONG ACNV com os adolescentes; • Aulas de campos com os adolescentes; • Conteúdos ou temáticas que foram trabalhados; • Cartazes, conversas informais que dialoguem com os conteúdos pesquisados, livros, planos de curso, planos de aula. • Eventos e atividades culturais que de alguma forma tenham alguma aproximação com a temática pesquisada, • Documentos, publicações que tenham como objeto os componentes pesquisados.	A Sede da ONG ACNV; Sala de atividades com os jovens; Aulas de campo; Reuniões pedagógicas de planejamento e formação dos Educadores e educadoras.	Observação participante Diário de campo Entrevistas

Fonte: Construído pela pesquisadora, 2022

Importante destacar que em ambos os momentos de observação, online ou presencial, utilizávamos o roteiro para as observações, o qual nos auxiliou bastante no registro dos dados, e das situações de forma mais sistemáticas, posteriormente pudemos refletir sobre os dados e cruzá-los com outras fontes. Vale ressaltar a riqueza de detalhes que obtivemos nas observações presenciais.

Os pontos destacados no quadro 12 nortearam a presente pesquisa na observação participante que correspondem aos seguintes colaboradores da pesquisa; educadores, coordenação pedagógica e adolescentes.

Nossa observação buscou contemplar os seguintes elementos: as ações dos educadores e educadoras, as temáticas trabalhadas, os eventos realizados que dialogassem com o objeto de estudo, os documentos e textos trabalhados nas formações, conversas informais, encontros pedagógicos, planejamentos e reuniões.

Com relação aos locais das observações, ocorreram de forma remota, através das plataformas digitais como o *google meet*, mas também na Sede da ONG ACNV, nas salas da instituição, nas atividades de campo, e nos encontros de formações e eventos. O roteiro de observação direcionaram nosso olhar para o foco de nossa pesquisa nas ações que participamos ou nas visitas realizadas nas ONG ACNV no município de Sapé.

Para entendermos o momento da história da nossa pesquisa, e uso de alguns instrumentos de coleta e produção de dados de forma remota, faz-se necessário compreender qual o contexto em que estávamos vivendo no Brasil e no mundo no período da realização desta pesquisa.

Nos meados de fevereiro e início de março de 2020, enfrentamos no mundo inteiro a *pandemia da Covid 19*, um vírus altamente contagioso, podendo ser letal, levando inúmeras internações em todo o país, e o seu agravamento em um curto espaço de tempo, tornou-se fatal para milhares de brasileiros.

O cenário desencadeado pela pandemia da COVID-19, demandou medidas preventivas, com caráter de urgência, para o enfrentamento da crise mundial de saúde pública. No Brasil, tivemos através do Ministério da Saúde, a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da infecção humana ocasionada pelo novo coronavírus.

Com esse quadro de pandemia instalado no Brasil e no mundo; foi imposta à sociedade uma nova dinâmica sociável, o *distanciamento social*, e diante desta, a impossibilidade de vários serviços e estabelecimentos funcionarem. Foi decretado no Estado da Paraíba, situação de emergência como medida de prevenção. E diante deste, várias instituições públicas e privadas tiveram seu funcionamento suspenso ou alterado.

Nesse contexto pandêmico, as atividades presenciais da ONG ACNV foram suspensas, sendo realizadas de forma remota, o que impossibilitou realizar nossa pesquisa de doutorado nesse período da pandemia de forma presencial e aplicar os instrumentos de coleta e produção de dados *in locus*, algumas informações da pesquisa foram coletadas de modo virtual, por meio de plataformas digitais, como o *Google Meet e WhatsApp*, entre outros meios digitais utilizados durante os meses de maio à dezembro de 2021.

Para operacionalizar a coleta de dados utilizamos algumas plataformas digitais, as quais iremos descrever nesse momento e como essas técnicas foram utilizadas na pesquisa. No primeiro momento de forma remota, realizamos: a aplicação do questionário através do formulário *google form*; as observações participantes e entrevistas com 03 educadoras realizadas também de forma remota. No segundo momento, com o avanço das vacinas em

diversas faixas etárias da população, realizamos outras atividades de coleta e produção de dados de forma presencial.

Simultaneamente ao passo em que realizávamos as observações participante, utilizávamos o diário de campo nas visitas, no qual foi possível registrar as conversas individuais, as atividades realizadas em grupo, as aulas de campo, as reuniões de formação, as *Lives* e eventos promovidos pela ACNV e etc.

O uso desse instrumento foi bastante eficiente na apreensão dos “detalhes”, que não podem passar despercebidos ao olhar do pesquisador ou da pesquisadora, pois, constitui riquezas que encontramos nesse caminhar curioso da investigação. Digamos que, o diário do campo e o roteiro de observação; se tornaram elementos potentes e substanciais para a concretização das técnicas escolhidas nessa fase.

Como bem enfatiza Oliveira (2014, p.72) o exercício da escrita através do diário de campo é um elemento importante na pesquisa, sendo necessário “[...] entender que a prática do diário de campo como instrumento de registro de informações na/da pesquisa científica” traz como contribuição detalhes que possivelmente seriam esquecidos e apagados da memória, sendo perdidos com o tempo no decorrer do processo da pesquisa.

Neste sentido, o diário de campo trouxe como contribuição o registro sistemático do percurso durante a pesquisa, na busca de gestos, imagens, falas, emoções e ações, linguagens verbais e não verbais que são registradas e inseridas no corpo da pesquisa de modo a torná-la significativa e próxima da realidade do objeto pesquisado (OLIVEIRA, 2014).

Participamos das atividades remota com os adolescentes e educadores, através dos encontros de formação, das rodas de diálogo e dos encontros temáticos que abordavam temas como: protagonismo juvenil, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Conselho Tutelar, Trabalho infantil e os tipos de violência. Esses momentos foram relevantes aos objetivos propostos nessa pesquisa, pois permitiram nos aproximar das discussões que são postas para os adolescentes e como acontecem o diálogo entre eles durante os encontros.

Uma vez participado desses encontros utilizando a técnica da observação participante, auxiliada pelo roteiro de observação, debruçamo-nos no exercício de transcrição dos achados, considerando as falas, expressões corporais, gestos ou comportamentos em nossas análises, cabendo um destaque para os registros que fizemos nos encontros presenciais que foram muito mais ricos que os online, pois, na forma remota não conseguimos ter a dimensão do participante na totalidade, a tela e o sinal da internet impossibilitam a real apreensão das expressões humanas e de um maior contato com o sujeito. No capítulo 5, apresentaremos os resultados desses dados.

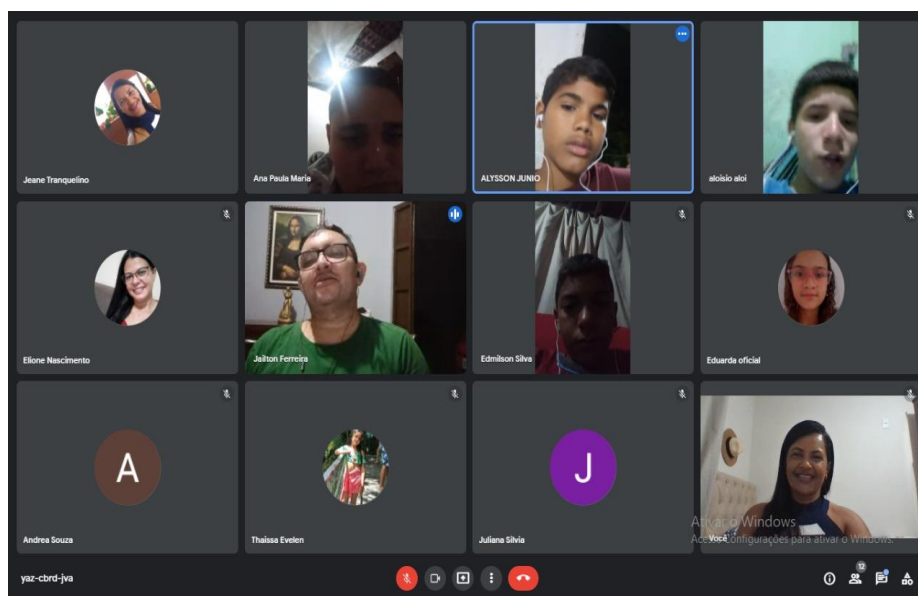
A seguir, compartilharemos alguns desses momentos da observação participante,

realizados de forma remota devido o período da pandemia, mas que nos proporcionaram uma maior aproximação com o nosso campo de pesquisa e com os nossos colaboradores nesse contexto tão adverso e desafiante para os pesquisadores, no intuito de não estagnar os passos da pesquisa, construímos estratégias metodológicas para viabilizar nossa investigação.

Os adolescentes estiveram participando das atividades de forma bastante assídua, mesmo relatando algumas dificuldades no tocante a ausência de aparelhos telefônicos tendo que compartilhar o uso do mesmo com os pais, ainda enfrentavam a precariedade do sinal de internet em alguns locais onde eles e elas residem. Esses foram alguns dos problemas relatados durante as rodas de conversa que dificultavam a participação dos adolescentes.

Esses encontros nos proporcionaram reflexões importantes acerca do fenômeno investigado, mesmo considerando o momento extremamente desafiador, a ONG ACNV conseguiu manter a execução das atividades de forma remota, acompanhando a participação dos adolescentes e jovens nas atividades, atenta as dificuldades de participação, mas também considerando o bem estar dos seus familiares, considerando que muitos se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Imagem 01: Roda de diálogo sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA



Fonte: Arquivo da ONG ACNV, 2021.

Conforme mencionado anteriormente, estivemos participando de forma remota de alguns encontros promovidos pela ONG ACNV, um deles foi a “roda de conversa” promovida pela instituição todas às sextas feiras, às 19 horas, *via google meet*.

Estes encontros tinham como objetivo promover o diálogo acerca de algumas temáticas

que versavam sobre diversos temas, dentre eles: Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Conselho Tutelar, Protagonismo juvenil, Exploração do trabalho infantil, participação, Conselhos Municipais, dentre outras.

Esses momentos denominados de “roda de diálogo” foram bastante significativos para nossa pesquisa, pois estando o observador ou observadora face a face, mesmo que de modo virtual, nos permitiu colher reflexões teórico-práticas acerca dos olhares, das percepções e implicações da formação para os educadores/as bem como para os adolescentes, além de ouvir os desafios dos adolescentes em participarem das atividades no contexto da pandemia, dada a dificuldade de acesso aos aparelhos eletrônicos ou acesso à internet. Alguns por residirem em bairros mais afastados da cidade apresentavam maiores dificuldades de conexão.

As rodas de diálogo são estratégias bastante significativas no trabalho com a juventude, as dinâmicas promovidas pelo facilitador contribuíram para uma boa participação da turma e engajamento nas discussões acerca do tema.

A respeito dessa experiência analisaremos melhor na exposição dos resultados da pesquisa contemplados no capítulo 5 referente as análises.

Imagem 02: Roda de diálogo sobre os 31 anos Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA



Fonte: Arquivo da ONG ACNV, 2021.

A partir de um grupo basicamente consolidado, formado por diversas organizações que formam a rede de proteção da criança e do adolescente no município de Sapé, dentre elas: Conselho Tutelar; Secretaria de Ação Social; Secretaria de Educação; Intituição Lar Fabiano, ONG SAPECA; ONG Criança Feliz; Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA); Centro de Referencia de Assistência Social (CRAS), articuladas pela ACNV foi realizado *via google meet*, no dia 31 de agosto uma “roda de diálogo” sobre os 31 anos do

Estatuto da Criança e do Adolescente, com a seguinte questão norteadora para debate: *Qual direito você defende?* O debate foi provocativo e participaram representantes de diversas entidades citadas anteriormente.

O mês de Julho é comumente dedicado no meio das instituições que defendem os direitos das crianças e dos adolescentes, ao Estatuto da Criança e do Adolescente, oportunidade esta para divulgar e debater na sociedade o uso desse instrumento legal extremamente relevante na defesa e na luta por políticas públicas para as Crianças e Adolescentes.

Sendo assim, a ACNV realizou diversas atividades ao longo do mês de Julho, dentre elas as “Rodas de diálogo”, uma delas contou com a participação de Mirley Jonnes, formado em Assistência Social, militante da causa e membro da ONG Casa Pequeno Davi⁹. O mesmo apresentou excelentes reflexões sobre o contexto das políticas públicas na atualidade brasileira, especialmente para crianças e adolescentes. Uma experiência muito rica que só tem corroborado nossas observações, vivência que, certamente seria difícil de ser produzida de outro modo ou com o uso de outra técnica investigativa.

Concordamos com Triviños (1987) que observar não é simplesmente olhar. Observar é destacar de um conjunto algo específico. Portanto, observar um "fenômeno social", segundo o autor, significa:

em primeiro lugar, que determinado evento social, simples ou complexo, tenha sido abstratamente separado de seu contexto para que, em sua dimensão singular, seja estudado em seus atos, atividades, significados, relações etc. Individualizam-se ou agrupam-se os fenômenos dentro de uma realidade que é indivisível, essencialmente para descobrir seus aspectos, aparências e mais profundos, até captar, se for possível, sua essência numa perspectiva específica e ampla, ao mesmo tempo, de contradições, dinamismos, de relações (TRIVIÑOS, 1987, p.153).

Ainda segundo Gil (2006), a observação participante pode ocorrer de forma natural, quando o observador é participante da comunidade ou do grupo que se investiga, e artificial, quando o observador se integra ao grupo com o objetivo de realizar uma investigação. Alinhamo-nos a essa última forma, pois nos inserimos nos processos de formação mesmo que em alguns momentos de forma remota, participamos junto as educadoras dos encontros e das

⁹ A Casa Pequeno Davi, organização não governamental sem fins lucrativos que funciona desde 1985 no Baixo Roger, tem como MISSÃO contribuir para efetivação dos direitos humanos, em especial crianças e adolescentes em vulnerabilidade social, com ações de educação integral, articulação comunitária e institucional e intervenção nos espaços de políticas públicas da Paraíba, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável.

atividades remotas, a partir da autorização da coordenação, passamos a ter acesso ao campo e aos colaboradores da pesquisa. Dado o contexto de pandemia, é importante registrar que conseguimos dar continuidade a nossa pesquisa, realizando alguns passos, graças à utilização dos recursos tecnológicos.

Importante registrar que no ano de 2022, último ano da nossa pesquisa e segundo ano da pandemia, tivemos a descoberta da vacina contra o vírus, e assim deu-se início ao processo de vacinação na população obdecendo alguns critérios, dentre eles a faixa etária de 60 anos e pessoas com comorbidades, que progressivamente foi aumentando a faixa etária e possibilitando o maior número de pessoas vacinadas.

Com a população imunizada, pudemos registrar uma significativa redução no número de pessoas infectadas e hospitalizadas, situação que foi nos tranquilizando e possibilitando vislumbrar um horizonte de controle da pandemia. Como mencionado anteriormente a técnica da observação participante foi utilizada no período mais crítico da pandemia de forma remota, através dos espaços já anunciados, posteriormente, tivemos uma situação favorável para aplicar essa técnica de forma presencial e assim, ampliar a capacidade de coleta e produção de dados.

Para o registro das observações e de outras percepções durante o processo de investigação, utilizamos o caderno de campo, que auxiliado pelo roteiro de observação, conforme foi mencionado e apresentado anteriormente, esses instrumentos foram fundamentais na observação participante. Em Minayo (2013, p. 295) buscamos a orientação acerca do que poderia/deveria ser anotado em nosso caderno de campo,

O diário de campo nada mais é do que um caderninho de notas, em que o investigador, dia por dia, vai anotando o que observa e que não é objeto de nenhuma modalidade de entrevista. Nele devem ser escritas impressões pessoais que vão se modificando com o tempo, resultado de conversas informais, observação de comportamentos contraditórios com as falas, manifestações dos interlocutores quanto aos vários pontos investigados, dentre outros aspectos.

Desse modo, em nosso caderno de campo realizamos o registro das situações que julgávamos importante para futuras análises, expressões das emoções, alegrias, olhares, choros, risos, falas informais, ações espontâneas, registro de fotografias, comentários nos chats, expressões criativas, dentre outros.

Sobre a análise dos documentos, o presente estudo considerou o estatuto da ONG, o regimento interno e o Projeto Político Pedagógico (PPP), bem como a legislação que trata especificamente da temática, tais como Estatuto da Criança e do Adolescente e o Estatuto da

Juventude, materiais referentes à ata de fundação da ONG, relatórios, fotografias, jornais, livros e outros documentos que pudessem contribuir na contrução da historicidade da ACNV e na análise do nosso fenômeno. Segundo Gil (2008, p.51), a pesquisa documental “vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”.

Conforme corrobora Gil (2008, p.147) a respeito da pesquisa documental “há dados que, [...] são obtidos de maneira indireta, que tomam a forma de documentos, como livros, jornais, papéis oficiais, registros estatísticos, fotos, discos, filmes e vídeos, que são obtidos de maneira indireta” esses recursos oferecem informações que contribuem para um melhor entendimento acerca da temática estudada.

Com relação aos documentos, Flick (2009); enfatiza que podemos encontrá-los em formatos diversos, disponíveis como textos de forma impressa, como também podem ser encontrados em formato de arquivos eletrônicos, na atualidade em redes sociais a exemplo de Whatsapp, e-mail, Facebook e Instagram, recursos que foram potencializados nesse contexto de pandemia, pois nos ofereceram a mobilidade na comunicação imediata, acessando contatos em diversos lugares, possibilitando a socialização das informações. A respeito do formato dos documentos, o autor tem a seguinte compreensão:

São artefatos padronizados na medida em que ocorrem tipicamente em determinados formatos como: notas, relatórios de caso, contratos, rascunhos, certidões de óbito, anotações, diários, estatísticas, certidões, sentenças, cartas ou pareceres de especialistas. (Flick, 2009, p. 284)

Dessa forma, a pesquisa documental se soma ao desenvolvimento da nossa pesquisa empírica, pois possibilita “o exame de materiais de natureza diversa, que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que podem ser reexaminados, buscando-se novas e/ou interpretações complementares” (Godoy, 1995, p.21).

Embora a presente pesquisa não se configure como sendo uma pesquisa do tipo documental, para a coleta e produção de dados utilizamos essa técnica para auxiliar no percurso da investigação.

Com relação ao questionário, este foi utilizado de forma online, dada a inviabilidade em aplicá-lo presencialmente durante o contexto da pandemia conforme mencionamos anteriormente. O questionário¹⁰ teve como objetivo construir o perfil dos colaboradores e colaboradoras, dada a diversidade dos sujeitos da pesquisa (educadores, educandos

¹⁰ O questionário consta nos apêndices

adolescentes e coordenação pedagógica), julgamos necessário construir seu perfil.

A partir das informações coletadas dos questionários foi possível construir o perfil socioeconômico dos participantes que será apresentado no próximo tópico. O questionário contemplavam as seguintes variáveis: idade, sexo, escolaridade, renda e tempo na instituição. Para realização e aplicação do questionário utilizamos o recurso tecnológico *Google Forms* (Apêndice 1). Após a realização do questionário pudemos sistematizar os dados e construir o perfil dos colaboradores e colaboradoras da pesquisa que será apresentado na próxima seção.

1.4 A ONG ACNV enquanto lócus de investigação e os sujeitos da pesquisa

O campo a servir como *lócus* de nossa pesquisa constitui-se a ONG Associação Comunitária Nova Vida, identificada pela sigla (ACNV), ela é simultaneamente objeto de estudo e lócus da nossa investigação.

A Associação Comunitária Nova Vida, é uma associação civil, sem fins lucrativos, de direito privado, de caráter beneficente de assistência social e promoção humana, a iniciativa da criação dessa instituição partiu de um grupo de religiosos e religiosas (sobre a historicidade da ONG ACNV, veremos, mais detalhadamente, no segundo capítulo). Ela está localizada na Rua Belino Souto, no município de Sapé, situada na Mesorregião do Agreste da Paraíba, a 41 Km da capital Paraibana. Possui uma área territorial de 316 km e uma população de 52.443 habitantes, conforme estimativas do IBGE de 2018. Está a 42 km de João Pessoa (via PB-004, trajeto mais curto) e a 75 km de Campina Grande.

A cidade de Sapé possui um celeiro cultural, conhecida como a terra do poeta Augusto dos Anjos. A região possui um grande plantio baseado na cultura da cana de açúcar, além de investir no cultivo do abacaxi em grande escala comercial, além de outras atividades como, avicultura de corte e de postura, criação de caprinos e bovinos; ainda se registra uma diversificação das lavouras alimentares apresentada pelos dados da produção agrícola municipal publicado pelo IBGE (2018).

Importante destacar, que no município de Sapé-PB, existiu um dos maiores movimentos das Ligas Camponesas, nos meados dos anos de 1950 até a década de 1960 envolvendo camponeses e latifundiários. Tendo à frente uma grande liderança, João Pedro Teixeira, um camponês que lutou bravamente pela reforma agrária e pela conquista de suas terras, foi assassinado a tiros de fuzil por dois policiais em 02 abril de 1962, na estrada entre Café do Vento e Sapé-PB, enquanto voltava para casa, regressando de João Pessoa.

João Pedro Teixeira teve um importante papel no processo de estímulo à luta pela terra

e pela conscientização da classe trabalhadora, por ser uma região canavieira, os trabalhadores rurais sofriam forte opressão por parte dos latifundiários, daí a necessidade de organizar os trabalhadores e construir um forte movimento camponês. De acordo com Aued (1986, p. 12);

a criação da liga na zona rural da cidade de Sapé, mas especificamente no quintal da casa de João Pedro não durou muito tempo, sendo extinta logo em seguida – e reaparecendo em 1958 com um novo perfil, agora como movimento institucionalizado. Essa vestimenta de legalidade garantiu não só a sobrevivência da liga diante das ameaças dos proprietários de terra, mas sobretudo o fortalecimento do movimento que conseguiu mobilizar cada vez mais o número de pessoas a aderirem a luta contra os desmandos dos latifundiários e por melhores condições de trabalho.

Alguns estudos realizados por professores e estudiosos da temática na região trazem à tona a história das Ligas Camponesas de Sapé-PB. Os resultados desses trabalhos podem ser encontrados na Dissertação das autoras Alves (2019) e Santana (2020) disponíveis no site do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba.

De avanços e retrocessos legais e práticos é feita a nossa história! E é nesse cenário marcado por lutas, conquistas e memórias de um povo lutador que está inserida a ONG ACNV.

Na foto abaixo, apresentamos a sede da ONG ACNV, lócus da nossa investigação no município de Sapé.

Imagem 03: Sede da ONG Associação Comunitária Nova Vida e alguns membros do quadro profissional



Fonte: <http://associacaocomunitarianovavida.blogspot.com>, 2021.

Uma característica do bairro onde a ONG ACNV está inserida diz respeito ao fato desta instituição estar inserida no centro da cidade de Sapé, portanto, zona urbana, e possuir uma

comunidade carente, que majoritariamente vive de programas sociais¹¹, conforme dados do Projeto Político Pedagógico da instituição.

Observando o Projeto Político Pedagógico – PPP da ONG ACNV (2018), vemos que a mesma foi fundada há mais de duas décadas e que cerca de 70% do seu quadro funcional, no tocante aos docentes, são de profissionais formados na militância, ou seja, são provenientes de movimentos sociais, mais especificamente, ligados às causas das crianças e dos adolescentes, atuando na instituição há no mínimo 10 anos, o que nos permite inferir que as práticas educativas já consolidadas de alguns educadores e educadoras no tocante a identidade desta instituição advém desse histórico, suas identidades foram forjadas no seio dos movimentos sociais. Este fato pode ser evidenciado por meio do quadro do perfil dos educadores e das educadoras, o qual apresenta o tempo de trabalho na instituição. Ainda de acordo com o PPP da ACNV, vimos que a mesma traça o perfil das famílias de “baixa escolaridade, sendo grande parte analfabeta, as quais conseguem ainda com certa dificuldade assinarem o nome, e poucos possuem o ensino fundamental ” (PPP, 2018 p. 6).

A respeito da escolha dos sujeitos da pesquisa, a questão norteadora do estudo e a sua intencionalidade constituinte nos remeteram a identificar inicialmente o quadro funcional da organização. Verificamos que a instituição possui 16 profissionais sendo (06 educadores, 01 cozinheira, 02 auxiliares de serviços gerais, 01 motorista, 01 assistente social, 01 coordenador pedagógico, 01 coordenador de setor, 01 secretaria, 01 coordenador geral, 01 coordenação administrativa) que estão diariamente envolvidos com as ações da ONG.

Com os objetivos da pesquisa sempre à frente, começamos a traçar alguns critérios para escolha dos sujeitos da nossa investigação, selecionamos 10 participantes da ACNV a partir dos seguintes critérios, a saber: sobre os educadores - escolhemos, aqueles que desenvolvem atividades socioeducativas com as crianças e os adolescentes, porém, após nos reunirmos com a coordenação pedagógica e com os educadores, vimos que seria pertinente escolher apenas aqueles que atuam diretamente com os adolescentes, visto que esse é o público específico da nossa pesquisa, a partir desse critério dentre os 06 educadores da instituição, escolhemos 04 por estarem diretamente ligados as ações com os educandos.

Sabemos que o movimento de investigação envolve esses processos de idas e vindas, portanto, considerando os objetivos desta tese, redimensionamos nosso quadro de participantes a partir desses critérios: educadores e educadoras que atuam com adolescentes e possuam maior tempo na organização ACNV, e, entre os adolescentes, aqueles que já participaram ou

¹¹ Fonte Projeto Político Pedagógico da Associação Comunitária Nova Vida, 2018.

participam do projeto “Protagonismo Juvenil” e tenham vínculo com a instituição por mais tempo.

Delimitado os critérios de escolha dos sujeitos da pesquisa, construímos o quadro de entrevistados ficando assim definidos: 03 educadores, 01 coordenador pedagógico e 06 educandos (adolescentes), num total de 10 entrevistados.

No tocante aos educadores da ACNV que atuam com os adolescentes, justificamos sua participação pela necessidade de estar presente na pesquisa a voz daqueles que vivenciam o cotidiano de forma mais direta com eles e elas, quer seja em sala de aula, quer seja nos projetos, campanhas de sensibilização ou mobilizações. Também justificamos a participação da coordenação pedagógica, uma vez que esta constitui uma importante fonte sobre a historicidade da ACNV, além de ser responsável pela condução da proposta política pedagógica e metodológica desenvolvida na organização. Desse modo, ao final da coleta, tivemos dez entrevistas, entre: coordenação pedagógica, educadoras e adolescentes.

No tocante à pesquisa empírica, foi constituída pela coleta de informações, através das entrevistas semiestruturadas e da observação participante, além de documentos da instituição, pois precisávamos conhecer melhor as ações desenvolvidas e o contexto em que atuavam. Geertz (2010, p. 105-106) faz algumas recomendações para o pesquisador ou pesquisadora que não conhece a realidade investigada:

Para acompanhar um jogo de beisebol temos que saber o que é bastão, uma bastonada, um turno, um jogador de esquerda, um lance de pressão, uma trajetória curva pendente, e um centro de campo fechado, e também como funciona o jogo que contém todos estes elementos.

Geertz (2010) fala da necessidade e da importância de se conhecer não só os instrumentos para um jogo de beisebol, como também as regras, para, desse modo, acompanhar e compreender a realização de uma partida. Em nossa pesquisa, percebemos, igualmente, que foi necessário conhecer e aproximar-se, cada vez mais, do nosso objeto de estudo para conhecer a realidade e os elementos constituintes do fenômeno, de modo que pudéssemos explorar suas particularidades, com vistas a melhor compreender os elementos constituintes que fazem parte da sua problemática.

Nesta perspectiva é que realizamos a técnica das entrevistas, buscando construir um quadro com o perfil dos colaboradores da pesquisa a partir dos dados produzidos.

Importante mencionar que para iniciar a pesquisa, buscamos operacionalizar os passos a serem trilhados, começando por dar entrada na solicitação da carta de anuência, através de

uma solicitação de pesquisa de doutorado no Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba à ONG Associação Comunitária Nova vida, a qual retornou com aprovação muito rápida e com muita abertura e acolhida para realização da nossa pesquisa.

Posteriormente à anuência da ACNV¹², como requisito para realização de qualquer pesquisa com abordagem qualitativa existe a necessidade de submeter o projeto junto ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFPB, para isso, buscamos juntar todos os documentos necessários para realização do pedido, e submeti o projeto por meio da Plataforma Brasil.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética do Centro de Ciências da Saúde, da Universidade Federal da Paraíba, junto à Plataforma Brasil, no dia 31 de agosto de 2020, por meio do parecer de número 3.033.12427¹³, que se encontra em anexo, estando a pesquisa de tese devidamente autorizada. O estudo integra o projeto **“ONGs, EDUCAÇÃO POPULAR E PROTAGONISMO JUVENIL: um estudo da Associação Comunitária Nova Vida no município de Sapé-PB”**, em cumprimento a uma exigência para o desenvolvimento da pesquisa.

Para o encaminhamento ao CEP, foi necessário construir o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE¹⁴), conforme orientações recebidas da Comissão do Comitê. Assim, a assinatura do TCLE pelos colaboradores da pesquisa representou o conhecimento deles e delas de todo o processo dessa investigação, com destaque para as informações a respeito da técnica utilizada na obtenção de dados (entrevista semiestruturada), sob a total liberdade de decisão sobre a participação, bem como desistência a qualquer tempo e a manutenção do sigilo das suas identidades, as quais foram mantidas utilizando nomes fictícios sugeridos por eles e elas durante nossos primeiros encontros.

Em nosso primeiro contato com os sujeitos da pesquisa, buscamos exemplificar um pouco a dinâmica da presente tese. Apresentando nossas motivações, objetivos da pesquisa, a forma de coleta dos dados e a metodologia de trabalho que pretendemos seguir.

Explicitamos às educadoras e ao coordenador pedagógico da instituição o documento que trata do Termo de Consentimento da Pesquisa, realizando uma leitura coletiva e esclarecendo dúvidas quando surgiam sobre o referido documento. Na oportunidade, foi enfatizada a voluntariedade e a liberdade na decisão em participar da pesquisa, de modo que, aqueles e aquelas que concordassem, deveriam realizar a assinatura do TCLE. Assim, a assinatura do termo pelos entrevistados representou o conhecimento sobre todo o processo da investigação em tela.

¹² Apêndice

¹³ Apêndice

¹⁴ Apêndice

No tocante ao uso das imagens das crianças e dos adolescentes no decorrer da tese, também tivemos a preocupação em nos amparar legalmente, na ocasião do encontro com a coordenação da ACNV fui informada que a instituição possui um instrumento de autorização do uso das imagens das crianças e dos adolescentes e que este instrumento é assinado pelos responsáveis no ato da matrícula concedendo o uso da imagem. Logo, o referido documento versa sobre a autorização do uso da imagem dos menores, assim como fotos e textos nos materiais de divulgação das atividades, ações e projetos da ACNV. A referida autorização se estende a qualquer publicação ou menção que venha a ser feita na mídia em geral (TV, Jornal, Revista e etc.) podendo ser divulgado inclusive no blog¹⁵ da ONG ACNV. Na ocasião, solicitamos a coordenação a utilização desse documento na nossa tese para fundamentar e legalizar o uso de imagens dos adolescentes em nosso trabalho do arquivo da ONG ou de outros registros que porventura venham incorporar nosso trabalho. A presente autorização de uso consta nos anexos.

Prosseguimos o encontro, desenvolvendo outras questões que julgávamos necessárias colocando em pauta no primeiro contato com os colaboradores e as colaboradoras, com destaque para as informações sobre a técnica utilizada na obtenção dos dados (entrevista semiestruturada e questionário), as quais foram realizadas de forma presencial e remota segundo a disponibilidade dos participantes.

No decorrer do texto iremos apresentar nossas inferências a partir dos dados que foram coletados no decorrer da pesquisa, importante registrar a receptividade que tivemos para realizar nossa pesquisa na ACNV. As entrevistas foram gravadas após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (em anexo), o qual informava aos entrevistados: educadores, educadoras e coordenação pedagógica os objetivos da pesquisa.

Durante o encontro que tivemos com os educadores foi possível expor claramente o termo de consentimento Livre esclarecido, bem como esclarecer algumas dúvidas que surgiram na ocasião, tivemos uma boa aceitação com a proposta e todos demonstraram disponibilidade em colaborar.

Como pesquisadora, durante nosso percurso de investigação experimentamos sentimentos de força, resistência, ressignificação, apoio e esperança, os quais foram nos alimentando nesta caminhada a partir das falas das educadoras, dos jovens e da coordenação pedagógica, sentimentos que pudemos experimentar nas entrevistas e nos encontros, partilhas sobre as perdas e sofrimentos ocasionadas pela Covid 19. Essa fase foi uma das mais difíceis,

¹⁵ Disponível em <http://associacaocomunitarianovavida.blogspot.com>.

quer seja virtualmente ou presencialmente ouvimos inúmeros depoimentos das educadoras e dos jovens que relatavam os desafios e as formas de superação que encontraram para continuar esperando.

As adversidades do período pandêmico exigiu, de nós, muita perseverança, habilidade, força e maturidade teórica para reorganizar metodologicamente os caminhos que deveríamos perseguir na conclusão da presente tese, contudo, o nosso compromisso em contribuir com a construção de uma ciência popular nos motivou a trilhar o caminho. Concordamos com Brandão (1983, p. 94), quando reflete a respeito da construção de uma ciência popular.

É criar uma ciência em sentido duplo. Primeiro, porque está comprometida com a causa popular; segundo, porque pensa a partir da lógica do povo, buscando construir sua verdade com base nas experiências políticas e na maneira em que percebe a realidade.

É oportuno mencionar que a mudança de estratégia na aplicação das entrevistas na observação participante, realizadas de modo virtual, foi uma das mudanças metodológicas necessárias diante do contexto da pandemia, contudo, mantivemos o rigor, a ética e a sistematização, elementos de extrema importância que precisam ser considerados e mantidos em um trabalho de caráter científico (FLICK, 2009).

A seguir compartilhamos o registro do primeiro encontro com o coordenador pedagógico e as educadoras da ACNV. Nesse encontro foi possível socializar os objetivos da nossa pesquisa, estreitar relações com as/os entrevistadas/os, esclarecer dúvidas e aplicar o questionário, através de um formulário online sobre o perfil.

No encontro remoto, via plataforma do *google meet* participaram: 02 (duas) educadoras e 01 (um) coordenador pedagógico, todos possuem vínculo com a ACNV há mais de 5 anos, fato que merece uma atenção especial, é que o coordenador pedagógico e uma das educadoras participaram comigo da Pastoral do Menor na década de 1990, essa relação contribuiu de forma muito significativa a viabilização da pesquisa.

Para manter o sigilo em relação à identidade dos educadores e educadoras, usamos a função de cada entrevistado, ficando definido o nome de Educador ou Educadora, seguido da numeração. O nome de cada educador ou educadora entrevistado/a virá acompanhado de um número ordinal em ordem crescente, assim definido: Educador 1; Educadora 2; Educadora 3; Educadora 4, da mesma forma acontecerá com os educandos nomeados seguindo a numeração em ordem crescente.

Com o objetivo de construir o perfil social dos entrevistados, aplicamos um

questionário, que por ocasião da pandemia do COVID19, foi aplicado de forma remota, enviado para os educadores e educadoras através de um link pelo *chat* ou via *WhatsApp*.

Construímos o quadro a seguir para ilustrar o perfil dos educadores/as que participaram da pesquisa, com base nos dados levantados a partir do formulário.

Quadro 9 – Perfil dos sujeitos entrevistados - educadores e coordenador pedagógico

Sujeito	Função	Idade	Formação acadêmica	Tempo de experiência na ACNV
Educadora 1	Educadora	39 anos	Graduada em Pedagogia e Pós-graduação em Supervisão Escolar	20 anos
Educadora 2	Educadora	38 anos	Graduada em Pedagogia e Especialista em Língua	04 anos
Educadora 3	Educadora	35 anos	Graduada em Pedagogia e Especialista em Língua	07 anos
Educador 4	Coordenador Pedagógico	45 anos	Graduado em Pedagogia e Pós-graduação em Supervisão Escolar	23 anos

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do questionário online aplicado aos colaboradores da pesquisa, 2020.

Como observamos no quadro acima, são 04 educadores, em que 01, além de educador, exerce a função de coordenador pedagógico, 03 são do sexo feminino e 01 do sexo masculino, com faixa etária entre 35 e 45 anos. Quanto ao tempo de atuação na organização não governamental, 02 estão há mais de 20 anos, e os outros 02 atuam de 04 a 07 anos. Com relação à formação acadêmica, todos são graduados em Pedagogia, 02 possuem curso de Pós-graduação em Supervisão Escolar e Orientação Educacional e os outros 02 possuem Licenciatura em Letras.

No tocante a formação acadêmica nota-se que todos os 04 (quatro) têm curso superior, e desses 02 (dois) já concluíram alguma pós-graduação em nível de especialização. Esse quadro evidencia também que as ONGs têm se tornado um mercado de trabalho para diversos profissionais, fato comprovado pela condição de que muitos estão empregados há mais de oito

anos, e 02 educadores permanecem desenvolvendo ações na instituição há mais de 20 anos. Em relação ao turno de trabalho, as atividades são desenvolvidas pelos educadores e educadoras nos turnos da manhã e/ou tarde.

No quadro 10 apresentamos o cronograma realizado das entrevistas com os educadores e com o coordenador, dia, hora, tempo de duração das entrevistas e a plataforma digital utilizada.

Quadro 10: Cronograma das entrevistas virtuais

Sujeito	Dia	Hora	Tempo de duração da entrevista	Plataforma digital
Educadora 1	04/03/2022	13:00	52 minutos	Google meet
Educadora 2	04/03/2022	19:00	43 minutos	Google meet
Educadora 3	10/03/2022	15:00	38 minutos	Google meet
coordenador 4	08/04/2022	15:00	50 minutos	Google meet

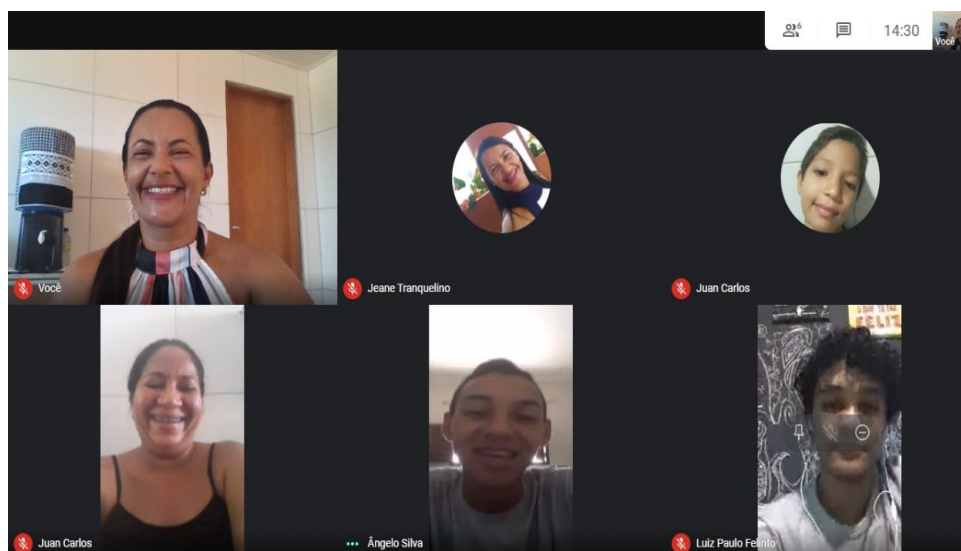
Fonte: Quadro contruído pela pesquisadora (2022).

As entrevistas foram realizadas entre os meses de março e abril de 2022, duraram em média de 35 a 50 minutos, os quais correspondem a 183 minutos de gravação, totalizando 3 horas e 3 minutos. Elas aconteceram após conversarmos com os sujeitos da pesquisa a respeito da pesquisa e combinar o melhor dia e horário, tendo em vista que alguns apresentavam dificuldade de conexão com a internet e dependia do horário para que a conexão tivesse em melhores condições.

Adotamos como critério entrevistar os educadores e educadoras que atuam na ACNV há mais tempo, tendo em vista que muitos desses foram também atendidos pela instituição em sua fase de juventude ou participaram de movimentos sociais em defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, contribuindo na luta pelas políticas públicas no município de Sapé para esse segmento social. Entendemos que essa relação dos colaboradores com a instituição nos oferecerá elementos da historicidade mais consistentes da ONG ACNV para a pesquisa.

A seguir, compartilhamos a imagem 04, referente ao registro do nosso primeiro encontro com os jovens.

Imagem 04: Encontro com os jovens



Fonte: imagem cedida pela ONG ACNV, 2021

A imagem 05 refere-se ao encontro que realizamos virtualmente com os educandos, contando com a presença de uma das educadoras da ACNV, a fim de iniciar uma apresentação e aproximação com esses jovens, colaboradores da nossa pesquisa. Impossibilitados de participar do encontro pelo aplicativo *Google Meet*, 03 jovens participaram posteriormente, através de chamadas de vídeo realizadas pelo *WhatsApp*, diante das dificuldades de conexão que os mesmos relataram para o uso da plataforma *Google meet*.

Importante destacar a receptividade que tivemos com essa turma, adolescentes bastante comprometidos, todos expressaram interesse em colaborar com a pesquisa, demonstrando entusiasmo em conhecer a proposta e disponibilidade em participar do processo.

Durante nossa conversa foi possível apresentar nossos objetivos e motivações para a realização da pesquisa, da mesma forma que procedemos com os educadores e com as educadoras, julgamos também necessário um bate papo sobre os caminhos que me fizeram chegar a investigar no curso do doutorado em Educação, no Programa de Pós graduação em Educação a ONG ACNV, relatamos de forma breve nossos vínculos com a instituição desde nossa participação na Pastoral do Menor, e a importancia desse trabalho de tese no campo das pesquisas sociais, especialmente no campo da Educação.

No quadro abaixo, revelamos o perfil dos educandos e das educandas construído a partir das informações obtidas no questionário online enviado através de link pelo *Google Meet* e via *WhatsApp*.

Quadro 11 - Perfil dos sujeitos – Adolescentes

Colaboradores	Sexo	Idade	Formação acadêmica	Tempo de experiência na ACNV
Educanda 1	Feminino	15 anos	Ensino médio incompleto	02 anos
Educanda 2	Feminino	14 anos	Ensino médio completo	08 anos
Educando 3	Masculino	16 anos	Ensino médio completo	02 anos
Educando 4	Masculino	17 anos	Superior incompleto	12 anos
Educando 5	Masculino	15 anos	Ensino médio incompleto	05 anos
Educando 6	Masculino	16 anos	Ensino médio incompleto	03 anos

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do questionário online aplicado aos adolescentes colaboradores da pesquisa, 2021.

Como vemos no quadro acima a partir das informações obtidas no formulário (online) através do *google form*, aplicado aos 05 jovens e 01 adolescente, temos um quadro com o perfil dos jovens colaboradores da nossa pesquisa. O quadro revela que 04 são do sexo masculino e 02 feminino, a faixa etária situa-se entre 15 e 17 anos, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente no “art. 2º considera-se *criança*, para os efeitos desta lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e *adolescente* aquele entre doze e dezoito anos de idade e *jovem* a partir de 12 anos completos aos 18 anos” (ECA, p.11, 2010), importante ressaltar que na nossa pesquisa tivemos apenas um participante abaixo da faixa etária considerada jovem, pois de acordo com o Estatuto da Juventude (2013), são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade. Esse marco legal irá balisar nosso trabalho no tocante ao recorte geracional da nossa pesquisa.

No tocante, a formação acadêmica, 03 concluíram o ensino médio completo, 02 estão cursando e 01 está cursando o ensino superior. A partir da observação do quadro acima constatamos que, o tempo na instituição desses adolescentes variam entre 02 há 12 anos. Um dado curioso e muito gratificante para a instituição, é que um desses adolescentes participa da ONG há 12 anos, e na atualidade participa das ações de protagonismo, e desenvolve trabalhos na instituição como arte educador, uma vez que o mesmo está na universidade Federal da Paraíba cursando Licenciatura em Artes.

Constatamos ainda, a partir dos dados coletados que todos os entrevistados são oriundos das classes populares do município de Sapé-Paraíba.

No quadro 10, apresentamos o cronograma realizado das entrevistas com os educadores e com o coordenador, dia, hora, tempo de duração das entrevistas e a forma como foi realizada.

Quadro 12: Cronograma das entrevistas com os educandos e educandas

Sujeito	Dia	Hora	Tempo de duração da entrevista	Forma
Educanda 1	29/04/2022	13:00	36 minutos	Presencialmente
Educanda 2	29/04/2022	15:32	45 minutos	Presencialmente
Educando 3	19/08/2022	16:00	40 minutos	Presencialmente
Educando 4	20/08/2022	17:00	52 minutos	Presencialmente
Educando 5	21/10/2022	14:00	50 minutos	Presencialmente
Educando 6	21/10/2022	15:30	62 minutos	Presencialmente

Fonte: Quadro contruído pela pesquisadora (2022).

As entrevistas foram realizadas entre os meses de abril à outubro de 2022, duraram em média de 36 a 62 minutos, os quais correspondem a 285 minutos de entrevistas totalizando 4 horas e 45 minutos.

É importante ressaltar que adotamos a opção em realizar as entrevistas com os adolescentes de forma presencial, pela riqueza de informações que podemos extrair numa entrevista presencial e por compreender a importancia desse recurso. Assim sendo, prosseguimos nossas entrevistas graças ao processo avançado de vacinação na população contra a Covid 19 que nos possibilitou realizá-las presencialmente.

Nesse íterim, tivemos um contra tempo, dois entrevistados foram acometidos pelo vírus, dificultando a realização da entrevista, ficaram extremamente sensíveis Pós Covid, e tivemos que redimensionar os passos da pesquisa, aguardando sua recuperação. Assim, que fomos informada suspendemos imediatamente as visitas e tão logo, tivemos notícias da recuperação dos nossos jovens colaboradores, e verificamos que estavam longe do perigo de

contágio, marcamos um momento para a realização da entrevista.

A princípio, pensamos em realiza-la de forma online, mas já tínhamos uma avaliação das entrevistas realizadas anteriormente com os jovens feitas de forma presencial, e achamos pertinente aguardar um pouco mais para realizarmos presencialmente, dada a riqueza que essa técnica realizada de forma presencial proporciona!

Após realizarmos a entrevista com esses dois últimos participantes representantes do público juvenil que faltava para concluir as entrevistas, fechamos o ciclo! E partimos para o trabalho de transcrição de todo material coletado.

Com a finalidade de ordenar os dados, transcrevi para o computador em formato *Word* todas as entrevistas (na íntegra) realizadas com os colaboradores da pesquisa. O processo de transcrição era realizado imediatamente após cada entrevista, pois facilita a transcrição dos conteúdos das falas, das situações, gestos e expressões dos colaboradores no momento da entrevista, oferece uma maior riqueza nas transcrições.

Posteriormente, separei por pastas cada entrevista transcrita, dividindo-as em três grupos: “entrevistas com educadoras”; “entrevistas com os jovens”; e “entrevista com coordenação pedagógica.”

Após essa primeira ordenação, agrupei, respeitando cada grupo, as respostas de forma sequencial em um mesmo arquivo do *Word*, ou seja, dispus todas as respostas a uma mesma pergunta uma abaixo da outra, a fim de facilitar a leitura e, posteriormente, a análise dos dados.

1.5 Procedimento de análise

Para efeito das análises dos resultados obtidos, escolhemos a técnica Análise de Conteúdo, de Laurence Bardin, como referencial orientador. Segundo Bardin (2011, p. 15), a Análise de Conteúdo (AC) é, na atualidade, um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a *contextos* extremamente diversificados. Esta escolha se deu por sua correlação e coerência com a pesquisa qualitativa, pois, a autora afirma que a sutileza dos métodos da análise de conteúdo colabora para a superação da incerteza das primeiras leituras.

Nesse sentido, examinaremos, de maneira crítica, ética e sistemática, os objetivos propostos na pesquisa que dizem respeito a ONG ACNV, no município de Sapé. De acordo com a autora, a Análise de Conteúdo é

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por

procedimentos sistemáticos e objetivos do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens. (BARDIN, 2011, p. 48).

Esse tipo de análise contribui numa avaliação mais crítica acerca das comunicações e seus significados explícitos ou ocultos. Ela possibilitará compreender as comunicações em categorias conceituais que permitam passar dos elementos descritivos à interpretação dos atores sociais no contexto cultural em que produzem a informação. Para a autora, ao utilizarmos procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens, os conteúdos poderão trazer ensinamentos após serem tratados.

No que tange as etapas do processo de análise dos dados, Bardin (2011), explica que as diferentes fases da análise de conteúdo organizam-se em três polos:

1. Pré-análise; 2. Exploração do material e 3. Tratamento dos resultados obtidos da interpretação.

Assim sendo, foram etapas deste processo analítico num primeiro momento: a leitura flutuante, na qual tivemos a oportunidade de ler todas as respostas das entrevistadas (falas transcritas) e o roteiro de observação, que à medida que transcrevemos, tornam-se documentos; os relatórios das atividades, o Projeto Político-Pedagógico e o Estatuto da ONG ACNV.

Posteriormente, demos início à **pré-análise**, etapa em que estabelecemos os critérios de nossa análise sendo este o critério da representatividade e o da pertinência – por considerá-los suficientes para garantir uma boa análise. A leitura flutuante teve como objetivo perceber as primeiras impressões e orientações para as etapas seguintes.

No segundo momento, **exploramos o nosso material** codificando por cores as categorias temáticas e empíricas, o que nos permitiu agregar as falas em unidades. Das unidades de registro apresentadas por Bardin, escolhemos o tema que aparece nas falas, embora tenhamos feito uso também das unidades de contexto, uma vez que estas nos ajudavam a compreender a primeira.

Para uma melhor compreensão, apresentamos o diagrama com as categorias temáticas que nortearam nossas entrevistas. Nesse processo, adotamos unidade temática no sentido de agrupar as questões comuns que permearam as entrevistas com os nossos colaboradores: coordenação pedagógica, educadores e educandos (jovens).

Quadro 13: Codificação das categorias:

Cor	Categoria
Azul	Educação Popular
Vermelha	ONGs
Verde	Protagonismo juvenil
Marron	Participação

Desse modo, as cores que nos serviram como recurso para a codificação dos dados, nos permitiram também separá-los em blocos de análise nos quais a unidade de contexto emergia, trazendo significado ao cenário em que surgia cada uma das falas.

Cabe ressaltar que, para Bardin (2011) a unidade de contexto:

[...] serve de unidade de compreensão para codificar a unidade de registro e corresponde ao segmento da mensagem, cujas dimensões (superiores às da unidade de registro) são ótimas para que se possa compreender a significação exata da unidade de registro. Isto pode, por exemplo, ser a frase para a palavra e o parágrafo para o tema (BARDIN, 2011, p.107).

Por fim, um terceiro e último momento, após toda esta preparação dos dados, a **fase do tratamento dos resultados obtidos e da interpretação**. Neste contexto, Bardin (2011, p.131) afirma que “os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos e válidos [...] os quais condesam e põem em relevo as informações fornecidas pela análise”. Esse terceiro momento refere-se ao procedimento de análise propriamente dita, uma vez que mergulhamos aqui nas possíveis inferências e interpretações dos dados.

De modo que, provocamos, à medida questionamos os participantes a refletirem sobre suas vivências na ACNV, levando em consideração os espaços formativos os quais participam, buscando compreender como a educação popular vêm contribuindo no processo de protagonismo juvenil no município de Sapé? E como os adolescentes atuam dentro do espaço da ACNV e na sociedade.

Neste campo, especificamente, trazemos as categorias as quais foram analisadas neste trabalho de tese, possibilitando descrevê-las como sendo categorias que surgiram no caminho da pesquisa. Temos a compreensão de que a realidade é **dialética**, implica dizer que as **categorias** desse trabalho não surgiram todas a priori, emergem a **partir** do movimento das análises, no contexto da realidade social, da materialidade coletada durante a pesquisa (entrevista, observação e documentos).

Assim sendo, chegamos às categorias de análises de nossa tese, as quais adotamos a partir do método dialético: historicidade, totalidade e contradição e as categorias empíricas: ONGs, Educação Popular, Protagonismo e Participação. Durante o processo de análise dos dados verificamos que as categorias empíricas estão interligadas às categorias do método dialético.

Constatamos que ao estudar a **categoria ONGs**, analisamos sua historicidade e contradição ao longo da história, e ainda sua estrutura organizacional; a respeito da **categoria Educação Popular**, analisamos seu processo histórico e seus elementos constituintes e como estes estão presentes nas ações da ACNV; quando abordamos a **categoria Protagonismo Juvenil**, verificamos a complexidade desse conceito e buscamos perceber o emaranhado de relações interdependentes, nas quais as ações da ONG em foco estão inseridas.

E por fim, a categoria “participação”, uma vez que esta nos permitiu observar com criticidade, os avanços, limitações e desafios encontrados na ACNV para uma participação efetiva.

A seguir, apresentamos o diagrama 1 com as categorias analíticas e empíricas da nossa pesquisa.

Diagrama 1– Categorias empíricas



Fonte: Diagrama organizado pela pesquisadora, 2022.

Os eixos temáticos apresentados nos auxiliaram no recorte das falas das entrevistas e de conteúdos, de modo que, a partir deles, teremos a referenciação dos índices. Ao se referir às categorias temáticas, Bardin (2011) enfatiza que, ao se fazer uma análise temática, busca-se

descobrir os núcleos de sentido que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de apreciação, podem trazer elementos para o objeto que será analisado.

Ainda segundo a referida autora, o índice é um elemento importante no processo da análise. Ela explica que “o índice, pode ser a menção explícita de um tema numa mensagem. Caso parta do princípio de que este tema possua tanto mais importância para o locutor quanto mais frequência é repetido” (BARDIN, 2011, p. 130).

Assim sendo, buscamos interpretar o conteúdo das entrevistas em vista das ideologias, tendências, e atitudes expressas. Assim como a direção deste conteúdo, no sentido de perceber as intencionalidades e posicionamentos do sujeito diante de determinado tema ou espectros deste.

Considerando o volume dos entrevistados, bem como o número de entrevistas, tendo em vista que tivemos três sujeitos de pesquisa distintos (Educadores, jovens e coordenação pedagógica), precisamos fazer uma adequação metodológica, com vistas a facilitar, de modo coerente, o processo analítico.

Para dar continuidade a esta fase de pré-análise, passamos a organização das categorias temáticas e a definição da modalidade de codificação para registro dos dados coletados. Após refletir sobre as formas mais convenientes para este fim, decidimos que utilizaríamos a cor para identificação das categorias. Após a leitura ativa da transcrição das entrevistas, definimos a construção de um quadro para preparação da segunda etapa da análise de conteúdo, que consiste na ***exploração do material***.

No quadro abaixo, sistematizamos as categorias empíricas, a partir de categorias construídas da própria realidade anunciada pelos sujeitos e pelos dados coletados, na leitura dos documentos, nas entrevistas e nas observações, nosso objetivo com esta forma de descrição científica é construir um quadro empírico que nos permita, coerentemente, tecer as nossas primeiras análises fundamentadas no paradigma da Educação Popular, considerando as unidades de registro, observando a significação, para que em seguida seja realizado o processo de análise.

Quadro 14- Categorias empíricas e unidade temática

CATEGORIAS	UNIDADE TEMÁTICA
EDUCAÇÃO POPULAR	1) Coletividade 2) Reflexão sobre o meio 3) Educação transformadora 4) Diálogo 5) Cidadania 6) Consciência crítica 7) Respeito aos saberes populares e cultural 8) Foco no sujeito aprendente 9) Respeito a diversidade

	10) Contexto local/nacional 11) Busca a igualdade
ONGs	1) Instituição pública/parceria com os governos 2) Trabalho social 3) Organização em favor das pessoas em vulnerabilidade social 4) Luta em defesa dos direitos das pessoas 5) Trabalho das igrejas e das irmãs 6) Ações de assistencialismo 7) Uma experiência de grupos e movimentos 8) Promoção da assistência social 9) Organização 10) Formação 11) Trabalho voluntário
PROTAGONISMO JUVENIL	1) Autonomia 2) Capacidade de discernir 3) Desenvolver pensamento crítico 4) Participação 5) ser sujeito da história 6) Intervir na realidade 7) coragem de falar, dar opinião
PARTICIPAÇÃO	1) Participação social 2) Representação nos conselhos e nos fóruns 3) Movimento social 4) Espaço de diálogo 5) Tomar decisões para resolver os problemas 6) tomada de decisão nos espaços de decisão das políticas públicas 7) Se incluir 8) ouvir, falar

Fonte: Construído pela pesquisadora, a partir do resultado das entrevistas, 2021.

Apresentaremos na sequência do texto, as análises interpretativas feitas a partir das categorias acima expostas, construindo nossas primeiras inferências sobre nosso objeto num movimento dialético permanente entre a teoria e prática da ACNV, sob o prisma epistemológico da Educação Popular. Uma vez que traçamos até aqui o percurso metodológico de análise dos dados da nossa pesquisa, apresentaremos no capítulo 2, a historicidade das ONGs no Brasil e na América Latina, seus avanços e retrocessos. E, por fim, a construção da historicidade da ONG ACNV no contexto brasileiro, no município de Sapé, na Paraíba.

Fonte: Produção pessoal pelo aplicativo wordart, 2021.
Disponível em <https://wordart.com/create>

2. TRILHANDO CAMINHOS POR TEMPOS HISTÓRICOS: as ONGs no Brasil e o surgimento da Associação Comunitária Nova Vida- ACNV

Pode-se dizer que há um entendimento social de que ONGs são entidades às quais as pessoas se vinculam por identificação pessoal com a causa que elas promovem. (MACDONALD, 1992, p. 2).

Conforme evidenciado na citação de Macdonaldo, as ONGs são entidades às quais as pessoas se aproximam por identificação com a causa que defendem, seja no campo de atuação na educação, saúde, cultura, comunidade, apoio à criança e ao adolescente, voluntariado, meio ambiente, pessoas com deficiências, entre outros objetivos. Sob o olhar de Landim (1988) tais entidades se configuravam a serviço de determinados movimentos sociais ou grupos que seguem uma perspectiva de transformação social.

Essas, são constituídas livremente por cidadãos que atuam diante da carência de produtos e serviços que o Estado não atende ou conforme a necessidade da população em que o mercado não tem interesse em atender. Desta forma se consolida o fenômeno das ONGs com suas variadas configurações no contexto brasileiro. No decorrer do texto iremos conhecer suas faces/fases em cada contexto histórico, político e econômico do Brasil. Para Oliveira e Haddad (2001, p.62):

participam desse universo as organizações de base ou entidades comunitárias, voltadas para a promoção do desenvolvimento local e lideranças de lutas populares; as organizações intermediárias de assessoria e pesquisa ou de defesa e promoção de direitos (advocacy); as fundações que realizam programas de interesse social ou financiam projetos sociais realizados por terceiros; e as antigas entidades assistenciais, de atendimento direto a populações carentes, que praticam a filantropia em sentido estrito.

Nesse universo multifacetado, os estudos de Landim (1993) se configuram como um dos primeiros esforços em compreendê-los no campo acadêmico, seu trabalho representa um marco em termos de pesquisas científicas sobre a temática. Landim tem sido, sem dúvida alguma, uma autora importante para nossa compreensão em torno desse fenômeno com suas mais diferenciadas interpretações.

Após as leituras realizadas, verificamos que se trata de uma categoria socialmente construída e que existe uma variedade de conceitos e interpretações para explicá-la.

Posto isto, buscamos trazer alguns dos principais conceitos e definições, sua origem, seu desenvolvimento e suas relações sociais no contexto brasileiro.

Buscaremos discorrer neste capítulo uma análise das ONGs, considerando suas especificidades, particularidades, contribuições sociais e contradições ao longo da história. Dando destaque para aquelas que se inserem dentro de uma perspectiva progressista, sobretudo as que estão na busca pela igualdade de direitos e atuam no âmbito da educação popular, dentro do contexto da sociedade capitalista.

Logo, o presente capítulo discute as ONGs desde seu surgimento na América Latina até as atuais configurações. Situando a pesquisa no campo da Educação popular, ao trazer uma trilha da sua historicidade no cenário brasileiro e o surgimento da Associação Comunitária Nova Vida (ACNV) no município de Sapé na Paraíba.

2.1 Trajetória histórica das ONGs no Brasil

A Associação Comunitária Nova Vida, objeto de estudo desta pesquisa, constitui uma Organização Não-Governamental (ONG). Por isso, consideramos importante discorrer nesse texto sua historicidade, compreendendo melhor o cenário político do seu surgimento.

Inicialmente, buscamos conhecer a origem dessa expressão ONGs, onde surgiu? Qual a sua intencionalidade? Quais as bases sociais e transformações econômicas ocorriam no Brasil durante a sua gênese? Essas foram algumas das inquietações que nortearam os estudos na busca pela sua historicidade.

Alguns autores, como Gohn (2003), ao analisar o fenômeno, aponta que a expressão ONG “foi criada pela Organização das Nações Unidas (ONU) na década de 40 para designar entidades não-oficiais que recebiam ajuda financeira de órgãos públicos para executar projetos de interesse social denominado desenvolvimento de comunidade. Nessa mesma direção Coutinho (2005), menciona que a expressão se referia, principalmente,

às organizações de Cooperação Internacional, formada por Igrejas (católica e protestante), organizações de solidariedade, ou governos de vários países. Essas organizações priorizavam a ajuda às organizações e movimentos sociais nos países do Sul, com o intuito de consolidar a democracia. (p.57)

Na realidade a perspectiva de desenvolvimento de comunidade surge na América Latina, segundo Machado (2009, p. 44), “como parte de uma estratégia mais ampla do sistema capitalista, que buscava a superação da pobreza, do atraso e do subdesenvolvimento do chamado “Terceiro Mundo”. Ainda conforme a autora, essa perspectiva relacionava-se ao

Nacional Desenvolvimentismo, cujas políticas eram propugnadas por organismos internacionais como: ONU, OEA, CEPAL, BID, FMI, visando o progresso e a modernização da sociedade, sobretudo pela via do crescimento econômico.

Cumprir registrar que esse cenário desenvolvimentista, enquanto política de desenvolvimento econômico, viria a ser adotado em diversos países do subcontinente a partir da década de 1930, especialmente no Brasil nos governos de (Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek -1950), em resposta a superação da extrema pobreza, do atraso e da grande crise econômica dos países subdesenvolvidos. Na realidade, essa perspectiva representava a transição de um Brasil agrário para o industrial, o que, em tese, significaria o fim do atraso e da pobreza, e o início de processos de industrialização e ampliação das infraestruturas, que apontavam para uma perspectiva de desenvolvimento econômico, político e social do país (FONSECA, 2017).

Para Machado (2012, p. 71), “essa estratégia de desenvolvimento também se devia ao temor do comunismo, pois, com o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o cenário internacional vivia o que ficou conhecida como a Guerra Fria, formada por dois blocos de países: capitalistas e socialistas”. Os dois blocos representavam projetos societários em disputa; os capitalistas configurados numa ideologia centrada na lógica da liberdade individual e na regulação do mercado, aprofundando as desigualdades sociais e o lucro; e os socialistas ao defender uma compatibilidade entre a regulação do mercado com distribuição de renda, autonomia dos indivíduos e esperança na solidariedade entre os povos.

A questão do desenvolvimento dos países do chamado “Terceiro Mundo” representava uma estratégia de controle social dos EUA que também interessava aos países mais desenvolvidos e ao próprio fortalecimento do sistema capitalista. Sendo assim, no âmbito social “uma das estratégias era financiar ações comunitárias e incentivar movimentos de promoção social nos países de Terceiro Mundo” (MACHADO, 2012, p.72). Para viabilizar esses objetivos na década de 1950 os Estados Unidos criaram fundos de assistência e desenvolvimento de outros países por meio de ONGs, pois

necessitavam de parceiros locais que fossem capazes de formular projetos, acompanhar a sua execução e prestar contas. Necessitavam de contrapartes com personalidade jurídica, um mínimo de estrutura administrativa e uma afinidade de propósitos. Não tinham como chegar direta e regularmente aos movimentos sociais, pois estes, justamente, careciam de estabilidade institucional. E assim surgiram as ONGs latino americanas, num jogo de reforços mútuos, como parceiras de cooperação internacional no apoio às ações comunitárias e aos movimentos de promoção social (FERNANDES, 1994, p. 80).

Algumas entidades, futuramente chamadas de ONGs, não abandonaram seus projetos locais de caráter comunitário e de prestação de serviços (socioassistenciais, de saúde, de educação), mas passaram, em grande medida, a privilegiar atividades referidas à organização de associações e movimentos populares, como cursos de formação sindical, apoio logístico em encontros e articulações de organizações e movimentos rurais e urbanos espalhados pelo país, ou, ainda, assessoria jurídica a associações de periferia urbana, a entidades de classe diversas, etc.

Vale ressaltar que alguns estudos sobre as ONGs desse período, apontam que muitas organizações além de possuírem o apoio dos financiamentos internacionais, contavam com o apoio significativo de alas progressistas da igreja católica, inspirada na Teologia da Libertação e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBS). Essa perspectiva de movimento eclesial buscava disseminar “nos meios católicos a crença genuína de que se as pessoas pensarem juntas serão capazes de transformar a si próprias, a igreja e o mundo” (FERNANDES, 1994, *apud* MACHADO, 2012, p.75).

A respeito da terminologia ONG, verificamos que no período de 1940, ainda que de forma incipiente, já existiam instituições que, por meio de cooperações internacionais, se encaixavam nas características denominadas pela Organização das Nações Unidas (ONU). As instituições, como já dito, desenvolviam trabalhos humanitários e/ou de interesses públicos e possuíam um caráter desenvolvimentista (COUTINHO, 2005).

Consequentemente, com o passar do tempo, o termo ONG se generalizou, e se multiplicou passando a designar tanto as de “Cooperação Internacional”, bem como as ONGs Internacionais (europeias financiadoras de projetos específicos) ou nacionais, e todas as organizações não-estatais genericamente consideradas “não- governamentais” (COUTINHO, 2005).

A autora Coutinho (2005), apresenta o processo de mudança pelo qual as organizações e movimentos sociais enfrentaram/enfrentam ao longo do tempo provocadas pelo contexto político, econômico e social do país. A partir dos anos 1960 e 1970 do século XX, novas instituições incorporam-se ao grupo das ONGs, oriundas dos movimentos de educação popular e assessorias aos movimentos sociais. Para Coutinho (2005), essa nova configuração é resultado da mudança no associativismo brasileiro, que sai de um posicionamento assistencialista e filantrópico dos anos 50 e assume o papel de organização popular necessária nos anos 60 e 70 no século XX, considerando o contexto da Ditadura Militar desse período no Brasil.

Em suma, o reconhecimento das ONGs enquanto campo específico de organização da sociedade foi se construindo progressivamente a partir de todo um investimento junto aos

movimentos sociais e instituições, em especial aos sindicais e populares que compuseram o cenário dos movimentos ativos desse período dos anos de 1970 e parte dos anos de 1980.

Em pleno regime militar, por exemplo os centros populares representaram, um retorno às bases extremamente importante, um novo movimento de “ida ao povo”. A repressão imposta pelos militares não impediu que se formassem no Brasil um campo popular de resistência e militância. Segundo Landim (2013) misturavam-se nos espaços vertentes do cristianismo e do marxismo, cristãos comprometidos com os direitos humanos inspirados na Teologia da Libertação latino-americana e uma pedagogia política fundada no pensamento de Paulo Freire. No contexto, era crescente a participação das organizações sem vínculo direto com o Estado, o que demarca o compromisso da sociedade civil diante das novas demandas sociais.

Com a república brasileira recém-instalada, vários intelectuais, políticos, militares e empresários apontavam para a possibilidade de inúmeras mudanças estruturais do país, e apresentavam propostas baseadas na percepção de que “havia uma nação a ser construída”, que, por sua vez, precisaria mobilizar vários grupos da sociedade para se organizarem em torno de bandeiras como as da reforma de base, agrária, urbana, tributária, entre outras.

Para Gohn (2014), os movimentos populares urbanos, articulados às práticas da igreja católica, motivadas pela Teologia da Libertação representavam os “novos” movimentos sociais e buscavam contrapor aos já ditos “velhos”. Esses “novos” movimentos sociais possuíam práticas sociais e estilo de organização da comunidade local diferenciada daqueles expressos no modelo clássico.

A autora nos chama atenção para um fato importante, as ONGs não podem ser confundidas com movimentos sociais, visto que possuem estrutura organizacional bem diferentes. Entretanto, o que podemos afirmar é que existem determinadas ONGs, as chamadas progressistas, que lutam junto aos movimentos sociais ou surgiram dos movimentos sociais. Nessa direção, é que identificamos a origem da ONG Associação Comunitária Nova Vida (ACNV), uma vez que constatamos sua origem histórica inspirada nas práticas da igreja católica, motivadas pela Teologia da Libertação e fundamentadas na pedagogia do pensamento freireano.

Cumpramos registrar, ainda, que essas organizações consideradas progressistas, buscavam uma *autonomia*. Segundo Gohn (2014), essa autonomia remetia a uma estratégia política, pois “reivindicavam um duplo distanciamento, de um lado em relação ao Estado e do outro em relação às práticas populistas e clientelistas presentes nos sindicatos e nas relações políticas em geral” (p. 282).

A existência dessa nova configuração nas ações populares foram aos poucos demarcando sua diferença. Na prática surgiram novas lutas como o acesso à terra, moradia, ocupações de casas e prédios abandonados, movimento dos desempregados e movimentos pela saúde, por outro lado movimentos como o da luta pela creche perderam importância (GOHN, 2014).

No cenário brasileiro, após o fim da ditadura militar dos anos 1980, instaurou-se um novo período democrático no país e as instituições que faziam parte das ONGs tomaram um novo posicionamento frente a nova conjuntura política e social. Coutinho (2005) ressalta, que com a promulgação da nova Constituição Brasileira em 1988, uma parte das reivindicações dos movimentos sociais e das ONGs que os apoiavam foram, de certa forma contempladas.

Reinvidicações como a garantia dos direitos sociais foram possíveis a partir dessa nova constituição, bem como a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e dos conselhos gestores em políticas públicas nas mais diversas áreas, para citar alguns dos exemplos. O novo cenário fez com que as ONGs refletissem sua atuação, até então dominante aos movimentos sociais que eram contra o Estado para assumam um lugar de interlocução junto a ele.

Desse modo, Gohn (2014), “afirma que os movimentos sociais deste período perdem a força mobilizadora, pois as políticas integradoras exigem a interlocução com organizações institucionalizadas” (p. 299). E a partir daí ganham força e importância a interlocução das Ongs junto ao Estado por meio de parcerias para a conquista de políticas estruturantes com o poder público.

Obviamente as mudanças no cenário político brasileiro, com a reforma do Estado trouxe uma nova dinâmica no desenvolvimento de seus trabalhos. A esse respeito Gohn (2004), enfatiza que quando os poderes públicos transferem a responsabilidade de algumas demandas sociais para as ONGs, terceirizam as resoluções, e iniciaram parcerias com todas as instâncias de poder, federal, estadual e municipal, as denominadas instituições ONGs atuam com uma nova perspectiva, deixando sua função mobilizadora na sociedade e agindo na implementação de serviços para a população. Vejamos o que Gohn (2004), diz sobre a atuação das ONGs neste contexto.

A atuação das ONGs ocorre por projetos que exige resultados e prazos. Criou-se uma nova gramática onde mobilizar deixou de ser para o desenvolvimento de uma consciência crítica ou para protestar nas ruas. Mobilizar passou a ser sinônimo de arregimentar e organizar a população para participar de programas e projetos sociais. O militante foi-se transformando no ativista organizador das clientelas usuárias dos serviços sociais. (GOHN, 2004).

Evidentemente essas transformações são resultados das contradições de uma sociedade capitalista marcada, por um lado, pelo desenvolvimento econômico; por outro, pela potente força do sistema em gerar desigualdades sociais, pobreza e miséria entre as populações, essas contradições vão impactar diretamente no modo como os grupos sociais vão se configurar na sociedade e traçar suas estratégias de intervenção.

No contexto da América Latina, essas organizações não governamentais surgiram com o objetivo de contribuir com o desenvolvimento do capitalismo na perspectiva de reduzir as problemáticas sociais oriundas desse sistema, bem como, atenuar os conflitos sociais, as insatisfações populares e as possíveis revoltas contra ele, tal estratégia visava impedir o surgimento das manifestações populares pela construção de uma sociedade socialista, contrapondo ao modelo de sociedade vigente.

É importante lembrar que, na América Latina, a luta emancipatória tem suas raízes em ações de resistência e reivindicativas que se desenvolveram no coração de sistemas sociais altamente excludentes, com profundas desigualdades sociais e com práticas discriminatórias em relação a uma parcela considerável de seus habitantes, além de Estados historicamente oligárquicos e autoritários. (SCHERER; WARREN, 2008, p.505).

Dada a existência de projetos societários altamente excludentes, na América Latina as organizações não governamentais na sua origem tinham forte atuação junto aos movimentos sociais e lutavam contra todas as formas de desigualdades sociais, estas organizações atuavam com resistência junto à uma parcela significativa da sociedade e buscavam uma melhor qualidade de vida, e lutavam para construir um projeto societário, pautado em valores humanos e de justiça social e que não fosse o capital o centro dos interesses. Para Gohn (2014), os movimentos sociais no Brasil da década de 1980, com a transição democrática, perderam força e credibilidade em razão das mudanças nas políticas públicas e na participação dos agentes e atores que participam de sua implementação, gestão e avaliação. Muitos dos pesquisadores dos movimentos sociais se engajaram neste novo tipo de organização, trabalhando com projetos e demandas específicas.

Importante compreender que na década de 1980, dois elementos se destacam para a expansão de ONGs no Brasil: “de um lado, a reordenação das forças político-sociais em blocos partidários e do outro o discurso e a prática efetiva por parte do governo central, em termos de políticas de desestatização” (GOHN, 2003, p. 60).

No contexto brasileiro, o período de expansão das ONGs ocorreu na década de 90, por ocasião das grandes transformações econômicas e das políticas sociais, bem como por ocasião da Conferência Mundial da Organização das Nações Unidas- ONU, no Rio, conhecida como

Eco-92. Nesta conferência a imprensa assimilou o termo organizações não governamentais-ONGs¹⁶ e passou a empregá-lo como sinônimo de entidades sem fins lucrativos, disseminando o termo em todo o país.

Diversos autores como (COUTINHO, 2005; GOHN, 2000, 2004, 2010; SCHERER-WARREN, 2006) trazem em seus trabalhos o início da utilização do termo ONG pela Organização das Nações Unidas (ONU). Por conseguinte, a ECO – 92 é mencionada por esses autores como um marco importante na história das ONGs no Brasil ratificando sua primeira utilização neste evento.

De acordo com Ximenes (2014), a ONU se referia às instituições de trabalhos humanitários e/ou de interesses públicos como organizações não governamentais, fundamentada na Resolução 288 do Conselho Econômico Social. Já no contexto internacional, o fenômeno das ONGs, mesmo que ainda não denominado dessa forma, segundo Coutinho (2005) é mais antigo e pode ser dividido em três períodos:

No primeiro período (até o século XIX), a ONG vincula-se à vida religiosa (monastérios, ordens hospitalares, etc.). No segundo (a partir do século XIX), caracteriza-se pelo espírito liberal, individualismo dominante e caridade cristã: os indivíduos deveriam se organizar sem contar com o poder público, frente às injustiças sociais geradas pela revolução industrial – mas poderiam contar com a Cáritas (criada na Alemanha, em 1897). No terceiro período (desde o fim do século XIX), tem-se uma multiplicidade de organizações de alcance internacional, com agendas bem diversificadas: os desastres da guerra, as condições de vida do Terceiro Mundo, a defesa dos direitos humanos, ajuda sanitária, meio ambiente, questão de gênero, etc. (p.61).

Desse modo, ao levarmos em consideração as mudanças conjunturais no âmbito dos movimentos e das organizações sociais, concordamos com Landim (1993) ao destacar que nos anos de 1990 um dos mais importantes movimentos desse período foram os centros de educação popular ou centros de assessoria, que surgiram como organizações voltadas para os grupos populares espalhados por todo país, nas cidades e nas áreas rurais, através de pequenos projetos de caráter localizado e comunitário, dedicados a educação, saúde, produção, comercialização, capacitação etc.

A referida autora enfatiza que

esses projetos não eram muito diferentes dos programas comunitários que se fizeram nos anos 1950-1960 sob desenvolvimento a inspiração e o apoio de organismos das Nações Unidas, ou de organizações ligadas ao governo norte-

¹⁶ A denominação ONG provém do sistema ONU, e foi incorporada pelo Banco Mundial para designar praticamente toda entidade que não pertencia ao aparelho de Estado.

americano empenhadas em programas de modernização, no contexto da guerra fria.(LANDIM, 1993, p. 126)

Ao final dos anos 80 e ao longo dos anos 90, o cenário sóciopolítico se transformou radicalmente. E no governo do presidente Fernando Collor de Mello, a política neoliberal provocou o esfacelamento dos direitos sociais, norteados pelos grandes conglomerados financeiros de países capitalistas e pela atuação do âmbito não estatal, o que remete a complementariedade entre Estado e sociedade, através das instituições do chamado “Terceiro Setor”, que muitas das vezes foram confundidas com a própria sociedade civil.

Ainda nesse contexto do governo Collor, foram aprofundadas políticas neoliberais de estímulo a privatização, livre mercado e transferência da responsabilidade social do Estado (visto como Primeiro Setor) para o Terceiro Setor. O surgimento desse fenômeno “terceiro setor”, por sua vez, envolveu um número significativo de instituições e organizações das mais diversas áreas da sociedade.

Para Machado (2012, p. 108):

essa expressão emerge na sociedade contemporânea para identificar um conjunto de organizações e iniciativas privadas (Organizações Não Governamentais- ONGs), empresas cidadãs, instituições filantrópicas, entidades comunitárias, entre outras) que ora visa a produção de bens e serviços públicos, ora a produção de bens e serviços coletivos privados.

Ainda segundo a autora, embora seja uma expressão usada recente no contexto brasileiro, remete as antigas formas da relação entre capital e trabalho, oriundas do sistema capitalista. A autora traz as palavras “*Primeiro Setor*”- o Estado, “*Segundo Setor*”- o mercado e a sociedade civil como o “*Terceiro*”, entre aspas, por concordar com outros autores críticos que discordam dessa setorialização.

Apesar disso, o dito “Terceiro Setor”, foi caracterizado por autores menos críticos como um setor “não-lucrativo e não-governamental, que coexiste hoje, no interior de cada sociedade com o setor público estatal e com o setor privado empresarial” (FERNANDES, 1994, p.11), passando a ser difundido no país, a partir da década de 1990, durante o período de implantação do neoliberalismo na América Latina com fortes marcas nas políticas sociais do Brasil.

Destarte, não há como desassociar a construção do “Terceiro Setor”, do processo de redefinição do papel estatal, que combinado a uma política neoliberal, buscava atender cada vez mais aos interesses da economia numa perspectiva de “dividir” a função executora do Estado. A ampliação e o fortalecimento das ações dessas organizações, somada à diminuição das atribuições do Estado e a convocação da sociedade para participar da esfera pública colocou

tais organizações em posição de destaque social.

Nesse horizonte, é que nos anos de 1990 é o período marcado pelo crescimento quantitativo e qualitativo do “Terceiro Setor” em especial das ONGs (Organizações-Não-Governamentais). Notadamente, durante a consolidação democrática, através das pluralidades partidárias, formação dos sindicatos e fortalecimentos de movimentos sociais urbanos e rurais, abre-se espaço para uma atuação mais efetiva das ONGs.

Entretanto, percebe-se que durante a gestão dos governos petistas (de Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff) esse crescimento é paralisado, em contrapartida ocorre no cenário social uma substituição da política neoliberal por políticas neodesenvolvimentistas, os governos petistas apresentam uma política voltada para os direitos sociais. Essas ações do governo apostavam em retomar investimentos com ações estatais (políticas de transferência de renda/Bolsa família) em detrimento de investimento nas ONGs, mesmo considerando serviço do interesse público que essas organizações desenvolvem, não são entidades públicas. A citação abaixo reforça nossa constatação a respeito do esfriamento dos investimentos do governo nas ONGs no governo petista e, detrimento do período do governo de Fernando Henrique.

Conforme Maltchik (2007), a Controladoria Geral da União - CGU divulgou, em 2006, um balanço dos repasses federais às organizações não-governamentais entre 1999 e 2006, período que compreende a investigação da CPI das ONGs no Congresso. No levantamento, o principal destaque é o fato de que os repasses, corrigidos pela inflação, foram maiores no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002) em relação à primeira gestão de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006). De acordo com o texto, entre 1999 e 2002, as ONGs receberam do governo federal R\$ 28,04 bilhões, já contabilizada a correção monetária. Enquanto isso, nos primeiros quatro anos do governo Lula, o saldo de repasses atingiu R\$ 19,98 bilhões, portanto, representa uma queda de 28,75%, segundo a CGU. (MACHADO, 2012, p. 118).

Notadamente nos governos petista verificamos que existe um entendimento de que cabe ao Estado, investir em políticas assistenciais e não em ações assistencialistas/filantrópicas, algo muitas vezes realizado pelas ONGs e estimulado por governos neoliberais. A esse respeito Iamamoto (2004, p. 3) faz a seguinte consideração:

a filantropia substitui o direito social. Os pobres substituem os cidadãos. A ajuda individual substitui a solidariedade coletiva. O emergencial e o provisório substituem o permanente. As microssituações substituem as políticas públicas. O local substitui o regional e o nacional. É o reinado minimalismo do social para enfrentar a globalização da economia.

Globalização só para o grande capital. Do trabalho e da pobreza cada um cuida do seu como puder.

Em termos gerais, os governos neoliberais incentivaram a participação da sociedade civil para atuar nas questões sociais, favorecendo a capacidade de atuação dessas instituições. Enquanto que nos governos petistas estas instituições e organizações não tiveram os mesmos incentivos dos governos de Collor e de FHC, a relação de parceria que existia entre o poder público e as organizações públicas não estatais favoreceram no contexto desses governos a retirada do Estado da esfera social ganhando importância as ONGs. Já no contexto dos governos petistas, essas relações foram sendo ressignificadas, uma vez que o posicionamento dos governos petistas foram de valorização das ações das ONGs, mas não de substituição das ações do Estado por elas.

2.2 Considerações sobre a definição e os tipos de ONGs

A respeito da definição acerca do conceito ONGs, fica evidente a partir dos nossos estudos a imprecisão conceitual acerca do termo ONGs devido ao multifacetado universo de organizações. Segundo Landim (1993), por ser um termo importado como várias outras ‘importações’ que fazem parte habitual do contexto histórico, político e cultural do Brasil, o fenômeno das ONGs se adaptaram e se ‘retraduziram’ em função de relações e “dinâmicas sociais locais”, e ganharam espaço e notoriedade enquanto categoria social no cenário brasileiro. A partir dessas considerações do autor entendemos ser relevante o estudo das ONGs enquanto categoria socialmente construída e reconstruída no chão da sociedade brasileira (LANDIM,1993).

Conforme verificamos na historicidade das ONGs o avanço delas se deu na década de 90 no cenário brasileiro, ao ganhar representatividade na sociedade, os movimentos sociais passaram por uma fase de enorme descrença e perplexidade. O que favoreceu o aparecimento de várias entidades civis com a participação dos diversos setores, como por exemplo: dos desempregados do setor produtivo, movimentos sindicais e sociais diversos, que se aglutinaram e de certa forma ocupando os espaços dos movimentos sociais, tendo sua dinâmica ressignificada e posteriormente autodenominada por muitos como ONGs (GOHN, 2003).

Segundo Gohn (2003), ao contrário de vários outros países da América Latina, a generalização do termo ONG, conforme já mencionamos em outro momento ocorreu a partir dos anos de 1980, período do surgimento das várias instituições que se auto identificaram como ONGs. Entretanto, mesmo tendo o registro do fenômeno das ONGs nos anos de 1970, a

nomeação enquanto organização não-governamental só foi identificada no final da década de 1980, período de crescimento e expansão no Brasil dessas entidades. Anteriormente, tínhamos organizações e entidades assistenciais e/ou filantrópicas, que não se autodenominavam “não governamentais”.

Com relação ao termo ONG é interessante pensar sobre ele através da dinâmica que vem sendo construída dentro dos movimentos sociais, considerando toda sua trajetória histórica, o contexto político e social desde o seu surgimento observamos que ele passa por várias definições. Nessa direção, vejamos algumas das definições acerca do termo, sob diferentes análises:

São consideradas Organizações não governamentais-ONGs, as entidades que, juridicamente constituídas sob a forma de fundações, associação e sociedade civil, todas sem fins lucrativos, notadamente autônomas e pluralistas, tenham compromisso com a construção de uma sociedade democrática, participativa e com o fortalecimento dos movimentos sociais de caráter democrático, condições estas, atestadas pelas suas trajetórias institucionais e pelos termos dos seus estatutos.

Parágrafo único – As entidades vinculadas a igrejas, organizações sindicais, partidos políticos ou empresas, mesmo atendendo aos princípios gerais enunciados neste Estatuto, não serão aceitas como associadas da ABONG. (ABONG, 2019, p.3)

Para a Associação Brasileira de Organizações não Governamentais (ABONG), instituição criada desde 1991 com o objetivo de contribuir no fortalecimento dessas organizações e entidades juridicamente constituídas para trabalhar na defesa e promoção dos direitos e bens comuns da sociedade. Ela apresenta uma definição acerca do termo bastante abrangente com diversos conceitos que expressam com clareza o universo multifacetado de espaços em que atuam e com variadas formas de intervir na sociedade.

Para corroborar com nossas buscas sobre as concepções e sentidos do termo ONG, retomamos a definição formulada pela Comissão sobre Governança Global (1996), e da autora Scherer-Warren (1995), que Machado (2012), recupera em sua obra acerca do termo ONGs:

As organizações não-governamentais (ONGs) constituem um grupo diverso e multifacetado. Suas perspectivas e suas áreas de atuação podem ser locais, regionais ou globais. Algumas se dedicam a determinadas questões ou tarefas; outras são movidas pela ideologia. Algumas visam ao interesse público em geral; outras têm uma perspectiva mais estreita e particular. Tanto podem ser pequenas entidades comunitárias cujas verbas são escassas, como organizações de grande porte, bem dotadas de recursos humanos e financeiros. Algumas atuam individualmente; outras formaram redes para trocar informações e dividir tarefas, bem como ampliar seu impacto. (COMISSÃO SOBRE GOVERNANÇA GLOBAL, 1996, p. 192 *apud* MACHADO, 2009, 13)

Organizações formais, privadas, porém com fins públicos e sem fins lucrativos, autogovernadas e com participação de parte de seus membros como voluntários, objetivando realizar mediações de caráter educacional, político, assessoria técnica, prestação de serviços e apoio material e logístico para populações alvo específicas e segmentos da sociedade civil, tendo em vista expandir o poder de participação destas com o objetivo último de desencadear transformações sociais ao nível micro (do cotidiano/ ou local) ou ao nível macro (sistêmico e/ ou global) (SCHERER; WARREN, 1995, p.165, *apud* GOHN, 2003, p.55)

Assim, observamos uma variedade de conceitos que foram sendo construídos ao longo da história a partir dos diferentes olhares e lentes sobre as instituições, organizações e autores que atribuíram conceitos e sentidos relacionados ao surgimento desse fenômeno. A finalidade deste trabalho, portanto, consiste em problematizar os múltiplos conceitos, suas especificidades desde a década de 1970, historicizando o seu papel na sociedade, sobretudo no que diz respeito às ações educativas protagonizadas por esse tipo de organização.

Elas se multiplicaram nos últimos anos e desempenharam função importante no campo educacional brasileiro. Sua atuação em muitos contextos tem sido de manutenção do sistema de educação conservadora, antidialógica e de pura transmissão de conhecimento. Em outros, elas têm atuado na construção de uma educação diferenciada, pautada em princípios como o: diálogo, criticidade, amorosidade e respeito aos diferentes saberes, princípios fundantes da Educação Popular.

Neste universo identificamos que algumas dessas instituições foram construídas a partir da experiência e inserção nos movimentos de educação popular, através da participação de muitos sujeitos que fizeram parte dessa história. Vale ressaltar que muitos dos fundadores das ONGs são oriundos de movimentos sociais e populares, uma história marcada pela força e presença das classes populares. Na contramão, também encontramos gêneses de ONGs fincada nas raízes do capitalismo e nas práticas de assistencialismo às classes populares. Daí, não encontramos uma única definição acerca da sua definição, considerando suas variadas formas de expressões no contexto da sociedade brasileira.

O caráter não governamental das ONGs as denomina como organizações da sociedade civil. Entretanto, sua atuação na sociedade foi sendo reconfigurada e ressignificada ao longo da história. Quando examinamos sua historicidade, a partir de autores como Gohn (2003 e 2014), Landim (1993), Fernandes (1985), Souza (1992) e Machado (2009), desvelamos a multiplicidade de conceitos que surgiram ao longo de sua trajetória no contexto da América Latina e do Brasil revelando sua heterogeneidade conceitual. Oliveira e Haddad (2001)

ressalvam que, na América Latina, ONGs são consideradas uma classe especial de organizações dedicadas ao “desenvolvimento participativo e sustentável e à construção e defesa de direitos” e “não se confundem com entidades comunitárias e de auto-ajuda, com centros de pesquisa, fundações e entidades filantrópicas de corte tradicional” (2001, p. 63).

No Brasil, segundo Gohn (2003, p.60), o conceito de ONGs “refere-se a um tipo peculiar de organização da sociedade. Trata-se de um agrupamento de pessoas, organizado sob a forma de uma instituição da sociedade civil, que se declara sem fins lucrativos, com o objetivo de lutar e/ou apoiar causas coletivas”. De acordo com a autora, a diminuição dos movimentos sociais organizados foi proporcional ao crescimento e surgimento das redes de organizações não governamentais, voltadas para o trabalho em parceria com a população pobre ou fora do mercado de trabalho. Muitas dessas organizações desde sua origem desenvolvem junto as camadas populares trabalhos em conjunto com igrejas de caráter progressistas, com intuito de mobilizar a população e contribuir para a solução de problemas locais, baseados em atividades comunitárias e técnicas alternativas.

Ainda segundo Gohn (2003), essa heterogeneidade agindo no Brasil nos anos 90 contribuiu na sistematização dos quatro tipos de organizações não governamentais: as *caritativas*, as *desenvolvimentistas*, as *ambientalistas* e as *cidadãs*. Essa interpretação coloca de forma muito forte os avanços da participação social na América Latina. Convém observar que apenas uma parcela das ONGs cidadãs trabalham com a perspectiva do mundo da política, da participação, da identidade cultural para a transformação social (MACHADO, 2012).

De acordo com Gohn (2003), as ONGs *caritativas* recriam ações assistencialistas a partir de categorias específicas como: criança, idoso e mulher. Um outro campo de inserção dessas ONGs caritativas estão nas escolas na modalidade da educação infantil por meio das creches e outros projetos de intervenção nos bairros e nos trabalhos com meninos e meninas de rua, ou na rua.

As ONGs *desenvolvimentistas* surgiram e vêm surgindo atuando com ações no meio ambinete através de projetos de desenvolvimento autossustentável, sobretudo com atuação internacional. A ECO 92 foi o marco mais significativo da sua existência! Esse tipo de ONGs desenvolve ações de intervenções em reservas ecológicas naturais, barragens, reservas indígenas, tendo, também, presença mais recente na produção alternativa de produtos para o mercado popular.

Já as ONGs *ambientalistas* praticam atividades ecológicas, preocupadas com estudos e diagnósticos, sob as premissas do desenvolvimento autossustentável e da cooperação internacional, elas realizam importantes contribuições para a mudança do perfil das cidades

brasileiras, a autora põe em evidência que um dos fatores da sua visibilidade está nas campanhas ou ações, as quais apresentam caráter muito mais “espalhafatosas” do que práticas transformadoras. Algumas dessas ONGs realizam verdadeiras promoções de eventos, outras, efetivamente, estão vinculadas a movimentos e práticas de preservação ambiental.

Voltadas para a reivindicação dos direitos de cidadania, estão as ONGs *cidadãs*. No cenário das ONGs elas potencializam as forças organizadas da sociedade e demarcam seu papel de agente de democratização. Seu surgimento e crescimento se dão numa forte vinculação ao campo das associações e movimentos sociais. No campo popular constroem redes de solidariedade, promovendo ou participando de ações em programas e serviços sociais básicos e emergenciais, atuando junto as minorias discriminadas. As ONGs cidadãs, em particular, têm uma grande atuação junto aos canais de comunicação e reivindicam políticas públicas, uma das estratégias desse tipo de ONGs são as caminhadas educativas que denunciam a violação dos direitos sociais.

Do exposto, observamos que de fato “as ONGs não são um bloco homogêneo”, conforme afirma Machado (2009, p. 40) para ela “dentro do campo das Organizações Não Governamentais existe uma diversidade de ações, de discursos, de perfis, de objetivos e posicionamentos políticos que não podem ser homogeneizados”. Para corroborar com esse pensamento, a autora discorre afirmando que, se por um lado as ONGs colaboram com a manutenção do *status quo* integradas aos processos conservadores de regulação social de forte prestação de serviços assistenciais, por outro lado, muitas delas também podem potencializar as lutas populares e os mecanismos de participação política de populações locais, visando à transformação social e a construção de uma sociedade efetivamente justa e solidária, como é o caso da ONG a qual investigamos que possui na sua gênese marcas das experiências das Comunidades Eclesiais de Base(CEBs) e de uma atuação transformadora e participativa nas relações de disputa na sociedade por políticas públicas.

2.3 A ONG Associação Comunitária Nova Vida: historicidade, estrutura organizacional e projetos sócioeducativos

Chegamos na historicidade da Associação Comunitária Nova Vida, nessa seção pretendemos desenvolver a partir dos estudos dos documentos dessa instituição, analisar a gênese da ONG ACNV, sua estrutura organizacional e os projetos que são desenvolvidos.

Durante a pesquisa realizamos uma análise nos documentos da instituição, entre eles o Projeto Político Pedagógico (2018, p.5). Esse documento expressa que a ACNV “é uma

organização civil sem fins econômicos de direito privado, caráter beneficente de assistência social, educacional e promoção humana”. A mesma está localizada no centro da cidade, entretanto a maioria das famílias atendidas por ela vem dos bairros periféricos onde estes sofrem as consequências de uma sociedade excludente e injusta sem oferecer condições mínimas de sobrevivência e ausência das políticas sociais. O público participante é constituído por crianças, adolescentes e familiares oriundos dos Bairros: Terra Nova, Coqueiro, Eucalipto, Nova Brasília, Santa Marina, Bairro Novo, Bela Vista, Padre Gino Novo, Cuba de Cima, Castro Pinto, São Francisco, Mutirão I e II, Renato Ribeiro, René Baunilha, Quilombo, Várzea Grande, todos bairros periféricos do município de Sapé-PB . A principal característica entre elas é a ausência de políticas públicas, a precariedade das condições socioeconômicas das famílias dessas comunidades.

As ações dessa organização iniciaram em 1987 com a chegada do Padre Gino, da Irmã Esperança e Irmã Ada, todos italianos. O padre junto com as religiosas começaram a desenvolver trabalhos voluntários nas comunidades da periferia do município de Sapé-PB, com crianças e adolescentes que se encontravam em situação de vulnerabilidade social. Após algum tempo de inserção nas comunidades, iniciaram um trabalho de diagnóstico da realidade social das comunidades, e a partir dos resultados constataram a ausência de políticas públicas do governo para as famílias de baixa renda e traçaram um projeto de intervenção na realidade com algumas iniciativas para minimizar os problemas sociais enfrentados pela população.

De acordo com o PPP (2018) da instituição no item que se refere ao seu contexto histórico, um dos primeiros trabalhos desenvolvidos foi a organização de grupos de adolescentes e jovens nos bairros, que tinham como objetivo desenvolver algumas habilidades através de oficinas, tais como: trabalho de artesanato, pintura e serigrafia, e ao final do processo de formação deveriam repassar os conhecimentos adquiridos para outros jovens e adolescentes. Esses cursos funcionavam como oficinas para multiplicadores e depois de alguns meses eram formados vários jovens da comunidade com essas habilidades oferecidas no curso.

Ainda de acordo com o PPP, a partir dos resultados do diagnóstico social realizado pela instituição foi constatado que entre todos os bairros da cidade, a “Zona de Prostituição¹⁷” apresentava a pior situação social. No bairro, as mães sobreviviam da prostituição, “trabalhavam” à noite e durante o dia dormiam, por isso, na maioria das vezes não conseguiam cuidar de seus filhos, essa realidade trazia algumas consequências, dentre elas, a morte de um

¹⁷ Codinome dado a rua circuvizinha da sede da ONG, o nome era atribuído devido o número alto de casas de prostituição.

número considerável de crianças. Para amenizar esta realidade, o grupo de ação pastoral iniciou um trabalho de acompanhamento e orientação às mulheres e distribuição de alimentos.

No final da década de 1980, a Irmã Lúcia Cantalupo chega da Itália para somar a equipe na realização dos trabalhos sociais que estavam sendo desenvolvidos. E a partir da década de 1990, ela juntamente com o apoio de três famílias do município de Sapé (Felinto, Marques e Figueiredo) da comunidade Cristo Rei – Rua Nova continuam com o trabalho apoiado por pessoas e grupos italianos que contribuíam financeiramente com as ações.

No tocante, ao trabalho com as famílias, ele consistia na realização de atividades de formação acerca dos direitos, organização de grupos de mulheres, alfabetização de crianças, de jovens e adultos. Para atender as necessidades de desenvolvimento das crianças havia uma parceria muito importante com a Pastoral da Criança, que realizava ações importantes como: o controle do peso, orientação para as famílias sobre os cuidados com as crianças, cuidados com a higiene e com a alimentação, distribuição de alimentos através da (multi-mistura) e leite.

Ao ser questionado sobre as ações da ONG na origem da sua fundação, o coordenador menciona que

Para potencializar o trabalho junto as famílias eram realizadas reuniões, passeatas, encontros, seminários para reivindicar junto ao poder público melhorias na qualidade de vida a exemplo da inexistência da rede de eletricidade, água encanada, melhores salários para os funcionários municipais e acesso aos serviços básicos de saúde. (Coordenador, 2023)

Ainda de acordo com o documento do PPP (2018) no tocante ao trabalho desenvolvido pela instituição, foi criada em março de 1996, uma creche para os filhos das mulheres que atuavam na “Zona de Prostituição”, que contou com ajuda das famílias fundadoras (Felinto, Marques e Figueiredo) e amigos italianos (Giulia Fasano e Valeria).

Para a creche funcionar foi adquirida uma casa simples num bairro popular de Sapé localizada a Rua Belino Souto, 162, Centro. A creche iniciou atendendo 40 crianças e adolescentes, com um grupo de 06 monitores. Com atividades de reforço escolar, cuidados básicos de higiene, alimentação e recreação. Deste modo, desenvolveram-se as primeiras ações que diziam respeito à realização de práticas de leitura, alfabetização e recreação com as crianças da comunidade. A experiência foi sendo ampliada e conquistaram outras pessoas e bairros, como o bairro Chácara São Vicente e a Vila Vinte e Cinco. Com o decorrer das ações os adolescentes também foram inseridos nas atividades da organização, atraídos principalmente pelas oficinas de música e repercussão, o público foi sendo ampliado.

A situação de pobreza, de desemprego e de analfabetismo foram alguns dos problemas sociais bastante acentuados que atingiam diretamente a vida das famílias atendida pela instituição e que constituíram o campo de missão e ação desses religiosos e religiosas. (PPP, 2018). O quadro de analfabetismo das famílias analisadas nas comunidades em que a instituição estava inserida foi a inspiração do início dos trabalhos dos grupos de alfabetização e posteriormente foram sendo oferecidos outros serviços, construindo parcerias e aumentando o espaço para o atendimento ao público que só aumentava com o passar do tempo.

De acordo com o depoimento do coordenador da ACNV, “essa história começou a partir de uma necessidade e a cada dia a vulnerabilidade social só aumenta e as crianças e adolescentes estão em risco constantemente, e cadê a atuação do Estado. Enfim, essa é a missão da ACNV continua fazendo o seu trabalho e pressionar o Estado fazer o seu! (2022)”.

A instituição está inserida num meio social que possui um alto número de famílias que sofrem com a desigualdade social e a ausência de políticas públicas que lhes proporcionem melhores condições de vida. Essa é uma situação, que se torna cada vez mais visível, a realidade social das famílias e das crianças, adolescentes e jovens atendidos na instituição sofrem com essa injustiça social. Esse contexto político e social fez com que de acordo com o histórico da ONG desenvolvessem algumas ações assistencialistas como a distribuição de cestas básicas para minimizar essa situação.

Imagem 05: Turma de alfabetização de crianças



Fonte: Acervo da ACNV, 2021.

A imagem acima apresenta o trabalho de alfabetização com as crianças da comunidade realizado por uma das religiosas no início das suas atividades. Associação Comunitária Nova

Vida - ACNV foi criada em 1996 e atua na cidade de Sapé/PB há mais de duas décadas na defesa e na luta por políticas públicas para as crianças e adolescentes.

Conforme o PPP (2018), é importante contextualizar o momento que estávamos vivendo no Brasil na década de 1990, o qual passava por várias modificações que influenciavam diretamente o cenário político e social através dos planos do governo Fernando Collor. A década de 1990 se inicia com o Plano Collor, que se utilizava da sistemática de bloqueio de ativos financeiros poupados para controle inflacionário, agravando mais ainda a já problemática incerteza sobre os rumos da economia brasileira. A abertura da economia brasileira voltada para o mercado internacional trouxe algumas consequências devido o processo abrupto que ocorreu, gerando recessão, desemprego, e contingência dos gastos sociais do governo.

Diante deste cenário, a situação financeira de muitas famílias foi agravada, e, dada a ausência do Estado, algumas instituições religiosas entraram em cena para minimizar a situação da fome e a falta de acesso à educação e outros serviços para a classe trabalhadora. A gênese da ACNV se dá nesse contexto através da articulação de um grupo de religiosos que se inserem nas comunidades periféricas do município de Sapé e desenvolvem ações sociais junto as crianças, adolescentes, jovens e familiares.

Analisando alguns documentos da instituição na sua gênese, identificamos alguns registros do início desse trabalho com as crianças e seus familiares na década de 1980, diante da situação de vulnerabilidade social a instituição além de promover atividades de alfabetização, também oferecia alimentação para as crianças e seus familiares em situação de vulnerabilidade social conforme podemos observar nas fotos abaixo:

Imagem 06: Famílias atendidas pela instituição junto com suas crianças



Fonte: Arquivo da ACNV.

Imagem 07: Crianças atendidas pela ONG no início de sua Fundação



Fonte: Arquivo da ACNV, 1998.

Essa historicidade do surgimento da ACNV revela que diante da ausência do Estado na garantia do direito à alimentação e a educação, por exemplo, ela foi desenvolvendo algumas ações assistencialistas para atender as necessidades imediatas da população.

Considerando o contexto da totalidade social, verificamos que a ausência de políticas públicas nas comunidades periféricas tem historicamente constituído um ataque aos direitos da classe trabalhadora em nosso país. Isso se reflete diariamente nos problemas vivenciados pela população empobrecida, problemas como: falta de saneamento básico, saúde pública de qualidade, calçamento, trabalho, iluminação pública, segurança pública. Direitos negados que interferem na melhor qualidade de vida para essa população.

A partir dessa realidade podemos inferir que a desigualdade social torna cada vez mais a marca visível do sistema capitalista pela qual famílias, crianças e adolescentes das classes populares sofrem duramente suas consequências, fruto dessa desigualdade. E nesse contexto, as ONGs ditas progressistas ou cidadãos atuam desempenhando um importante papel, o de contribuir no processo de conscientização desses indivíduos, buscando construir alternativas de superação dos problemas locais dessas comunidades.

O PPP (2018) aponta que as primeiras ações estavam voltadas para a organização de grupos de adolescentes e jovens nos bairros do município de Sapé-PB, com o objetivo de desenvolver suas habilidades e atuarem como multiplicadores. Dentre as ações oferecidas estavam o trabalho com o artesanato, pintura e serigrafia.

Dos trabalhos desenvolvidos a partir de maio de 1998, foi ampliada a Associação Comunitária Nova Vida (ACNV) com a construção da Casa Novo Futuro, essa com objetivo de atender as demandas que surgiam para o atendimento, especificamente aos adolescentes. Posteriormente, no ano de 2000, foi criada a “Casa Nova Esperança”, um outro espaço construído para atender crianças de (0) zero a (02) dois anos de idade, em situação de desnutrição e Tuberculose necessitando de tratamento médico e acompanhamento especial.

Nos estudos acerca da historicidade da ACNV verificamos que à medida que os trabalhos e o público foram sendo ampliados, a organização foi aumentando seus espaços físicos para atuação através de parcerias internacionais e nacionais, construindo casas que atendessem as demandas das crianças e adolescentes daquele município.

Assim, identificamos três campos de atuação, a saber: “Creche Nova Vida”, atendendo 120 crianças de (02) dois anos a (12) doze anos de idade, a “Casa Novo Futuro”, que atende 150 crianças e adolescentes com faixa etária entre (13) treze e (17) dezessete anos de idade e a “Casa Nova Esperança” crianças de (0) zero a (2) dois anos. Todas essas casas estão conectadas com a Associação Comunitária Nova Vida, que gerencia os trabalhos realizados com todas as crianças e adolescentes atendidas pela ACNV em situação de vulnerabilidade social.

Um fator importante que observamos nos documentos e relatórios da instituição é que no ano de 2003 houve a junção dos trabalhos da Casa Nova Esperança com a Creche Nova Vida, com o objetivo de atender um número de 140 crianças na faixa etária de 01 a 05 anos de idade. A “Casa Novo Futuro” permaneceu atendendo 150 crianças e adolescentes de 06 a 17 anos de idade. Eles realizam oficinas temáticas abordando temas como: prevenção ao envolvimento dos adolescentes com drogas, trabalho infantil e com o abuso e exploração sexual infantojuvenil, além das oficinas de música e dança.

Nas oficinas de música e dança são realizadas atividades com os instrumentos de percussão três vezes por semana com crianças e adolescentes, alguns instrumentos utilizados nas oficinas de musicalização: surdo; xiquerê, repinique, atabaque, timbal, baquetas, pandeiro e triângulo. A seguir fotos da banda participando das atividades da ACNV e nos eventos do município de Sapé/PB, como no Grito dos Excluídos.

Imagem 08: Banda de Música da ACNV no Grito dos Excluídos



Fonte: Arquivo da ONG ACNV, 2020.

Imagem 09: Participação do grupo percussão no evento da ACNV.



Fonte: Arquivo da ONG ACNV, 2020.

As fotos revelam a participação dos adolescentes nas ações da instituição interna e externamente. Vale ressaltar o trabalho realizado com as famílias, são aproximadamente 240 famílias atendidas na instituição. Dito isto, percebemos que a ACNV atua em diversos campos, desde a luta pela conquista das políticas públicas para crianças e adolescentes, perpassando pelas oficinas de formação e prevenção ao abuso e exploração sexual e no combate à desnutrição das crianças, além dos vários projetos sócioeducativos desenvolvidos na instituição conforme verificamos no discorrer desse estudo fruto das análises do documento PPP (2018), no item que trata dos Projetos educativos e nos relatórios de (2020) da ONG ACNV.

Numa sociedade capitalista, as práticas de muitas instituições de caráter educacional, na maioria das vezes, acaba aderindo à conceitos e métodos que Freire (1987) vai denominar de educação bancária, as quais muitas vezes fortalecem práticas conservadoras. Na contramão, existem ONGs que desenvolvem práticas educativas que estimulam processos de conscientização para superar as contradições do sistema capitalista e fomentar o desenvolvimento da consciência crítica. É perceptível que existe uma variedade de ONGs, e cada uma atua segundo seus princípios e seu plano de ação.

Observando as ações da ACNV e analisando os documentos da instituição, verificamos que ela desenvolve práticas educativas que estimulam processos de conscientização na busca de desvelar a realidade social junto com os sujeitos. A partir dos depoimentos colhidos, constatamos que existe uma busca dessa instituição, em realizar junto à equipe pedagógica um exercício contínuo da *reflexão - ação- reflexão* e avaliação sobre sua prática educativa, na tentativa de evitar as contradições e fortalecer o projeto de sociedade justo e solidário pautados na pedagogia freireana que acredita na utopia, como um projeto que virá a partir das nossas ações do presente. A respeito da construção do projeto de sociedade justo e solidário Freire (1979, p. 16) nos diz que:

utópico não é o irrealizável; a utopia não é o idealismo, é a dialetização dos atos de denunciar e anunciar, o ato de denunciar a estrutura desumanizante e de anunciar a estrutura humanizante. Por esta razão a utopia é também um compromisso histórico.

Como já dissemos antes, evidenciamos que a ACNV apresenta alguns princípios da Educação Popular expressos nos documentos que orientam as ações da organização, como autonomia, participação e *diálogo*. Conforme identificamos em um dos trechos extraído do Projeto político Pedagógico (PPP, 2020), “*temos o diálogo, como princípio, a relação é horizontal, educador e educando se posicionam como sujeitos do ato do conhecimento, sem essa posição é impossível haver um verdadeiro diálogo*” (p.56).

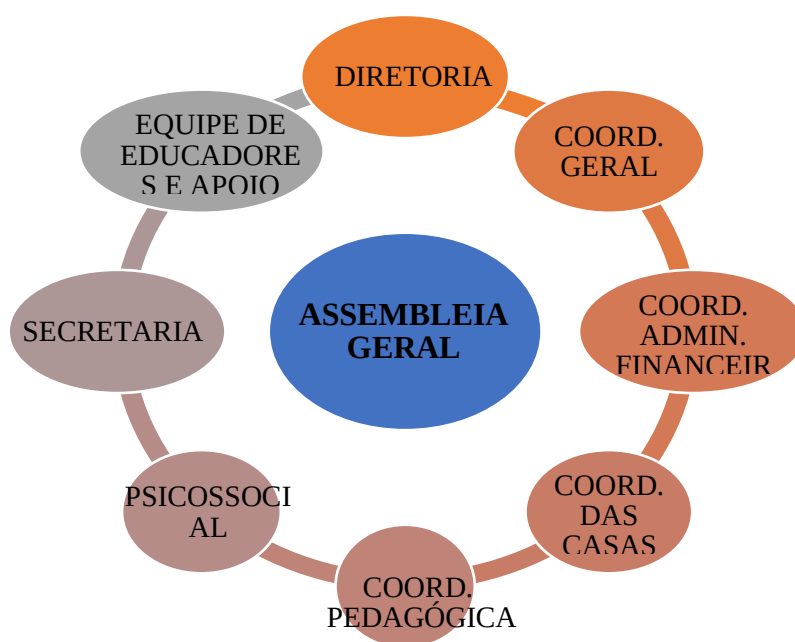
O referido documento faz referência ao educador Paulo Freire, como aquele que fundamenta seus pressupostos teóricos metodológicos corroborando no projeto de educação e de sociedade que a Organização defende em suas ações políticas e pedagógicas, pois para eles Paulo Freire:

tem exercido uma influência expressiva nos movimentos populares e sindicais e, praticamente, se confunde com a maior parte das experiências do que se denomina "educação popular". Por se tratar de um educador voltado para o

povo e com o povo Freire motiva todas as instituições da sociedade civil a seguir esse caminho. Nesse sentido, acreditamos que podemos fazer a diferença em meio a tantos obstáculos que a população menos favorecida vem passando nos últimos tempos através de nossas ações. (PPP, 2020, p. 56)

Ainda, de acordo com o PPP, a ACNV possui um estatuto que foi homologado em 1998 e atua no âmbito social. A estrutura organizativa da ONG se dá da seguinte forma: Assembleia Geral; Diretoria; coordenação geral; coordenação de administração financeira; coordenação das casas; coordenação pedagógica; psicossocial; secretaria; Educadores e apoio. Esse conjunto de cargos segue um calendário de reuniões para garantir o alinhamento das ações em sintonia com o Projeto Político Pedagógico da instituição. A seguir o organograma, conforme consta no PPP (2020, p.13).

Organograma 01: Organização da Instituição ACNV



Fonte: Projeto Político Pedagógico da ACNV, 2020.

Além do Projeto Político Pedagógico (PPP) de 2018 e de 2020, e dos relatórios anuais (2000 à 2022) também analisamos o Estatuto da ONG. Esse conjunto de documentos apresentam a estrutura organizativa da ACNV conforme demonstrado no organograma, bem como os projetos que a instituição desenvolve.

O Estatuto (1998) define que a organização busca atuar no âmbito social e educacional, não possui conselho de classe, nem conselho escolar, pois, por se tratar de uma Instituição da sociedade civil, seu campo jurídico vem através de um estatuto e uma diretoria onde todas as decisões legais e pedagógicas perpassam pela diretoria da instituição.

A gestão persegue a concepção democrática, na qual as ações e o posicionamento da instituição são pensados coletivamente. Sendo suas instâncias de deliberação constituídas da seguinte forma: Assembleia Geral, Diretoria e Conselho Fiscal. Portanto, existe uma estrutura interna composta pelo órgão de natureza deliberativa (Assembleia Geral) e órgão de natureza decisória (diretoria e coordenações).

Vejamos o que diz Estatuto (1998, p. 6), acerca do marco legal da instituição: No seu capítulo III e artigo 5 ao 9 define como deve atuar a assembleia geral da instituição.

No cumprimento das obrigações, alteração do mesmo, eleição e posse dos membros da diretoria e conselho fiscal, aprovação anual das prestações de conta, decisão pela exclusão de membros da diretoria, por justa causa ou motivos graves e tomar decisões sobre patrimônio da entidade no caso de sua extinção. (Estatuto da ACNV, 1998, p. 6).

No capítulo IV dos artigos 10 ao 21 define o trabalho da diretoria e o que cada membro desta instância representa. “A diretoria é composta por presidente, vice-presidente, tesoureiro, vice tesoureiro, 1º secretário e 2º secretário” (IBIDEM). No capítulo V dos artigos 22 e 23 define a atuação do conselho fiscal e quem deve compor este colegiado.

Partindo das reflexões acerca da estrutura e organização, verificamos que as oficinas desempenham papel fundante, pois as oficinas de arte, música, dança dentre outras desenvolvidas tem como objetivo possibilitar o desenvolvimento da consciência crítica e a participação desses jovens em espaços de conquistas de políticas públicas.

Identificamos nos documentos analisados da instituição que ela possui projetos de cunho social desenvolvidos no campo da educação, assistência social e promoção da cultura. Destarte, são realizadas atividades com a comunidade e familiares das crianças, adolescentes e jovens. Metodologicamente os projetos buscam divulgar e ampliar o conhecimento acerca dos direitos das crianças e dos adolescentes numa perspectiva crítica, contrária a forma bancária do modelo de educação conservadora e tradicional. Conforme o documento, a ACNV anuncia a educação defendida pela instituição é balizada pelos princípios da Educação Popular, vejamos alguns dos trechos do documento onde fica evidenciado o projeto de educação defendido:

Acreditamos num modelo de educação onde educadora e educandos, mediatizados pela realidade apreendem e da qual extraem o conteúdo de

aprendizagem, atingem um nível de consciência dessa mesma realidade, a fim de nela atuarem, num sentido de transformação social. Tanto a educação tradicional, denominada "bancária" – que visa apenas depositar informações sobre o educando –, quanto a educação renovada – que pretenderia uma libertação psicológica individual – são domesticadoras, pois em nada contribuem para desvelar a realidade social de opressão. A educação libertadora, ao contrário, questiona concretamente a realidade das relações do homem com a natureza e com os outros homens, visando a uma transformação – daí ser uma educação crítica. (Projeto Político Pedagógico, 2020, p. 55).

Verificamos que, a ONG vem ao longo dos anos, desenvolvendo diversos projetos sócioeducativos, aulas de dança, música, instrumentos, dentre outros que têm como objetivo estimular a formação da consciência crítica nos participantes da instituição, especialmente nos adolescentes e jovens, e nesse processo de tomada de consciência contribuir para a transformação da realidade e a conquista de uma melhor qualidade de vida.

Assim como em outras comunidades economicamente, politicamente e culturalmente desprovidas de oportunidades e da presença do poder público, o bairro Belino Souto enfrenta a ausência de políticas públicas governamentais, e a ACNV vem ao longo da história de sua fundação oferecendo oportunidades para crianças, adolescentes e Jovens da comunidade um espaço de formação humana e cidadã.

No tocante ao público jovem, desenvolve vários projetos sócioeducativos, dentre eles um projeto denominado de “*PROTAGONISMO*”, premiado em 2021 no Programa Criança Esperança, trabalha com oficinas, campanhas e atividades culturais bastante significativas para o processo de construção da consciência crítica da juventude. De acordo com o Plano de Ação do Projeto Protagonismo Ação e Cidadania¹⁸ ele tem como objetivo empoderar os adolescentes protagonistas para viverem a construção e reconstrução de sua cidadania de forma ativa. Como objetivos específicos ele apresenta os seguintes:

- Possibilitar momento formativo e a troca de experiência entre os adolescentes das organizações parceiras, contribuindo para o conhecimento e empoderamento dos protagonistas juvenis.
- Informar os protagonistas sobre seus direitos estabelecidos na lei e os mecanismos legais de controle social.
- Estimular os protagonistas juvenis a participação ativa nos espaços dos conselhos, fóruns, redes de proteção, escolas, grupos e comunidades. (Plano de Ação do Projeto Protagonismo Ação e Cidadania, 2017)

Essa participação ativa dos sujeitos é fundamental para uma sociedade democrática,

¹⁸ Segue em anexo o Plano Operacional do Projeto Protagonismo

pois permite que as pessoas tenham voz e influência sobre as decisões que afetam suas vidas o trabalho, a participação ativa não é apenas uma questão de direitos e deveres, mas também pode trazer muitos benefícios para os indivíduos e a sociedade como um todo.

O cunho social está relacionado prioritariamente com o campo da educação e promoção da cultura. Ademais, a ONG tem crescido quanto ao alcance do seu público, atualmente crianças, jovens e seus familiares estão sendo atendidos com oficinas que promovem a formação humana e cidadã.

O Coordenador pedagógico ressaltou as práticas de musicalização, na qual são oferecidas aulas para aprendizagem do manuseio de instrumentos. As ações realizadas nessa área foram fundantes para a formação de uma “banda” , contando com a integração de adolescentes e jovens, que tem se apresentado em vários eventos do município e nas instituições da região.

Ademais o coordenador ressaltou ainda que existe outros projetos que são realizados na ACNV, a saber:

✓ **ATENDIMENTO DIRETO SÓCIO EDUCATIVO**

Atende crianças e adolescentes de 06 a 15 anos, através de atividades ludo pedagógico e sócio educativo, tais como: processo de desenvolvimento das crianças – motor e físico – psicossocial- (sociabilidade e integração social).

✓ **PROMOÇÃO DE AÇÕES DE DEFESA DOS DIREITOS-MOBILIZAÇÃO**

Com este eixo temático de atuação a Associação Comunitária Nova Vida vem ao longo de sua jornada sensibilizar famílias e comunidade para o exercício da cidadania em torno da efetivação das políticas públicas com uma ampla atuação nos espaços públicos e privados.

As ações da ONG Associação Comunitária Nova Vida (ACNV) busca através de suas ações lutar conquistar a garantia da política de proteção em torno dos direitos das crianças e adolescentes estabelecidos no artigo 227 da Constituição Federal, na Lei 8.069/90 Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei Municipal nº 0638/92 Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA). Seu objetivo é assegurar todas as medidas da política de proteção das crianças e do adolescente participantes da ACNV, no âmbito da prevenção e enfrentamento a todos os tipos de atitudes que geram violências, discriminação crueldade, abuso e exploração sexual, constrangimentos, opressão e negligências (art. 4º, 5º e 18º do ECA).

✓ **ARTICULAÇÃO-REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL**

É um processo realizado em espaços de construção, monitoramento e avaliação das políticas públicas voltadas para a infância e adolescência (conselhos setoriais, Fóruns e Rede de Proteção). A socialização destas discussões e representações se dá na reunião de Coordenação da instituição, a mesma acontece a cada quinze dias.

✓ **PROCESSO FORMATIVO**

Ação de formação com a equipe de educadores, coordenação, diretoria e pessoal de apoio, totalizando uma quantidade de trinta e seis (36) profissionais e seis (06) membros da diretoria. Esta ação acontece de forma sistemática a cada dois meses na organização e conta com a participação de todos/as. Além destas ações acontecem formações externas para a equipe de coordenação, educadores e técnicos. Existe uma linha de formação que é definida anualmente pela equipe através do processo avaliativo. As temáticas propostas são incorporadas de acordo com a linha temática dos projetos. A coordenação no início do ano letivo através de seu plano operacional constrói as diretrizes de atuação das oficinas a serem vivenciadas durante o ano.

✓ **QUALIFICAÇÃO PRÉ-PROFISSIONALIZANTE**

Tem como objetivo contribuir com o público participante (adolescentes, jovens e familiares) em ações pré-profissionalizantes na área de informática, cabeleireiro, pintura em tecido, crochê e bordado. Todos os cursos são custeados pela própria entidade.

✓ **CAPTAÇÃO DE RECURSOS-PARCELIAS**

Este eixo de atuação é uma área de responsabilidades de todos da instituição. Existe uma equipe específica para elaboração de Projetos, posteriormente membros da coordenação e diretoria avalia a proposta para ser enviado aos financiadores.

✓ **PROJETOS DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS**

Formada pelos educadores/as, equipe de apoio, coordenação e diretoria. São atividades específicas de acordo com o cronograma e agenda. Tais como: brechó (internos e externos), bingos, vendas de lanches (internos e externos), pescarias, tarde cultural, campanha beneficente “Crescer Juntos”, jantar beneficente e jogos de futebol. Os Convênios e Parcerias são de responsabilidade de todos da coordenação e gestão, estes articulam e firmam diálogos para garantir o desenvolvimento institucional. (Projeto Político Pedagógico, 2020, p. 60).

Na entrevista realizada com o coordenador pedagógico ele relata alguns dos resultados das ações da ACNV:

Nós temos casos de adolescentes que abandonaram o mundo das drogas. É um trabalho difícil, mas extremamente necessário. Temos casos de meninas que sofreram violência doméstica e, hoje, já por meio do envolvimento com a instituição, elas concluíram seus estudos

. Essa já não é mais a realidade dessas meninas. Em determinado momento percebemos um elevado número de adolescentes com sinais de violência doméstica. Isso nos incomodou. Então começamos a trabalhar a questão e hoje o resultado é perceptível: uma diminuição significativa nos casos de violência doméstica, física, dentre outras relatadas pelos adolescentes. Trabalhamos a conscientização e esclarecimentos sobre os tipos de violência e os órgãos de proteção. Isso tem ajudando muito aos adolescentes. (Coordenador).

Percebemos que o trabalho desenvolvido está sendo pensado de acordo com demandas sociais que estão sendo identificadas pela própria organização. E essa percepção das

problemáticas orientam metodologicamente os projetos voltados a questões sociais. As ações consolidadas têm possibilitado a participação da comunidade na realidade local. Posto que nos interessamos em analisar os aspectos constitutivos desses projetos e não somente apresentá-los. As análises do material das entrevistas e do Projeto Político Pedagógico da organização evidenciam os pressupostos pedagógicos e metodológicos fundamentados nos princípios de uma educação que valoriza o contexto social e busca uma educação libertadora e crítica.

Quando se refere a educação libertadora entende como aquela baseada na realidade dos educandos e educandas, uma educação pautada nos referenciais de Paulo Freire e nos princípios da Educação Popular, conforme cita o PPP da ACNV (2018, p. 6).

O trabalho da Instituição é respaldado na concepção Freireana, pois o Projeto Pedagógico Curricular leva em consideração o respeito, a reflexão constante da teoria à prática docente, a relação educador e educando, bem como a ética como elemento essencial na prática educativa. Defendemos, ainda, uma concepção de educação dialética, pois partimos do contexto social para desenvolver habilidades que possibilitem uma ação-reflexiva e transformadora dos indivíduos sobre a realidade.

Por conseguinte, os educadores estão imbuídos dessa pedagogia freirena. Assim, quando o PPP (2018) menciona esse tipo de educação, reforça “que é uma atividade onde educadores e educandos, mediatizados pela realidade desenvolvem um processo de consciência crítica na perspectiva de uma transformação social”. (PPP, 2018, p. 9).

No próximo capítulo iremos discorrer sobre as bases históricas da Educação popular no Brasil, partindo das principais concepções que fundamentam esse paradigma, em seguida discutiremos a relação *da Educação Popular e Protagonismo: trilhas que se encontram*, refletindo sobre as ações protagonistas dos jovens da ACNV.



Fonte: Produção pessoal pelo aplicativo wordart, 2021.

Disponível em <https://wordart.com/create>

3 OS CAMINHOS DA EDUCAÇÃO POPULAR NO BRASIL

Neste capítulo pretendemos destacar, principalmente, a concepção aqui adotada sobre “Educação” e lançar algumas reflexões acerca do paradigma de Educação o qual defendemos neste trabalho, o da *Educação Popular*. Mas, antes de adentrarmos no contexto da análise pretendida, cabe ressaltar algumas mudanças condicionantes em curso no planeta, pelos efeitos diretos e indiretos na temática da educação, a fim de entendermos a realidade posta no contexto da totalidade social.

Mudanças mundiais vêm acelerando e intensificando as transformações ocorridas na dinâmica do capitalismo pautadas nos elementos da acumulação; novas tecnologias de produção, avanço do setor de serviços, desregulação do Estado, privatização das políticas sociais e aumento da desigualdade social. Conforme Santos (1994, p.27), “O capitalismo parece dispor de energias sempre renovadas para superar suas crises”, esse cenário agrava a situação no sistema de educação brasileira, especialmente quando adicionamos os processos históricos que à constituíram.

Rememorando o processo educacional do Brasil, nosso olhar se volta para o início da história da educação, a fim de identificar os sujeitos e seus percursos. Notadamente, tivemos uma história marcada por práticas desumanizantes (escravistas, colonialistas e patriarcais) nas quais se aprofundaram a exclusão social imposta pelo poder dos colonizadores que impuseram toda forma de violência aos colonizados. Um processo histórico acentuado pela “missão civilizatória”, essa missão, sobretudo, visando processos de aculturação, não só da educação, mas dos modos de viver dos nativos, onde os preceitos cristãos foram argumentos para fazerem centenas de extermínios dos povos indígenas e negros do Brasil. Mataram em nome da fé. Aculturaram os ditos “sem almas”, em nome da redenção divina, onde pessoas negras e indígenas foram massacradas e exterminadas.

No caso da educação instaurada pelos colonizadores no Brasil, “trata-se, de um processo de aculturação, já que as tradições e os costumes que se busca inculcar decorrem de um dinamismo externo, isto é, que vai do meio cultural do colonizador para a situação objeto de colonização” (SAVIANI, 2013, p. 27). Nesse contexto, a pedagogia hegemônica é a pedagogia das classes dominantes. Uma educação tecida com a trama dos colonizadores numa estreita relação com o trabalho catequético dos Jesuítas.

O processo de colonização segundo Saviani (2013), engloba três movimentos dialeticamente articulados, são eles: a posse e exploração da terra subjugando seus habitantes;

a educação enquanto processo de aculturação, isto é, imposição de práticas, técnicas e valores dos colonizadores sobre os colonizados, e a catequização como prática de conversão e adesão à religião dos seus algozes. Sendo assim, nesse modelo de educação o que predomina são os valores do colonizador, numa estrutura de adestramento que não permite o desenvolvimento do pensamento, tampouco a valorização dos saberes dos colonizados. Um modelo de educação que pretende “doutriná-los no sentido de sua acomodação ao mundo da opressão”. (FREIRE, 1987, p.66), atendendo aos interesses da classe dominante, marcado por práticas antidemocráticas, centrada numa Pedagogia Tradicional, tal como nos mostram as Tendências Pedagógicas, em que o professor é o centro do conhecimento e reproduz de práticas autoritárias e conservadoras.

Contudo, na contramão dessa história, marcada por contradições, sempre estiveram presentes os movimentos de resistência que foram gestando uma outra concepção de educação, outras pedagogias possíveis, um outro projeto de educação fundamentado no diálogo, na valorização dos saberes dos sujeitos e sua transformação. Saviani (2013) traz, no livro *História das ideias pedagógicas no Brasil*, o conjunto das ideias pedagógicas, apresentando a trajetória histórica da educação brasileira, marcada por um movimento de ideais de vários educadores em torno de uma outra concepção de educação, no qual o processo educativo é comprometido com a valorização dos saberes dos sujeitos e de todos os seus direitos.

No desenvolvimento do seu trabalho ele vai apresentar a passagem das tendências pedagógicas liberais (tradicional, Escola Nova e Tecnicista) para as tendências progressistas (libertadora, libertária e histórico-crítica), historicizando o esforço de superação dos limites dos paradigmas da educação em cada período histórico. Nessa linha de entendimento, Saviani (2013, p. 8) nos faz um alerta, “precisamos, no entanto, ser cautelosos nesse terreno repleto de armadilhas”, visto que essas teorias precisam ser compreendidas no contexto da totalidade social, no sentido, de compreendê-las como um movimento dialético marcado por contradições em cada contexto histórico.

As críticas ao modelo de educação tradicional levaram vários pesquisadores e educadores a pensarem um outro modelo de educação, que permite o desenvolvimento da criticidade e da valorização dos sujeitos. Desenvolver essa tarefa só será possível através de uma educação que promova o diálogo, a valorização dos saberes dos educandos, que seja contrária a forma “bancária” de educação criticada fortemente por Paulo Freire, pela incapacidade de gerar nos sujeitos o despertar da consciência crítica. Daí, a necessidade que se impõe de superar esse modelo de educação dominante, pois na visão “bancária da educação, o saber é uma adoção dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber” (FREIRE, 1987, p.58).

Historicamente, o cenário educacional brasileiro sempre foi marcado por contradições, de intensa disputa pelo projeto de educação hegemônico. Nesse cenário as classes populares, novos movimentos sociais e populares lutam pela viabilidade de uma outra concepção de educação, sendo a Educação Popular uma delas, percebe-se que ela vem se construindo e ocupando espaços ao longo da história (PALUDO, 2001).

Compreendemos que os princípios da Educação Popular são elementos de articulação da práxis pedagógica e contribuem na mudança da realidade social. Freire (1980, p.86) nos diz que “a educação não transforma o mundo, a educação muda as pessoas e essas mudam o mundo”. Nessa direção, nos ancoramos na concepção de educação popular na perspectiva freireana por acreditar que a educação não muda o mundo, mas tem o papel de conscientizar o sujeito do seu papel no mundo, especialmente os excluídos do meio social, das riquezas por ele produzidas, e, ainda, por acreditar que somente os oprimidos serão capazes de agir em favor de sua própria libertação. Nessa direção, “se os homens são seres da busca e se sua vocação ontológica é humanizar-se, podem, cedo ou tarde, perceber a contradição em que a educação bancária pretende mantê-los e engajar-se na luta por sua libertação” (FREIRE, 1987, p.62). Ademais:

A Educação popular desenvolve-se com ênfases diferentes, segundo os grupos políticos, sociais e eclesiais que a impulsionam: setores de esquerda partidária, comunidades eclesiais de base, instituições de pesquisa e educação, que assumem esta perspectiva de formação com matizes próprios de diferença. (GUEVARA, 2009, p. 213)

Nas palavras de Guevara (2009), a Educação Popular foi sendo forjada na trilha de muitas experiências sociais realizadas no contexto brasileiro em seu caráter contraditório e complexo visando uma apropriação por parte dos grupos sociais de saberes técnico-científico-cultural a partir da constante reelaboração e ressignificação crítica da realidade. Para o autor, a apropriação desses conhecimentos não são aleatórios, “a educação não é um ato neutro e que o mais importante, além dos métodos e técnicas, é a clareza com relação à opção política do educador ou educadora, que inclui valores e princípios que ele ou ela assumem. (GUEVARA, 2009, p. 2013).

Notadamente, numa sociedade marcada pela alta concentração de renda; por contradições sociais; pelo avanço de empreendimentos privados na área educacional que concebem a educação, prioritariamente, uma perspectiva de competitividade e lucratividade; pela mistificação da cidadania democrática burguesa e pela carência de uma formação crítica capaz de superar o sistema capitalista. É imprescindível pensar numa educação que contribua na formação de sujeitos críticos questionadores da realidade social que estão inseridos.

Entendemos que uma análise profunda acerca da conjuntura política, econômica, social e cultural do sujeito participante do processo educativo proporcionarão uma visão macro da sociedade.

Contudo, para pensarmos num outro modelo de Educação, parece ser necessário, desde o primeiro momento, compreendermos os conflitos, disputas e contradições presentes no sistema educacional brasileiro. Uma vez que o sistema escolar, tem como sujeito o Estado, o qual tradicionalmente foi estruturado em função das classes dominantes, não promoverão o desenvolvimento da consciência crítica dos sujeitos das classes populares, pois esse movimento iria de encontro aos seus interesses. Como nos diria Freire (1981, p.93), “seria uma atitude ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que proporcionasse às classes dominadas perceber as injustiças sociais de maneira crítica.

É impreterível falar, sobre um paradigma educacional contra hegemônico, que vise contribuir na construção de um projeto de sociedade alicerçado em princípios éticos de solidariedade, justiça e igualdade, onde a população perversamente excluída do sistema capitalista, possa ser visto como um cidadão pleno em seus direitos. Assim sendo, o paradigma da Educação Popular expressa-se como uma das possibilidades de aprendizagem que permite aos sujeitos, a partir de suas experiências de vida e de seus saberes populares, o desenvolvimento da consciência crítica, e a construção de instrumentos de libertação da realidade opressora. É neste sentido que, nas palavras de Brandão,

Educação popular é, em si mesma, um movimento de trabalho pedagógico que se dirige ao povo como um instrumento de conscientização [...], realiza-se como um trabalho pedagógico de convergência entre educadores e movimentos populares (BRANDÃO, 2012, p. 101).

É nesse sentido, que a Educação Popular pode ser compreendida como uma possibilidade de mudança e de ruptura ao modelo dominante e de adesão a um outro modelo de sociedade, de novas relações sociais, na construção de um “outro mundo possível”. A mudança na realidade acontece quando há capacidade de refletir sobre os acontecimentos e atuar sobre ele de forma consciente e propositiva, isso só será possível a partir de uma prática educativa consciente de seu papel transformador, e da relação criativa e construtiva entre educadores e educandos.

Para Freire (1987, p.29) “mais uma vez os homens, desafiados pela dramaticidade da hora atual, se propõe a si mesmos como problema. Descubrem que pouco sabe de si, de seu posto no cosmos, e se inquietam por saber mais”. Nesse contexto, a Educação popular

apresenta-se como uma ferramenta de extrema importância para construir propostas de superação ao modelo de sociedade baseado na exploração x acumulação. Evidentemente, o sistema de educação vigente resulta da concepção bancária, “para qual a educação é o ato de depositar, transferir, e de transmitir valores e conhecimentos não se verifica nem pode verificar-se esta superação. Pelo contrário, refletido a sociedade opressora, sendo dimensão da cultura do silêncio a educação bancária mantém e estimula a contradição” (FREIRE, 1987.p.59).

Em contrapartida a concepção problematizadora de Educação Popular busca a libertação dos sujeitos, por isso rompe com os esquemas verticais característicos da educação bancária, possui um caráter autenticamente reflexivo que implica num constante desvelamento da realidade, comprometida com a transformação e com a liberdade. Deste modo, pode ser compreendida, ainda, “como aquela que o próprio povo realiza, quando pensa o seu trabalho político em qualquer nível ou modo em que seja realizado, de um grupo de mulheres a uma frente armada de luta e constrói seu próprio conhecimento” (BRANDÃO,1984, p.74).

Uma educação com “eles e “elas”, construída em comunhão. Neste processo os sujeitos são instigados a pensarem sua condição-existencia concreta, em sua totalidade. Porém, o ato de imergir para Freire (1979) não significa

[...] desvelar a realidade, indiscutivelmente importante, não significa o engajamento automático na ação transformadora da mesma, o problema que se apresenta é o de encontrar, em cada realidade histórica, os caminhos de ida e volta entre o desvelamento da realidade e a prática dirigida no sentido de sua transformação (p. 60).

Olhando para os princípios e as contribuições da Educação Popular ao longo de sua história, que assim como o fez Mejía (2006), reconhecemos nesse paradigma a potência de construir uma nova cultura educacional referendada no percurso histórico frutífero e multifacetado de resistência da EP, que estrategicamente foi se consolidando e tornando-se uma alternativa de poder a contra hegemonia e as formas dominantes na sociedade. E porque dizemos uma alternativa? Porque sozinha a educação não muda tudo, mas traz muitas mudanças significativas no campo da disputa de ideias, das lutas, isto é, no campo cultural e ideológico.

Logo, cabe algumas indagações sobre o projeto de educação e sociedade que pretendemos construir, compreendendo suas contradições intrínsecas de uma sociedade capitalista. Essa busca nos leva ao seguinte questionamento: qual o modelo de educação contempla as necessidades da classe trabalhadora? Defendemos, em concordância com Melo Neto (2004) que a,

Educação se constitui como componente necessário a essa busca de superação de padrões estabelecidos pelo modo de viver do sistema capitalista. Ao assumir uma orientação para tais valores, esta passa a cobrar conteúdos e metodologias adequados aos incentivo de suas características. Uma educação voltada aos desejos e interesses dessa maioria da população, uma educação voltada para o popular.(p.13)

Busca-se, entretanto, uma educação que se preste por meio da relação dialética com a realidade construir com/nos sujeitos processos de aprendizagens dialógicos e emancipatórios. Uma estratégia de superação aos padrões determinantes do sistema capitalista, acreditamos que a Educação Popular se inclina à construção de práticas participativas como forma de organização, pautada em relações horizontais e dialógicas (FLEURI, 1990).

Sabemos que os caminhos da educação popular no Brasil foram bastante difíceis, nas palavras de um camponês: o “caminho foi de terra batida”, para expressar a dureza do caminho. No seu processo de construção identificamos que a EP no Brasil e na América Latina ganha força na vigência de “governos autoritários que reprime formas libertárias de educação” (BRANDÃO, 1994, *apud* SILVA, 2016, p. 49), vetando qualquer forma de educação que contribua no processo de conscientização dos sujeitos. Segundo Vale (1996, p. 8), “A educação popular nasceu na América Latina no terreno fértil das utopias de independência, autonomia e libertação, que propunha um modelo de desenvolvimento baseado na justiça social”.

Para Gohn (2013, p.39) a educação popular “teve uma natureza essencialmente sociopolítica no Brasil porque ela era um instrumento de mobilização e organização popular”. Reconhecemos que a educação popular é parte de um processo histórico compreendido a partir do encontro de forças antagônicas em constante conflito e sempre marcado por avanços e contradições. E nesta luta apresenta-se como instrumento de organização das classes populares e de construção de metodologias que fortalecem as ações dos diversos movimentos sociais.(SILVA, 2017).

É sabido, que a década de 1960 foi um tempo fértil para o surgimento de várias experiências nos movimentos sociais e populares que levantaram a perspectiva de uma educação voltada ao povo (BEISEGEL, 1974). É importante destacar o advento de técnicas e metodologias de trabalho com as bases que priorizavam uma dimensão dialógica e participativa. Melo Neto (2004, p. 35) configura a metodologia de educação popular como aquela que “os participantes do processo educativo não devem, apenas, saber que o problema existe, mas têm que saber os porquês da questão e como solucioná-la”.

Para Paludo (2006), ao tratar das problemáticas que os sujeitos individuais e coletivos (instituições) assumem, a partir das décadas de 1980/1990, não podemos desvincular os

problemas vivenciados pelo Campo Popular latinoamericano, pois

A formação destes campos, assim como a formação do movimento de Educação Popular, a partir de meados de 1960 sofreu diversas influências, como a do Concílio Vaticano II; dos documentos de Medellín e da proposta da Teologia da Libertação; do ideário de Paulo Freire; das experiências da Revolução Cubana e da Nicaraguense; dos processos do Chile, do México e de outros em curso no Continente; da teoria do desenvolvimento e da teoria da dependência. Além destes, havia a Revolução Soviética e, posteriormente, a Chinesa e o pensamento marxista que animavam o fortalecimento da sociedade civil latino-americana e, no seu interior, um forte movimento, no sentido da construção da organização popular autônoma, com consciência de classe e imbuída do desejo de construção do ‘poder popular’. (PALUDO, 2006, p. 43).

É reconhecido que a concepção de educação popular que foi sendo forjada no chão latinoamericano a partir das inúmeras práticas sociais educativas vivencidas pelos diversos grupos do campo popular no território brasileiro foram sendo consolidadas. Verificamos que no Brasil, o desenvolvimento do paradigma da Educação Popular ocorre por meio de ênfases diferentes, de acordo com as ideologias dos grupos políticos, sociais e eclesiais que à impulsionam.

3.1 Bases históricas da Educação Popular no Brasil

De acordo com Paludo (2009), os antecedentes históricos da Educação Popular remontam, principalmente, ao final do século XIX, início do século XX, desenvolvendo particularmente, no começo dos anos de 1960 e tendo o período de maior expansão os anos de 1980. Ela é resultado do conjunto das experiências dos movimentos socioculturais e políticos que aconteceram no Brasil e no mundo protagonizados no ideário de Paulo Freire, da Teologia da Libertação, as teorias do desenvolvimento e no referencial marxista.

Como afirma Wanderley (2010), somente a partir da década de 1950 e início da década de 1960, que se tem início a demarcação desse campo da educação com as experiências de Paulo Freire, de modo especial, no âmbito da alfabetização. A partir de “um movimento de expressão popular em cujo interior se inscreveram as mais diversas iniciativas de cunho educativo” (BEZERRA, 1984, *apud* MACHADO, 2012a, p. 156). As atividades características dessa época visavam à instrução para o mercado de trabalho. Por outro lado, o debate acerca de uma identidade cultural permitia o nascimento de algumas experiências de educação de base e cultura.

Durante todo o século passado, várias foram as campanhas e movimentos que se

levantaram a perspectiva de uma educação voltada ao povo. Nos primeiros anos de 1960, conforme sinalizado, realçamos as novas formas de mobilização dedicadas à educação de jovens e adultos, protagonizadas por setores da sociedade civil organizada, a saber: Campanha de Pé no Chão também se Aprende a Ler, em Natal; Campanha de Educação Popular da Paraíba (CEPLAR), na Paraíba; Centro Cultural da UNE e Movimento de Educação de Base (MEB), criado pela Igreja católica, Movimento de Cultura Popular (MCP), em Recife.

A experiência dos círculos de cultura, em Recife, contemplavam uma diversidade de temas que eram eleitos e colocados na programação para o debate, vejamos alguns desses temas: nacionalismo, desenvolvimento, socialismo, comunismo, democracia e ligas camponesas. Segundo Beisegel (1992) era compreensível a escolha desses temas tendo em vista as tensões políticas e sociais que ocorriam naquele período no Nordeste. Ainda segundo o autor, o nível de politização dos setores populares engajados nesses movimentos eram bastante elevados.

Na historicidade da Educação Popular no Brasil, é importante lembrar que o Estado, nas décadas de 40-60 do século XX, promoveu inúmeras campanhas de alfabetização e educação de adultos. De fato, foi um período marcado por diversas iniciativas de projetos e programas de alfabetização de adultos, entretanto, a partir da década de 1960, durante a ditadura militar, tais programas não pararam de ser idealizados. Houve a criação de outras propostas, principalmente, por acreditar que os programas anteriores eram muito ideológicos.

Os governos militares desenvolveram novos programas, como o Projeto Minerva e o MOBREAL, não pautados nos princípios da EP, mas carregavam o termo popular, porque visavam a diminuição do analfabetismo no país. Logo, essa expansão da alfabetização de adultos não se deu apenas nesse período, posteriormente tivemos a criação de programas suplementares de alfabetização de adultos para suprir a necessidade da população não alfabetizada.

Neste sentido, os agentes do Estado desenvolveram uma educação que Paludo (2001) chamou de “Educação do Popular”, diferentemente da Educação Popular, pois, apesar de voltada as classes populares, não é construída com elas. Em outras palavras, podemos dizer que é o mesmo que “educação bancária”, pois vem de cima para baixo. Com repressão e burocratização dos movimentos educativos e populares, ela foi sendo gestada nos espaços formais, na institucionalidade de governos municipais, estaduais e federal. Era uma experiência estava aprisionada ao pensamento da classe dominante.

Concomitante as ações de “Educação do Popular” desenvolvidas pelo Estado, ocorreram diversas experiências efetivamente de Educação Popular, presentes nas práticas desenvolvidas dos movimentos sociais, nas comunidades de base da Igreja, associações e sindicatos,

trabalhadores do campo e da cidade, com os mais diferentes grupos, especialmente aqueles em situação de pobreza, excluídos de seus direitos básicos.

Para Saviani (2013), os grupos populares que assumem essa perspectiva de EP assumem, portanto, uma nova conotação no trabalho educativo, diferentemente das atividades que vinham sendo desenvolvidas em programas, campanhas e movimentos de alfabetização de jovens e adultos.

A mobilização dos anos de 1960 assume outra significação. Em seu centro, emerge a preocupação com a participação política das massas, tomando consciência da realidade brasileira. E a educação passa a ser vista como um instrumento de conscientização. A expressão “educação popular” assume o sentido de uma educação do povo, pelo povo e para o povo, pretendendo-se superar ao sentido de uma educação de elite, dos grupos dirigentes, dominantes, para o povo, visando o controle e a manipulação (SAVIANI, 2013, p. 317).

Assim, a Educação Popular, no Brasil ganha forma a partir da sistematização de Paulo Freire, pois praticava-se EP no Brasil antes mesmo de conceituá-la como um campo ou movimento teórico, por isso ele a define como:

Substancialmente democrática, jamais separa o ensino dos conteúdos e desvelamento da realidade. É a que estimula a presença organizada das classes sociais populares na luta a favor da transformação democrática da sociedade, no sentido da superação das injustiças sociais. É a que respeita os educandos, não importa qual seja a sua posição e classe e, ao mesmo tempo, leva em consideração, seriamente, o seu saber de experiência feito, a partir do qual o trabalho, o conhecimento com rigor de aproximação aos objetos [...] É a que não considera suficiente mudar apenas as relações ente educador e educando, amaciando esses relances, mas, ao criticar e tentar ir além das tradições autoritárias [...] critica também a natureza autoritária e exploradora do capitalismo (FREIRE, *apud* MACHADO, 2012, p. 157).

Na perspectiva freireana, essa forma de educação vai além da alfabetização; visa, através dos processos formativos, sensibilizar e refletir juntamente com as pessoas os problemas que estão vivendo, fazendo uma leitura crítica da realidade social, a partir das histórias dos próprios sujeitos. E toda ação educativa é permeada de intencionalidade política, pois não há prática política esvaziada de significado educativo, assim como também não há educação neutra.

Toda prática educativa demanda existência de sujeitos, em que ensinando, aprende, outro que ensina, daí o seu cunho gnosiológico. A existência de objetos, conteúdos a serem ensinados e aprendidos, envolve o uso de métodos e técnicas, de materiais, implica em função de seu caráter diretivo, objetivos, sonhos, utopias e ideias. Daí a sua politicidade, qualidade que tem a prática

educativa de ser política, de não poder ser neutra. (FREIRE, 1996, p.36).

A década de 1990 se caracterizam pelo gradativo estabelecimento da hegemonia neoliberal, com reestruturação produtiva, precarização das relações de trabalho, estabelecimento de políticas sociais compensatórias, aumento do desemprego, proliferação da pobreza no Brasil e no mundo. O capitalismo financeiro passou a ser o novo padrão de organização do modo de produção, a revolução da comunicação alterou a dinâmica das relações sociais e a identidade das classes trabalhadoras se fragmentou gradativamente. Daí a relevância da Educação Popular para Beisegel (1992), tratada como prática educativa numa concepção emancipatória e que se vincula a um projeto de sociedade em disputa, na defesa da transformação da realidade.

Para Silva (2016), o anunciado contexto de mudanças no cenário mundial a partir dos anos de 1990, marcado pelo fim da guerra fria, pela culminância das políticas neoliberais, a globalização e o impacto tecnológico, estimulou a Educação Popular a pensar sobre novas (re) fundamentações/ressignificações. De modo que, à educação popular permanece o desafio de se reinventar, sem perder seu potencial de criticidade. Desafio presente em diversas iniciativas de organizações da sociedade civil e movimentos sociais populares que preenchem um enorme mosaico de ações de formação e de cultura popular, desde a década de 50 e 60 até os dias atuais.

No contexto em que vivemos, ela nunca foi tão necessária para pensarmos dialeticamente uma educação voltada para a construção democrática de um projeto de nação e de mundo, que supere as desigualdades e a exploração do sistema capitalista que marcam nosso tempo. Por conseguinte, sabemos que enquanto estivermos no modo de produção capitalista haverá desigualdades, pois o capitalismo produz riquezas na mesma intensidade que produz pobreza e misérias, aumentando, cada vez mais, as desigualdades econômicas e sociais.

Portanto, faz-se necessário construir uma educação popular voltada aos interesses das classes subalternas historicamente excluídas dos processos de produção do conhecimento. A educação popular oferece elementos fundantes para a formação de sujeitos críticos, reflexivos e conscientes do seu papel enquanto ser social. Uma proposta de educação identificada com as populações menos favorecidas economicamente e que permite aos sujeitos as condições para o desvelamento da realidade social.

Eis por que, Freire é bem claro quando expõe que a esperança e a educação são interlocutoras para as ações e atitudes da sociedade, principalmente os oprimidos que são reprimidos. A liberdade é uma consequência, o opressor se libertará quando o oprimido se libertar.

Para compor esse projeto de educação, é necessário pensar sobre as singularidades que envolvem o campo da Educação Popular, alguns dos seus elementos constituintes, como: a práxis, a conscientização, a participação e o diálogo. As bases constituintes desse campo da educação são delineadas por diversos autores, dentre eles, Melo Neto (2004); Silva, 2016; Calado, 2008; Pontual (2009); Guevara (2006). Eles apresentam algumas das constituintes da Educação Popular que tem estado presente nas diversas práticas educativas humanizadoras ao longo da história.

3.2 Os elementos constituintes da Educação Popular

Conforme mencionamos na trajetória da EP, ela foi forjada no seio dos movimentos sociais, populares e de cultura entre os anos de 1950 e 1960, vivenciada a partir do cotidiano de muitos educadores e educadoras espalhados por todo o Brasil. Pretendemos nessa seção apresentar alguns elementos constituintes da Educação Popular.

Melo Neto (2005), ressalta que as bases da educação popular se tornaram mais sólidas com Freire. Nesses passos, ao longo da trajetória histórica da Educação Popular vários elementos foram sendo incorporados a partir das experiências dos setores da sociedade civil – sindicatos, partidos políticos, organizações não-governamentais, igrejas e outras instituições construindo sua identidade. Melo Neto (2004) apresenta algumas das constituintes da Educação Popular, com elementos teóricos que fundamentam esse campo da educação.

O autor coloca que os elementos que constituem a Educação Popular são resultado das experiências de vários educadores populares e das reflexões realizadas. E tais constituintes são elementos teóricos que caracterizam a Educação Popular, ou seja: configuram princípios que orientam as ações educativas desenvolvidas com o povo e nunca para o povo, a partir do concreto, e, portanto, o ambiente mais complexo de análise que se desenvolve e que se mantém, reunido como unidade mesma, constitui uma totalidade pelas suas determinações e diferenciações. Esses constituintes ou “princípios formam um todo ou uma unidade. Porém, mesmo resultando em uma unidade, estas se mantêm em aberto, ao passo que estabelece relações com a sociedade e o campo da educação” (MELO NETO, 2005, p. 3).

Sendo assim, são elementos que expressam uma totalidade, definidos em elementos unitários formados de conhecimentos múltiplos que organizam uma idéia central. Aqui expressa pela Educação Popular, que tem como objetivo “contribuir com o processo de conscientização e mobilização das classes subalternas, a partir de uma teoria referenciada na realidade, na

valorização dos saberes populares e de uma base ética e política voltada para a transformação social”. (MACHADO, 2012, p. 152).

É por meio da relação dialética com a realidade que a possibilidade de criação de uma educação que, em se reconhecendo transitória, move-se numa busca incessante pelo novo saber, “uma nova qualidade de aprender, fundamentada na criticidade, na problematização, no questionamento, condições essenciais a uma ação educativa transformadora” (VALE, 2001, p.71). Nesse sentido, nos acostamos as palavras de Guevara (2006, p.214),

[...] os papéis e tarefas da Educação Popular dependem dos contextos, das conjunturas e dos sujeitos. Portanto, é difícil falar dos limites da Educação Popular e de papéis únicos, pois a Educação Popular se relaciona com conjunturas variáveis, nas quais se deve garantir seu caráter democrático e pedagógico.

Para o autor, a Educação Popular precisa considerar os diferentes contextos sociais e culturais para garantir sua dimensão educativa e democrática. Esse é um dos desafios que se apresentam no século XXI para o campo popular.

É interessante observar os diversos elementos que compõem a Educação Popular, que são considerados pelos estudiosos como princípios ou constituintes fundantes para a realização de práticas em educação - educação popular - baseada na dimensão ética do diálogo e da criticidade, contrária ao modelo de educação bancária da classe dominante. Melo Neto (2004, p.7), apresenta alguns desses princípios ou como ele menciona, constituintes da educação popular: *a cultura, o popular, a realidade, o trabalho, a autonomia, a liberdade e a igualdade*.

Considerando a trajetória do nosso trabalho acerca do fenômeno Protagonismo juvenil na ONG ACNV á luz da Educação popular, é necessário pensarmos em princípios que deem sustentação à processos educativos que contribuam na construção de um outro paradigma de educação, pautado no: *diálogo, cidadania, participação, práxis e conscientização*.

Portanto, o diálogo, cidadania, participação, práxis e a conscientização são alguns dos elementos constituintes da Educação Popular que se inserem na construção conceitual desse campo da educação.

No que diz respeito à categoria *diálogo*, relacionada as constituintes da EP, identificamos como uma das principais categorias, tendo em vista que um clima dialógico necessita de um componente especial do diálogo, a palavra. Segundo Freire (1987), a dialogicidade é composta por duas dimensões que estão intrinsecamente ligadas, a saber, *ação e reflexão*. Estas precisam estar intimamente articuladas para o surgimento da palavra autêntica, a qual implica a práxis, composta de ação- reflexão- ação. Sem esta fusão, o diálogo se torna

meramente palavras jogadas ao vento. O autor explica que a palavra pode se tornar puro ativismo, quando realizada sem nenhuma reflexão, ou seja, ação pela ação. “Não existe diálogo se não houver um profundo amor ao mundo e aos homens” (FREIRE, 1987, p. 79). E, assim, o diálogo deve ser ato de coragem, além de ser também compromisso com as mulheres e com os homens. Para que aconteça é preciso que haja uma junção de elementos, além da ação e da reflexão, a fé, o amor, a humildade e a esperança profunda nos homens e mulheres.

Ao pensar na *cidadania* enquanto constituinte da EP, precisamos refletir sua historicidade, compreendendo seu desenvolvimento como fruto de um processo histórico resultante das disputas entre diferentes segmentos da sociedade, sendo conquistada, ao longo da história do Brasil, pelos movimentos sociais, seja na elaboração de leis para efetivar direitos, seja, conforme apresentado por Calado (2000, p. 14), “como fruto das experiências dos protagonistas cidadãos e cidadãos que constroem a cidadania dos sonhos e as utopias que se vêm buscando atingir”. Para o autor, cidadania é compreendida da seguinte maneira:

Entendida como participação, enquanto protagonista (individual e coletivo) ao longo de todo o processo (concepção, planejamento, execução, avaliação...) de conquista, manutenção e ampliação de Direitos Humanos, em todas as suas modalidades (direitos civis, políticos, econômicos, sociais e ecológicos) e em todos os âmbitos internacional, nacional, regional e local (CALADO, 2000, p. 14).

Nessa perspectiva, a cidadania é construída pela participação dos sujeitos conscientes do seu papel na sociedade – homens, mulheres, jovens e adultos, pessoas de todas as idades –, especialmente a partir da aprovação da Constituição de 1988 (CF/88), que possibilitou as pessoas à condição de participante dos espaços de decisão. Com prerrogativas e responsabilidades próprias, descentralizando poderes e, parcialmente, recursos até então extremamente centralizados na União. A nova legislação estabeleceu mecanismos de participação direta da sociedade nas decisões referentes à formulação de políticas públicas e ao uso dos recursos públicos, lutando para ampliar direitos, garantir os que foram conquistados e efetivar os que estão garantidos na lei, mas que não foram concretizados.

Não se aceita uma compreensão passiva e acomodada de cidadania. Ela constitui uma expressão ativa de existir socialmente, essa percepção de cidadania está imbuída dos princípios da educação popular freireana, a qual oferece os instrumentos metodológicos necessários para ampliação da participação cidadão. Na educação participativa deve-se ter o diálogo como princípio político e educativo, visto que capacita para o exercício da elaboração de saberes, exercitando o pensar, sentir e agir numa perspectiva de resignificação social, construção de alternativas e de novas relações sociais.

Com isso, adentramos na categoria, *participação*, o tema tem forte conteúdo ideológico e político e possui uma variedade de conceitos e definições. Ao longo dos anos a sociedade foi passando pelas transformações de ordem política, econômica e cultural a perspectiva de participação na sociedade foi sendo expandida e a ideia de participação no campo de gestão pública foi sendo conquistada a partir das lutas e mobilizações sociais.

Para Nogueira (2014), existe uma variedade de tipologias acerca da categoria participação. O autor apresenta quatro grandes modalidades de participação a saber: *participação assistencialista*, *a participação corporativa*, *participação elitista* e *a participação política*. Essas modalidades expressam, “diferentes graus de consciência política coletiva, correspondendo, assim a maior ou menor maturidade, homogeneidade e organicidade dos grupos sociais” (NOGUEIRA, 2014, p.40). A rigor, concordamos com o autor que todas as ações de participação institucionalizadas (ou não), buscam “fazer parte”, de determinados processos decisórios ou não, as pessoas desejam ser parte ou torna-se parte de algo.

Segundo Nogueira (2004), ainda que nem toda participação social seja imediatamente política, não há participação que não se oriente por algum tipo de relação com o poder, tanto com o poder de outros atores quanto com o de determinados centros organizacionais e decisórios. Ele afirma que após um longo período de autoritarismo imposto pela ditadura militar, a sociedade aspira a ideia de participação nos campos decisórios da gestão pública, refletindo, por um lado, o avanço da democratização e de reconhecimento de que esses espaços são efetivamente deliberativos na formulação de políticas públicas, particularmente na área social.

Nesse contexto de participação e organização popular, percebemos que nunca foi algo fácil, mas sobretudo hoje constitui um grande desafio na sociedade. Em alguns casos, impõe-se restrições e obstáculos à participação popular por alguns governos e instituições. Nesses embates, a participação consciente é indiscutivelmente necessária para se conquistar a cidadania. Para Freire (2000, p. 98): “Se é possível obter água cavando o chão, se é possível enfeitar uma casa, se é possível desviar leitos de rios, se é possível mudar o mundo da natureza, por que não mudar o mundo que fazemos?”. O autor considera o ser humano um ser social, vocacionado, portanto, a participar do processo de criação, em comunhão com a natureza, sendo o processo democrático de participação popular um espaço importante de conscretização da cidadania.

Nessa direção, Freire (1987, p.38), nos ajuda a refletir sobre a *práxis*, sendo essa mais um dos constituintes da Educação popular. Para ele a reflexão e ação dos homens sobre o mundo é o que o transforma. Sem ela, é impossível a superação da contradição opressor-oprimido. Sem

acreditar no valor da própria força fica difícil agir, portanto, é a práxis educativa que nos impulsiona.

Nessa direção, a Educação Popular pode ser compreendida como uma possibilidade de mudança e de ruptura necessária para a construção de um “outro mundo possível”. A mudança na realidade acontece quando há capacidade de refletir sobre os acontecimentos e atuar sobre eles de forma consciente, objetiva. Isto só é possível através da práxis.

Práxis é a reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-los. Sem ela, é impossível a superação da contradição opressor-oprimidos. Esta superação exige a inserção crítica dos oprimidos na realidade opressora, com que, objetivando-a, simultaneamente atuam sobre ela. Por isto, inserção crítica e ação já são a mesma coisa (FREIRE, 1987, p. 38).

Assim, o trabalho educativo é expressão da consciência crítica, quando os homens que o fazem manifestam a capacidade de diálogo orientada para a práxis. Implica dizer que uma atividade consciente, direcionada a atingir um objetivo determinado, exige a consciência de si, do meio em que vive e as metas que pretende alcançar.

Para Karl Marx o ponto de partida é a ação. É a partir desse ponto de partida que o sujeito elabora as condições de superação e construção do conhecimento acerca do fenômeno. A categoria práxis, nesse contexto se apresenta como um movimento dialético entre teoria e prática, contudo, nessa perspectiva ela não é utilizada de forma ativista, mas refletida. Não podemos confundir o termo “prática” com “práxis”, o primeiro se refere a um sentido estritamente utilitário, enquanto que o segundo remete a uma ação refletida, como bem apresenta Vásquez (2011), uma atividade consciente objetiva.

Esse conceito de práxis está inserido entre os conceitos marxista, os quais segundo Boron (2006) “são aplicados para interpretar e mudar a realidade, e simultaneamente, re-significa-los à luz das experiências práticas das lutas populares e das estruturas e processos que têm lugar no contexto do capitalismo contemporâneo” (p.34).

Como apresenta Freire (1987, p. 38): “a práxis é a reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela, é impossível a superação da contradição opressor-oprimido”. Desta forma, entendemos que o paradigma da educação popular, pode contribuir na inserção crítica dos sujeitos na realidade e na busca pela superação das situações de opressão, fruto do processo da tomada de consciência crítica.

No tocante ao constituinte conscientização, Freire (1979) diz que é um teste de realidade, à medida que o ser humano a des-vela, tomando distância diante do mundo; toma distância para admirá-lo, desdobrando sua capacidade de “agir conscientemente sobre a

realidade objetivada” (p. 29), ato que funda a práxis humana, “a unidade indissolúvel entre minha ação e minha reflexão sobre o mundo” (p. 30).

A questão da conscientização é um conceito central nas ideias freireanas sobre a educação desenvolvida em toda sua trajetória de vida. Suas experiências buscam contribuir nessa tomada de consciência, na leitura da realidade concreta, porém ele entende que a realidade não se dá aos homens como objeto cognoscível por sua consciência crítica, ou seja na aproximação espontânea que o homem faz do mundo, a posição normal fundamental não é uma posição crítica mas uma posição ingênua. Podemos, assim, afirmar que neste nível espontâneo, o homem ao aproximar-se da realidade faz simplesmente a experiência da realidade na qual ele está e procura.

A tomada de consciência, portanto, resulta da transição da chamada consciência espontânea ou “ingênua” de acordo com Freire (1979) para uma “forma crítica de abordagem do mundo”, a conscientização implica, pois, que ultrapassemos a esfera espontânea de apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o homem assume uma posição epistemológica.

A conscientização é isto: tomar posse da realidade; por esta razão, e por causa da radicação utópica que a informa, é um afastamento da realidade. A conscientização produz a desmitologização. [...] O trabalho humanizante não poderá ser outro senão o trabalho da desmitificação. Por isso mesmo a conscientização é o olhar mais crítico possível da realidade, que a “desvela” para conhecê-la e para conhecer os mitos que enganam e que ajudam a manter a realidade da estrutura dominante. (FREIRE, 1979, p. 15).

O autor explica que a conscientização é um compromisso histórico, que supõe engajamento com a realidade, para que, nela imerso, façamos incidir nossa ação-reflexão sobre sua totalidade, para transforma-la. Ela é, também, consciência histórica: é inserção crítica na história, implica dizer que os homens e mulheres assumem seu papel como sujeito histórico que constrói e reconstrói o mundo. Nesse processo, o humano a partir do diálogo com o outro, estabelece novas relações e novas configurações que possibilitam mudanças em seu pensamento, e modificações em sua consciência. Mas é na práxis que a realidade muda. O diálogo, portanto, é fundamental no processo de conscientização, pois é a base desse processo de mudança das ideias, mas se nada for feito almejando ação (práxis), a palavra vira letra morta. Daí o movimento dialético da EP ser Ação-reflexão-Ação. Assim, tanto na formação da consciência que nos torna humano como na formação da consciência crítica, necessitamos da mediação de outros sujeitos. “Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em co-comunhão” (FREIRE, 1987, p. 69).

3.3 Ensaando passos de uma ação protagonista numa perspectiva de Educação Popular na ONG ACNV

Nesta seção apresentamos as ações da Associação Comunitária Nova Vida – ACNV, a comunidade onde ela está inserida, evidenciando questões sociais, econômicas e culturais, bem como a contribuição dessa ONG no processo de organização na educação da comunidade, em especial, as ações protagonizadas pelos jovens à luz da Educação Popular. Ações conduzidos à atitudes protagonistas, no que diz respeito ao despertar para a consciência crítica a fim transformar a realidade em uma vida melhor com mais dignidade e respeito a cidadania.

A ACNV realiza diversas oficinas e trabalhos com os jovens das comunidades. Essas comunidades estão localizadas em bairros periféricos do município de Sapé, conforme mencionado anteriormente. Dentre as comunidades as quais os jovens fazem parte estão: Bela Vista, Bairro Novo Terra, Nova Portal I, Renato Ribeiro, Nova Brasília, Padre Gino Novo. Todas pertencentes ao município de Sapé, no estado da Paraíba.

Nesses espaços de articulação, a relação com as escolas públicas do bairro também se tornaram uma necessidade para que, em parceria com as mesmas, se pudesse oferecer aos jovens o direito a uma educação com qualidade e, assim, um processo do conhecimento que contribuam na formação cidadã.

Entre os espaços de articulação das política públicas para crianças e adolescentes podemos citar:

- ✓ Fórum Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- ✓ Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da Paraíba;
- ✓ Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- ✓ Conselho Municipal de Assistência Social;
- ✓ Conselho Municipal de Educação.

A ACNV tem procurado garantir a participação nos espaços de conquista de políticas públicas através da participação dos jovens e dos educadores. Vejamos alguns desses espaços nas das fotos abaixo:

Imagem 10: Participação Protagonismo Intermunicipal Remar



Fonte: Arquivo da ACNV, 2022.

A Remar é a Rede Margarida Pró-Crianças e Adolescentes – Paraíba. Que consiste uma articulação de organizações governamentais e da sociedade civil. Surgiu em 2003 e ampliou sua atuação para responder ao Artigo 86 do ECA. "A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios. A Associação comunitária Nova Vida participa da rede com representação de adolescentes e educadores.

Imagem 11: Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA)



Fonte: Arquivo da ACNV, 2022.

A ACNV através dos seus representantes(educadores e adolescentes), também participam do Conselho Municipal e Estadual da criança e do Adolescente, que acontecem a cada mês.

Imagem 12: Protagonismo Intermunicipal Remar



Fonte: Arquivo da ACNV, 2022.

Imagem 13: Participação na Conferência Municipal da Criança e do Adolescente



Fonte: Arquivo da ACNV, 2022.

A As imagens 13 representa uma ação-reflexão construída a partir da participação dos adolescentes da ACNV na Conferencia Municipal da Criança e do Adolescente, eles levaram para o encontro o problema da falta de estrutura das escolas públicas do município, tema que vinha sendo discutido na ACNV. Essa imagem simboliza a luta que é fazer uma educação pautada na transformação e na conquista da cidadania. A partir de um movimento de inserção nos espaços de deliberações eles vão ocupando e exercitando sua cidadania.

A ACNV realiza parcerias com as escolas que os jovens da instituição são atendidos, são elas: (escolas municipais Luiz Inácio Ribeiro, Coutinho Estela da Cunha Santos e Cassiano Ribeiro Coutinho), essas parcerias foram de extrema importância, uma vez que a participação delas nas ações realizadas pela ACNV fortaleceram o movimento em defesa e luta das crianças

e dos adolescentes no município de Sapé.

Nesse processo de articulação com essas escolas municipais, surgiram algumas demandas, dentre elas a melhoria nas condições físicas da escola e aquisição de equipamentos. Esse debate foi levado para um dos encontros realizados pela instituição sobre Protagonismo. Na ocasião, esteve presente algumas autoridades, a exemplo das secretarias de Saúde e de Educação. Uma comissão de jovens entregou ao secretário de Educação do município de Sapé um documento¹⁹ solicitando a melhoria nas estruturas da escola, dentre outras questões que o referido documento apresenta. Essa estratégia de parceria com as escolas foi um mecanismo priorizado pela instituição, na luta pela cidadania e respeito aos direitos das crianças e dos adolescentes. Dessa maneira, educadores e jovens participantes da ACNV começaram a participar dos espaços em que a sociedade civil organizada debatem sobre seus direitos.

Esses passos de protagonismo dos jovens foram fundamentais para que pudessem entender, que sua participação nos espaços de disputa das políticas são importantes na garantia dos direitos, além disso, as ações da ACNV chegaram à comunidade, e puderam contribuir na organização do povo que estava à margem, não no sentido de substituir a ação do Estado, mas de contribuir na formação da consciência crítica e do seu papel enquanto cidadão.

Diante disso, a ACNV busca garantir um espaço de diálogo com a gestão da e aos poucos desenvolver algumas atividades em parceria, a exemplo da caminhada Protagonismo, Dia Nacional de combate ao abuso e exploração sexual e o trabalho infantil, dentre outras.

Imagem 14: Ação no Semáforo sobre Trabalho Infantil



Fonte: Arquivo da ACNV, 2022.

¹⁹ Segue documento em anexo

As atividades metodológicas desenvolvidas na ACNV estão baseadas na perspectiva da Educação Popular, conforme a proposta pedagógica (PP) da instituição, evidenciada em algumas ações e projetos desenvolvidos pela ONG. O referido documento PP menciona que, a educação popular fundamenta suas ações e cita “a Educação Popular propicia um conjunto de elementos teóricos que fundamentam as ações educativas, uma vez que a partir das experiências se percebe a relação que essa proposta educativa tem com o meio que está inserida, em outras palavras, como afirma Melo Neto (1999, p. 54), “é um sistema aberto que relaciona ambiente de aprendizagem e sociedade, a educação e o popular e vice-versa”.

A ação da ACNV junto à juventude possui um cunho metodológico baseado na pedagogia freiriana, alguns princípios da EP são identificadas nas suas ações, uma vez que o *diálogo, a participação e a consciência crítica* nos sujeitos são elementos bastante enfatizados nas suas atividades e constitui princípios fundamentais da sua ação. Na perspectiva da juventude se percebe que fazerem se descobrir enquanto sujeito ativo é um dos objetivos da ACNV explícitos em muitas das suas ações.

Compreendemos que é por meio dessa vivência nos princípios da Educação Popular, enquanto elementos de articulação da práxis pedagógica que podemos transformar o que para alguns se configura apenas um slogan da instituição. Na educação participativa, o diálogo como princípio político e educativo capacita os sujeitos para o exercício da cidadania, contribui na elaboração de saberes, no pensar, sentir e agir numa perspectiva de resignificação social, de construção de alternativas e de novas relações sociais. Neste sentido, as ações educativas da ACNV está balisada nas práticas sociais da comunidade, com foco prioritário para as crianças, adolescentes e jovens.

Vale lembrar, que a participação dos jovens nesses espaços de deliberação e elaboração de políticas públicas trazem importantes contribuições para sua formação, um processo no qual se problematiza os problemas do cotidiano e busca as soluções, muitos jovens tem se identificado com essa proposta de trabalho e se comprometido a buscar alternativas para a superação dos seus problemas e da comunidade. Entre as diversas atividades que eles e elas participam na ACNV, podemos citar: reuniões com líderes de grupos juvenis, encontros, congressos e seminários e nos espaços de participação cidadã:

- ❖ Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador (FEPETI)
- ❖ A Rede Margaridas Pró-Crianças e Adolescentes da Paraíba (REMAR)

- ❖ Participação no Fórum de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, com representantes jovens;

Todos esses espaços contribuem de forma significativa para a formação desses jovens. Um outro trabalho bastante destacado pela coordenação, pelos educadores e educadoras diz respeito ao projeto denominado de *Protagonismo Juvenil*. Esse projeto desenvolvido pela ONG tem como objetivo geral: empoderar os adolescentes e jovens protagonistas viverem a construção e reconstrução de sua cidadania e como objetivos específicos ele traz:

- Possibilitar momento formativo e a troca de experiência entre os adolescentes das organizações parceiras, contribuindo para o conhecimento e empoderamento dos protagonistas juvenis.
- Informar os protagonistas sobre seus direitos estabelecidos na lei e os mecanismos legais de controle social.
- Estimular os protagonistas juvenis a participação ativa nos espaços conselhos, fóruns, redes, escolas, grupos e comunidades.

Os encontros do grupo mantiveram uma frequência de participantes que variavam entre 13 e 16 jovens. Esses encontros tinham como principal objetivo estimular a participação dos protagonistas juvenis de forma ativa nos espaços de deliberação, elaboração e conquista das políticas públicas. Possibilitar o debate acerca da conjuntura política mundial, nacional e local, e fazê-los perceber a importância da participação ativa nessas organizações juvenis.

De acordo com o coordenador da ACNV(2022), esses encontros vão criando uma mentalidade de responsabilidade coletiva ampla, para além do seu grupo, aos poucos eles vão assumindo seu papel na sociedade. Muitos dos jovens que assumiram esse papel de representante da ACNV, eram jovens que antes desta oportunidade, tiveram suas potencialidades escondidas, bloqueadas na escola, na família e na vida e por falta de espaços para vivenciarem tais experiências foram ficando à margem.

A transição dos jovens da condição de problema à condição de participante do processo de resolução na escola, na família e na vida social mais ampla é a grande mudança de paradigma propiciada pelo protagonismo juvenil, pudemos verificar isso em alguma das falas das educadoras.

A participação dos jovens nos espaços de deliberações no município de Sapé colaboraram muito para que eles elas assumissem as coisas com mais responsabilidade. Aos poucos foram se colocando e apontando saídas para os problemas do cotidiano e outras demandas mais complicadas dialogavam na instituição para buscarmos saídas. (Educadora 1)

O exercício do protagonismo propicia a construção de uma agenda pedagógica, social e política baseada na construção da identidade das juventudes, fundamentada em princípios como autonomia, respeito a diversidade e suas especificidades. Ao longo dos anos sua voz foi silenciada e desconsiderada nos movimentos de transformação social, o movimento de protagonismo representa a ação direta das variadas expressões das juventudes na sociedade. Para Costa (2000, p. 179), protagonismo é a

modalidade de ação, criação de espaços e condições capazes de possibilitar aos jovens envolverem-se em atividades direcionadas à solução de problemas reais, atuando como fonte de iniciativa, liberdade e compromisso. O cerne do protagonismo é a participação ativa e construtiva do jovem na vida da escola, da comunidade ou da sociedade mais ampla.

Na concepção do coordenador da ACNV, a partir dos passos de protagonismo dos jovens e da articulação com outras organizações foram sendo fortalecidos os processos de formação e aquisição de novos conhecimentos na juventude. Para muitos desses jovens que participam da instituição, a saída de sua casa, da cidade, nas articulações com novas pessoas e espaço de luta com outros jovens estimularam alguns a se envolverem nas atividades da ACNV, a fazerem parte de forma mais ativa nos conselhos municipais, nas redes de proteção e nos fóruns em defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Imagem 15: Participação do Selo UNICEF (Jovem Ana Raquel) na mesa de abertura.



Fonte: Arquivo da ACNV, 2022.

Conforme verificamos na imagem 15, os adolescentes participam do evento do Selo da UNICEF, onde esteve presente a jovem Ana Raquel na mesa de abertura. Verificamos que os jovens que participam destes espaços vão descobrindo sua potencialidade de liderança, a força

que existe dentro de si, e passam a adotar uma postura de colaborador e colaboradora das ações que visem à melhoria da sua qualidade de vida sua, da família e da comunidade.

Entendemos que o protagonismo juvenil é um movimento individual e coletivo. Portanto, a participação viabiliza uma ação pedagógica enriquecedora no seu desenvolvimento pessoal, social, político e cultural. Para os educadores, familiares e comunidade em geral representa uma perspectiva de cidadania ativa. E para o Brasil, “se configura uma força criativa capaz de superar as estruturas desumanizantes em que vivemos, representa ainda a superação dos nossos seculares impasses e dificuldades em termos de desenvolvimento social e político. (COSTA, 2000, p. 252).

Com a participação desses jovens nas experiências políticas de conselhos municipais e fóruns, a ACNV, tem oportunizado conhecerem melhor o meio social em que vivem, contribuindo para o despertar da consciência crítica. Em contrapartida, começam a se destacar e ser foco de atenção na sociedade de forma satisfatória. A forma de como começam a participar ativamente, discutindo e propondo ações de melhorias para questões problematizadas existentes no meio em que vive, favorece essa visibilidade e reconhecimento social.

A “participação” em projeto é fundamental para que o jovem aluno realize as quatro aprendizagens fundamentais: aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser. Sobretudo, o projeto é uma atividade prática, que dispensa “teorias” e “conteúdos inúteis” [...] (SOUZA, 2008, p. 169).

É nesse sentido que, garantir aos jovens uma formação que possibilite essa tomada de consciência sobre seu papel na sociedade, quais caminhos seguir e que decisões tomar seja tão importante e urgente.

À luz de nosso objeto de estudo, temos verificado que a construção da cidadania e do protagonismo juvenil vai sendo forjada nos espaços diversos que a ACNV atua e vai intermediando junto à juventude, favorecendo o surgimento, por meio das ações pedagógicas e políticas, o desvelamento da realidade e o despertar da consciência crítica.

Obviamente, encontramos descompassos nessa trajetória ocasionados pelas estruturas políticas, econômicas e sociais que rotulam os adolescentes e a juventude como um problema para a sociedade brasileira, discriminam e atribuem o rótulo de “juventude alienada”, heranças históricas que precisam ser superadas e desconstruídas.

Percebemos que trata-se, na verdade, de um preconceito geracional, diante de uma realidade “outra”, onde os jovens vivem cotidianamente situações de violência e massacres de toda ordem, desigualdade e exclusão social, a falta de oportunidades profissionais e

conhecimentos que possibilite o reconhecimento e valorização das suas potencialidades. Essa estrutura favorece que a população jovem seja dia a dia empurrada para as margens da sociedade aumentando sua situação de vulnerabilidade social.

Portanto, estimular o protagonismo juvenil e a força criativa da juventude é uma das maneiras de se enfrentar os desafios gerados por uma sociedade desigual e injusta, estimulando-as a se colocarem em posição de destaque nas ações desenvolvidas superando seus interesses pessoais, reconhecendo sua força transformadora e criativa na sociedade.

4 ACRESCENTANDO PASSOS: PROTAGONISMO JUVENIL NO BRASIL

“Eu vou à luta com essa juventude.
Que não corre da raia a troco de nada.
Eu vou no bloco dessa mocidade
Que não tá na saudade e constrói
a manhã desejada”.
Gonzaguinha

Começo este capítulo trazendo a memória a música de Gonzaguinha, *E vamos a luta*, pois falar de protagonismo juvenil no Brasil é fazer memória da luta dessa juventude que arregaçou as mangas, lutou e luta por um amanhã diferente. Portanto, é preciso, antes de tudo, ao falar sobre Protagonismo juvenil, refletir sobre o conceito de juventude.

Concernente a esta reflexão, compreendemos que são diversas as realidades vividas pela juventude, inclusive por entendermos que não existe uma única juventude e sim, juventudes²⁰. Importante destacar que o movimento de adolescência surge anterior ao de juventude, mas é no interior da luta dos movimentos sociais da criança e do adolescente que emerge o movimento de juventude, pelas particularidades que ela carrega. Esse conceito de juventude é uma referência cronológica, da mesma forma que tratamos a adolescência dentro desta perspectiva, portanto, ao tratarmos de protagonismo juvenil podemos utilizá-lo no trabalho com adolescentes e/ou juventudes, respeitando suas nuances à cada período de vida.

Com base na conceituação da juventude, identificamos as formas com que o jovem é estereotipado, em alguns momentos como problema, sujeito inconstante e irresponsável, e em outros momentos como a solução dos problemas sociais, o salvador da sociedade. Essa contradição mostrou a importância da reflexão sobre a concepção do jovem como sujeito social, para isso foi necessário a contextualização do jovem e juventudes.

Para Sposito (2000), uma forma de superar as dificuldades na definição do conceito de juventude reside em reconhecer que a própria definição da categoria juventude encerra um problema sociológico passível de investigação, na medida em que os critérios que a constituem são sujeitos históricos e culturais.

Durante nossa pesquisa e estudos acerca do tema, fomos aprendendo na caminhada a partir dos referenciais teóricos a dificuldade e imprecisão na definição do termo “protagonismo

²⁰ o “ser jovem” e as novas juventudes que surgem a cada dia, suas multiplicidades e complexidades de indivíduos, combinadas com outras infinitas variáveis, como a classe social, idade, renda, instituição de ensino que frequenta, a localização de sua moradia, os tipos de lugares que costuma frequentar, os grupos em que se identifica ou participa, pode-se configurar formas de juventudes, pois, é um termo flexível e dinâmico, na medida em que se pode ter vários papéis sociais, dependendo do contexto em que está inserido. Não podemos tratar esse termo de forma homogênea dada as suas particularidades (MORENTIN, 2019).

juvenil”, por suas variadas interpretações, bem como a concepção de “Juventudes”.

A categoria juventudes constitui uma construção sociocultural e, apesar da impossibilidade histórica de sua generalização conceitual, vem mantendo, ao longo do tempo, alguns elementos universais que a caracterizam. Portanto, faz-se necessário entender a historicidade da categoria juventude respeitando a dimensão idade/geração, como construção social que, em diferentes épocas e processos históricos, adquire significações diversas por sua configuração de classe, faixa etária, etnia, caráter e natureza.

A ideia de juventude que temos hoje é fruto de um “processo histórico-social da modernidade, que se organiza também pela estratificação da vida em faixas etárias, gerando uma “cronologização do curso da vida” (GROPPO, 2000. p. 12). Até a década de 1980, no Brasil, os jovens eram abrangidos por políticas sociais destinadas as demais faixas etárias, não havia uma especificidade para este público. A partir da década de 1990, esse cenário começa a ser modificado a partir das iniciativas do setor público, das mobilizações populares e do envolvimento do Poder executivo federal, estadual e municipal.

Diante dessa nova conjuntura, aprofundar a discussão acerca dessa temática e os processos de mudanças ocorridos ao longo da história, dentre elas aspectos como: cultura, lazer, consumo, política, e as relações cotidianas que impactam diretamente na vida da juventude são extremamente necessário. Para Groppo (2000), é necessário

desmistificar a juventude como algo natural, afinal ela constitui uma categoria socialmente construída. Não se tratando apenas de limites etários, mas também de representações simbólicas e relações sociais. A juventude é plural, existindo subcategorias de indivíduos jovens com características, símbolos, comportamentos e sentimentos próprios, que mudam de acordo com a classe social, etnia, nacionalidade, gênero e contexto histórico.

Partindo desta compreensão, a categoria juventude, é carregada de significados e simbolismos que foram sendo construídos socialmente ao longo dos anos, razão pela qual não podemos tratá-la de forma singular, tampouco homogênea, pois existe uma infinidade de elementos a serem considerados acerca dessa categoria. Da mesma forma, tratar a temática do protagonismo juvenil sem considerar a dimensão do conceito “juventudes” seria um equívoco. Daí nossa preocupação em trazer inicialmente essa discussão em torno do processo histórico, político e cultural que envolve a temática.

Nessa direção, buscamos discutir neste capítulo o referencial de protagonismo juvenil a partir de autores como: Costa (2001), Groppo (2000), Stamato (2008 e 2009), Silva (2015) e Souza (2006), na perspectiva de realizar sua retrospectiva histórica, cultural e política,

contextualizando o discurso de protagonismo juvenil e como se insere nas discussões atuais sobre a juventude ou “juventudes”.

Destacaremos no primeiro item a *construção histórica da expressão Protagonismo Juvenil*, examinando os itinerários construídos teoricamente sobre esse conceito, a partir de referenciais teóricos que enfocam a temática sobre diferentes olhares e contribuem para a construção conceitual desse termo.

No segundo item apresentaremos uma retrospectiva histórica, política e cultural sobre o protagonismo juvenil intitulado como: *um breve olhar sobre a origem do termo* a partir de diferentes autores.

E por último, denominado *a presença do Protagonismo Juvenil nas Legislações nacionais*, elencamos alguns documentos norteadores da presença do protagonismo Juvenil nas legislações brasileira, referenciada pela aprovação da Constituição Federal de 1988, sob a qual teceremos nossas reflexões subjacentes à noção de sujeito de direito, surgidas no contexto da redemocratização do Brasil, a partir da qual identificamos o “jovem”, como um ser social, portanto sujeito de direito.

Nesta sessão, a partir dos dispositivos legais nacionais, pretendemos perceber as contribuições, limites e avanços para a efetivação de políticas públicas para crianças, adolescentes e jovens, a saber: Estatuto da Criança e do Adolescente/ECA (BRASIL, 2000a), a Lei do Estatuto da Juventude nº 12.852, de 5 de agosto (2013) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação/LDB (BRASIL, 1996), dentre outras.

Em todos esses documentos o protagonismo juvenil se afirma como tema fundante e relevante na perspectiva do empoderamento juvenil, enquanto agente ativo da construção de uma categoria social de juventude, consciente de seu papel na transformação e construção de uma nova sociedade, efetivamente justa e igualitária, importante de destacar que todas essas leis são fruto e conquista dos movimentos sociais que lutam para garantia do direito dessa população em tela em nosso trabalho.

4.1 A construção histórica do conceito Protagonismo Juvenil

Emergindo no cenário político e econômico por volta das décadas de 1970 e 1980, fazendo-se presente em vários âmbitos. A expressão protagonismo juvenil tem sido identificada à concepção de empoderamento e participação democrática da juventude, associando-se à noção de sujeito de direitos, presente nas diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente

(BRASIL, 2000a), da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996), e do Estatuto da Juventude (2007).

A partir dessa noção de sujeitos de direitos, desde então o conceito Protagonismo Juvenil vem sendo utilizada em “textos e documentos legais de órgãos do governo, em projetos de organizações não governamentais, nas propostas de financiamento de organismos internacionais, em depoimentos de líderes de grupos juvenis, encontros, congressos e seminários” (STAMATO, 2008, p. 56). No Brasil, ele ganha força, especialmente na década de 1990, entre os educadores e educadoras que atuam nas ações realizadas com e pelos jovens. Dayrell (2005) confirma que esse termo vem sendo utilizado, de maneira crescente, por gestores públicos, lideranças comunitárias, professores e educadores ligados as ONGs, além de estar presente nas justificativas de projetos voltados para as juventudes.

Importante destacar, que no sistema capitalista temos alguns termos que surgiram da luta dos movimentos sociais foram usurpados pelo sistema e distorcidos no seu significado de origem. Um deles é o termo protagonismos, na compreensão da maioria das pessoas protagonismo é sinônimo de individualismo. Reforçando a ideia de competição, ser o primeiro, incentivando muito mais o individualismo em detrimento do protagonismo. É importante ressaltar, portanto, que existe uma discrepante divergência entre ter autonomia e ser individualista. O movimento do protagonismo no seio dos movimentos sociais incentiva a autonomia dos sujeitos, significa estar á frente, mas não sozinho, estar conectados com o coletivo para fortalecer a identidade de cada sujeito.

Desenvolver a perspectiva do protagonismo juvenil no contexto brasileiro, implica criar espaços de reflexão, de discussão e de participação, para que adolescentes e jovens pratiquem a crítica, a argumentação e exercitem a cidadania, idealizando e concretizando, coletivamente, pequenas intervenções culturais, políticas e educacionais na sociedade.

O Protagonismo Juvenil tem sido identificado a uma determinada forma de participação das juventudes na sociedade, que tanto se associa à concepção de fortalecimento da participação democrática, quanto se caracteriza como um conceito impreciso e multifacetado, ancorado em diferentes referenciais teóricos, metodológicos e ideológicos. Para Costa (2001, p. 179), um dos estudiosos da temática, o conceito *Protagonismo juvenil* é definida como:

Uma modalidade de ação é a criação de espaços e condições capazes de possibilitar aos jovens envolverem-se em atividades direcionadas à solução de problemas reais, atuando como fonte de iniciativa, liberdade e compromisso. [...] O cerne do protagonismo, portanto, é a participação ativa e construtiva do jovem na vida da escola, da comunidade ou da sociedade mais ampla.

Embora tenhamos uma diversidade de conceitos sendo disseminados no tocante ao tema protagonismo juvenil, ao explanar sobre a temática os autores são categóricos em afirmar que o exercício do protagonismo juvenil abre novas possibilidades de interação, configurando-o como uma prática político-pedagógica privilegiada, enquanto possibilidade de empoderamento e de fortalecimento da sua capacidade de buscar soluções para as dificuldades e tomadas de decisões cotidianas sobre sua vida, gerando mudanças significativas em seu modo de ser e agir no mundo.

O que nos faz perceber que, a palavra protagonismo juvenil, representa a participação juvenil em atividades que visam a construção e implementação de saídas para solucionar os problemas do cotidiano enfrentados pelas juventudes. Estudos sobre a participação política dos jovens foram intensamente desenvolvidos na segunda metade do século XX (SPOSITO, 2013). Seja como foco para o trabalho, seja criando estratégias de participação na vida pública, eles e elas foram sendo estimulados à inserção no mundo adulto. Nesse sentido, estimular conhecimentos que possibilitem elaborar estratégias de superação para os problemas sociais gerados por uma sociedade capitalista marcada por relações desiguais e injustas constitui tarefa motivadora dessa juventude.

O protagonismo juvenil se afirma como tema fundante numa perspectiva de empoderamento das juventudes, enquanto agente ativo da construção de uma categoria social, consciente de seu papel de agente de transformação e renovação contínua da sociedade.

Entretanto, o debate em torno do tema protagonismo juvenil apresenta algumas contradições, as intervenções de diferentes tipos e matizes, muitas vezes contraditórias ao empoderamento e à luta presentes em sua raiz etimológica, ocasionando no interior de diferentes segmentos sociais, questionamentos e antagonismos a seu uso. Daí a importância de aprofundar seu estudo na academia, espaço de produção do saber teórico, indispensável para a real compreensão dos fenômenos psicológicos, sociais e políticos que permeiam a sociedade em seu ritmo ininterrupto de transformações e mudanças, especialmente na juventude.

A palavra protagonista é formada por duas raízes gregas: *proto*, que significa o primeiro, aquele que combate na primeira fila, ocupa o primeiro lugar, o personagem principal, e *agonistes*, significa o lutador (SILVA; MORAES, 2007). Ao buscar a origem histórica do termo, Souza (2006, p. 8) faz a seguinte observação:

Em português, seu primeiro registro data de 1858 (HOUAISS e VILLAR, 2001). Já a forma *protagonista* foi registrada em língua portuguesa em 1615 e parece ter sido formada com os vocábulos gregos *prôtos* (primeiro, principal) e *agônístēs* (lutador, competidor). Conforme Houaiss e Villar (2001), o termo grego *agônídzomai*, significa ‘concorrer em jogos públicos,

lutar, disputar o prêmio; combater' e deriva de *agôn,ônos* ou 'assembléia, reunião, assembléia para os jogos públicos; jogo, concurso, luta combate; ação militar, batalha; luta judiciária, processo' (p. 2316). (grifos da autora).

Com base na origem da palavra protagonista, a autora associa personagem principal a disputa e combate em espaços públicos, fazendo uma leitura de protagonista como principal competidor de jogos públicos, assembléias, reuniões, lutas judiciárias ou processos, caráter que, na sua opinião, poucas vezes é levado em conta na utilização do termo.

A visão que mais aparece nos estudos sobre protagonismo é a que advém do teatro grego, definindo o protagonista como aquele que ocupa o papel central nos acontecimentos, em torno do qual gira toda a ação e toda a trama, passando uma idéia de que o protagonista dá as diretrizes dos processos em que está envolvido e, com sua atuação, define os rumos da história.

A raiz etimológica remete o conceito de protagonismo juvenil ao fortalecimento do termo jovem, enquanto ativo participante na transformação política e social. À luz da Educação Popular, o conceito de protagonismo representa no termo jovem, um sujeito ativo, participante da/na transformação política e social. Entretanto, este fortalecimento e sua participação não ocorrem por si, de forma espontânea, natural, em função do ingresso na juventude, mas resultam de um processo, por meio do qual o jovem se torne capaz de ser não um mero ator social, mas um lutador, que questione e intervenha consciente e criticamente em sua vida e na sociedade.

A contextualização histórica do uso deste termo, a partir da análise de autores que estudam o protagonismo juvenil como Stamato (2008), referenciados em diferentes teorias e concepções, mostra que este ora se apresenta como conceito, ora como estratégia, ora como metodologia, sempre associado à participação do jovem. Segundo o autor, a participação como objetivo último do protagonismo juvenil remonta ao processo político de fortalecimento do protagonismo social da população, decorrente da abertura democrática do país, que levou ao fim do período do regime militar, antidemocrático, marcado por perseguições, violência, conflitos, mortes e perda de direitos.

Nesse cenário, após o período de regime militar, a população brasileira se depara com um novo cenário, agora aberto para participação da sociedade e novas legislações são norteadas pelo paradigma da democracia participativa e com muita luta vão sendo consolidadas. É importante ressaltar que o período do regime militar foi um tempo fértil para o surgimento de diversas manifestações populares, elas impulsionaram a discussão e elaboração da propostas construída pela população ao documento, e posteriormente a aprovação da Constituição Federal em 1988, representando uma conquista para todo o povo brasileiro.

Ainda nesse contexto, Sofiati (2004) menciona que a vivência do protagonismo juvenil

teve um período intenso a partir das pastorais sociais da igreja como a Pastoral da Juventude Católica e do meio popular, ambas expressões de uma igreja comprometida com as causas sociais, nesse caso específico, com as juventudes, que tomaram como proposta o protagonismo como mote de evangelização, mas também para favorecer a militância social dos jovens mais pobres. Eles acreditavam que estimular o protagonismo juvenil e sua força criativa inerente era uma das formas de enfrentar os desafios de uma sociedade marcada por injusta e exclusão.

Na década de 1990, esse termo passou a se fazer presente de forma mais intensa nos discursos acerca da participação dos jovens e foi assumindo outros sinônimos como autonomia, empoderamento, cidadania, responsabilidade social, ação solidária, dentre outros.

No que toca os marcos legais, após a Constituição Federal em 1988, tivemos uma expressiva mudança de princípios e diretrizes em seu paradigma com relação à participação da população nos rumos da política nacional. Estas mudanças se fizeram presente no próprio processo de discussão e reformulação da lei, o chamado Processo Constituinte, que possibilitou, pela primeira vez na história do Brasil, a reunião de pessoas dos mais variados segmentos de todas as partes do país em torno da inclusão de direitos universais, coletivos e individuais no novo texto legal.

Na democracia representativa, “a representação política é uma forma de delegação de direitos e prerrogativas a um grupo de pessoas, para que elas exerçam o poder, em nome do povo, nas funções legislativas de governo” (MARTINEZ, 1997, p. 21). Já a democracia participativa se caracteriza pela participação da sociedade na gestão e no controle das políticas sociais, através de canais institucionais de atuação - os Conselhos de Políticas Públicas -, que se consolidam como

espaços de co-gestão entre Estado e sociedade que vêm se contrapor a uma tradição autoritária e excludente que caracteriza os espaços de decisão política no Brasil onde muitas vezes prevalecem barganhas políticas, interesses privados e relações clientelistas. São formas inovadoras de gestão pública que permitem o exercício de uma cidadania ativa, incorporando as forças vivas de uma comunidade à gestão de seus problemas e à implementação de políticas públicas que possam solucioná-los (CARVALHO; TEIXEIRA, 2000, p. 8).

Nesse sentido, a sociedade tem exercitado a participação nesses espaços de poder, no sentido, de buscarem a efetivação de direitos sociais negados, especialmente a população jovem pobre. Daí a importância de legislações que garantam as políticas públicas, bem como os canais de fiscalização, implantação e garantia dessas políticas. Assim sendo, as políticas públicas podem ser entendidas como ações que têm como objetivo atender aos interesses da sociedade.

Neste caso, o governo e as organizações sociais têm o compromisso de defender os interesses coletivos e garantir o seu bem estar.

E se estamos falando em políticas públicas para a juventude, ou melhor, para as juventudes, não podemos esquecer que sua participação na formulação dessas políticas serão indispensáveis. E esta população precisa assumir uma participação efetiva na formulação, gestão e avaliação de todo o processo. Portanto, o desafio é assumir um protagonismo que designe a participação da coletividade, incluindo as juventudes na construção dessas políticas para a melhoria da sua qualidade de vida.

4.2 A presença do protagonismo juvenil na Legislação Nacional

A inclusão desse tema nos processos educacionais presentes nas legislações são conquistas dos movimentos sociais, os quais têm como objetivo fortalecer o movimento das juventudes, no sentido de garantir o respeito das suas identidades, necessidades e especificidades, desmistificando a compreensão de um conceito homogêneo de juventude.

Segundo Stamato (2008), no contexto internacional temos a proclamação do Ano Internacional da Juventude, proclamado em 1985 pelas Nações Unidas, desde então os organismos oficiais de juventude dos países Ibero-americanos têm mantido sucessivos encontros de trabalho e conferências de caráter intergovernamental relativos a programas de desenvolvimento do setor jovem da população, entre os quais cabe mencionar as sete Conferências Intergovernamentais sobre juventude, que tiveram lugar em Madri (1987), Buenos Aires (1988), São José (1989), Quito (1990), Santiago (1991), Sevilha (1992) e Punta del Este (1994). Todas elas tiveram como principal objetivo formular, executar e avaliar planos, programas, projetos e atividades concordantes com os requeridos pelos Estados Membros, com a finalidade de contribuir para a consecução dos objetivos das suas políticas de desenvolvimento em favor da juventude. (Brasil, 2013)

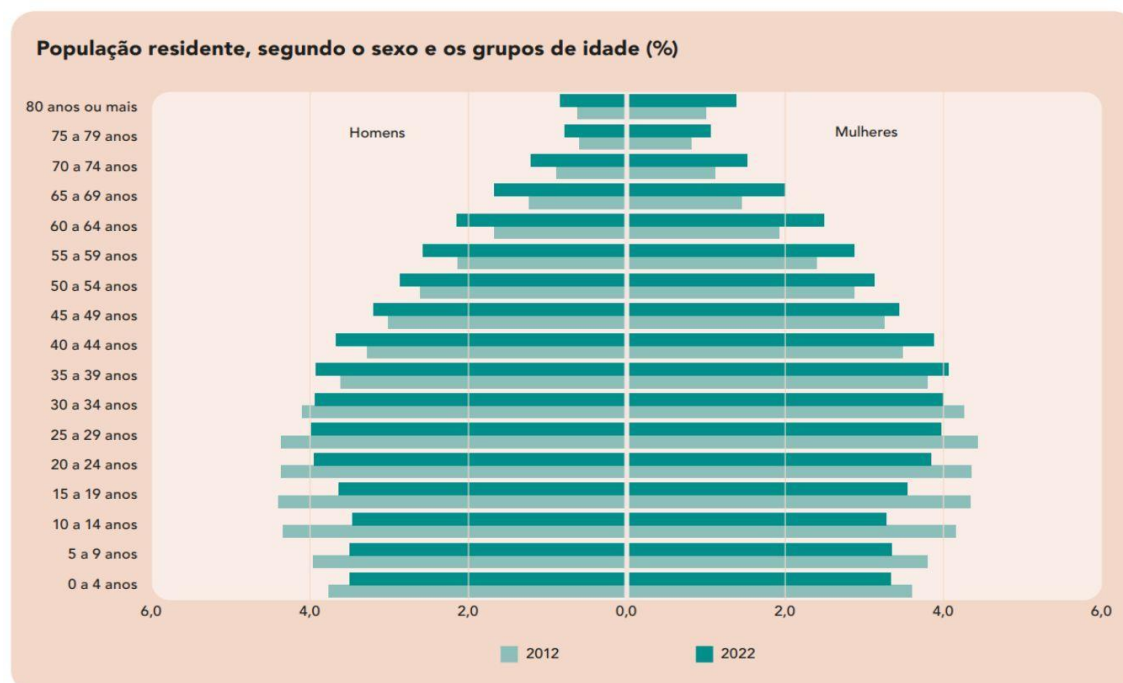
Os avanços trazidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que este ano completou 33 anos, trouxeram importantes avanços para o cenário da juventude. A partir do movimento de crianças e adolescentes foi sendo instaurada a discussão sobre juventude, e posteriormente a construção de leis específicas para esse segmento social. Portanto, verificamos na legislação Brasileira a materialidade do tema juventude e os direitos regulamentos para essa população. Dessa forma, encontramos diversos documentos dentre eles a Política Nacional da Juventude, que traz a seguinte definição: juventude "é uma condição social, balizada por uma faixa-etária, que no Brasil congrega cidadãos e cidadãs com idade compreendida entre os 15 e

29 anos" (Novaes, Cara & Papa, 2006). Considerou-se a faixa etária de 15 a 29 anos como juventude, em conformidade com a Política Nacional da Juventude (PNJ) e com o Estatuto da Juventude (Lei n. 12.852, 2013)

Essa faixa etária é tida como um padrão internacional, utilizado no Brasil pela própria Política Nacional da Juventude (2006). No entanto, é preciso ressaltar que não há um consenso quanto à faixa etária que caracteriza o público jovem. De acordo com dados do PNAD contínua do IBGE de 2022, o Brasil possui uma população jovem em decréscimo, com predominância de pessoas do sexo feminino, sendo que os jovens entre 15 e 29 anos correspondem a 23% da população, esse dado revela que o envelhecimento da população brasileira aumentou entre 2012 e 2022.

Segundo o PNAD contínua (2022), esta mudança pode ser observada pela menor porcentagem encontrada nos grupos etários mais jovens (base da pirâmide), ao mesmo tempo em que houve aumento nas porcentagens dos grupos de idade a partir dos 60 anos que ficam no topo da pirâmide.

Imagem 16: Pirâmide etária



Fonte: PNAD contínua do IBGE de 2022.

Trazemos essa discussão etária para compreender a presença da juventude nas legislações, a partir do marco geracional, que para alguns é definido considerando apenas a questão etária.

Embora, observemos que alguns teóricos não concordam com essa divisão e se contrapõem a ideia que cristaliza a juventude em uma determinada faixa etária, muitos utilizam esse marco como critério na formulação de políticas.

Ainda nessa direção, de compreender a presença da juventude nas legislações, observamos que alguns teóricos não concordam com essa divisão geracional e contrapõem a essa ideia que cristaliza a juventude em uma determinada faixa etária. Nesse sentido, não se pode considerar a juventude apenas por definição de faixa etária, pois "ser jovem no Brasil contemporâneo é estar imerso - por opção ou por origem - em uma multiplicidade de identidades, posições e vivências" (PNJ, 2006, p. 5).

Portanto, para operacionalizar as políticas públicas voltada para as juventudes no contexto brasileiro, preconizada na Constituição Federal, temos hoje um conjunto de medidas, marcos legais, e planos nacionais que vem colaborando significativamente no enfrentamento das situações de marginalização, criminalização e exclusão social das juventudes materializadas nas seguintes leis e Planos:

- Plano Nacional de Educação – 2014-2024 (Lei nº 13.005, de 25 de Junho de 2014);
- Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária / Lei nº 12.010, de 03 de agosto de 2009 (Lei do Direito à Convivência Familiar);
- Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo / Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012 (Lei que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional);
- Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente Trabalhador
- Estatuto da Criança e do Adolescente/ECA (8.069/90)
- Lei Orgânica da Assistência Social/LOAS (8.742/93)
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB (9.394/96)
- Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013)
- Dentre outras leis e planos relacionados a proteção das crianças, adolescentes e jovens

Para Stamato (2008), esse conjunto de legislações têm com o objetivo fortalecer o poder de interferência dos cidadãos nas decisões, nas ações e no controle da sociedade, essencial à participação cidadã.

A participação cidadã é concebida no bojo da sociedade civil, onde os vários atores interagem entre si e em relação ao Estado e à sociedade política. Esta participação não se dá no vácuo nem nas instituições da sociedade política. Constitui-se de ações que se realizam de forma organizada e planejada ou, às vezes, espontânea, numa relação contraditória entre os diversos atores. Desenvolve-se e cristaliza-se em determinados espaços públicos, nos quais se tematizam questões de interesse geral, realizam-se negociações entre os diversos atores, formulam-se proposições de políticas públicas e pode-se exercer o controle social dos atos e decisões do poder político (TEIXEIRA, 2000, p. 20).

Ainda segundo Stamato (2008), as ações organizadas, planejadas e realizadas com vistas à gestão das políticas públicas e a participação cidadã envolvem um processo de protagonismo, denominado de *protagonismo social*, ou seja, aquele que se dá a partir da ocupação de espaços públicos institucionais, como os Conselhos. Para a autora, exercendo seu papel de decisão e deliberação, o cidadão rompe com a postura de espectador do que acontece na vida política do bairro, cidade, estado, país em que vive e pode se tornar um protagonista, alguém que ocupa papel central na história e modifica seus rumos.

Os estudos de Barrientos e Lascano (2000) definem protagonismo social como a participação ou atuação dos indivíduos em um determinado espaço - comunidade, região ou país -, com possibilidades de influir nas decisões e ações que os envolvem. Para eles, essa participação se dá de forma coletiva, através de grupos organizados, e supõe o exercício de responsabilidades e direitos dentro de espaços democráticos, construindo-se a partir das ações e dos papéis que os indivíduos assumem no interior dos grupos.

Portanto, a estruturação de grupos organizados é um elemento fundamental para o exercício do direito de ser protagonista. Cada grupo tem suas particularidades e se insere no espaço social, conforme seu objeto de interesse, seus modos de organização, seu âmbito de ação e possibilidades, constituindo organizações políticas, sindicais, estudantis, religiosas, empresariais, culturais, esportivas, religiosas, ecológicas, etc.

Seguindo essa linha de pensamento, entendemos que o exercício do protagonismo é modelado por algumas características básicas dos grupos, como: manejo da informação, exercício do poder, capacidade de negociação, disponibilidade de recursos, tecnologia e capacitação dos membros, clareza de missão, possibilidades do contexto. Assim sendo, Barrientos e Lascano (2000), alertam que o protagonismo social depende tanto das organizações, como do preparo para o exercício individual de responsabilidades e direitos, para a tomada de decisão e para a execução de ações coletivas. A interação entre atuação individual

e participação coletiva possibilita um processo contínuo de retroalimentação e fortalecimento de indivíduos e sociedade.

O protagonismo social, como estratégia fundante da democracia participativa, se embasa legalmente nos mecanismos institucionais de controle social, previstos na Constituição de 1988, que possibilitou a participação de setores sociais tradicionalmente marginalizados e excluídos dos processos decisórios. Segundo Stamato (2008), vários países têm se unido para garantir o estabelecimento e cumprimento dos direitos universais, sob o selo da Organização das Nações Unidas, a partir dos documentos consensuais em torno da questão. Estes documentos são agrupados em dois tipos básicos, conforme analisa Santos (1999): as declarações e as convenções. Uma declaração é um enunciado de princípios, cuja obediência se dá com

base na adesão moral e política, não havendo obrigatoriedade no seu cumprimento. Já as convenções são tratados entre nações, e a adesão a elas, devem primeiro ser endossada e depois ratificada pelos países signatários. A diferença em relação à declaração reside exatamente na obrigatoriedade do cumprimento de convenções. Assim, ao ratificar uma convenção, cada país se obriga individualmente a cumprir o preceituado naquela convenção (p. 28).

As convenções e declarações são aprovadas em Assembléias Gerais com a participação dos países integrantes da ONU e, a partir delas, nascem as Resoluções, que congregam normativas e diretrizes voltadas à sua operacionalização. De acordo com os estudos de Souza (2006), o marco original do atual discurso internacional sobre juventude se localiza exatamente em uma Resolução, aprovada pela Assembléia Geral da ONU, em novembro de 1985, Ano Internacional da Juventude. Esta Resolução incluiu temas como: *participação, desenvolvimento e paz* nas recomendações aos governos e órgãos das Nações Unidas e organizações não governamentais, com relação às diretrizes e medidas a serem adotadas no âmbito da juventude.

No contexto mundial, tivemos na década de 1990 a realização de Fóruns Mundiais de Juventude, e a elaboração de documentos referenciais para a adoção de políticas públicas, que consolidaram o discurso internacional sobre juventude. Em 1997, a revitalização da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura/UNESCO no Brasil teve como consequência a publicação de um documento de subsídio às políticas públicas dirigidas aos jovens, em que, pela primeira vez, o termo protagonismo juvenil aparece como referência para a construção de uma política nacional para a juventude.

No documento *Políticas Públicas de/para/com a juventude*, um dos norteadores da atual política nacional juvenil, a Unesco em 2005 consolida a participação ativa desse público nas

políticas. A participação cidadã refletiu no conteúdo de legislações brasileiras dirigidas a população jovem, aprovadas a partir de 1989, especialmente no documento do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 2010), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e no Estatuto da Juventude 12.852/2013 (BRASIL, 2013).

Embora o conceito protagonismo juvenil não esteja explícito nos textos que compõe o conjunto de leis mencioandas anteriormente, verificamos que no Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 2010), a concepção de sujeitos de direitos se aproxima do protagonismo, na medida em que garante, às crianças e aos jovens, a possibilidade de aproveitar de todos os direitos inerentes à pessoa humana, em condições de *liberdade* (grifo nosso) e dignidade, conforme define o Artigo 3º:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade (BRASIL, 2010, p. 14).

Essa expressão sujeito de direito presente no artigo do estatuto da criança e do adolescente, referenda a plena capacidade jurídica e perfeita correspondência entre a situação legal da criança e do adolescente e a situação legal do adulto, com relação a seus direitos fundamentais, independentemente das diferenças decorrentes de sua faixa etária.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL,2010) representa um significativo avanço para crianças e adolescentes, atribuindo-lhes formalmente a categoria de cidadãos, com interesses específicos e diferentes do adulto, que devem ser levados em conta na elaboração e execução de políticas públicas. Mas, por outro, limita a liberdade do jovem e contradiz a concepção de protagonismo juvenil, na medida em que define um sujeito titular de direitos, sem capacidade plena para exercê-los. A partir dessas reflexões percebemos as contradições existentes no campo das legislações, especialmente quando situamos esses marcos legais dentro de uma sociedade capitalista e patriarcal.

Analizando a contradição entre a concepção de sujeitos de direitos e a supremacia do adulto, camuflada no princípio da proteção integral, Santos (1999) retoma a tradição dos sistemas legais predominantes nas sociedades ocidentais modernas, com relação à criança e ao adolescente, destacando quatro categorias centrais: poder, responsabilidade, imunidade e incapacidade. O poder se associa à responsabilidade legal. A responsabilidade se contrapõe à

imunidade e à posição de dependência. E a incapacidade se relaciona à incompetência de gerir a própria vida.

A confirmação legal da capacidade de tomar decisões e assumir responsabilidades abre a possibilidade de emancipação e torna a situação dos adolescentes mais complexa, uma vez que acaba por produzir uma dicotomia entre capacidade de ter poder de decisão, competência ‘de fato’, e direito de ter este poder, competência ‘de direito’. Nesta perspectiva, a especificidade da condição infantil e juvenil, matriz de definição dos direitos a serem garantidos para um desenvolvimento saudável, se torna limitante para a universalização destes direitos e para o exercício pleno da cidadania.

Considerando a cidadania um *status* dos que são membros integrais de uma mesma comunidade, poder-se-ia dizer que as crianças e adolescentes têm uma cidadania parcial. Tem sido recorrente o uso do termo ‘cidadania de segunda categoria’; porém é preferível utilizar a noção de cidadania tutelada ou ‘cidadania regulada’, na medida em que os sistemas legais estabelecem idades diferenciadas para que os jovens adquiram o *status* de cidadãos plenos. Em geral, os países convencionam uma idade a partir da qual as pessoas jovens se equiparam aos adultos em direitos e deveres, que via de regra é denominada ‘maioridade’ (SANTOS, 1999, p. 17).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), assim como o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 2010), representa um avanço significativo na política educacional para a juventude, por garantir o ensino médio enquanto direito e atribuir sua garantia ao Estado, e situar o jovem como sujeito produtor de conhecimento e participante do mundo do trabalho, favorecendo o seu desenvolvimento como cidadão.

O documento que trata das Diretrizes curriculares Nacionais para o Ensino Médio (BRASIL, 2000b) abrange um conjunto de instruções ou indicações que devem ser consideradas na elaboração e execução dos planos ou ações educativas. Nesse sentido, a presença do protagonismo juvenil em seu conteúdo, nos fornece um panorama sobre o que a educação entende como participação ativa do jovem no processo de ensino-aprendizagem e as formas de concretizar essa participação.

Corroborando essa questão, trazemos no texto das DCNEM (BRASIL, 2000b) a expressão protagonismo que aparece de forma explícita em três artigos. No artigo 3º, que trata dos princípios estéticos, políticos e éticos que devem nortear a prática administrativa e pedagógica, a convivência no ambiente escolar, os mecanismos de concretização da política educacional, os critérios de alocação de recursos, a organização do currículo e das situações de ensino aprendizagem, onde inclui:

II - a Política da Igualdade, tendo como ponto de partida o reconhecimento dos direitos humanos e dos deveres e direitos da cidadania, visando à constituição de identidades que busquem e pratiquem a igualdade no acesso aos bens sociais e culturais, o respeito ao bem comum, o *protagonismo* e a responsabilidade no âmbito público e privado, o combate a todas as formas discriminatórias e o respeito aos princípios do Estado de Direito na forma do sistema federativo e do regime democrático e republicano (BRASIL, 2000b, grifo nosso).

O Artigo 7º, que estabelece em observância à identidade, à diversidade e à autonomia, em busca da melhor adequação às necessidades dos alunos e do meio social, os sistemas escolares:

V - criarão mecanismos que garantam liberdade e responsabilidade das instituições escolares na formulação de sua proposta pedagógica, e evitem que as instâncias centrais dos sistemas de ensino burocratizem e ritualizem o que, no espírito da lei, deve ser expressão de iniciativa das escolas, com *protagonismo* de todos os elementos diretamente interessados, em especial dos professores (BRASIL, 2000b, grifo nosso).

E no Artigo 10, o qual enfatiza a base comum dos currículos em áreas de conhecimento, incluindo entre os objetivos da área de Ciências Humanas e suas Tecnologias, a constituição de competências e habilidades que permitam ao jovem:

e) Traduzir os conhecimentos sobre a pessoa, a sociedade, a economia, as práticas sociais e culturais em condutas de indagação, análise, problematização e *protagonismo* diante de situações novas, problemas ou questões da vida pessoal, social, política, econômica e cultural (BRASIL, 2000b, grifo nosso).

De acordo com as reflexões acerca destes artigos, percebemos que o enunciado protagonismo inclui tanto jovens como professores, e se associa a uma postura de defesa dos direitos humanos e de cidadania, de participação na execução da proposta pedagógica e de envolvimento na busca de soluções a problemas pessoais e coletivos.

Partindo da compreensão dos artigos mencionados, constatamos que existe na legislação mecanismos de garantia dos direitos educacionais para esses sujeitos, garantindo o exercício do protagonismo. Em outros artigos, sem explicitar o termo protagonismo, verificamos que os textos fomentam a institucionalização de mecanismos de participação da comunidade, o exercício pleno da cidadania, o exercício da autonomia, a responsabilidade, a participação do jovem e o exercício pleno da cidadania, elementos que se alinham à prática do protagonismo

juvenil.

A importância da reflexão acerca do termo protagonismo na legislação brasileira, nós questiona a pensar? Qual a intencionalidade em tratar o termo protagonismo nas diretrizes de forma ainda vaga e difusa, associando-o a diversas posturas, ações e atores, e não explicitam claramente as estratégias e condições para sua operacionalização. Compreendemos que não adianta apenas incluir o termo no texto da lei, é preciso deixar claro de qual protagonismo se está falando (concepção teórica), e o que fazer para que ele saia da teorização e se torne realidade no interior da dinâmica pedagógica (referencial metodológico). A concepção de protagonismo a qual defendemos está ancorada numa perspectiva política metodológica da educação popular.

Trazemos pra este debate a presença do protagonismo juvenil nos dispositivos legais brasileiros, o Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013), o qual é resultado do trabalho de parlamentares que atuam nas questões juvenis, aglutinados na Comissão Especial de Políticas Públicas para a Juventude e na Frente Parlamentar em Defesa da Juventude, e sobretudo pelo trabalho de diversos movimentos sociais que militam sobre a questão apresentando propostas para compor o documento. Essas propostas foram elaboradas pelos próprios jovens na Conferência Nacional de Juventude, realizada em junho de 2004 (BRASIL, 2007a).

O Estatuto da Juventude define os direitos básicos da população entre 15 e 19 anos, determinando que família, comunidade, sociedade e poder público são responsáveis pelo cumprimento desses direitos; que os jovens devem ter prioridade no atendimento individualizado em órgãos públicos e no acesso à educação gratuita; e, ao nosso ver um dos principais avanços, que estes devem participar da formulação e da avaliação das políticas públicas voltadas para a juventude, por meio de representações escolares e de garantia de espaço nos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional da Juventude.

A partir do Estatuto da Juventude (2013), temos especificamente no Capítulo II a referência do Direito à Cidadania e à Participação Social e Política, determinando, no Artigo 10, que “É garantida ao jovem a participação na elaboração de políticas públicas para juventude, cabendo ao Estado e à sociedade em geral estimularem o protagonismo juvenil”. E, definindo, ainda no Artigo 11, como deve ser esta participação: “A participação do jovem na tomada de decisões políticas concernentes à juventude será, sempre que possível, de forma direta de acordo com a lei” (BRASIL, 2007a).

De um modo diferencial das legislações analisadas anteriormente, o Estatuto da Juventude explicita, no Parágrafo Único de seu Artigo 10, o que entende por protagonismo juvenil:

Parágrafo único. Entende-se por protagonismo juvenil:

- I – a participação do jovem em ações que contemplem a procura pelo bem comum nos estabelecimentos de ensino e na sociedade;
- II – a concepção do jovem como pessoa ativa, livre e responsável;
- III – a percepção do jovem como pessoa capaz de ocupar uma posição central nos processos político e social;
- IV – a ação, a interlocução e o posicionamento do jovem com respeito ao conhecimento e sua aquisição responsável e necessária à sua formação e crescimento como cidadão;
- V – o estímulo à participação ativa dos jovens em benefício próprio, de suas comunidades, cidades, regiões e Países;
- VI – a participação dos jovens nos temas nacionais e estruturais. (BRASIL, 2007a).

Essa definição se alicerça na concepção de sujeitos de direitos, conforme explicitado no Artigo 12 do Capítulo III – Do Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade: “O Estado e a sociedade são obrigados a assegurar ao jovem a liberdade, o respeito e a dignidade como pessoa humana e sujeito de direitos civis, políticos, individuais e sociais, garantidos na Constituição e nas leis”. O direito à liberdade inclui opinião e expressão, participação na vida familiar e comunitária, participação na vida política, fundamentais ao exercício do protagonismo juvenil (BRASIL, 2007a).

O Artigo 26, do Capítulo VI, que trata do Direito à Educação, não cita o termo protagonismo, mas garante a participação efetiva do segmento juvenil na elaboração das propostas pedagógicas. Esta participação é detalhada e materializada em formas e espaços de organização e representação, ganhando status decisório, e se constituindo em efetivo instrumento legal de protagonismo juvenil, nos Artigos que compõem o Capítulo VII - Do direito à Representação Estudantil:

Art. 27. O jovem tem direito a instâncias de interlocução e a criar organizações próprias nas quais discuta seus problemas e apresente soluções aos órgãos da Administração Pública encarregados dos assuntos relacionados à juventude.

§ 1º É assegurado às organizações juvenis o direito à representação, manifestação, assembléias e demais formas de reunião no âmbito dos estabelecimentos de ensino.

§ 2º É dever do Poder Público incentivar, fomentar e subsidiar o associativismo juvenil.

Art. 28. São diretrizes da interlocução institucional juvenil: I – criação da Secretaria Especial de Políticas de Juventude;

II – criação dos Conselhos Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais de Juventude;

III – criação de Fundos Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais vinculados aos respectivos Conselhos de Juventude.

Art. 29 As instituições juvenis terão assento junto aos órgãos da

Administração Pública e das instituições de ensino públicas e privadas.

Parágrafo único. A participação, com assento e voto, de que trata o *caput* desse artigo se dará na elaboração dos planos setoriais, do orçamento, do plano plurianual, nas esferas federal, estadual e municipal.

Art. 30. A representação estudantil, eleita diretamente pelos seus pares, integrará, em cada estabelecimento escolar, o órgão diretivo- administrativo. (BRASIL, 2007a).

O Estatuto da Juventude prevê ainda, no Artigo 31, os direitos culturais como elemento essencial para a formação da cidadania do jovem, chegando a falar em cidadania cultural, impulsionada pela garantia de “participação no processo de produção, reelaboração e fruição dos bens culturais” (BRASIL, 2007a). No contexto legal o conceito de protagonismo juvenil, a partir do Estatuto da Juventude (BRASIL, 2007a) alcança um significativo avanço evidenciado em diversos documentos e leis aprovados no contexto brasileiro.

Toda essa trajetória pelos caminhos da literatura e dos documentos analisados neste capítulo, nos levaram a inferir que, nos últimos anos, o público das juventudes têm protagonizado importantes conquistas, tanto no campo político como epistemológico, por meio da luta dos movimentos sociais e do movimento social das juventudes.

Nessa perspectiva, as proposições estabelecidas pelas normativas indicam um profícuo caminho percorrido para efetiva implementação das políticas públicas para essa população, considerando suas especificidades e a enorme gama de possibilidades presentes nessa categoria. Neste sentido, percebemos a necessidade de aprofundar estudos e pesquisas sobre a concepção de protagonismo juvenil, entendendo os desafios o qual ele se encontra, uma vez que está situado num campo de disputas políticas e ideológicas presente nas leis, que dificultam sua definição. Entretanto, defendemos que sua imprecisão conceitual não seja utilizada para defender posturas conservadoras e preconceituosas com relação às juventudes, ao invés de promover sua autonomia, como concebemos nesta tese.

5. POSSIBILIDADES E APRENDIZAGENS DESSE CAMINHO: REVELANDO O PROTAGONISMO JUVENIL DA ONG ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA NOVA VIDA

Quem caminha sozinho pode até chegar mais rápido, mas aquele que vai acompanhado, com certeza vai mais longe”
Clarice Lispector.

Esta fase do texto pode ser exemplificada nesse pensamento de Clarice Lispector, pois, nessa caminhada de pesquisadora, nunca estive sozinha, várias pessoas me acompanharam nessa trajetória marcada por passos lentos, às vezes apressados, mas sempre embalados pela esperança e pela companhia de várias pessoas que se aproximaram e colaboraram na tessitura do presente trabalho.

Portanto, neste último capítulo analisamos criticamente, face ao nosso objeto de estudo, a ONG Associação Comunitária Nova Vida, trilhando caminhos na busca de ações protagonistas fundamentadas nos princípios da Educação Popular.

Como *corpus* nessa análise temos amostras coletadas de enunciados de entrevistas proferidos pelos educadores, o coordenador e o público jovem da ONG ACNV, sujeitos da pesquisa. A maioria das entrevistas foram realizadas de modo virtual no momento mais crítico da pandemia Covid 19 ocorrida a partir de março de 2019, e presencial quando após o avanço da vacinação na população pudemos retornar as atividades de forma presencial, e evidentemente voltarmos à campo e realizarmos as entrevistas presencialmente.

A esse respeito, concordamos com Yin (2015), quando afirma que é desafiante a realização da pesquisa de um estudo de caso, especialmente num contexto em que ela ocorre à meio uma pandemia. Fazê-la de forma apropriada é o mesmo que primar, por uma condução séria do processo da pesquisa, evitando confusões com casos de ensino. É também saber chegar a conclusões generalizadas quando for desejado e pertinente, gerindo o nível de esforço em cada etapa. Entendemos que este tipo de investigação é favorável ao pesquisador ou pesquisadora por apresentar vantagens comparativas, uma vez que trata, em suma, de fenômenos contemporâneos dentro de um contexto real.

Seja qual for o campo de interesse, a necessidade diferenciada, da pesquisa de estudo de caso surge do desejo de entender fenômenos sociais complexos. Em resumo, um estudo de caso permite que os investigadores foquem um ‘caso’ e

retenham uma perspectiva holística do mundo real (...) (YIN, 2015, p. 4).

Ao utilizarmos a análise de conteúdo, segundo Bardin (2011, p 138), apresentamos através das nuvens de palavras, as unidades de registro presentes com maior frequência nas respostas acerca das temática. Para a autora, “a importância da unidade de registro aumenta com a frequência de apreciação”. Nas nuvens que serão apresentadas a seguir, ilustramos a ocorrência de algumas categorias que encontramos com maior incidência nos dados coletados.

Quanto maior a recorrência de vezes a palavra aparece no texto, maior será sua representação na nuvem de palavras, sendo destacada em tamanho maior na nuvem. Quando algumas aparecem destacadas com menor frequência, o tamanho diminui.

A codificação das categorias foi destacada em cores, conforme apresentado no Quadro 13 do item 1.5 (Procedimentos de análise dos dados), visto no capítulo 01 deste estudo. Tais cores são utilizadas na medida em que identificamos a categoria nas falas dos sujeitos entrevistados. Quando o conteúdo das falas se referir à categoria Educação popular, utilizaremos a cor azul; para o que estiver associado a ONG a cor vermelha, para protagonismo juvenil, a cor verde; e, por fim, marron, quando houver referência à participação.

Desse modo, as categorias teóricas destacadas nas nuvens são: *Educação Popular*, *ONGs*, *protagonismo juvenil* e *Participação*, destacadas de acordo com a técnica mencionada acima. Outras subcategorias que aparecem com menor frequência no texto são: jovem, instituição, amor, conscientização, políticas públicas, comunicação, transformação e desafio.

5.1 A Educação Popular na concepção dos Educadores e Educandos da ONG ACNV

É em torno do pensamento freireano, ao tratar da Educação Popular enquanto uma perspectiva de educação que articula criticamente a teoria e a prática, em busca de transformações sociais, que tecemos nossas análises críticas sobre a concepção dos educadores e educandos da ONG Associação Comunitária Nova Vida – ACNV, acerca dessa Educação.

Indagamos os três sujeitos da pesquisa, 03 educadoras, 06 educandos (adolescentes) e 01 coordenador, num total de 10 entrevistados.

Na concepção das educadoras entrevistadas a Educação Popular se apresenta da seguinte maneira:

A Educação Popular, pra mim, ela valoriza muito a questão do eu, do saber do educando dentro de um contexto social em que se vive. Temos que olhar pra fora e pra dentro. (Educadora 1).

Eu acredito que não tem como falar do social, sem defender a educação popular, então por mais que a gente tente alinhar os nossos pensamentos com alguns teóricos, eu acho que o marco é Paulo Freire, **ele contextualiza o conteúdo a partir da realidade**, aqui na ACNV seguimos os fundamentos dele. A questão da educação popular fortalece o desenvolvimento da **consciência crítica**. Então eu acredito que aqui o nosso maior orientador tem sido Paulo Freire. (Educadora 2).

É um método de educação que **valoriza os saberes de um povo**. É uma educação pautada na perspectiva freireana, constitui-se como uma proposta educativa, voltada para a necessidade de construção de uma **consciência crítica** do indivíduo em relação à realidade em que está inserido no sentido de torná-lo um **sujeito ativo na construção e transformação da realidade e de sua história**. Já participei de algumas formações sobre essa temática a muito tempo, e entendo que educação popular é a educação que **valoriza os saberes populares, não passar por cima do conhecimento das pessoas**. Na Educação popular seu fundamento vem **a partir da realidade de um povo e/ou comunidade, por isso, precisamos valorizar**. (Educadora 3).

As respostas das educadoras nos remete as raízes da Educação Popular, no final da década de 1960, um conceito que foi sendo forjado a partir das diversas práticas e experiências junto às classes populares e movimentos da igreja. Evidenciamos que as falas das três educadoras apresentam os conceitos do **diálogo, contexto e coletividade** com bastante frequência, elas estão baseadas numa concepção de Educação Popular vivenciadas na instituição através dos encontros formativos e documentos. Além disso, apresentam a perspectiva do trabalho coletivo, em equipe, como alguns dos pressupostos bastante enfatizados para a realização de suas ações e da ONG.

Contudo, é preciso considerar nas falas, as fortes ligações eclesiais na origem da ACNV, assim como o perfil dos seus educadores oriundos de movimentos sociais, que justificam sua percepção acerca da Educação Popular.

Verificamos nos encontros pedagógicos, nos encontros online e nos documentos analisados que sua prática pedagógica vem sendo contruída á luz da teoria freireana. Na fala de umas das educadoras, fica explícito que o autor é um importante referencial da sua prática, também constatamos nas análises dos documentos da instituição que Paulo Freire é um referencial teórico metodológico explicitado no Projeto Político Pedagógico da ACNV.

Consideramos a fala da educadora 2, uma das mais significativas, haja vista expressar, claramente, uma das preocupações de Freire (1996): conhecer a realidade em que está inserido o sujeito. Esse aspecto destacado pela educadora tem a ver com a educação contextualizada. Para Freire (1999), essa educação possibilita a inserção dos sujeitos nas discussões corajosas sobre sua realidade.

A educadora 1, para responder acerca do conceito de Educação Popular, faz referência a sua práxis como fruto da sua experiência junto aos movimentos sociais desde sua juventude, ela relata que já foi uma jovem atendida pela instituição, e hoje assume a função de educadora. Conforme, seu relato, sua experiência formativa vem da vivência nos movimentos sociais, contribuindo efetivamente no desenvolvimento de práticas pedagógicas inspirada nos princípios da Educação Popular. Vejamos:

Sobre nossa proposta pedagógica, somos voltados na perspectiva de educação popular, na perspectiva Freiriana, nesse método de Paulo Freire. Inclusive tudo que a gente buscou no processo de formação, organização e metodologia foi voltado nesse campo, nesse universo de educação popular trazendo essa perspectiva do social e essas **metodologias diferentes, diversificadas** pelo campo formal e não formal, que é uma área que nós atuamos durante anos, desde que participava dos movimentos sociais (Educadora, 1).

Essas reflexões são pertinentes para se compreender a concepção que as educadoras e o coordenador possuem acerca da categoria Educação Popular, mesmo considerando os diferentes níveis de formação e tempo de atuação na ONG ACNV. Constatamos que as educadoras e o coordenador expressam, em suas falas, as principais categorias da EP e sua densidade transformadora.

É necessário um maior aprofundamento da temática nos encontros de formação, devido à importância dessa dimensão no processo educativo, principalmente no campo do protagonismo juvenil que a ONG desenvolve.

No tocante aos depoimentos dos educandos sobre suas concepções acerca da Educação popular, vejamos os relatos:

A Educação Popular é a nossa maior bandeira, né? Fazer as pessoas pensarem com sua cabeça, não ir na conversa dos outros. Ter **consciência crítica**, é isso que a Educação Popular promove. Por isso, que eu acho que tem muita gente como “medo da ACNV”. (Educanda 1)

Quando a gente trabalha um determinado problema, **a gente analisa o problema e a solução**. Os educadores debatem conosco sobre os problemas e todo mundo dá a sua opinião. É um **trabalho coletivo**, pensar junto! A gente vai junto, adolescente e educador buscar a resposta, fazer debates e reivindicar nossos direitos. É sobre esses temas que a Educação popular nos ajuda a pensar. (Educando 3).

A Educação popular considera o **contexto da pessoa**, num fica numa conversa que a gente não entende. Traz as conversas pra perto da gente, as rodas de conversa, o bate papo tudo é **ligado à vida da gente!** (Educando 4)

Consideramos as falas dos educandos bastante significativas, visto que demonstram ter incorporado importantes princípios da EP, quando mencionam, por exemplo, a importância da *consciência crítica, do trabalho coletivo, leitura da realidade, refletir sobre os problemas e buscar as soluções, bem como pensarem juntos alternativas para o problema*. Apontam, ainda, uma perspectiva coletiva para reivindicar a solução. Nessa direção, Gonh (2014, p. 16) discute sobre a categoria do cidadão coletivo presente nos movimentos sociais que reivindicam baseados em interesses de coletividade nos diferentes segmentos, “grupos de mulheres que lutam por creches, grupos de favelados, que lutam pela posse da terra, grupos de moradores pobres que lutam pelo acesso a algum tipo de moradia, etc.”

Ainda segundo a autora, a juventude se inclui no cenário dos novos movimentos sociais. Assim como outros grupos sociais participam da luta pelos seus direitos, o público juvenil se enquadra nesse conjunto de coletivos que reivindicam seus direitos e compõem essa categoria denominada pela autora de cidadão coletivo na luta pela cidadania plena.

Com referência ao contexto do processo educativo, mencionado pelo educando 4, corroboramos o pensamento de Freire que aposta numa educação contextualizada, compreendendo o ser humano como um sujeito de múltiplas relações no mundo e com o mundo: “daí sua ação não poder incidir sobre as partes isoladas, pensando que assim transforma a realidade, mas sobre a totalidade” (FREIRE, 1999, p. 21).

Trazemos, agora, concepção de Educação Popular sob a ótica do coordenador, o qual apresenta a seguinte definição:

A educação popular é justamente esse contexto de trazer o envolvimento da pessoa, de trazer essa **coletividade** e ação conjunta. Não é uma pessoa que vai lá com um assunto pronto e acabado, mas a gente leva para uma reflexão uma decisão coletiva. Então tudo parte desse **contexto de coletividade**. Acredito muito, inclusive eu tenho muita dificuldade fora da instituição, porque eu quero continuar com esse mesmo processo e lá fora as pessoas não sabem trabalhar nesse formato. Então essa questão de trabalhar a educação popular, ela intervém com os conteúdos. Por exemplo: nós estamos trabalhando esse período saúde, vamos buscar o conselho municipal de saúde, **dialogar**, vê como anda a situação da saúde no município, vamos fazer então que cada um expresse sua opinião e o que fecha com o todo. O bom da história porque se tem algo concreto a partir de um **diálogo coletivo**. (Coordenador)

Os princípios anunciados pelo coordenador evidenciam uma perspectiva de educação alinhada aos princípios da Educação Popular, sobretudo por destacar uma educação dialógica, contextualizada e apontar a coletividade. Ele relata que foi conduzindo o grupo para buscar soluções para os problemas de natureza tanto pedagógica quanto administrativa. Quando relata

As categorias teóricas destacadas na nuvem de palavras (Imagem 17) a partir das falas de todos os entrevistados foram: *coletividade, contexto, diálogo, consciência crítica, sujeito popular, autonomia e cidadania*, ao passo que sentimos, a ausência de categorias importantes da Educação Popular como práxis e libertação. Ao observar a nuvem também percebemos subcategorias como: *coletividade, autonomia, consciência crítica, cidadania, reflexão, prática, sujeito popular, diálogo, contexto local e nacional*, são as que mais diretamente se relacionam ao que os entrevistados compreendem por Educação Popular. Apesar de demonstrarem certo receio ao responderem as questões pertencentes a esta categoria, especialmente quando perguntamos aos educandos, identificamos um certo grau de compreensão sobre a temática, já os educadores revelaram uma percepção teórica-empírica bastante abrangente acerca do tema, conforme vimos nos depoimentos.

No que diz respeito à categoria diálogo, ainda constatamos que ela foi mencionada por três educadoras, ao fazerem alusão ao conceito de EP, identificando-a como uma das principais categorias da EP, são vários os espaços mencionados por elas que ocorrem o diálogo na ACNV. Segundo seus depoimentos todas as atividades propostas são dialogadas e as mesmas têm oportunidade de expressarem sua opinião, além disso elas relatam que a coordenação é bastante aberta para ouvir sugestões, discutir o que é melhor para o grupo, considerando as condições e os objetivos de cada atividade ou ação que será desenvolvida.

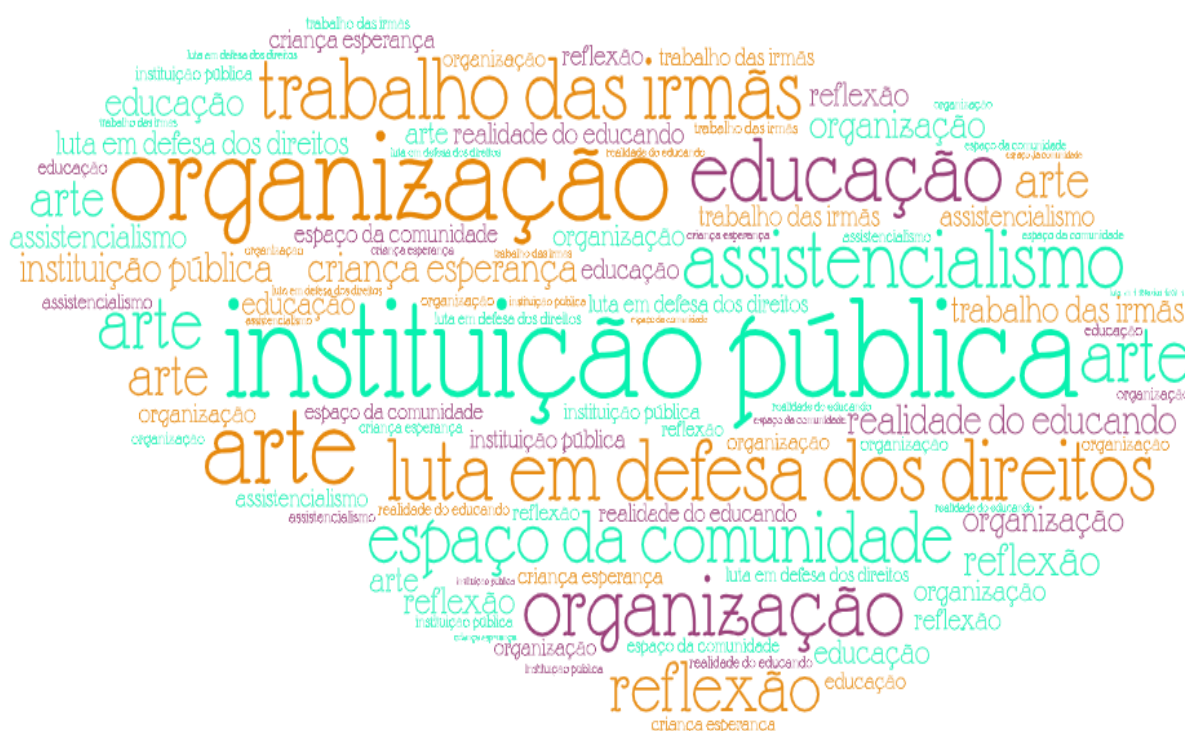
A partir da fala dos entrevistados, constatamos que os mesmos apresentam uma concepção sobre Educação Popular que apresentam constituintes importantes sobre ela, fundamentada no conjunto de experiências vividas nos movimentos sociais, nos espaços formativos que a ONG promove e na relação com os demais sujeitos. Todo esse cenário possibilita que educadores e educandos se sintam capazes de contribuir e ao mesmo tempo usufruir de saberes e percepções que vão sendo contruídos na coletividade e buscam nesse movimento dialético, entre teoria e prática, construir uma sociedade efetivamente justa e democrática, onde todos tenham seus direitos respeitados.

5.2 ONG: revelando a ação educativa da ACNV

Neste item revelamos a ação educativa da Associação Comunitária Nova Vida, sobretudo as que são voltadas aos jovens, visto que buscam estimular atitudes protagonistas, no que diz respeito ao despertar para acreditar e contribuir para transformar a dura realidade, até então existente, em uma vida melhor com mais dignidade e justiça social.

Quanto a esta categoria ONG, verificamos que o maior número de categorias temáticas resultantes das entrevistas foram: *organização, educação, reflexão, educação, formação, assistencialismo, saberes, instituição pública, luta em defesa dos direitos, trabalho social, e arte*. Sendo as demais temáticas que surgem, mas com menos frequência: espaços comunitários, voluntário e comunidade. A nuvem da Imagem 18, ilustra este levantamento.

Imagem 18: Nuvem de palavras da categoria **ONG**



Fonte: construída pela pesquisadora pelo site wordclouds.com

Ao observar a imagem18, percebemos que as subcategorias são: *organização, educação, luta em defesa dos direitos, assistencialismo, reflexão e trabalho social* são as que mais diretamente se relacionam ao que os entrevistados compreendem por ONG.

Atualmente a ACNV beneficia 180 crianças e adolescentes com atendimento direto, 240 famílias e, como já apontamos neste estudo, possui um quadro de 19 profissionais (06 educadores, 01 cozinheira, 02 auxiliares de serviços, 02 vigilantes, 01 motorista, 01 Asssitente social, 01 Coordenador pedagógico, 01 secretário, 02 coordenadora de setor, 01 coordenadora geral e 01 coordenação administrativa) que estão diariamente envolvidos com as ações da Associação. Para as famílias vem sendo oferecido acompanhamento social com oficinas temáticas, roda de diálogo e visitas domiciliares.

Vejamos o que nos dizem algumas educadoras sobre sua concepção de ONG e suas ações a partir de suas especificidades e atuação da ACNV. Na concepção das educadoras:

As ações da ACNV desde que chegou aqui na comunidade tem contribuído muito na vida das famílias, muitas são carentes, sem apoio de ninguém, e encontram aqui na ACNV acolhida das irmãs. **O trabalho social** desenvolvidos com as crianças, adolescentes, jovens e famílias tem mudado a realidade de muitas pessoas. Como seria bom se os órgãos do governo apoiassem, antigamente no governo passado tinha até um apoio, mas depois que a ACNV começou a **cobrar as melhorias nas escolas foi cortado** os contratos que tinham com a ACNV. Isso porque a ACNV **organizou as pessoas para lutar pelos seus direitos**. (Educadora 1)

Muitos jovens que chegavam na ACNV vinham com muitos conflitos familiares, a maioria das famílias atendidas vivem em situação de **vulnerabilidade social**, havia muita confiança entre o educando e o educador. **O trabalho das irmãs**, depois de um determinado tempo foi contribuindo para que as relações familiares fosse se modificando graças a participação **organização** dos jovens e das famílias nos encontros formativos, nas atividades sobre direitos e outros. (Educadora 2)

As irmãs sempre lutaram nessa ONG, mesmo quando o poder local não apoiava. As irmãs iam atrás de apoio financeiro, senão as ações param! E elas sempre lutaram pela melhoria das famílias e da comunidade, as vezes é preciso **doar cestas básicas**, porque são muito carentes, aí a ACNV distribui cestas básicas para as famílias mais carentes, mas só para as famílias dos atendidos. Mas, isso não significa caridade, porque tem gente com necessidade pra hoje! (Educadora 3)

É muito importante **o trabalho social** que vem sendo desenvolvido pela ACNV, nós não fazemos só o assistencialismo, buscamos **lutar pelos direitos das crianças e dos adolescentes**. Aos poucos crianças e jovens foram chegando. Aqueles que não estudavam de dia, delinquentes mesmo. Meninos que se a gente encontrasse numa parada teria medo. Mas ao mesmo tempo não tínhamos porque eram eles que nos olhavam lá na rua da Zona (nome da rua do cabaré). Foram esses mesmos que depois de algum tempo vemos o resultado! Hoje realizam **trabalhos voluntários** na instituição, fazem curso superior e tem sua profissão. **A formação humana é a grande marca da ACNV** (Coordenador)

Na concepção das educadoras 1 e 2, o trabalho da irmã²¹ mencionada por elas nos remete a importância da religiosa na instituição, pois segundo os relatos, o fato da instituição em alguns momentos reivindicar a melhoria nas condições de vida ou denuncia da ausência de políticas públicas, fez com que o governo local cortasse o convênio que garantia o desenvolvimento das

²¹ A irmã mencionada nas entrevistas, trata-se da religiosa Maria Lúcia, uma das fundadoras da ONG responsável pela captação de recursos para o desenvolvimento das ações da ACNV, inclusive no exterior, por ser de congregação Italiana, algumas vezes tem buscado recursos financeiros no exterior, conforme relato do coordenador.

ações na ACNV. Segundo o relato da educadora 2, depois de “**cobrar as melhorias nas escolas foram cortados** os contratos que o governo local tinham com a ACNV, mas continuaram lutando por melhores condições no atendimento à saúde e a educação”.

Outro ponto bastante frisado pelas educadoras, foram as oficinas realizadas pela ONG. Elas mencionaram o trabalho de formação profissional e humana desenvolvido a cada mês nos encontros pedagógicos, através dos diversos temas abordados como: questão de gênero, exploração, abuso sexual, direitos humanos e cidadania. “Esses encontros ajuda a gente refletir sobre os nossos direitos enquanto cidadão.” (Educadora 1)

Quando falamos de financiamento estatal, sabemos que essa parceria exige algumas renúncias e mudanças de planos, e na maioria das vezes de certos princípios para continuar parceria. Essa parceria entre Estado e Sociedade, representado aqui pela ACNV, na maioria das vezes não tem continuidade, pois é apresentada visões e objetivos diferentes. O Estado não financia instituições que venham de encontro aos seus interesses, tampouco contribua na formação da consciência crítica dos sujeitos. E essa dependência financeira é o que dificulta na maioria das vezes a autonomia de muitas das organizações não-governamentais, pois quando estas estão ligadas a convênios ou contratos de órgãos financiadores precisam obdecer as regras do poder institucional.

O fato da ACNV captar recursos externos, mediada pelas relações eclesiais, especialmente com apoio da congregação religiosa, lhe confere uma certa autonomia para promover as ações educativas norteada pelo projeto político pedagógico da organização. Contudo, ao promover debates e discussões sobre os problemas da sociedade, como a questão da melhoria nas escola, ela assume um papel de embate com o poder local, e assume as consequências desse posicionamento, ocasionando por exemplo, o corte de contratos e perseguições políticas.

No relato do coordenador fica clara a missão da organização, lutar pelos direitos das crianças e dos adolescentes e contribuir na formação humana. Para cumprir esses objetivos ela desenvolvem diversas ações educativas como debates, mobilizações e caminhadas que muitas vezes vão de encontro ao poder local, nessa relação de poder as reivindicações por políticas públicas provoca embates entre o governamental e a ONG que ocasiona a perda de convênios.

A respeito do financiamento às ONGs, verificamos que nos anos de 1970 e 1980, elas tinham como principal fonte de financiamento a cooperação internacional. Como esta visava ao investimento na questão social dos países menos desenvolvidos, necessitava de órgãos capazes de realizar projetos nessa área; podendo esses órgãos ser acompanhados e prestar contas (FERNANDES, 1994). Assim, encontraram nas ONGs uma ótima parceria, por terem

experiência com projetos sociais e responsabilidade jurídica, recebendo diretamente o financiamento exterior. Posteriormente esse cenário foi sendo modificado e as ONGs precisaram modificar suas estratégias para captação de recursos em outros órgãos financiadores.

No tocante a ONG em foco nesse estudo, suas principais fontes de financiamento tem sido através das instituições religiosas, na atualidade ela se mantém através de padrinhos do exterior, os quais tem garantido o desenvolvimento das ações durante este ano de 2023, desde outras fontes de captação de recursos têm sido através de convênios esporádicos e conquista de recursos via editais, quando aprovados.

Embora nem todos as educadoras da ONG tenham abordado a questão do financiamento, observamos que esse é um fator preocupante que dificulta a autonomia das ONGs no trabalho social, assim como a continuidade de suas ações, pois, quando suas atividades são financiadas pelo Estado, elas precisam seguir as exigências do seu financiador.

É importante ressaltar, que constatamos que diante dos desafios impostos, especialmente do item financiamento, a ACNV tem buscado estratégias que garantem a continuidade da sua missão: “favorecer a efetivação dos Direitos Humanos com ações de desenvolvimento social e educacional junto à crianças, adolescentes, familiares e comunidades em situação de vulnerabilidade social e participação ativa em espaços de discussão de políticas públicas na Paraíba”(PPP, 2020, p.11)

Considerando o volume dos dados coletados durante o ciclo da pesquisa, recorreremos às falas dos sujeitos nos diversos espaços colocados acima, como meio de dar, maior fidedignidade as análises inferenciais realizadas a partir de nosso olhar investigativo.

A partir das análises das entrevistas, constatamos que durante mais de duas décadas, a ACNV mantém o compromisso de um trabalho que nasceu numa perspectiva libertadora. E hoje continua à lutar pela cidadania das pessoas, como forma de superar os problemas sociais do nosso país e ainda, constatamos que por ser uma ONG com raízes no movimentos sociais, apresenta-se como uma ONG que foge do assistencialismo, inserindo outros braços, como o desenvolvimento da cidadania e promoção humana.

5.3 Protagonismo Juvenil: alguns passos para sua efetivação

Quando falamos em Protagonismo Juvenil, nos referimos ao jovem ou ao adolescente, (já que essa denominação é atribuída a ambos pelo Estatuto da Juventude/2013), como aquele que é o personagem principal da sua vida, não é sobre ser apenas o destaque, mas tomar consciência do seu papel no mundo, enquanto sujeito social.

Para Costa (2000, p 176), “o protagonismo é definido pela participação autêntica”. Em outras palavras, significa dizer que é a relação da escuta e prática, dessa maneira, possibilita o desenvolvimento do protagonismo juvenil. Assim, devemos olhar para o adolescente/jovem, como um ser social em formação com muitas experiências a serem socializadas, não como um sujeito vazio, que apenas recebe ordens de um “adulto” de como devem agir, e o que deve ser feito, ao contrário, é preciso considerar sua trajetória de vida, necessidade, particularidades no processo de construção do conhecimento.

Parece-nos relevante considerar as contribuições de Freire (2004, p. 23-24) quando aponta que “quem ensina, aprende ao ensinar e quem aprende, ensina ao aprender. [...] Ensinar inexistente sem aprender e vice-versa e foi aprendendo socialmente que, historicamente, mulheres e homens descobriram que era possível ensinar”.

Ao discutirmos sobre essa questão indagamos aos Educadores e Educandos acerca da concepção de protagonismo juvenil? Para sondar os caminhos de protagonismo juvenil percorridos pelos educandos através das iniciativas da ACNV, os indagamos acerca dessas iniciativas: Quais são? Como acontecem? E como são organizadas? Eles e elas participam do processo de construção dessas ações de protagonismos conforme veremos nos relatos.

A partir dessas provocações, realizamos as entrevistas e obtivemos as seguintes categorias teóricas: *autonomia*, *participação*, *organização*, *solidariedade*, *ouvir*, *educação*, *pensamento crítico*, *capacidade de discernir*, *coragem*. Sendo as demais temáticas, de um total 4, as menos frequentes. A imagem 19 com a nuvem de palavras da categoria Protagonismos Juvenil, expressa a compreensão dos entrevistados acerca da temática.

Imagem 19: Nuvem de palavras da categoria **Protagonismo juvenil**



Fonte: construída pela pesquisadora pelo site wordclouds.com

As educadoras relataram que o protagonismo juvenil significa ação, para elas o protagonista é aquele que aparece, assume seu papel de liderança. Na fala delas fica explícito que a “ACNV trabalha com a perspectiva que todos desenvolvam o seu protagonismo, sendo crianças, adolescente ou jovem, até mesmo nós educadores, todos temos que ser protagonistas, ter autonomia na vida e nas coisas que assumimos”. Logo, verificamos na sua fala que a ideia de protagonismo está associada a questão da autonomia, uma categoria importante da Educação popular. Nessa perspectiva de protagonismo, Freire (1996), anuncia na obra *Pedagogia da Autonomia*, que uma educação voltada para o desenvolvimento da consciência crítica contribui para o desvelamento da realidade e leva a libertação dos sujeitos. Essas palavras nos leva a pensar nas diversas formas de opressão as quais fomos submetidos no contexto brasileiro, historicamente fomos silenciados, e postos numa situação de desumanização e opressão que impediram durante muitos anos o exercício da palavra, por isso, que só uma educação problematizadora é capaz de provocar nos sujeitos as condições para o processo de sua libertação.

A concepção que a maioria das educadoras defendem nos remete ao sujeito como autor da sua história. A ACNV defende um protagonismo coletivo, ou seja, formar vários protagonistas, a fala das educadoras confirmam nossa inferência, “todo jovem e adolescente é um protagonista”, “cada um precisa estar consciente do seu papel e do seu lugar na sociedade”. Esses são alguns dos relatos das educadoras acerca da temática que posteriormente será referendado pelos adolescentes.

Nessa linha de pensamento, refletimos acerca dos preconceitos que marcam o público juvenil, como sujeitos alienados que historicamente foram silenciados e excluídos. Refletimos porém, que os jovens e os adolescente, como quaisquer outros sujeitos, não são totalmente conscientes ou totalmente alienados(as) o tempo todo, mas num contexto social, político, cultural e econômico bastante distinto e permeado por armadilhas ideológicas e práticas do sistema capitalista, bem como por valores e concepções humanizadoras, se constroem sujeitos e vão tomando consciência crítica na busca da humanização.

Nesse sentido, a ACNV promove um processo de educação problematizadora, questionando o sistema e o papel do Estado e da sociedade na luta pelos direitos humanos e sociais. A educação defendida pela ONG é pautada nos princípios da Educação Popular, que valoriza os saberes dos sujeitos, a consciência crítica e autonomia dos sujeitos.

Explicando seu entendimento sobre a questão, a educadora 1 diz que o protagonismo juvenil

vem da **participação direta dos jovens** envolvidos nas ações assumindo seu papel. A ACNV vem ao longo dos anos realizando várias ações voltadas para

esta linha de protagonismo, os encontros de **formação humana** contribui para isso, além dos eventos internos e externos onde os adolescentes são idealizadores e participam das **ações de conscientização e mobilização** acerca de algum tema junto com os educadores e coordenação da ACNV. (Educador 1)

Reconhecer o cidadão como sujeito de direitos, todas as pessoas tem direitos. E o protagonismo é quando **lutamos para que todos tenha direito**. A **participação dos jovens representando a ACNV em fóruns, conselhos setoriais e redes de proteção** contribui no seu protagonismo. (Educadora2)

A fala das educadoras explicitam o exercício do protagonismo juvenil na práica, na ação, no movimento. O que nos remete a pensar sobre qual perspectiva o protagonismo dessa crianças e adolescentes vêm sendo fomentada? Como se dá a atuação desses adolescentes nesses espaços, como exercício do protagonismo.

A educadora 3, relata que a organização dos eventos internos e também externos são idealizados pelos adolescentes, *“eles pensam o tema e as dinâmicas, dividem a comissão do credenciamento, cerimonial e os debatedores”*, essa atitude demonstra que a ONG dispõe de abertura para ouvir os educandos e espaço para eles desenvolverem seus projetos. No tocante, a participação deles nos conselhos e Fóruns é visto pela referida educadora como uma oportunidade de exercer sua cidadania. Observemos, que as palavras cidadania - participação-protagonismo, estão intrinsicamente ligadas.

Na percepção das educadoras 1 e 2, as contribuições da ACNV através das oficinas, rodas de conversa e encontros de formação trouxeram novos conhecimentos acerca do tema protagonismo juvenil, e despertaram nos adolescentes e jovens a vontade de participação.

Os encontros quinzenais de planejamento contribuem na formação das-educadoras, estes realizam suas atividades pautadas nas orientações dos encontros pedagógicos, que, por sua vez apresentam estratégias e metodologias que priorizam o lúdico e a participação dos sujeitos. A perspectiva da Educação Popular é uma ferramenta utilizada durante os encontros que são incorporadas nas ações da ONG. Elas frisam que, embora o protagonismo esteja voltado ao personagem principal, a educação popular defende a libertação dos sujeitos, propõe uma educação libertadora, crítica e humana, nessa perspectiva a ACNV estimula que todos e todas tenham oportunidades e sejam valorizados. Vejamos o que mostram os relatos:

A instituição teve um projeto aprovado com a temática Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes: não deixem as violências ficarem escondidas. Esse projeto teve forte **envolvimento do protagonismo das crianças e dos adolescentes, eles atuaram com várias ações e atividades**

nas escolas, nas comunidades, em outras instituições que atua com crianças e adolescentes no município de Sapé. Na rádio comunitária, na rede de proteção a criança e ao adolescente. Enfim, todos participaram! (Educadora 3)

O Protagonismo juvenil é um tema muito importante para ser trabalhado na Educação. É uma das temáticas que norteia o trabalho desenvolvido pela ACNV. Sempre realizamos encontros, formações, simpósios, bate papo temático, oficinas temáticas sobre o tema. Todos esses encontros contribuíram para que nós pudessemos aprender mais e **colocá-los no nosso planejamento e nas nossas práticas junto aos jovens nas caminhadas e mobilizações**. (Educadora 2)

A questão do protagonismo é um tema que a gente tem quinzenalmente um espaço na ACNV para discutir com as crianças e adolescentes. **Eles falam suas propostas** a partir do tema que está sendo desenvolvido. Uma atividade de protagonismo **envolve várias pessoas e todos podem ter vez e voz!** Na escola Luiz Inácio Ribeiro, e no Cassiano Ribeiro Coutinho, além da Estela de Cunha, que são escolas parceiras, né? Que potencializam o território que a instituição está localizada. E uma vez que essas ações são desenvolvidas lá, com uma turma ou com um público específico, acabam que retornam pra gente com uma **demandas de necessidades dialogada** dentro da escola e aí é onde surge as nossas temáticas, a preocupação de rever o que já está lá passado dessa forma. (Educadora 3)

Corroborando a fala das educadoras sobre protagonismo juvenil o coordenador menciona a sua concepção sobre a temática, elencando alguns elementos do seu percurso pessoal que denomina como o incício do seu protagonismo, identifica um dos participantes da instituição num curso superior pelo incentivo e formação recebido quando adolescente e acrescenta que esse é o trabalho da ACNV. Fomentar protagonistas, estimular o protagonismo nas pessoas como instrumento de libertação das várias formas de opressão que impede o sujeito de ser livre. A educação denunciada pela ONG é, segundo o coordendor, a que mantém o sujeito passivo as adaptações do mundo capitalista, a serviço da opressão. Vejamos o seu relato:

Olha, nós temos, como eu já iniciei a minha fala, desde o início da minha vida uma história pautada com essa perspectiva de protagonismo, porque nós tínhamos **a ação nas comunidades**, por isso que hoje eu estou nesse processo de apoio pedagógico. Eu sempre penso nesse **trabalho comunitário, social**, que envolva não só o público interno da instituição, porque foi aí que eu também aprendi, né? Trabalhar com os grupos, trabalhar para que os adolescentes possam expor suas ideias, para que eles possam perder esse medo. (...). Eu acredito que foi aí que eu mudei a minha trajetória de vida. Foi nos grupos de adolescentes. Então isso também tem nos levado a conseguir muitos adolescentes a hoje está aí **atuando em outros espaços a partir dessas ações que nós estamos realizando enquanto protagonista**, inclusive no estágio que eu estou de educação no campo, na UFPB, tem um protagonista da instituição que passou pelo processo de protagonismo na instituição. E eu fiquei muito feliz, né? Eu fiquei muito feliz porque ele já estava no curso de pedagogia, na educação no campo. Olha que coisa boa, né? Ele passou no Enem e aí ele está lá na universidade, UFPB, fazendo Pedagogia da Educação

no Campo. E ele é super participativo. Isso me deixou feliz, né? Onde eu chegar e ver um adolescente que **participou dos encontros protagonistas na ACNV** e se desenvolveu na vida. Esse é o nosso papel contribuir na **formação** deles, assim como você faz preparando outras pessoas, essa é a nossa missão aqui nesse mundo, viu? E na ACNV temos buscado fazer isso durante esses anos (Coordenador).

Interessante observar a importância que o coordenador atribui à ACNV, marcado pelas experiências populares, ele se identifica com as ações desenvolvidas junto com as camadas populares. E relata o trabalho comunitário e social como um espaço importante de exercício do protagonismo. E o que nos chama atenção nesse relato é o trecho onde ele menciona seu encontro na universidade com um ex participante do grupo juvenil da ONG, no curso graduação de pedagogia da educação no Campo, e entende que a formação recebida na instituição contribuiu na educação do jovem.

Nas entrevistas realizadas com os educandos, a categoria autonomia está posta seis vezes para designar sua concepção acerca da temática protagonismo juvenil, eles relatam que os encontros e bate papos organizados por eles com a colaboração da coordenação pedagógica e educadores, possibilitam uma autonomia e confiança nas ações desenvolvidas pelos mesmos.

Segundo relato da educanda 2, os encontros são organizados por eles e elas enfatiza que é “uma responsabilidade muito grande, falar com as autoridades do município, com os adolescentes, nossos amigos e amigas e todos lá sobre determinado tema. Tudo isso, é muita responsabilidade pra gente, mas também demonstra confiança que somos capazes”.

As evidências das falas nos levam a inferir que a metodologia de adolescente para adolescente, utilizada nas ações educativas desenvolvidas na ACNV, promove o interesse, a motivação, a curiosidade em conhecer mais determinado tema e despertar o interesse em participar, assim como fortalece a confiança.

As falas a seguir dos educandos, envolvendo a formulação do conceito sobre Protagonismo Juvenil, comprovam nossa inferência:

O protagonismo já vem na minha vida desde criança, eu comecei na ACNV pequenininho, participei da creche e depois dos vários encontros e palestras. **Participo do grupo Protagonismo**, formado por adolescentes e jovens. Nós temos **autonomia para escolher os temas para serem trabalhados em diálogo** com a educadora. **Realizamos palestras nas escolas, divulgação de campanhas nas praças e no rádio**. (Educanda, 1)

Os temas que a gente trabalha na ACNV são do interesse dos adolescentes. Os **grupos de danças e de arte** são os que eu mais gosto. Através deles nós valorizamos a cultura. Esses grupos são ferramentas para divulgação dos temas propostos na ACNV. (Educando 4)

O protagonismo nos levar a **lutar pelos nossos direitos à educação, saúde e lazer**. Muitas crianças não tem esses direitos respeitados, e quando participamos dos conselhos e fóruns, estamos lutando para que todos tenham seus direitos respeitados. (Educando 6)

Aqui a gente participa das atividades de educação com uma visão maior. A gente tem direitos que na escola ninguém fala. Quando a gente vai na escola dá palestras sobre o Estatuto, falando dos nossos direitos e que temos **que lutar se eles não estiverem sendo cumpridos**, estamos sendo protagonistas.

A noção de luta evidenciada em suas falas, mas observamos que os adolescentes não atribui um sentido mais amplo, relacionado à realidade macro social logo sua luta está localizada localmente. Em geral, tendem a contextualizar os desafios e propostas de superação numa esfera mais local. Isso não significa que a ACNV ou educadores não discutam a questão da luta numa esfera macro para a mudança social, mas fica evidente que foi o próprio processo de conscientização de uns com os outros e com o mundo que possibilitou tal leitura. Entedemos, pois que se trata de um processo que serão incorporados outros elementos na sua formação sobre a leitura da realidade.

Observamos que a construção do protagonismo juvenil ocorre nos espaços diversos que a própria ACNV possui ou que através dela lhes possibilitam a participação em outros espaços. Assim sendo, eles permitem, favorecem ao público participante o surgimento, por meio das ações pedagógicas e políticas, presentes no cotidiano, as novas relações entre crianças, jovens, adolescentes, educadores e toda equipe pedagógica da ONG ACNV, fundamentadas na valorização da pessoa humana. A seguir veremos alguns espaços os quais os adolescentes e os jovens participam:

Imagem 20 : 10º Encontro Intermunicipal de Protagonismo REMAR



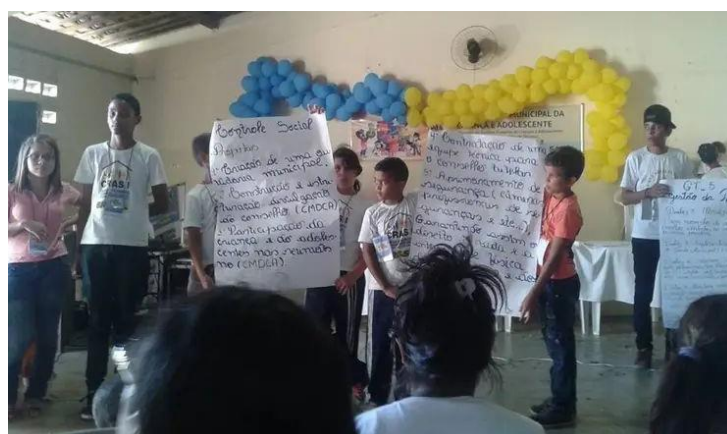
Fonte: Arquivo da ACNV, 2015.

Imagem 21: IX Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente



Fonte: Arquivo da ACNV, 2016. No hotel cabo branco - João Pessoa PB.

Imagem 22 : IX Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente



Fonte: Arquivo da ACNV, 2015. No Centro Social Urbano, Sapé PB.

De modo geral, as imagens, os documentos e os depoimentos revelam que todos esses espaços, os quais os educandos e educandas da ACNV participam, colaboram no exercício do seu protagonismo, pois sabemos a importância de atos como estes: agir, refletir, tomar decisões, superar contradições, tecer novos olhares, participar, aprender com as diferentes pessoas,

aceitar desafios, celebrar as conquistas pessoais e do grupo, entre outras ações praticadas pelos adolescentes e jovens que formam a conscientemente crítica e contribui no exercício do protagonismo juvenil. E é justamente nesse movimento de busca pela formação da consciência crítica que se dá a práxis e se efetiva o protagonismo pautados em três contituíntes fundamentais da Educação Popular, a autonomia, a práxis e o diálogo.

5.4 Participação dos adolescentes e jovens da ACNV nos espaços de conquista das políticas públicas: impactos e conquistas

A categoria teórica *participação* está ligado ao tema da cidadania, que, por sua vez, vem da incansável luta dos movimentos sociais e da organização popular. E isso porque a cidadania de que se trata aqui não advém da concepção burguesa, que está mais atrelada a deveres do que direitos dos cidadãos, mas sim a concepção advinda dos movimentos sociais, a de “Cidadania Coletiva”. Segundo Machado (2014), a cidadania coletiva pautada nos movimetos sociais reivindica interesses coletivos de diversas natureza. A autora ancora-se em Gohn ao questionar.

Mas será que a educação popular presente no chamado “Terceiro Setor” tem caminhado pra cidadania coletiva presente nos movimentos sociais? Ou ela tem seguido mais a lógica da cidadania que conduz a incorporação da classe trabalhadora à ordem e “harmonia”? Ou seja, uma cidadania que está buscando viver na sociedade de classes ao invés de desvelar, questionar essa sociedade? (MACHADO, 2014, p. 58).

Nesses embates, a participação consciente é indiscutivelmente necessária para se estender a cidadania para todas as pessoas. Neste subitem iremos analisar como a participação dos adolescentes e jovens nos espaços de conquistas das políticas públicas impactam na sua vida e promove conquistas.

No tocante a categoria participação, verificamos a partir dos resultados das entrevistas as seguintes subcategorias: *espaço, diálogo, participação, representação nos conselhos, movimento social, fazer parte, incluir, ouvir, troca de experiências*, sendo as demais temáticas, de um total 02, menos frequentes. A imagem 19, na nuvem de palavras da categoria participação ilustra esse levantamento.

Imagem 19: Nuvem de palavras da categoria **Participação**



Fonte: construída pela pesquisadora pelo site wordclouds.com

Verificamos na imagem 19, na nuvem de palavras a percepção dos entrevistados acerca da categoria participação, que os mesmos consideram que a participação está associada aos diferentes espaços de organização social, como por exemplo, os conselhos municipais.

Segundo o relato dos educadores, essa participação acontece de diferentes formas, uma delas têm sido através dos conselhos municipal e estadual da criança e do adolescente, os quais os jovens, com os educadores, participam, debatem e apresentam propostas. Esses espaços são destinados a sociedade civil e governamental, os quais tem o papel de fiscalizar, e apresentar propostas de lei, que sejam de interesse da população a partir de suas demandas.

A rigor, concordamos com Nogueira (2014, p. 40), a respeito da participação, quando menciona que “todas as ações de participação institucionalizadas (ou não), buscam ‘fazer parte’, de determinados processos decisórios ou não, as pessoas desejam ser parte ou torna-se parte de algo”. Vejamos os relatos das educadoras da ACNV:

Ocupamos o **Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA)**, nos ocupamos o espaço Mar e Mar, no FEPEP. Já tivemos acesso no SERICA e já estivemos bem atuantes na rede do município. Infelizmente a rede se encontra desarticulada, mas a instituição tem provocado através do CNDCA constantemente essa reativação e estamos confiantes que vamos [...] e que o pessoal vai retornar. Tivemos as dificuldades pela pandemia. Infelizmente tivemos uma dificuldade financeira. A gente tinha a doutora Juliana que era uma promotora muito comprometida na causa da criança e do adolescente.

Uma vez que iniciou a pandemia, ela precisou se ausentar e isso foi enfraquecendo alguns pontos e aí precisou ser desativado. (Educadora 1)

Olha, hoje nós tínhamos que a instituição. Que era eu o mais que estava à frente, de puxar a rede **de proteção de crianças e adolescentes do município**, mas também tinha um apoio de uma grande promotora da vara da infância, (...), mas hoje ela não se faz mais presente em Sapé. (...) Aí eu saí, né? Mas a instituição participa do **CMDCA** que é um espaço de fiscalização da política pública, o CEDICA, que é o **Conselho Estadual da Infância e Adolescente**, o fórum PEPET, **um fórum de proteção ao trabalho infantil**, que é uma área que atuava muito mais. Agora, depois desse período de pandemia, que tudo ficou mais online. Daí ficou mais difícil. Mas estamos lá também. Tem o **Conselho Municipal e Assistência Social** que é um outro espaço que a instituição está envolvida, tem o fórum DCA que é através da **pastoral do menor** que tem, que estamos esses dois anos de pandemia meio ausentes, mas estamos voltando agora e tem a REMAR, que faz um trabalho com a criança e o adolescente, que estamos também envolvidos nesse processo participando também da instituição, isso é nas ações direta desse **espaço de políticas públicas voltado para criança e adolescente** (Educadora 2)

Com relação a **participação dos adolescentes e jovens**, eles **participam do planejamento das ações da ACNV**, sugere quais os temas que gostariam de debater, conhecer mais...e assim, nos fazemos vários momentos com eles buscando ouvir suas necessidades. Mas, também tem os encontros de protagonismo preparando-os **pra atuar nos conselhos municipais aqui de Sapé**, eles vão no rádio explicar sobre os direitos das crianças e adolescentes e todos participam desses momentos. (Educadora 3)

Nas entrevistas, fica evidente que as educadoras tem estimulado a participação dos jovens, tanto no planejamento como nas ações que a ACNV atua, algo que já foi pontuado pelos próprios educandos aqui. A respeito das conquistas ocasionadas pela ocupação dos espaços, a educadora 2 acrescenta que tal fato: *“traz a possibilidade de mudança através da participação, na escola, na associação, no sindicato e nos diversos espaços que foram criados para a participação da sociedade”*. Esse relato expressa que a participação a qual ela se refere as educadoras é uma participação ativa, uma verdadeira práxis educativa.

Quando entrevistamos os educandos e educandas, obtivemos algumas respostas que reinteram a importância da ação da ACNV na inclusão, nos espaços de conquistas das políticas públicas, mas, também, nos espaços onde eles estão inseridos, quer seja na escola ou na família. Eles reforçam o desejo e a necessidade de serem ouvidos nas suas necessidades e respeitados nas suas individualidades.

A educanda 1 ressalta a importância das temáticas trabalhadas na ACNV, pois são abordadas a partir do diálogo e começam a partir da sua realidade. Ela ainda relata que sua participação na ACNV tem contribuído na sua formação humana e cidadã e acrescenta que ajudou a “mudar a cabeça de outras pessoas, porque aqui dentro tem regras, respeito e trabalho

em equipe.”

Segundo a educanda 2, sua participação na ACNV, “*contribuiu para a formação da consciência crítica, do conhecimento dos seus direitos e deveres, na sua compreensão acerca das situações de racismo e preconceito no Brasil*”. Essa constatação evidencia que o trabalho de educação desenvolvido na ACNV estimula a consciência crítica dos sujeitos.

A pauta sobre os direitos humanos e as políticas sociais com precariedade são bandeiras de luta da juventude. Durante os relatos dos entrevistados, também abordaram essa questão. Nas comunidades da periferia, os direitos humanos são duramente violados, especialmente com a população jovem negra e pobre. Assim sendo, eles constituem pauta de discussão nos diversos encontros promovidos pela ACNV. Sobre isso, um dos educandos aborda a temática com a seguinte frase: “*nós não nascemos pobres, foram os ricos que fizeram a gente ser pobre*”. Essa frase, nos chama atenção para a complexidade da problemática social, na qual a grande maioria do público de adolescentes e jovens estão inseridos, e seu discurso expressa sua consciência crítica diante dessa realidade.

No tocante a concepção acerca de participação eles apresentam as seguintes definições:

A participação tem a ver com a gente ter **direito de falar nossa opinião**. Nós sempre trabalhava muito essa questão do poder, do **poder da fala**! Que é importante o jovem ter voz, porque a gente vê que muitas pessoas falam que **o jovem é um aborrecido, só que quando a gente tá na rua gritando pelos direitos. A gente não é mais aborrecido. A gente é revolucionário.**” (Educando 4)

Quanto mais a gente põe em prática, mais a gente debate sobre esses aspectos sociais que impactam nossa vida, mais a gente tem esse **poder de reivindicar** sobre essas coisas! Fazer parte e tomar parte! (Educando 3)

Sempre que eu **participo dos encontros do conselho municipal da criança e do adolescente**, eu vejo a importância de mais adolescente estarem lá **reivindicando seu direito**. Não apenas eu, mas qualquer pessoa pode lutar pelo seu direito. Não basta a gente ir pra reunião, a gente tem que **dá a nossa opinião**. (Educando,6)

No que tange às compreensões dos adolescentes e dos jovens a respeito de participação social e Protagonismo Juvenil, destaca-se a expressão *fazer parte e tomar parte*. Seja na convivência em grupo, em suas ações educativas ou nos múltiplos espaços em que estão inseridos(as) declaram que não basta fazer parte das discussões ou daquele contexto, precisam se posicionar para contribuir na tomada de decisões e ações.

Para Calado (2000, p. 14), a participação é entendida, enquanto protagonista (individual e coletivo) ao longo de todo o processo (concepção, planejamento, execução, avaliação) de

conquista, manutenção e ampliação de Direitos Humanos, em todas as suas modalidades (direitos civis, políticos, econômicos, sociais e ecológicos) e em todos os âmbitos (internacional, nacional, regional e local).

A fala do educando 4 nos chama bastante atenção quando diz que *“pessoas falam que o jovem é um aborrecente, só que quando a gente tá na rua gritando pelos direitos. A gente não é mais aborrecente. A gente é revolucionário”*. Para o educando sua palavra não é considerada no espaço do adulto, mas quando eles estão participando dos movimentos sociais reivindicando direitos, são vistos como revolucionários. Essa fala nos leva a refletir sobre a cultura adultocêntrica, onde adolescentes e jovens não são considerados.

Ainda no campo dos educandos, temos um quadro revelando que todos os 06 jovens entrevistados participam ou participaram dos espaços públicos de decisão, quer seja nos conselhos municipais, estaduais ou fóruns de discussão acerca das políticas para as crianças e adolescentes, esses dados revelam uma ação educativa formativa junto a esses participantes que contribuíram na sua formação cidadã.

Na imagem 20 apresentamos a participação da ACNV na Conferência Estadual da Criança e do Adolescente, que aconteceu em João Pessoa, na Paraíba, onde estiveram como representantes da ACNV. Durante o encontro foram realizados diversos debates a partir de eixos norteadores das políticas públicas para as crianças e adolescentes, e no final do encontro, nas escolhas para delegados, uma representante do público juvenil da ACNV, foi eleita como delegada para representar o segmento juvenil na 12ª Conferência Nacional da Criança e do Adolescente que ocorrerá em Brasília, como o objetivo refletir e avaliar os reflexos da pandemia de Covid-19 na vida de crianças e adolescentes.

Além dos conteúdos, oficinas de dança e de artes, os jovens e adolescentes participam do grupo denominado de protagonistas, o qual é responsável pela realização de vários eventos na ONG. A partir dele verificamos importantes processos e resultados das aprendizagens para a sua atuação, tendo a Educação popular como fundamento das suas ações pedagógicas.

Desde a convivência em grupo, passando pelos temas desenvolvidos pela ONG, até as oficinas, dinâmicas de grupo e relações com os pares, observamos que também aprendem para a vida, realizando reflexões, bate papos, dramatizações, danças e poesias. Essas ações em seus diversos contextos sociais, tais como a escola, a família, praça, os grupos de amigos(as), comunidades, entre outros, conforme podemos verificar nas imagens abaixo contribui no fortalecimento do protagonismo juvenil numa perspectiva de Educação Popular.

Imagem 20: Conferência Estadual da Criança e do Adolescente



Fonte: Arquivo da ACNV, 2023.

Imagem 21: III Simpósio Municipal juntos na defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes



Fonte: Arquivos da ACNV, 2023.

Imagem 22: III Simpósio Municipal juntos na defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes



Fonte: Arquivos da ACNV, 2023.

Como dissemos anteriormente e reafirmamos aqui: quando as vivências do cotidiano de adolescentes e jovens são fundamentas nos princípios da Educação Popular verificamos que passam a existir novas articulações entre a práxis pedagógica de todos os educadores e à vida da ONG, da escola e da comunidade escolar. Essas imagens expressam a participação de adolescentes, jovens e educadores que cotidianamente participam de processos educativos numa perspectiva crítica que visa a implantação da justiça social, e a educação popular se apresenta como uma importante ferramenta para essa conquista.

Imagem 23: Oficina sobre Protagonismo Juvenil com Crianças e Adolescentes



Fonte: Arquivos da ACNV, 2022.

Dessa forma, os processos educativos ocorridos na ACNV através da práxis, participando das ações de forma colaborativa, entre adolescentes, jovens, educadores e equipe pedagógica, são sustentados pelo planejamento pedagógico da ONG, por seus conteúdos e métodos que não se restringem à formação profissional dos adolescentes e jovens protagonista ou multiplicadores de informações, mas contribuem para sua formação humana. Tudo indica, portanto, que a “*experiência social*” (FREIRE, 2004, p. 30) dos adolescentes e jovens tem se relacionado com os conteúdos programáticos da ACNV, e com sua dinâmica social alicerçada nos princípios da Educação Popular que contribuem na formação humana e cidadã.

A luta pela humanização, pelo trabalho livre, pela desalienação, pela afirmação dos homens como pessoas, como “seres para si”, não teria significação. Esta somente é possível porque a desumanização, mesmo que um fato concreto na história, não é, porém, destino dado, mas resultado de uma “ordem” injusta que gera a violência dos opressores e esta, o ser menos. FREIRE (1996, p. 41).

Os dados revelaram que a ação educativa da ACNV é pautada em princípios da Educação Popular que colaboram na formação da consciência crítica dos sujeitos envolvidos nos processos educativos da instituição. O processo de execução dos planejamentos são orientados por relações estabelecidas entre eles e elas e com a participação do coordenador e das educadoras, em muitos casos, o processo formativo vai para além da proposta do Protagonismo Juvenil. São brechas que possibilitam o “pensar crítico, emoção, curiosidade, desejo, a [...] experiência de lidar sem medo, sem preconceito, com as diferenças” (FREIRE, 2004, p. 134), levando os adolescentes e jovens conhecerem a si mesmos e a se construírem sujeitos com os outros para a vida.

De acordo com os dados obtidos das entrevistas, mas também das observações e documentos analisados, podemos inferir que os jovens e adolescentes participantes da ACNV, reconhecem que têm um papel diferenciado na sociedade, desejam e, em muitos casos, afirmam que fazem a diferença, mas não se sentem os atores principais, tampouco melhores do que outros(as) jovens, mas desejam que todos sejam protagonistas de sua história e assumem o protagonismo juvenil como uma perspectiva de vida fundamentada nos princípios da Educação Popular.

(IN) CONCLUSÕES DO CAMINHO

A alegria não chega apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo de busca (FREIRE, 1996, p.73).

Assim como declara Freire, a alegria não está na chegada, mas no caminho que trilhamos até aqui. As considerações finais do presente texto se constituem, talvez, em termos de construção escrita, um grande desafio e uma imensa alegria, principalmente quando consideramos a produção da presente tese em um contexto pandêmico em que vivemos, de modo que não teríamos como desconsiderá-la em nossa produção.

Diante do nosso objetivo geral, de analisar a ONG Associação Comunitária Nova Vida (ACNV) a fim de explicar se contribuem para o protagonismo juvenil nas lutas e organizações sociais no município de Sapé- PB a partir dos princípios da Educação Popular, podemos concluir que de fato ocorre essa contribuição à luz de alguns princípios da Educação Popular, sobretudo por termos identificados elementos constituintes desse tipo de educação nas ações que envolvem o protagonismo juvenil, a exemplo da práxis educativa, da conscientização, da autonomia, da participação, da humanização e do diálogo.

Ao realizar o percurso investigativo apresentando os achados de nossa pesquisa e justificada a relevância acadêmica e pessoal para este estudo, construímos essa seção na tentativa de apresentar as conclusões, que na verdade chamamos de inconclusões, sobre o nosso objeto de estudo, a ONG ACNV.

Inicialmente partimos da constatação de que quando falamos em ONGs, Protagonismo Juvenil e Educação Popular estamos falando de temáticas bastante complexas, pela heterogeneidade em que se apresentam no contexto da totalidade social. Além disso, por serem categorias teóricas e não conceitos prontos e acabados, não encontramos nos referenciais teóricos concordância nas definições sobre eles.

Diante disso, percebemos que *o protagonismo juvenil*, foi o nosso argumento de tese. Daí ser bastante discutido para que se chegasse a uma compreensão sobre um conceito crítico e identificassêmos as ações desenvolvidas junto ao público das juventudes na ONG ACNV. Foi perceptível que as juventudes, enquanto categoria no plural, não pode ser tratada no singular, visto que estão organizadas em diferentes grupos e contextos políticos, sociais e culturais, os quais devem ser considerados.

Nesse sentido, se faz necessário respeitar as particularidades de cada jovem e contemplar através das políticas públicas as juventudes, bem como contemplar na forma de

propiciar aos jovens várias opções no campo do conhecimento. Na ONG ACNV, constatamos que o trabalho vem sendo desenvolvido contemplando várias atividades distintas, dança, arte, música, esporte e alfabetização, mas todas interligadas a um objetivo maior a formação integral do ser humano, para que enquanto sujeito, possam contribuir na/com a transformação do meio social onde está inserido.

No tocante *as ONGs* em geral, verificamos que algumas delas atuam em parceria com Estado, que realizam seus investimentos nessas instituições incentivando-as a assumirem junto as populações em situação de vulnerabilidade social, especialmente crianças, adolescentes e jovens o papel de responsabilidade social que seria do Estado. Enquanto outras, foram criadas a partir dos movimentos sociais representam um novo espaço organizativo da sociedade civil, podendo inclusive colaborar na construção da cidadania, da transformação social e na luta pelos direitos sociais. (Gonh, 2003). Contudo, como observa Machado (2009, p. 19), “as ONGs não são isso, ou aquilo, isto é, não são motores da transformação social ou mera face do neoliberalismo: são a unidade dos opostos”.

No que diz respeito a trajetória históricas das ONG pesquisada, a relação com a Igreja Católica é um dos pontos evidenciados na pesquisa, com raízes eclesiais fundamentadas no movimento progressista. A ACNV surge da ação de um grupo de irmãs da Congregação Italiana, que para desenvolver o seu trabalho missionário nas comunidades periféricas do município de Sapé, e se depara com um quadro de analfabetismo e desnutrição de muitas crianças de famílias em situação de vulnerabilidade social.

O envolvimento da ACNV voltada para a reivindicação dos direitos de cidadania, na luta pelos direitos humanos e sociais, nas mobilizações por educação, saúde, trabalho e moradia caracteriza esse tipo de ONG como cidadã ou progressista. Por persistirem numa perspectiva progressista, suas práticas educativas buscam, por meio da metodologia da educação popular, conciliar a formação educativa e a participação no processo de conscientização política. As vivências dessas experiências tem oportunizado aos sujeitos participantes da ONG ACNV o exercício do protagonismo.

No tocante à educação, percebemos a necessidade de adjetivar como sendo uma práxis educativa, por ser popular, crítica e voltada as mudanças sociais pois, em contraponto a outros modelos educativos nos quais o docente se tornam o centro do processo educativo, a educação deve assumir um caráter crítico que estimule seus participantes a pensar, problematizar e refletir sobre suas realidades, com isso, vale ressaltar a necessidade do educador e educadora se reconhecer como sujeito aprendente capaz de construir e de reconhecer-se também nesse processo de educação libertadora. E aqui cabe destacar que educação libertadora ou práxis

educativa se dá porque a ACNV estimula a autonomia dos sujeitos e a luta por uma sociedade mais justa e igualitária, ao contrária da “educação bancária”, que não problematiza, não critica, só busca integrar os indivíduos ao meio. Ocorre que, enquanto ONG, também possui um caráter contraditório visto que:

Apesar das trajetórias históricas compatíveis com um perfil progressista (...) as práticas de educação popular dessas organizações não desvelam a razão de ser da realidade estrutural e sim da local. Em vista disso, suas práticas educativas contribuem com o desenvolvimento da “consciência da práxis” (forma crítica de abordagem do mundo que leva a autoconsciência da prática transformadora). Porém, esta limita-se a “consciência comunitária” (o descobrir-se enquanto comunidade) e não a “consciência de classe” (o descobrir-se enquanto sujeito social de uma classe subalterna, que vive em condições de exploração e dominação na sociedade capitalista). De modo que as perspectivas e práticas dessas ONGs, assim como suas conquistas, restringem-se as mudanças das condições locais, pontuais, não se estendem as mudanças de dimensão nacional, menos ainda aos processos de transformação social de que se trata aqui. Daí o equívoco, também, daqueles que as tomam como “motores de transformação social”. (MACHADO, 2009, p. 205-206).

A perspectiva crítica e dialética nos permite atentar para as contradições da ACNV sem desconsiderar suas contribuições ao município de Sapé. Assim sendo, com base nas entrevistas feitas e nos estudos realizados sobre sua atuação foi possível perceber que a formação política e o constante incentivo para prática de um protagonismo juvenil, não individual, mas coletivo, é fundamentado nos princípios da Educação Popular, conforme verificamos nos vários relatos dos educadores, educandos e equipe pedagógica da instituição.

A partir dos relatos foi possível detectar que a juventude participante da ONG ACNV reconhece o trabalho desenvolvido pela ONG que foi de importância na formação crítica e cidadã de muitos jovens da comunidade onde está inserida.

Essa visão crítica sobre o mundo e as pessoas, possibilitou que muitos jovens passassem a acreditar nos seus ideais, agindo de forma protagonista na construção de ações que pudessem de certa forma, intervir na vida da comunidade, seja através de reflexões, discussões ou até mesmo mobilizações levantando questionamentos em defesa de uma vida digna. O envolvimento dos jovens em conselhos, fóruns, associações e na vida política são exemplos da participação juvenil na vida da comunidade e cidade.

Os relatos dos jovens evidenciam que todos estão envolvidos em espaços de discussão, deliberação e transformação social, na luta pelos direitos humanos e sociais e sua presença provoca o debate e abre oportunidades.

Quanto a concepção de Educação popular dos entrevistados, eles apresentam algumas categorias importantes que fundamentam esse tipo de educação como diálogo, autonomia, consciência crítica e participação. Contudo, percebemos que mesmo apontando esses princípios importantes para a educação popular, demonstraram ainda fragilidades no aprofundamento teórico acerca desse paradigma.

No tocante, as metodologias utilizados nas ações da ONG, verificamos através das análises nos documentos e nos depoimentos das entrevistas, que a perspectiva teórica metodológica das ações da ACNV estão fundamentadas nos princípios da Educação Popular, na perspectiva freireana. Os depoimentos das educadoras sinalizam que os princípios da Educação Popular estão sendo incorporados nos planejamentos pedagógicos e nas ações desenvolvidas pela ONG nas diferentes frentes de atuação, uma vez que eles e elas reconhecem o potencial transformador que ela possui.

Desse modo, a Educação Popular se apresenta como uma importante ferramenta na formação dos sujeitos, mas, sobretudo no desenvolvimento do protagonismo juvenil na ACNV, no município de Sapé. Assim, confirma-se **a tese** apresentada nesta pesquisa de que *a ONG Associação Comunitária Nova Vida (ACNV) contribui com o protagonismo juvenil do município de Sapé-PB à luz dos princípios da Educação Popular*

O protagonismo coletivo e individual foi um trabalho que a juventude experienciou na ACNV, através de várias atividades desenvolvidas tais como: teatro, dança, esporte, Fórum de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, Consciência Estudantil e Conselhos Municipais, bem como outras atividades disponibilizadas pela ONG. Essas atividades nutriram nas juventudes de forma integral, o desejo de ser mais. As ações educativas da ONG ACNV promovem o desenvolvimento estrutural da pessoa a partir das dimensões: coletiva, social, política e cultural, dentro de uma realidade que contempla especialmente, a formação humana e cidadã.

Por fim, constatamos que os processos de formação desenvolvidos com as educadoras e educandos constitui um dos eixos fundamentais para a realização do Protagonismo juvenil numa perspectiva de Educação Popular, pautados nos princípios freireanos. Proposta essa que propõe uma ação educativa diferenciada, em que os conhecimentos cotidianos dos educandos são articulados a outros saberes e ampliados em diferentes contextos.

Em suma, o caminho percorrido nessa trajetória de pesquisadora junto aos sujeitos protagonistas da ONG ACNV resultaram em muitas descobertas, inclusive, na certeza da minha incompletude, como educadora e do fato de que há muito a ser pesquisado sobre a temática aqui abordada.

REFERÊNCIAS

ABONG. Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais. **Estatutos**. São Paulo, 2019. Disponível em: <http://www.abong.org.br> . Acesso em: 14 jun. 2021.

ACNV. Associação Comunitária Nova Vida. **Projeto Político Curricular – PPC**. Sapé, 2018.

ALVES, Juliana Ferreira. **Violência entre (des)iguais: memórias silenciadas nas lutas da liga camponesa de Sapé-PB (1962-1964)**. Dissertação em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Federal da Paraíba, 2019.

ÂNGELO, Aparecido Aline. **Um estudo sobre a prática político social de egressas da licenciatura em Educação do campo da FaE/ UFMG: possibilidades e desafios para a formação de educadores do campo**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, São Paulo, 2019.

BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BORON, Atílio. A Aula inaugural: pelo necessário (e demorado) retorno do marxismo. In: BORON, Atílio A. AMADEO, Javier e GONZÁLEZ Sabrina (Org.). **A teoria Marxista hoje: problemas e perspectivas**. São Paulo: expressão Popular, 2007.

BARRIENTOS, Grimaldo Rios e LASCANO, Ramón Eduardo. **Protagonismo Infantil: Aspectos conceptuales y estratégicos**. Fortaleza/BR: 2000. Disponível em: www.imagine.com.ar/yachay/protagonismo.htm Acesso em: 01/03/2023.

BEISIEGEL, Celso de Rui. **Política e educação popular: a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil**. SP: Ática, 1992.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A participação da pesquisa nos trabalhos de educação popular**. In: MONROY, Gilberto Vejerano (Org.). **La investigación participativa em América Latina: Antologia**. Pátzcuaro, Michoacán: CREFAL, 1983, p. 89-110.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases**. Lei nº. 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF: Congresso Nacional.1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Juventude e Contemporaneidade**. Brasília: UNESCO, ANPED, 2007. 284 p.

BRASIL. **Plano Nacional da Educação**. Brasília: MEC/SEB, 2001. Disponível em < www.planalto.gov.br>. Acesso em: 30 jan. 2016.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Congresso Nacional, 1990. Disponível em < www.planalto.gov.br>. Acesso em: 30 jan. 2016.

BRASIL. **[Estatuto da criança e do adolescente (1990)]**. Estatuto da criança e do adolescente : lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata [recurso eletrônico]. – 9. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010. 207 p. – (Série legislação ; n. 83)

BRASIL. Estatuto da Juventude (2013). **Estatuto da Juventude : atos internacionais e normas** correlatas. – Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2013. 103 p.

CANANÉA, Fernando Antonio Abath Luna Cardoso. **Educação Popular e Identidade: navegando com a associação artístico-cultural de cabedelo**. 2015. tese (doutorado em educação) - universidade federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

CALADO, Alder Júlio Ferreira. **Remendar ou reinventar o mundo, a partir de nós? Paulo Freire nos instiga, nos provoca, nos convoca**. Interterritórios. Revista de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, v.2, n.2, 2016.

CALADO, Alder Júlio Ferreira. (org). **Educação e protagonismo: relatos e análises de experiências do cotidiano escolar e de outros espaços formativos**. João Pessoa: Idéia, 2002.

CARVALHO, Maria do Carmo A. A. e TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. (org.). **Conselhos Gestores de Políticas Públicas**. São Paulo: Pólis, 2000, p. 7-9. (Publicações Pólis, 37).

COSTA, Antonio Carlos Gomes. **A presença da Pedagogia: teoria e prática da ação socioeducativa**. 2ª ed. São Paulo: Global, Instituto Ayrton Sena, 2001.

COSTA, Antonio Carlos Gomes. **Protagonismo Juvenil: adolescência, educação e participação democrática**. Salvador: Fundação Odebrecht, 2000.

DORNELAS, Nelito Nonato. **A identidade das CEBs**. Disponível em: <<http://www.vidapastoral.com.br/artigos/eclesiologia/a-identidade-das-cebs/>> Acesso em: 15 mar. de 2021.

FÁVERO, Osmar. Paulo Freire: **Primeiros tempos**. Revista em Aberto, Brasília, 2013. Disponível em: <http://dhnet.org.br/educar/40horas/favero_paulo_freire_primeiros_tempos.pdf> Acesso em: 15 dez. 2020.

FERNANDES, Rubem César. **“Sem fins lucrativos”**. In: Comunicações do ISER 15. Rio de Janeiro: 1985.

FERNANDES, Rubem César. **O que é o Terceiro Setor?** In: IOSCHPE, E. B. (org.). **3º setor: desenvolvimento social sustentado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FERNANDES, Rubem César. **Privado porém público: o terceiro setor na América Latina**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FERRETTI, Celso J.; ZIBAS, Dagmar M. L.; TARTUCE, Gisela Lobo B. P. **Protagonismo Juvenil na Literatura Especializada e na Reforma do Ensino Médio.** *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 34, n.122, p. 411-423, maio/ago. 2004.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**/ Uwe Flick: tradução Joice Elias Costa-3.ed.- Porto Alegre: Artmed,2009.

FLEURI, Reinaldo Matias. **Educação Popular na Escola Pública?** Uberlândia: Educação e Filosofia, v. 4, n. 8, p.159-162, jan/jun.1990.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. SALOMÃO, Ivan Colangelo. **O Sentido Histórico do Desenvolvimento e sua atualidade.** Revista de Economia Contemporanea: 2017.Disponível em:https://professor.ufrgs.br/sites/default/files/pedrofonseca/files/fonseca_salomao_o_sentido_historico_do_desenvolvimentismo_e_sua_atualidade.pdf. Acesso em 09 jun. 2021.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996. Coleção Leitura.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 29. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FREIRE, Paulo. **Política e educação:** ensaios. 5. Ed. São Paulo: Cortez, Editora Afiliada, 2001. Coleção Questões de Nossa Época.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação. Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire.** tradução de Kátia de Mello e Silva; revisão técnica de Benedito Eliseu Leite Cintra]. – São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido.** 23. ed. São Paulo/ Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, Arilda Schmidt; GHEDIM, Evandro; FRANCO, Maria Amélia Santos. **Questões de Método na construção da Pesquisa em Educação.** São Paulo: Cortez, 2008.

GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades: uma revisão histórica dos principais autores e obras que refletem esta metodologia de pesquisa em ciências sociais.** *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995.

GODOY, Arilda Schmidt. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais.** RAE – Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 3, 1995.

GOHN, Maria da Glória. **Os sem-terras, ONGs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GOHN, Maria da Glória. **Educação Popular e Movimentos Sociais**. In: STRECK, Danilo; ESTEBAN, Maria Teresa. *Educação Popular – lugar de construção social coletiva*. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 33-48.

GROPPO, Luis Antonio. **Juventude: ensaios sobre a sociologia e história das juventudes modernas**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

GUEVARA, Nicolás. A Educação Popular no Século XXI. In: PONTUAL, Pedro; IRELAND, Timothy (Orgs.). **Educação Popular na América Latina: diálogos e perspectivas**. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2006.

HOLLIDAY, Oscar Jará. Resinifiquemos as propostas e práticas de Educação Popular perante os desafios históricos contemporâneos. In: PONTUAL, Pedro; IRELAND, Timothy (Orgs.). **Educação Popular na América Latina: diálogos e perspectivas**. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2006.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. 28. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 2. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KRAWCZYR, N. **Ensino médio: empresários dão as cartas na escola pública**. Educação & Sociedade, Campinas, vol. 35, n. 126, 2014.

KUENZER, Acácia Zeneida. Desafios teórico-metodológicos da relação trabalho-educação e o papel social da escola. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

LANDIM, Leilah. **A INVENÇÃO DAS ONGs: Do serviço invisível à profissão impossível**. 1993. Tese (Doutorado em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional e da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993.

MACHADO, Aline Maria Batista. **Organizações Não-Governamentais – ONGs: trajetórias, concepções e práticas em educação popular**. 2009. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

MACHADO, Aline Maria Batista. Educação popular, cidadania e “terceiro setor”. In: SILVA, Adelmo Carvalho da; CARVALHO, Ademar de Lima; CARDOSO, Cancionila Jankovski. (Orgs.) **Educação, cidadania e práticas educativas**. Cuiabá: EdUFMT, 2014.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2003.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **O manifesto comunista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel, 1843**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARTINEZ, Paulo. *Poder e cidadania*. Campinas, SP: Papirus, 1997.

MEJÍA, Raul Marco Jiménez. Aprofundar na Educação Popular para Construir uma Globalização desde o Sul. In. PONTUAL, Pedro; IRELAND, Timothy (Orgs.). **Educação Popular na América Latina: diálogos e perspectivas**. Brasília: Ministério da Educação, UNESCO, 2006.

MELO NETO, Jose Francisco de. **Educação Popular: Enunciados teóricos**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2004.

MELO NETO, José Francisco. Educação Popular: Sistema de Teorias Intercomunicantes. 28ª Reunião Anual da Anped. GT06 - Educação Popular. 2005.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1994.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 5. ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1998.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2013.

MORETIN, Antônio Miguel. **As Juventudes: conceitos sob as perspectivas sociológica**. SE edição Nº. 9, Vol. 1, jan./dez. 2019. Inserida em: <http://www.uel.br/revistas/lenpes-pibid>.

NETTO, Jose Paulo. **O que é marxismo**. São Paulo: Brasiliense, 2006. Coleção primeiros passos 148.

NETTO, Jose Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx I**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, Jose Paulo. **Introdução ao Método de Marx com Paulo Netto** (primeira parte) Univesidade Federal de Brasília-Programa de Pós Graduação em Política Social, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2WndNoqRiq8>. Acesso em: 20 de abr. 2021.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática** – São Paulo: Cortez, n2004.

OLIVEIRA, Adriana Bastos. **O lugar da educação popular na formação continuada de professores da EJA: a construção de novos possíveis no chão da escola pública**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

OLIVEIRA, Rita de Cássia Magalhães de. **Entre Linhas de uma Pesquisa: o Diário de Campo como dispositivo de (in)formação na/da abordagem (Auto)biográfica**. Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos, Salvador, v. 2, n. 4, 2014.

OLIVEIRA, Anna. Cynthia.; HADDAD, Sérgio. **Organizações da sociedade civil e as ONGs de educação**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 112, p. 61-83, mar. 2001.

PALUDO, Conceição. Educação Popular: dialogando com redes latino-americanas. In: PONTUAL, Pedro; IRELAND, Timothy (Orgs.). **Educação Popular na América Latina: diálogos e perspectivas**. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2006.

PIRES, Marília Freitas de Campos. **O materialismo histórico-dialético e a Educação**. Interface — Comunicação, Saúde, Educação, UNESP, v.1, n.1, 1997. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/30353>>. Acesso em: 16 mar. 2021.

PEDAGÓGICO, **Projeto Político da ACNV**. Sapé, 2018.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013. Coleção memória da Educação.

SANTANA, Maria Selma Santos de. **A relação entre educação escolar e ação cultural e política em Sapé/PB através de um olhar para a história do líder camponês João Pedro Teixeira, 2020**. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

SILVA, Antônio Fernando do Amaral; MENDEZ, Emílio García (coords.). **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado** – Comentários Jurídicos e Sociais. São Paulo: Malheiros, 1992, p. 17-20.

SILVA, Glaudemir da. **É necessário manter viva a esperança, o amor e a fé**. João Pessoa: Teologia do Nordeste, 2020. Disponível em: <https://www.teologianordeste.net/publicacoes/artigos/370-e-necessa-rio-manter-viva-a-esperanc-a-o-amor-e-a-fe.html>. Acesso em: 03 abr. 2021.

SILVA, Maria Rosângela da; MORAES, Renildo Lúcio. **Protagonismo Juvenil: desafios e perspectivas**. João Pessoa: Editora Universitária-UFPB, 2007.

SILVA, Jeane Tranquilino da. **Projeto Sal da Terra: Um estudo acerca da Experiência de Formação Continuada para Educadores (as) da Educação de Jovens e Adultos**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

SILVA, Luciano Alves Farias da. **Juventude e Protagonismo: contribuição do Projeto Beira da Linha para uma ação protagonista**. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

SILVA, Eduardo Joerge Lopes da. **Educação Popular: Refundamentação e vigencia no**

Discurso Latino- Americano/ Jundiaí, Paco Editorial: 2016.

SOARES, Ellaila Andrius de Moraes. **A Educação Popular nas Pós-Graduações em Educação: análises das dissertações e teses produzidas entre 2000 e 2014 na região nordeste.** 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

SOUZA, Regina Magalhães de. **O discurso do Protagonismo Juvenil.** São Paulo: Paulus, 2008.

SOFIATI, Flávio Munhoz. **Jovens em Movimento: o processo de formação da Pastoral da Juventude do Brasil.** Dissertação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos, SP, 2004.

STAMATO, Maria Izabel Calil. **Protagonismo Juvenil: uma práxis sócio-histórica de ressignificação da juventude.** 2008. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, São Paulo, 2008.

STRECK, Danilo Romeu. **A educação popular e a re(construção) do público. Há fogo entre as brasas?** Revista Brasileira de Educação. ANPED, Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação. Maio/Agosto. 2006, V 11, n 32, pg.272-284.

SPÓSITO, Marília Pontes. Interfaces entre a sociologia da educação e os estudos sobre a juventude no Brasil. In: APPLE, M.; BALL, S.; GANDIN, L. (orgs.). Sociologia da Educação: análise internacional. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 438-446.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **Sociedade civil e participação cidadã no poder local.** Salvador: Pró-Reitoria de Extensão da UFBA, 2000.

TRIGO, Thiago Alves; SOUZA, Rodrigo Augusto de. **A concepção marxista de História: aspectos da contribuição de Marx para a história da Educação.** Paraná: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2009. Disponível em https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/3190_1502.pdf. Acesso em: 20 mar. 2021.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 2008.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 2009.

TOLEDO, Cezar de Alencar Arnaut de; GONZAGA, Maria Teresa Claro (Orgs.) **Metodologia e técnicas de pesquisa nas áreas de Ciências Humanas.** Maringá: Eduem, 2011.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Representação no Brasil. **Políticas públicas de/para/com juventudes.** 2ª. impressão. Brasília: UNESCO, 2005.

VALE, Ana Maria do. Anos 1980-1990: cenário político e principais atores. In.____. **Diálogo e conflito:** a presença do pensamento de Paulo Freire na formação do sindicalismo docente. São Paulo: Cortez, 2002, p. 99-136.

VALE, Ana Maria do. **Educação popular na escola pública.** São Paulo: Cortez, 1992. (Col. Questões da nossa época, 8).

VALE, Ana Maria do. **Educação Popular na Escola Pública.** São Paulo: Cortez, 2001.

VÁZQUEZ, Adolfo S. **Filosofia da práxis.** 2 ed. Buenos Aires: Consejo Latino Americano de Ciências Sociales-Clacso: São Paulo: Expressão Popular, Brasil, 2011.

WELLER, Plaff Nicolle. **Metodologias da Pesquisa Qualitativa em Educação:** Teoria e Prática. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ANEXOS

Anexo 1 - Certidão de aprovação da pesquisa junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/UFPB



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

Certidão

Certificamos, para os devidos fins, que foi Aprovada “**AD REFERENDUM**” do Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Educação, o Projeto de Pesquisa da doutoranda **Jeane Tranquelino da Silva** matrícula nº 20191014830, intitulado “**ONG, EDUCAÇÃO POPULAR E PROTAGONISMO JUVENIL**: um estudo da Associação Comunitária Nova Vida no município de Sapé –PB”, na orientação da **Prof.^a Dr.^a Aline Maria Batista Machado** a ser encaminhado ao comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos.

João Pessoa, 27 de Julho de 2020


WILSON HONORATO ARAGÃO
Diretor do CE/UFPB

Anexo 2 - Aprovação junto ao Comitê de Ética

UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: EDUCAÇÃO POPULAR E PROTAGONISMO JUVENIL: um estudo da Associação Comunitária Nova Vida no município de Sapé-PB

Pesquisador: JEANE TRANQUELINO DA SILVA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 36231120.5.0000.5188

Instituição Proponente: CENTRO DE EDUCAÇÃO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.247.114

Apresentação do Projeto:

interessante, bem organizado

Objetivo da Pesquisa:

atende aos passos da pesquisa

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

inerentes a pesquisa dessa natureza

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

atenção aos convênios utilizados em particular educação e educação popular

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

atende as exigências institucionais

Recomendações:

atenção a clareza e definição dos termos utilizados

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

nenhuma

Considerações Finais a critério do CEP:

Certifico que o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEP/CCS aprovou a execução do referido projeto de pesquisa. Outrossim,

Endereço: UNIVERSITARIO S/N

Bairro: CASTELO BRANCO

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

**UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA**



Continuação do Parecer: 4.247.114

informo que a autorização para posterior publicação fica condicionada à submissão do Relatório Final na Plataforma Brasil, via Notificação, para fins de apreciação e aprovação por este egrégio Comitê.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMACOES_BASICAS_DO_PROJETO_1600904.pdf	04/08/2020 16:18:14		Aceito
Outros	9_INSTRUMENTO_PARA_COLETA_DE_DADOS_PROFESSORES.pdf	04/08/2020 16:17:22	JEANE TRANQUELINO DA SILVA	Aceito
Outros	8_INSTRUMENTO_PARA_COLETA_DE_DADOS_JOVENS.pdf	04/08/2020 16:17:04	JEANE TRANQUELINO DA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	7_TERMOS_DE_CONSENTIMENTO_LIVRE_E_ESCLARECIDO.pdf	04/08/2020 16:16:35	JEANE TRANQUELINO DA SILVA	Aceito
Orçamento	6_PREVISAO_ORCAMENTARIA.pdf	04/08/2020 16:16:18	JEANE TRANQUELINO DA SILVA	Aceito
Cronograma	5_CRONOGRAMA_DE_EXECUCAO.pdf	04/08/2020 16:15:59	JEANE TRANQUELINO DA SILVA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	4_PROJETO_DETALHADO.pdf	04/08/2020 16:15:44	JEANE TRANQUELINO DA SILVA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	3_TERMOS_DE_ANUENCIA.pdf	04/08/2020 16:15:31	JEANE TRANQUELINO DA SILVA	Aceito
Outros	2_CERTIDAO_DE_APROVACAO.pdf	04/08/2020 16:15:14	JEANE TRANQUELINO DA SILVA	Aceito
Folha de Rosto	1_FOLHA_DE_ROSTO.pdf	04/08/2020 16:13:49	JEANE TRANQUELINO DA SILVA	Aceito

Situação do Parecer:

Endereço: UNIVERSITARIO S/N
 Bairro: CASTELO BRANCO CEP: 58.051-900
 UF: PB Município: JOAO PESSOA
 Telefone: (83)3216-7791 Fax: (83)3216-7791 E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA



Continuação do Parecer: 4.247.114

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JOAO PESSOA, 31 de Agosto de 2020

Assinado por:

Eliane Marques Duarte de Sousa
(Coordenador(a))

Endereço: UNIVERSITARIO S/N
Bairro: CASTELO BRANCO **CEP:** 58.051-900
UF: PB **Município:** JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 **Fax:** (83)3216-7791 **E-mail:** comitedeetica@ccs.ufpb.br

Página 03 de 03

Anexo 3: Ficha de autorização da imagem dos adolescentes

Associação Comunitária Nova Vida
Rua Belino Souto, 162 Centro Sapé/PB
Cep: 58340.000 Fone: (83) 3283 3834
E-mail: acnv_cnf@yahoo.com.br
CNPJ: 02.634.810/0001-25



SETOR: Creche Nova Vida () Casa Novo Futuro ()

COMPOSIÇÃO FAMILIAR			
Nome do responsável:		Parentesco:	
Data de Nascimento: ____/____/____	Profissão:	Escolaridade:	Apelido:
RG:	Data da expedição: ____/____/____	SSP:	
CPF:	Data de expedição: ____/____/____		

CONDIÇÕES DE MORADIA			
() Taipa	() Alvenaria	() Outro Qual?	
() Própria	() Alugada	() Cedida	() Outro Qual?
() Banheiro com fossa	() água da cagepa	() poço	() Energia

CONDIÇÕES DE VIDA	
Qual o trabalho da família?	
Qual a renda mensal da família?	Quantas pessoas trabalham em casa?
Está inserida em algum programa do governo?	
() SCFV () Bolsa Família () Outros Quais?	
Problemas enfrentados pela família:	
() Álcool () Drogas () violência () Desemprego () saúde () Lazer () Fome	

EM SUA CASA TEM ALGUM PORTADOR DE DEFICIÊNCIA?	
() Físico () Auditivo () Visual () Síndrome Down () Mental () outros	
Recebe o BPC ? () Sim () Não	

DADOS DO RESPONSÁVEL PELO EDUCANDO/A QUE RECEBE O BOLSA FAMÍLIA	
Nome:	Data de nascimento:
Cidade onde nasceu:	Nº do RG:
UF do RG:	órgão Emissor do RG:
Nome da Mãe:	
Nº NIS	Data de expedição do RG

[illegible]

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGEM	
De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069/90	
EU _____, brasileiro/a portador/a do RG, CPF e endereço citado acima autorizo a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA NOVA VIDA CNPJ: 02.634.810/0001-25, com sede na Rua Belino Souto nº 162 Centro, CEP: 58340-000, cidade de Sapé/PB a usar a minha imagem e de meus filhos, assim como fotos e textos nos materiais de divulgação das atividades pedagógica da ACNV. A referida autorização se estende a qualquer publicação ou menção que venha a ser feita na mídia em geral (TV, Jornal, Revista e etc.) podendo ser divulgado inclusive no seu blog. A presente autorização de uso é feita por prazo indeterminado e a título gratuito, não sendo devida qualquer garantia pela divulgação. Por ser expressão da verdade, firmamos o presente instrumento na qual assino abaixo. _____ Pai/mãe ou responsável	

OBSERVAÇÕES

DATA DA MATRÍCULA	
____/____/____	____/____/____
____/____/____	____/____/____
____/____/____	____/____/____

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DO DOCUMENTO

PLANO DE AÇÃO

Objetivo: Contribuir para o enfrentamento ao abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes, no estado da Paraíba.

Resultados Previstos:

- A sociedade em geral informada sobre o abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes e os espaços de denuncia.
- Crianças e adolescentes protagonistas conhecedoras de seus direitos, atuando como agentes multiplicadores no combate ao abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes no município de Sapé.

Famílias e comunidades em Sapé sensibilizadas, utilizando os mecanismos legais de denúncia na defesa dos direitos da criança e do adolescente, vítimas do abuso e da exploração sexual

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- ❖ Possibilitar momento formativo e a troca de experiência entre os adolescentes das organizações parceiras, contribuindo para o conhecimento e empoderamento dos protagonistas juvenis.
- ❖ Informar os protagonistas sobre seus direitos estabelecidos na lei e os mecanismos legais de controle social.
- ❖ Estimular os protagonistas juvenis a participação ativa nos espaços conselhos, fóruns, redes, escolas, grupos e comunidade.

Anexo 4: Carta proposta para o secretário de Educação do município de Sapé

Caro Senhor Secretário de Educação da cidade de Sapé, Marcone Pessoa, nós que fazemos parte do grupo de protagonismo da Associação Comunitária Nova Vida – ACNV, composto por crianças, adolescentes e jovens da Casa Novo Futuro, Projeto Sapeca, Lar Fabiano de Cristo e pelas escolas Cassiano Ribeiro Coutinho, Minervino Miranda e Orlando Soares, viemos por meio deste documento apresentar algumas propostas que contribuirão com a melhoria do ensino das escolas públicas municipais de Sapé.

Durante o período de pandemia, muitos problemas sociais ficaram ainda mais graves, um deles é a falta de alimento na mesa de muitas crianças e adolescentes da cidade de Sapé, diante desta realidade de fome e pobreza, nossa primeira proposta é a melhoria da merenda escolar, com uma maior diversificação de alimentos. Além disso, também é necessário se pensar em refeitórios adequados nas escolas para que os/as estudantes possam se alimentar com dignidade.

Outro fator ainda na pandemia, crianças e adolescentes de baixa renda não tiveram acesso ao mundo digital e das tecnologias sendo excluídos das aulas remotas, pois não possuem celulares, nem computadores com internet. Muitas crianças e adolescentes não conseguiram realizar suas atividades devido a essa falta de acesso. Por isso, propomos a criação de salas de informática em todas as escolas da rede pública municipal para que assim todos sejam de fato incluídos no mundo digital.

Também consideramos necessária a qualificação contínua dos professores e profissionais da educação, para que os mesmos estejam sempre capacitados para lidar com as mudanças e necessidades da educação. É também essencial ter na gestão das escolas, pessoas comprometidas e capacitadas para seguirmos avançando na educação.

Para que os estudantes estejam em ambientes de qualidade, vemos a necessidade de adequação das salas de aula para que comportem a quantidade correta de estudantes e não comprometam a qualidade de ensino, salas de aulas superlotadas não são boas para os professores ministrar suas aulas, nem os estudantes aprenderem com maior facilidade. Também se fazendo necessário a manutenção da estrutura das escolas sempre que preciso.

Para finalizar, acreditamos que assim como traz o Estatuto da Criança e do Adolescente em seu artigo 4º “É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”. E no artigo 53. “A criança e ao adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se lhes: I - Igualdade

de condições para o acesso e permanência na escola, II - Direito de ser respeitado por seus educadores, III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores e IV - Direito de organização e participação em entidades estudantis”.

APÊNDICES

Apêndice 1 – Carta de anuência

2

Apêndice 2- Questionário Online aplicado aos Educadores**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA CENTRO DE
EDUCAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO****PERFIL DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA**

Agradeço sua valiosa contribuição em participar da nossa pesquisa sobre Associação Comunitária Nova Vida, respondendo aos itens do formulário, lembrando que em hipótese alguma, será permitida a identificação do entrevistado (a).

NOME**1. Sexo***Marcar apenas uma oval.*☐ Masculino☐ Feminino**2. Idade**

3. Grau de escolaridade*Marcar apenas uma oval.*☐ Ensino Fundamental☐ Ensino Médio☐ Graduação☐ Pós Graduação**4. Qual a sua área de formação**

5. Quanto tempo na Instituição

6. Qual o valor da sua renda mensal

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Um salário mínimo
☐ Acima de 2 salários mínimos
☐ De 3 a 5 salários mínimos
☐ Acima de 5 salários mínimos

7. Comente sobre o seu ingresso na ACSV, considerando: os motivos que te levaram a participar dela

8. Antes de sua entrada na ACSV você já tinha participado de alguma organização social (grupo, associação, pastoral, partido, sindicato, movimento social popular, ONG, gestão governamental etc.)?

28/07/2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA CENTRO DE EDUCAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

9. Como a ACNV se organiza?

10. Realiza encontros de formação com os Educadores? Se sim, quais as temáticas que são abordadas?

11. Realiza encontros para avaliação e planejamento? Comente:

12. Você já ouviu falar em Educação Popular? Comente sobre seu entendimento acerca dessa temática

28/07/2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA CENTRO DE EDUCAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

13. O que você me diz sobre o Tema protagonismo Juvenil, já foi comentado essa tema na ACNV? Se sim, que ações foram realizadas nessa perspectiva?

14. Obrigada por sua valiosa contribuição!

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários